

Edição Ouro

REVISTA ACADÊMICA

BELO HORIZONTE
ABRIL
2018

REVISTA ACADÊMICA

Diretora Fundadora:

Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Coordenação Científica

Amélia Imbriano
Cilas Bernardes Rosa
Enrique Coscarelli
Joaquim José Miranda Júnior
José Luis Fliguer
Kaminsky Mello
Manoel Felizardo
Mario Secchi
Nicolás Rodríguez León
Raphael Silva Rodrigues
Sara Maria Alves Gouveia Bernardes

Conselho Editorial:

Cilas Bernardes Rosa
Eliane Bernardes Rosa de Miranda
Francis Albert Cotta
Joaquim José Miranda Júnior
Josinaldo Leal
Manoel Felizardo
Sara Maria Alves Gouveia Bernardes
Thiago Perez
Valéria Fernandes

Pareceristas:

Sistema RFDT Double Blind Peer Review

Luis Fernando Pires Machado (DF); Sara Maria Alves Gouveia Bernardes (MG); Joaquim José Miranda Júnior(MG); Raphael Silva Rodrigues(MG); Amélia Imbriano (AR); Alberto Rodriguez Blanco(AR); Nicolás Rodríguez León(AR); José Luis Fliguer(AR).



Editor Responsável:
Dr. Cilas B. Rosa

Diagramação e Revisão Textual:
Amanda Gama

2018 Editora Edições Superiores

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, e videográficos. (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Av. Miguel Perrela, 698 - Castelo - Belo Horizonte /MG CEP: 31.330-290
<http://edicoessuperiores.com.br/>
Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Os trabalhos divulgados nesta edição são de responsabilidades exclusiva dos autor

R454

Revista Acadêmica. / Belo Horizonte: IESLA – Instituto de Educação Superior Latino-americano – v. 1, Set. 2013 – Belo Horizonte: Edições Superiores, 2018.

v. 5, n. 1, abr. 2018.
Editor: Cilas Bernardes Rosa
ISSN: 2318-258X

1. Direito. 2. Genética. 3. Saúde. 4. História. 5. Psicologia. 6. Ciência da Informação. 7. Multi-disciplinar . 8. Educação

CDU: 34

APRESENTAÇÃO

O que temos pela frente

Sinto-me honrada em dirigir uma instituição que proporciona diferenciais únicos à sua comunidade.

A publicação do 5º Edital para a Revista Acadêmica proporcionou surpresa feliz à mim e minha equipe ao receptionarmos uma centena de artigos de mais elevada qualidade. As produções apresentadas por nossos mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos são coerentes e baseadas nos fundamentos da metodologia científica aplicada a cada área a que se propuseram discorrer. Admito que foi uma missão profundamente gratificante examinar cada produção submetida.

Nessa memorável edição, inicialmente, apresento um artigo de minha autoria, fruto de um estudo minucioso, o artigo: “Suicídio Juvenil y los Factores Familiares”, versão em espanhol. Nele, abordei questões relacionadas aos fatores de risco que levam milhares de crianças e adolescentes ao suicídio todos os anos. Os demais artigos são diversificados e de cunho acadêmico privilegiado. Nossos autores discorreram sobre temas igualmente relevantes e atuais.

A Edição Ouro foi concebida para dar subsídios multidisciplinares aos leitores. Para garantir a qualidade e o rigor do periódico, este volume, contendo as narrativas de 37 autores, foi submetido à avaliação dos pareceristas e supervisionado por especialistas, mestres e doutores na área pertinente de cada artigo ou estudo de caso, incluindo uma análise minuciosa por mim.

O periódico Revista Científica vem premiar você com temas contemporâneos e de grande valia tanto para sua carreira profissional quanto para sua vida pessoal.

Por isso, lhe convidamos para esta leitura com a certeza de estar apresentando a você, querido leitor e autor, mais uma edição desta conceituada revista.

Ao autor, nossos votos de honra e agradecimento.

Ao leitor, nossos votos de dedicação.

A todos, uma boa leitura!

*Dra. Sara Bernardes
Presidente*

PREFÁCIO

Foi-me solicitado pela Professora Doutora Sara Bernardes a elaboração de mensagem para Edição Ouro, referente à abril de 2018, da Revista Acadêmica do prestigioso IESLA – Instituto de Educação Superior Latino-americano. Para mim é um tremendo desafio tecer tais palavras e vários são os motivos. O primeiro porque é uma grande responsabilidade tecer comentários inaugurais de um periódico científico altamente qualificado nos âmbitos nacional e internacional, o que prontamente significa incorrer em sérios riscos inerentes a este humilde docente. Segundo porque já é dificultoso tratar da análise de especificidades de apenas um ramo científico, o que dizer ainda de tendências contemporâneas multidisciplinares. A terceira, talvez o mais importante de todos, é que cada vez mais, no mundo contemporâneo, se mostra tão confuso e colidente que é absolutamente arriscado afirmar que há um caminho para avaliar as tendências. Ao contrário, os caminhos são vários, tortuosos e colidentes.

Todavia é preciso cumprir com a missão confiada e nesse aspecto creio que é preciso tecer algumas considerações preliminares sobre o conhecimento. Por natureza, todos os homens desejam conhecer, adverte Aristóteles no início da sua Metafísica. Somos seres de razão. Conscientes da existência e assombrados com ela. O mundo que nos cerca, nosso próprio ser e nossas criações culturais dão-se à percepção e provocam a curiosidade da razão. Queremos, como uma criança diante de uma caixa, rasgar o embrulho, abrir o pacote e escarafunchar seu conteúdo. Esta postura investigativa inerente à natureza de todo homem é, para uns, o exercício de toda uma vida, a vocação, o chamado da alma ao saber e ao ensino. Por isso, é com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o volume 5, Edição Ouro, da Revista Acadêmica do IESLA, instrumento eficaz de divulgação de artigos científicos produzidos por discentes e docentes (nacionais e internacionais) das mais diversas áreas do conhecimento científico.

Sabemos que a pesquisa científica contínua é pedra angular no aperfeiçoamento da relação de conhecimento, bem como na melhoria da atuação, profissional ou social, dos nossos professores e alunos. O conhecimento não pode ser acessível a poucos e, sua produção, isolada e incomunicável nos intramuros das Escolas. A razão anseia pelo debate, por meio do qual, amplia exponencialmente seu domínio sobre o mundo. Neste sentido, é que se justifica a escolha pela publicação que ora se apresenta ao público, e que possibilita a conexão de todas as mentes do planeta. Navegar é preciso!

Portanto, a Revista tem como objetivo primordial o fornecimento de um canal de divulgação e interação dos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, entre si e com o mundo, na busca das soluções que a vida humana em coletividade organizada tanto demanda. E como não poderia deixar de ser, este volume traz à discussão uma variedade de temas atuais e intrigantes.

Gostaríamos, por fim, de agradecer a todos, autores, colegas editores e avaliadores, e aos nossos discentes que, muito gentilmente, nos acompanharam na realização desta Edição Ouro da Revista Acadêmica do IESLA. A todos uma boa leitura!!!

Belo Horizonte, 04 de abril de 2018

*Prof. Raphael Silva Rodrigues
Prof. Cilas Bernardes Rosa*



SUMÁRIO

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PODER, AUTORITARISMO E FRACASSO ESTATAL <i>Adriana Arcanjo Santarelli</i>	29
RESERVA FLORESTAL LEGAL <i>Alessandra Marques Serrano</i>	37
PSICANÁLISE E CULTURA NAS TRANSFORMAÇÕES DAS CIDADES - DE LAS VEGAS A LÓGICA DE CARAVAGGIO <i>Aline Aparecida dos Santos</i> <i>Maria Ester Jozami</i>	49
EVASÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE O ABANDONO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA <i>Alfredo Tiago Oliveira Santos</i> <i>Edla Maria Gonçalves de Alencar Trigueiro</i>	63
O AGIR COMUNICATIVO DE HABERMAS: QUAIS SÃO OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS? <i>Anélia Teresinha Dias Grassi</i>	73
A GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL - ESTUDO DE CASO <i>Amarildo Reino de Lima</i> <i>Maria Eva Freira Alkimim</i>	85
POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS DISCENTES DA ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS <i>Bruna Carneiro Fernandes Lima</i> <i>Renato Mendes Silva</i> <i>Marcelo Pereira da Silva</i> <i>Tereza Cristina Pinheiro de Lima</i>	95

OBESIDAD MÓRBIDA Y EL IMPACTO EN LAS RELACIONES
INTERPERSONALES, A LA LUZ DE LA PSICOLOGIA SOCIAL, POLÍTICA Y SOCIOLOGÍA
Cláudio Ribeiro

111

PSICOLOGIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONEXÃO VIRTUAL
NO MUNDO CONTEMPORÂNEO
Eliane Maria Mariucci

119

ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM UM
CURSO DE PEDAGOGIA EM EAD
Elias Ferreira de Oliveira

127

FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO
MÉDIO PÚBLICO E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA LATINA:
REVISÃO INTEGRATIVA
Fabrizia Borges Duarte

137

DA TEORIA DAS CAPACIDADES SOB A PERSPECTIVA DO
PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
Flávia Maria de Freitas Cherem

149

A DEMOCRÁTICA E A SUA DEMOCRATICIDADE
Georgia Costa Queiroz

161

DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO
A DISTANCIA EM CIÊNCIAS AERONÁUTICAS
João Pereira Dias

169

AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA E OS CONFLITOS
EM SALA DE AULA
José Cleudo Matos Cardoso

175

ASPECTOS METODOLÓGICO E LINGUÍSTICO DA LÍNGUA
PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO
Leiliane Aline Rodrigues Vieira

185

CARACTERÍSTICAS DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS GESTORES DO AGRONEGÓCIO QUE ATUAM NA CADEIA PRODUTIVA DO PÊSSEGO NA REGIÃO DE BARBACENA/MG <i>Luciano Alves Nascimento</i> <i>Sergimara Gava do Carmo Batista</i>	<i>195</i>
LEGÍSTICA PARA APRIMORAR AS LEIS BRASILEIRAS <i>Luís Fernando Pires Machado</i>	<i>213</i>
AS CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA POR PIERRE BOURDIEU E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO <i>Luiz Fernandes da Costa</i>	<i>223</i>
INFERENCIAS ANTROPOLÓGICAS EN LA OBRA DE VICTOR FRANKL: EN BÚSQUEDA DE SENTIDO UN PSICÓLOGO EN EL CAMPO DE CONCENTRACIÓN <i>Niquélen Bianca Miller Franca</i>	<i>231</i>
O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE TEMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA SINGULARIDADE DO SUJEITO <i>Osni Pavão dos Anjos</i>	<i>241</i>
CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO <i>Sabrina Coelho Freire</i> <i>Thereza Juliana Frota de Moura</i>	<i>251</i>
UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR <i>Sérgio Rodrigues de Souza</i>	<i>261</i>
NEGOCIAÇÃO: UMA SÍNTESE DA VISÃO DOS ESPECIALISTAS <i>Valdir Amado da Silva</i>	<i>277</i>
HANSENÍASE: QUEDA NA FRONTEIRA DA SEGREGAÇÃO: O IMPACTO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE MANAUS-AM <i>Wenderson Wagner Garcia de Matos</i> <i>Ivonne Canseco Canales</i> <i>Meiriane Ferreira Souza</i> <i>Maria Cristina Abreu e Ricardo Bezerra de Freitas</i>	<i>297</i>

REVISTA ACADÊMICA
V.5

SUICIDIO JUVENIL Y LOS FACTORES FAMILIARES

Dra. Sara Bernardes

RESUMEN

La investigación bibliográfica y empírica sobre los mecanismos causales subyacentes al suicidio juvenil y al comportamiento suicida es necesaria para informar los esfuerzos iniciales de identificación y prevención.

PALABRAS-CLAVES: suicidio. adolescentes. juventud. factores de riesgo, familia, intento de suicidio.

ABSTRACT

The literature and empirical research on the causal mechanisms underlying juvenile suicide and suicidal behavior is needed to inform early identification and prevention efforts.

KEYWORDS: suicide. adolescents. youth. risk factors. family. suicide attempt.

Dra. Sara M. A. Gouveia Bernardes es Pos- Doctora por la Universidad Nacional- UNLaM, Pos-Doctoranda en Psicología Social por la Universidad Argentina John Kennedy, Doctora en Ciencias Jurídicas y Sociales, tema: LA RESPONSABILIDAD DEL ESTADO EN REGULAR LA CRISIS DE LOS INSTITUTOS JURÍDICOS: FAMILIA Y MATRIMONIO, área de concentración en Derecho Civil en un contexto sociológico-jurídico, aprobado con nota máxima e indicación de publicación de la obra. Doctoranda en Derecho Civil por la Universidad de Buenos Aires, habiendo concluido todos los créditos. Graduada en Derecho por la Universidad de Cuiabá, especializaciones en Derecho de Familia y Derecho Civil. Tiene vasta experiencia en el área de Derecho Civil. Actúa con expertise en la dirección ejecutiva y en la presidencia de instituciones de enseñanza superior a nivel nacional e internacional. Preside y participa del Consejo Editorial de revistas jurídicas brasileras. Autora de artículos relacionados a Derecho Civil y de familia. Docente en el Programa de Doctorado en Ciencias Jurídicas y Sociales de la UMSA, Argentina. Fundadora del Proyecto “Conocimiento Genera Vida y del Proyecto Mi Familia Feliz”. Presidente del IESLA - Instituto de Educación Latino- Americano y Directora de ESJUS - Escuela Superior de Justicia. Profesora invitada de Pos- Doctorado en Derecho en Argentina y de Maestría en España. Orientadora de tesis doctorales para alumnos brasileros y angolanos. Conferencista internacional en temas de Familia, Matrimonio, Niño y Adolescente.

OBJETIVO DEL ARTÍCULO

El presente artículo se concentra en los estudios bibliográficos y desarrollos recientes sobre la epidemiología, factores de riesgo y su relación con los aspectos familiares para el suicidio juvenil y el comportamiento suicida.

RESULTADOS ESTADÍSTICOS RECIENTES

La tasa de suicidios entre niños y adolescentes en Brasil y en los Estados Unidos aumentó drásticamente en los últimos años y acompañó cambios sustanciales en los principales métodos de suicidio juvenil, especialmente entre las niñas. Aún queda, mucho por investigar sobre las relaciones entre psicopatología, uso de sustancias, abuso infantil, bullying, uso de la internet y comportamiento suicida juvenil. Evidencias recientes también nos sugieren roles específicos de sexo y moderadores de género para la influencia del riesgo de suicidio y del comportamiento suicida.

Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), la violencia interpersonal, es la principal razón por la cual los jóvenes entre 10 y 19 años pierden la vida precozmente en Brasil, reveló el órgano a BBC Brasil.

La información proviene de un estado global sobre muerte de adolescentes, publicado recientemente. De acuerdo con esta entidad, las principales causas de muertes entre adolescentes brasileños de 10 a 15 años son las siguientes y en el orden siguiente: violencia interpersonal, accidentes de tránsito, ahogamiento, leucemia e infecciones respiratorias.

Y, los jóvenes entre 15 a 19 años mueren a consecuencia de violencia interpersonal, accidentes de tránsito, suicidio, ahogamiento e infecciones respiratorias.

Así, como en los Estados Unidos, en Brasil, las tasas de muerte por suicidio de adolescentes están ya en la tercera posición.

Este asunto fue mantenido en secreto hasta que por fin, se tornó visible en internet. En números absolutos, Brasil gana visibilidad en informes o relatorios siendo, el octavo país con mayor número de suicidios en el mundo, según ranking divulgado por la OMS (Organización Mundial de la Salud) en el año de 2014.

Por lo expuesto hasta aquí, creemos que, el suicidio entre los jóvenes representa un importante problema de salud pública.

DISCUSIÓN DEL TEMA

La propia existencia y evolución histórica del ser humano, trae consigo, sucesivas demandas externas que colocan en riesgo la capacidad responsable del organismo humano. Estas demandas son actualmente en nuestras sociedades, sujetas a influjos constantes y brutales consecuencias de cambios vertiginosos. La transición de la sociedad industrial para la sociedad tecnológica fue relativamente suave, pero el siguiente paso, de la sociedad tecnológica a la cibernética fue alarmantemente rápido y vertiginoso que llevó a una sobrecarga alostática (una reacción alostática se puede transformar en carga alostática cuando una persona es sometida a un estrés repetido, no aliviado o continuo) muy desafiante especialmente para jóvenes y ancianos. Existen dos características esenciales de una nueva sobrecarga alostática pos –moderna: la cronicidad en la vida de los seres humanos y la apariencia cada vez más precoz de un organismo, o sea de

la persona para encarar esta cronicidad. Este estrés crónico es una demanda que, el ser humano, según fue diseñado, no estaba para enfrentar. Exigencias externas pero temporarias se están instalando en la vida de los seres humanos tempranamente, alcanzando el estado pre-natal hoy, según la psiquiatría infantil.

El estrés crónico, con su inestabilidad progresiva y alostática y su autor principal, que, como nunca antes que, como nunca antes, interpreta el papel de malo o cortisol, son los mayores responsables por la mayoría de los problemas de salud pública a nivel nacional extendiéndose por toda la esfera social, relacional, escolar, profesional, parental y conyugal, que, causan secuelas graves y muchas veces irreversibles.

Según, la bibliografía estudiada y, la experiencia que, acumulé con el trabajo voluntario desarrollado con familias desde el año 2006, los factores familiares, que, incluyen la psicopatología de los padres, la historia familiar de comportamiento suicida, la discordia familiar, la pérdida del padre, la muerte, el divorcio, la baja calidad de relacionamiento padre-hijo y los malos tratos están asociados a aumentar el suicidio adolescente y el comportamiento suicida.

Nunca antes se vio en la historia y se sintió el reflejo de la desestructura familiar como en el contexto actual contemporáneo. Se indica una llamada transhistoricidad social, política, económica, y cultural que, en poco tiempo se reflejó en la cultura, valores y conducción político-legal de la sociedad.

Es de importancia, destacar que, tales mudanzas provienen principalmente:

Los cambios demográficos, en especial la mayor longevidad humana; la participación creciente de la mujer en el mercado de trabajo; el divorcio y las organizaciones familiares distintas de la familia nuclear tradicional; el control sobre la procreación a partir de los anticonceptivos; las transformaciones ocurridas en los roles parentales y de género. (AMAZONA; BRAGA, 2006).

Con la salida de la mujer para el mercado de trabajo las familias pasaron a adherir nuevos papeles en sus integrantes. Como consecuencia, el modelo tradicional pasó a diluirse rápidamente. El Estado a su vez, no se sabe si por comodismo o por interés de sus líderes en lugar de pensar en el reflejo a largo plazo de la desestructura de su base, intentándose “adecuar” al nuevo orden, pasó a crear y sancionar leyes que, favorecen la dilución de la familia tradicional.

Rabelo (2010), defiende que, la desagregación familiar es una de las principales causas responsables por la delincuencia infanto-juvenil. La importancia y relevancia de estudiarse esta cuestión está directamente ligada al aumento de los crímenes y grado de violencia expuestos en los crímenes realizados por adolescentes. De acuerdo, con el periódico Globo, en el año 2012, el número de menores envueltos en crímenes fue dos veces mayor del que el número de adultos, por ejemplo.

El reflejo de la desestructura familiar dentro de este número estadístico puede estar directamente ligado al hecho de que es en el ambiente familiar que el individuo aprende a desenvolver vínculos afectivos, más allá de valores que incluyen las normas de conducta y el valor personal del individuo. Una vez que el individuo es criado sin valores encontrados en el seno familiar no hay vínculos afectivos que puedan poner límites a su comportamiento.

Tanto la desestructura familiar como la situación de los padres que trabajan fuera de casa, ha posibilitado lamentablemente una mayor exposición al riesgo de abuso sexual infantil y al abuso físico de niños y adolescentes en razón de la pequeña vigilancia física ejercida por los padres, que están envueltos más en sus trabajos profesionales y sociales. El abuso sexual infantil y el abuso físico de niños y de adolescentes lleva a un aumento significativo en la ocurrencia de una variedad de desvaríos de salud mental, incluyendo ideas sobre el suicidio hasta llegar al comportamiento suicida en jóvenes entre los 16 y 25 años. Los

autores estudiados descubrieron que, la exposición al abuso sexual infantil tiene un efecto más acorde a los resultados de salud mental del que, la exposición al abuso físico apenas infantil. En otro estudio, aproximadamente 50% y 33% de los intentos de suicidio entre mujeres y hombres respectivamente fueron atribuibles a la experiencia de la adversidad infantil (abuso físico, sexual y violencia doméstica presenciada), indicando que, mismo una pequeña reducción en esas experiencias de infancia podrían tener efecto dramático en la reducción de la prevalencia de intentos de suicidio en la población en general.

Cuando un niño experimenta tanto abuso infantil como divorcio parental versus apenas divorcio parental, hay un aumento estadísticamente significativo en la probabilidad de un intento de suicidio más tarde en su vida.

Brezo, y sus colegas realizaron un estudio de corte longitudinal para determinar la relación entre el abuso infantil y las tentativas de suicidio posteriores. Los niños no abusados eran menor propensos a tener comportamientos suicidas no fatales en comparación con aquellos que sufrieron abuso. El abuso sexual por parte de un familiar mediato o directo, los incidentes repetidos de abuso sexual y la mayor gravedad del abuso confieren un riesgo mayor en intentos de suicidio.

Salzinger y sus colegas siguieron dos conjuntos de niños en escuelas urbanas a lo largo de un periodo de 4 años (tiempo 1: edad media 10,5 años, n=100 abusados y 100 no abusados, tiempo 2: edad media 16,5 años, n= 78 abusados y 75 no abusados). Ellos descubrieron que, el abuso físico pre-adolescentes era uno de los factores esenciales independientes de la idea de suicidio e intento de suicidio; apenas los comportamientos internalizadores midieron la relación robusta entre abuso físico e idea de suicidio.

En lo que, se refiere a la relación familia-escuela y asedio moral, Klomek y colegas descubrieron que, niños que eran agresores y víctimas de bullying tenían mayor probabilidad de presentar comportamientos suicidas en comparación con aquellos que no exhibían comportamientos de bullying o que, eran apenas víctimas.

Para las niñas el efecto fue diferente del bullying. Las niñas que eran víctimas de bullying eran más propensas a exhibir comportamientos suicidas en comparación con aquellas que no eran agresoras ni víctimas. Los investigadores examinaron las trayectorias del desarrollo del bullying y victimización durante la adolescencia sobre la delincuencia y su prejuicios al final de la adolescencia. Tanto para los niños como para las niñas, aquellas trayectorias de la víctima de agresión mostraron niveles mayores y autodestructivos.

Los avances en la tecnología ayudaron a crear una nueva forma de bullying: bullying cibernético. El bullying cibernético puede ocurrir a través de correos electrónicos, mensajes de texto en los teléfonos celulares y mensajes o fotos en las redes sociales de internet (por ejemplo, Facebook, MySpace, Twitter), y pueden ser perpetrados por otros adolescentes o adultos, como fue relatado recientemente.

Esta preocupación no sólo atañe al Brasil sino también al mundo. Un estudio realizado por Tarnowski(2011) indicó que, en el contexto francés existe una grande discusión sobre la legitimación familiar y preocupación con los reflejos que los nuevos modelos familiares traer a los individuos y a la sociedad como todo.

El comportamiento y el suicidio juvenil nos lleva a conjeturas y reflexiones seria sobre las causas de los diversos sectores de esa llamada “ transhistoricidad” y la falta de preparación del individuo en este escenario.

La familia no se restringe a ser solamente una especie de institución que contribuye a la formación de la sociedad y tampoco sola posee el atributo del amor. Ella va a ser una especie de “laboratorio” donde

la persona va a poder experimentar las relaciones en sus diversas combinaciones.

A través del ejercicio de las funciones parentales, los recuerdos de la infancia y la convivencia entre ellos se va a generar un espejo en el relacionamiento con el mundo externo, como también cuando los hijos generan sus propios hijos pasando a revivir los mismos conflictos que tuvieron con sus padres.

El psicoanálisis nos muestra la importancia de la función paterna en la cual es instituido el interdicto, donde la madre permanece “eternamente” con su hijo como si este fuese la extensión de ella. Con el surgimiento de la ley, ocurre la frustración donde es mostrado que ni todos los deseos son satisfechos haciendo con que el individuo sepa lidiar con la realidad. (FÉRES-CARNEIRO,1998).

Nacemos completamente dependientes biológicamente e inmaduros psíquicamente y, la dependencia biológica va a estar ligada a la dependencia psíquica. Para no sucumbir frente a esta problemática, es que, precisamos que haya un interdicto, no sólo en la satisfacción sin límites , pero también, en relación a nuestros impulsos de amor y odio. Es a través de las funciones paternas y maternas que va a ser posible nuestra sobrevivencia, no solamente de nuestros impulsos como también para la formación de nuestro psiquismo. (FÉRES-CARNEIRO, 1998)

Cuando los padres entonces, se extrapolan en sus relacionamientos y el conflicto se torna una rutina, ocurre el estrés crónico que, contamina toda la atmosfera del hogar tornando el ambiente tóxico. Cuando el amor deja de tornarse explícito entre los padres puede representar una angustia silenciosa en el alma de los niños y de los adolescentes. Porque somos, nosotros, los adultos, que, denominamos cómo son las cosas, lo que el adulto dice, es. Un niño, un joven es como una semilla: toda su vida, todo su ser está bloqueado en aquella promesa. Y así, como la semilla precisa ser plantada para germinar y en seguida recibir cuidado y cariño para tornarse plenamente como una planta de árboles, de trigo , etc, un niño trae consigo un conjunto de talentos que sólo serán expresados en la medida que el reciba los nutrientes que serán el motor de su crecimiento. El niño y el adolescente precisan de nutrición para creer, confiar, saber que es valioso, atreverse a superar a sí mismo, y a levantarse cada vez que cae. Parte importante de esta nutrición son las palabras específicamente los adjetivos con los cuales adultos/ padres se refieren a ellos y las expresiones explicitadas de amor que contagie. Palabras acompañadas por actitudes. Los padres son llamados a dar cantidad más apreciable y ser los actores relevantes en la expresión de amor explícito seguido de los abuelos, hermanos mayores y otros adultos importantes. La vida de los niños y adolescentes está atormentada por fallas y errores; en relación a ellos, el niño cuestiona todo, y duda de su capacidad incluso de enfrentar todo ello y aún más de superar todo. Pero si el niño y el adolescente tienen seguridad absoluta de ser amados, ellos se van a levantar frente a cualquier desafío y superaran la decepción, así como transformaran el fracaso en oportunidad y adquieren una certeza sobre el significado de lo que, aconteció con ellos. Reconocerse amados, les da a los niños y a los adolescentes una flexibilidad precoz de tener la capacidad y la perspectiva en procura de mejores soluciones. Otros factores familiares ya fueron estudiados por psiquiatras y neurocientistas como el cambio de domicilio. Adolescentes de 11 a 17 años que, frecuentemente se mudaron durante la infancia fueron más propensos a hacer tentativas de suicidio durante la adolescencia y cuánto mayor cantidad de veces cambiaron de domicilio, más elevado el riesgo de cometer suicidio, aún después de controlar posibles factores de confusión en el nacimiento y durante la educación. Hubo una relación dosis-respuesta entre el número de movimientos y riesgo de intento de suicidio: los jóvenes que, se mudaron tres a cinco veces eran 2,3 veces más propensos a intentar suicidio en comparación con aquellos que nunca mudaron de residencia, y aquellos que se mudaron más de 10 veces fueron 3,3 veces más propensos a intentar suicidio, controlando el orden del nacimiento, local de nacimiento y factores paternos y maternos. El control de factores adicionales para los niños y padres atenuó

esas asociaciones específicas. El análisis de los complementos suicidas revelan una asociación semejante entre cambio de domicilio y suicidio.

Los científicos acostumbrar a pensar que, apenas los bebés poseían una superabundancia de conexiones neuronales, que, son desarrolladas en un hogar más eficiente en los tres primeros años de vida.

Estudios de imágenes cerebrales hechos en los últimos años descubrieron que, una segunda explosión de brote neuronal acontece luego después de la pubertad. El auge ocurre a los once años para las niñas y a los doce para los niños. Las experiencias de cada adolescente- desde los romances de vampiros hasta aprender a dirigir- moldean esta nueva masa siguiendo principalmente la estrategia de “use u olvide” dice Johnson.

La reorganización estructural permanece activa hasta los 25 años de edad no obstante pequeñas mudanzas ocurran a lo largo de la vida.

Debido al aumento de la masa cerebral, el cerebro adolescentes se torna más interligado y gana el poder de procesamiento. “Adolescentes comienzan a tener habilidades computacionales y de toma de decisiones de un adulto, caso engañan determinado tiempo y acceso a la información , dice Johnson. Entre tanto, a la hora de decidir, ellos pueden ser excesivamente influenciados por sus emociones. Eso porque el cerebro del adolescente está más alineado con el Sistema Límbico, que es el banco emocional del cerebro de lo que con el córtex pre frontal más racional . Los padres pueden quedar confundidos con esta dualidad de competencia porque, al final ellos son muchas veces sorprendidos con actitudes inesperadas de los hijos. Mismo, siendo dóciles ellos pueden dar golpes en la pared, aumentar exageradamente el tono de su voz, o encerrarse en sus cuartos por horas. Y después actúan como si nada aconteció. Y ni saben explicar racionalmente el por qué de esas actitudes. La personalidad del adolescente está en formación y no se puede exigir de él comportarse como si ya fuese una pieza terminada o “lista” , porque nadie nunca estará “listo” porque somos piezas en construcción.

La conducta del adolescente está dominada por la acción, siendo ésta su forma más típica de expresión. Pero el adolescente no puede mantener una línea de conducta rígida , permanente, así sea que, lo intente. Él tiene una personalidad, al decir de Spiegel, “ esponjosa” o sea permeable, absorbente, que, recibe y también proyecta todo enormemente. Eso hace con que no pueda tener una conducta lineal, lo que sólo es observado en situaciones patológicas como el autismo y en las neurosis. En verdad el mundo adulto que no soporta las contradicciones de los adolescentes no acepta sus identidades transitorias y exige de ellos una actitud adulta para la cual aún no están capacitados. (La Psicología de la adolescencia, Vera Lúcia do Amaral, pág.8)

Al referirse al desarrollo del córtex pre frontal y el Sistema Límbico respectivamente, Johnson dice que, “ los frenos son accionados un poco más tarde de lo el acelerador del cerebro. O sea, los adolescentes precisan de dosis más elevadas de riesgo para sentir la misma cantidad de emoción de los adultos”

Juntas esas alteraciones pueden tornar los adolescentes vulnerables a comportamientos de riesgo, como el uso de drogas, peleas, y hasta mismo el comportamiento suicida. Al final de la adolescencia, aproximadamente desde los 17 años en adelante, los adolescentes están más bien preparados para reflexionar sobre algunos de sus comportamientos durante la fase mediana de la adolescencia.

Entonces, lo mejor que, los padres pueden hacer es continuar siendo padre. El padre continua siendo padre para su hijo, y la madre siendo madre para su hijo. Parece tan obvio, pero ni tanto así, porque decía una antigua propaganda “ no basta ser padre tiene que participar”. Y participar en todo lo que envuelve la vida de los hijos. Los adolescentes tienen vulnerabilidades específicas de desarrollo y precisan que, los padres conduzcan su comportamiento con amor, respeto y disciplina. Los padres deben

ser amigos de sus hijos pero sin olvidar que, son primordialmente padres. Y en cuanto padres precisan guiar al adolescente por los caminos que lo conducirán al destino idealizado por sus padres o mejores mentores.

La importancia del papel fundamental de los padres (aún) es reforzada por estudiosos como en la pesquisa de Feinstein, un estudio con adolescentes mostró que el 84% piensan mucho en su madre, y el 89% en su padre. Ya más de tres cuartos de los adolescentes les gusta pasar tiempo con sus padres: 79% disfrutan de la presencia de la madre y 76% de la del padre.

Según los datos de un estudio que hice durante el desarrollo de mi Investigación Científica para mi Tesis de Doctorado, mostró que el 91% de los entrevistados hijos de padres divorciados dijeron sentir la falta de los momentos felices del tiempo en que la familia estaba unida y sólo el 13% declaró entender la decisión de divorcio de los padres. El deseo del 85% de ellos revela la angustia sentida por los hijos de padres divorciados . Ellos declararon : “Por favor, finjan que, nada ocurrió y que, vuelva (padre, madre) para casa”

La importancia de los padres es evidente en la adolescencia y esto puede ser demostrado por las estadísticas científicas que conseguí también a lo largo de mi pesquisa doctora. La investigación señala que, el hijo adolescente de hogares donde hay ausencia de uno de los primogenitores o de ambos está ocho veces más sujeto a anormalidades patológicas de aquellos que conviven con los padres. Debemos resaltar que, al hablar de “familia” nos estamos refiriendo al concepto de familia estructurada por Dios, o sea un hogar donde exista amor, respeto, disciplina, incentivo, compañerismo, alegría y mucha unión. Hogares donde las peleas constantes, la falta de respeto, el egoísmo y desinterés es una fábrica de tragedias emocionales y espirituales para los hijos, (sino, para todos)

El psicoanalista Evilázio Vieira, resalta que, una buena relación familiar es la principal arma de combate a las drogas y a los problemas emocionales que, cometen los adolescentes y los jóvenes. Él explica que, a partir de la adolescencia, el individuo procura el ambiente de afuera de casa y los amigos para buscar aprobación e identificarse para después volver al hogar. Cuando la familia tiene una base sólida y ofrece amor, atención, él no siente necesidad de buscar un escape de la realidad en las calles al lado de los amigos; él usa el ambiente externo de forma saludable. Pero cuando su vida es insustentable en el ámbito familiar él busca suplir en la calle aquello que le falta dentro de casa; en este caso es donde tiene inicio la dependencia química, la rebeldía y el comportamiento violento. Por tanto, la familia es algo único e insustituible, extremadamente necesario para la formación de todo ser humano. Su ausencia genera graves consecuencias. Padre e hijos precisan mantenerse unidos, dialogando diariamente. Es preciso cuidar a la familia y de la familia con cariño, dedicación y fe para que su estructura se mantenga fuerte y sus individuos no caigan en el mundo de los vicios y de una vida sin sentido.

Uno de los eventos de la adolescencia es la poco a poco cuando el adolescente se va separando de la familia, porque, ya consigue desenvolver solo sus actividades escolares entre otras. Y con todo esto, quieren mostrarse “adultos” e intentan resolver sus asuntos con autonomía y ellos aún precisan del apoyo de sus padres a quienes procuran para recibir ese soporte. Padres que exigen un comportamiento adulto de sus hijos de 16 o 17 años están siendo crueles y obran de forma injusta porque ellos no tienen madurez para eso. Esa demanda indebida puede ser una puerta para el fracaso incluso de una vida adulta. Lo contrario también es nocivo o sea padres que no aceptan el crecimiento de sus hijos adolescentes, generando en ellos más ansiedad. Eso, va a dificultar la madurez interior y perjudicar el desarrollo de la personalidad de los hijos. Una de las mejores maneras de ser un buen padre para un adolescente, más allá de ser un buen oyente es ser un buen modelo, especialmente al lidiar con estrés u otras dificultades de la vida. Los

adolescentes están constantemente intentando descubrir cómo superar esos nuevos desafíos y observar al padre o a la madre en esas situaciones es algo natural y saludable. Los padres precisan estar atentos a las actitudes que ellos están generando en sus hijos.

La separación progresiva de los padres precisa ser encarada con naturalidad pero nunca con abandono; con supervisión pero nunca con mutilación de las emociones, pensamientos o actitudes. Los adolescentes están en un camino que, les genera mucha ansiedad y los padres tienen el papel fundamental para conducirlos en este camino.

Estudios demuestran que, el papel de la familia ha sido el foco en varias áreas de las ciencias, demostrando de manera científica aquello ya protagonizado desde la formación milenaria de la familia.

Diversos estudiosos del comportamiento humano comprobaron que, las figuras paterna y materna desprendiéndose a enseñar al individuo desde la primera infancia son fundamentales para el éxito del ciudadano a pesar de la familia vivirá rodeada de desafíos.

En lo concerniente, al contexto de formación familiar tradicional es importante destacar que el ACE (Estudio de las Experiencias Adversas en la Infancia – del inglés ACE - Adverse Childhood Experiences). Es un proyecto ambicioso de investigación epidemiológico americano que, estudia a larga escala la forma cómo las experiencias de la infancia afectan la salud en la vida adulta décadas más tarde como es el divorcio, (ausencia de uno de los dos padres), como siendo uno de los mayores problemas en la formación del individuo considerado un factor epidemiológico en los trastornos psiquiátricos de muchos adultos. Durante las investigaciones de campo que desarrollé para mi Tesis Doctoral entrevisté a 1,280 personas siendo ellas adolescentes y jóvenes. Al ser indagadas sobre cuál sería la “prioridad de sus vidas” fueron unánimes en decir que, se trataba exactamente de una “ familia unida, dejándonos una esperanza. El remanente florecerá.

Visualice en estos datos del gráfico, que ilustran la expresión de sus expectativas:

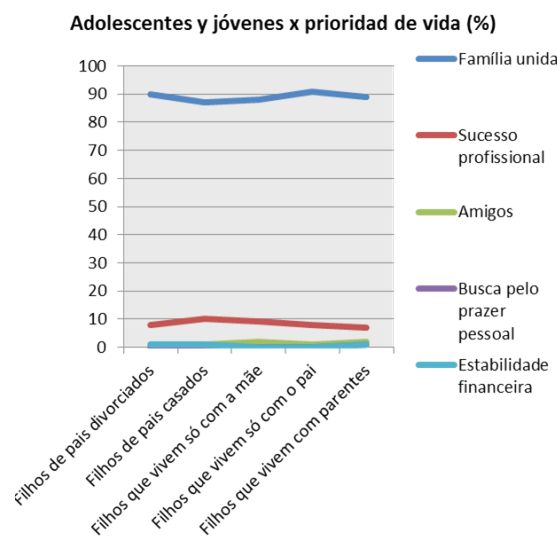


Gráfico 1: Expresión de los adolescentes y jóvenes frente a sus prioridades de vida.

Más del 85% de los adolescentes y jóvenes participantes de la investigación de campo cuyos padres se divorciaron afirmaron que, sentían falta del tiempo en que los padres estaban casados, ocasión en que

disfrutaban de una relación constante con ambos. “ Es maravilloso tener padre y madre dentro de casa”. Esto puede ilustrarse con los dos gráficos siguientes (gráficos 2 e 3):

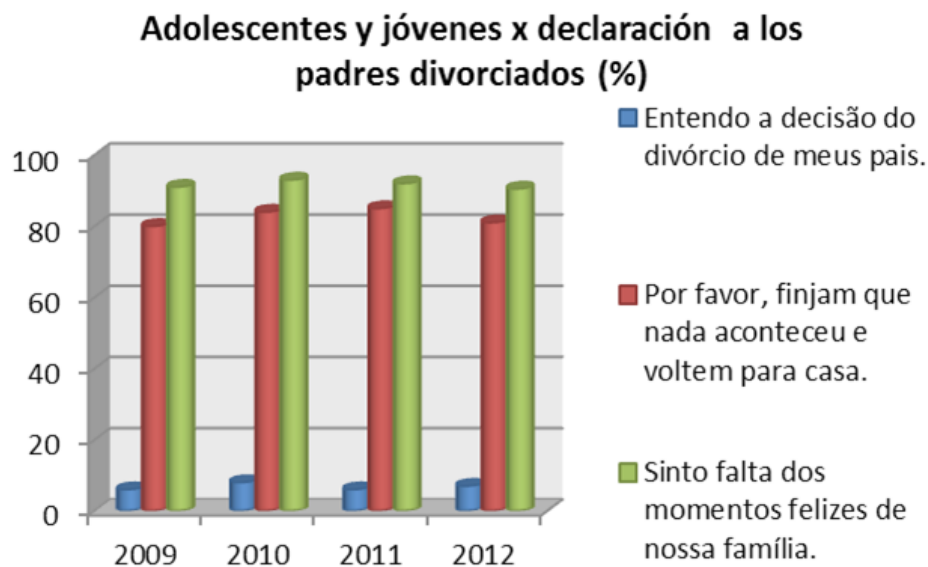


Gráfico 2: Declaración de los adolescentes y jóvenes a los padres /divorciados.

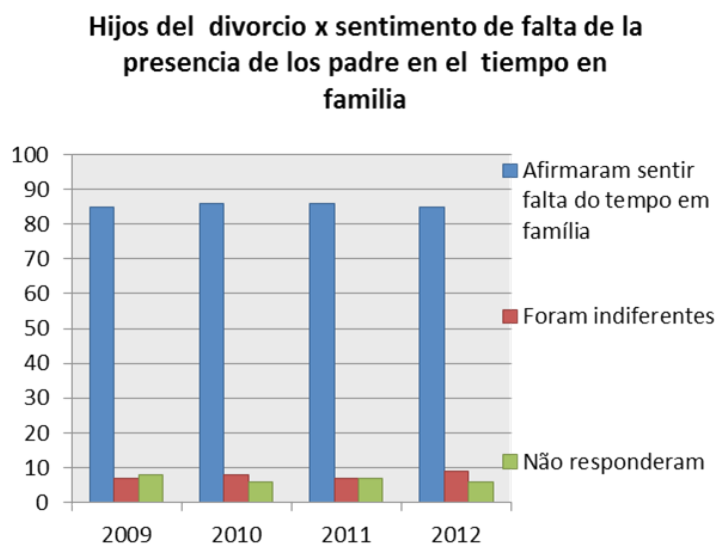


Gráfico 3: Expresión de los adolescentes y jóvenes frente al tempo y convivencia en familia, aún que hubiesen presenciado conflictos.

Estudios de investigación que desarrollé para mi Tesis de Doctorado, mostraron, que, los hijos oriundos de hogares desestructurados están tres veces más vulnerables al padecimiento de diversos males

como: agresividad, nerviosismo, resentimiento, desánimo, ansiedad, miedo, soledad, culpa, traumas, orgullo, egocentrismo, manía de enfermedades, alcoholismo, dependencia química, perversidad sexual, salud emocional inestable de un modo general abuso sexual, abuso verbal y aborto, comparados con aquellos que conviven con el padre y la madre casados.

Observe el gráfico 4 que sigue:

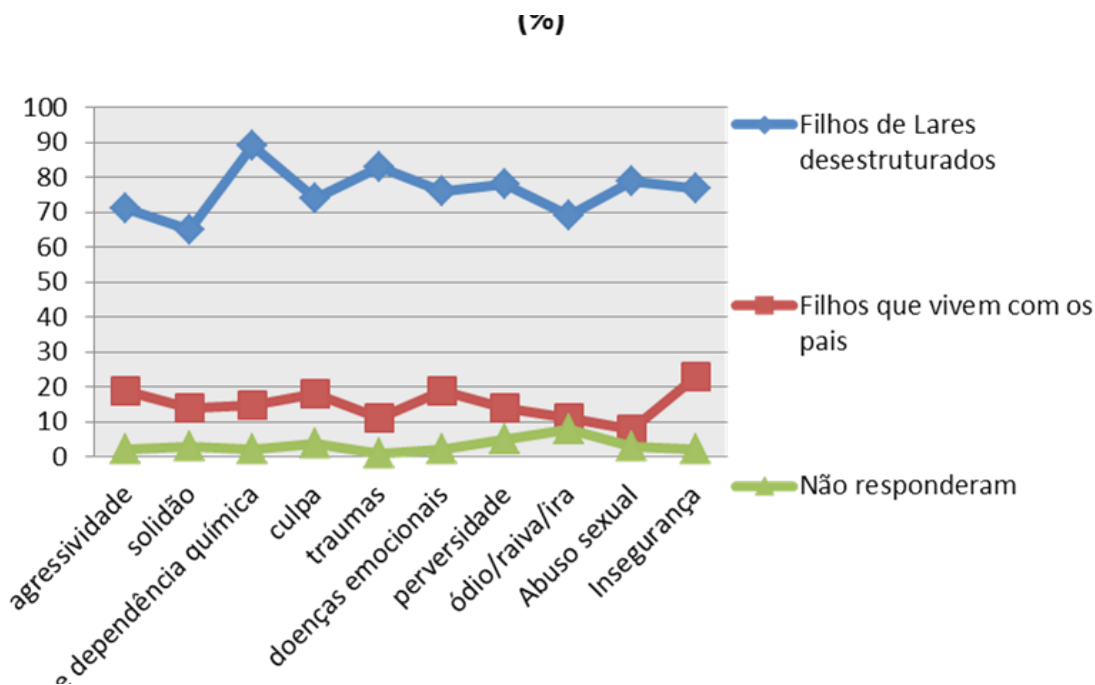


Gráfico 4: Estudio entre los adolescentes jóvenes entrevistados y la vulnerabilidad de los mismos a las patologías originadas en razón de la influencia del perfil de familias en que vivían.

La mayoría de los recién nacidos provoca en adultos reacciones de profunda ternura, admiración, respeto por el misterio de la vida. Cuando un nuevo bebé llega en casa, todos alaban sus características tan delicadas, su piel suave y comienzan a interpretar sus sutiles señales relacionadas como señales claras y convincentes de una inteligencia en ascenso. Los padres evitan dañar a los bebés y les hablan en susurros con una voz melodiosa que es exclusiva de las reacciones emocionales más reverentes. Es difícil entender y aceptar que, algunos años son suficientes para que, muchos niños recibidos en ese equipaje de emociones de una humanidad tan profunda que puedan ser o comiencen a ser abusadas psicológicamente, y privadas de protección necesaria lo que los coloca en riesgo de mayores daños, daños especialmente como el abuso sexual que, posteriormente resultará en serios problemas psicológicos.

Si ese bebé una vez tratado con ternura tiene la suerte de recibir genes por madures tardía y a los cuatro años, aún no habla con claridad, tiene miedo, es retraído, le cerrarán las puertas para entrar al sistema escolar, condenándolo frecuentemente a la exclusión social... Esta jornada inesperada e incomprensible nos muestra que la mayoría de los adultos desconocen la fragilidad emocional de un niño en trazos perennes que, reflejan las cicatrices de su alma. Es una ignorancia que, sorprende y aflige cuando a nuestro alrededor los animales que comparten nuestras casas nos dan lecciones diarias de respeto

y protección amorosa para el desamparado.

CONCLUSIÓN

Este artículo fornece de una visión general sobre la base de la pesquisa bibliográfica y estadística sobre suicidio y comportamiento suicida en la adolescencia con foco específico en factores familiares, psiquiátricos, psicológicos y ambientales. Estos datos nos permiten objetivar e informar y promover el conocimiento necesario para desarrollar una comprensión y examen más amplio de los factores de riesgo de suicidio de los adolescentes lo que puede promover pruebas iniciales que llevan a intervenciones direccionadas reduciendo así el riesgo futuro de anormalidades de la salud mental y comportamientos suicidas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS Y LECTURAS SUGERIDAS:

1. Bridge JA, Goldstein TR, Brent DA. Adolescent suicide and suicidal behavior. *J Child Psychol Psychiatry*. 2006;
2. Shaffer D, Gould MS, Fisher P, et al. Psychiatric diagnosis in child and adolescent suicide. *Arch Gen Psychiatry*. 1996;
3. Shaffer D, Gould M, Hicks RC. Worsening suicide rate in black teenagers. *Am J Psychiatry*. 1994 Dec
4. Bridge JA, Greenhouse JB, Weldon AH, et al. Suicide trends among youths aged 10 to 19 years in the United States, 1996-2005
5. Barker ED, Arseneault L, Brendgen M, et al. Joint development of bullying and victimization in adolescence: relations to delinquency and self-harm. *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*. 2008 Sep;
6. Klomek AB, Sourander A, Niemelä S, Kumpulainen K, Piha J, Tamminen T, Almqvist F, Gould MS, *J Am Acad Child Adolesc Psychiatry*. Childhood bullying behaviors as a risk for suicide attempts and completed suicides: a population-based birth cohort study. 2009 Mar;
7. ALVES, Ana Elizabeth Santos. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. *Trab. educ. saúde [online]*. 2013, vol.11, n.2, pp. 271-289. ISSN 1981-7746.
8. AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; BRAGA, Maria da Graça Reis. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora (Rio J.) [online]*. 2006, vol.9, n.2, pp. 177-191. ISSN 1516-1498.
9. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 1981.
10. BERNARDES, Sara; *Parentalidade: Pais e Filhos – o caminho para a educação*. Edições Superiores.2016.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PODER, AUTORITARISMO E FRACASSO ESTATAL

Adriana Arcanjo Santarelli¹

RESUMO

Embora a institucionalização de crianças seja uma prática histórica, inclusive no Brasil, o que este artigo pretende mostrar é que além do significativo aumento das ações, atualmente estas têm se mostrado mais higienista, classicistas e racistas. É notável que as instituições de acolhimento infantil no Brasil, não oferecem possibilidades nem garantem um futuro melhor para seus internos e famílias vem sendo destroçadas em nome de uma proteção inexistente.

PALAVRAS-CHAVE: institucionalização. bebês. situação de rua. mulher. substâncias psicoativas.

1 Psicóloga, Especialista e Mestranda em Ciências Criminológico- Forense na UCES/Argentina.

Elaine² apareceu morta em uma manhã de quarta-feira. Cheirou “lolo” demais... caiu... bateu a cabeça e morreu. Sozinha... a noite. Rapidamente?... Só se sabe que morreu. Agora é correr atrás da papelada e organizar o enterro. Enterro pobre, pra gente pobre. Ela deveria estar no abrigo, na escola, em tratamento, em atenção especial,... Mas estava lá na rua... cheirando lolo, vulnerável, violável, matável, descartável. A família não servia para “cuidar” dela, o Estado sim. Se Elaine tivesse morrido sob a guarda da família, alguém seria punido por negligência. Do Estado, ela recebeu a oportunidade de ficar longe do mal familiar, mas “escolheu” morrer na rua. Tinha 12 anos, foi enterrada, e logo será esquecida, porque outras Elaines estarão se “virando”³ por aí. Escondidas pelas ruas, fugidas dos abrigos.

Em 2014, nos serviços públicos da cidade de Belo Horizonte, começaram a aparecer puérperas e seus familiares, com queixa de terem tido seus filhos violentamente retirados de seus cuidados. O número crescente fez com que os técnicos desses serviços se unissem e buscassem entender o que vinha acontecendo.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através dos Promotores de Justiça da Infância e Juventude Civil da cidade de Belo Horizonte, dirigiu aos hospitais e Centros de Saúde (SUS) as recomendações 05/2014 e 06/2014, que impunham às instituições, o cumprimento do que nelas estava disposto, sob ameaça de responderem por crime de omissão em caso de negativa. Ou seja, deviam comunicar à justiça que mulheres usuárias de substâncias psicoativas ou em situação de rua, se encontravam grávidas, assim como o nascimento de seus filhos, com a finalidade destes ficarem sob a guarda Ministério Público. As recomendações foram substituídas em 2016 pela Portaria nº 3/VCIJBH/2016, dando maior garantia às ações.

Ainda é incalculável o número de bebês que foram separados de suas mães nos hospitais públicos da cidade. A forma irresponsável, preconceituosa e violenta como isso, vem acontecendo, leva a relatos de que uma simples análise fenotípica da mãe, pode ser usada para retenção do bebê e possível abrigamento do mesmo. Todas as mulheres que tiveram seus filhos forçadamente separados de seu convívio pela justiça eram pobres, com seus partos realizados em hospitais públicos e em sua maioria negras.

Segundo o Promotor de Justiça do Estado do Paraná, Murillo José Digiácomo (2009) não é possível que um simples “achar que” aquela mãe ou família colocará a criança em risco, venha a levar a institucionalização direta da criança. O despreparo das instituições públicas a ignorância sobre o Direito e a falta de respaldo legal oferecido, fez com que profissionais temerosos se comportassem como cúmplices desta insanidade que viola os direitos humanos e constitucionais de todo este círculo familiar vulnerável.

A institucionalização de crianças e adolescentes é uma necessidade quando configurada: a orfandade, a ausência de familiares para assisti-los, o desejo da família de que seu(s) filho(s) seja(m) abrigado(s), devido impossibilidade momentânea de garantir as necessidades da(s) criança(s) e/ou adolescente(s), nos casos de violação dos direitos e quando constatada violência contra o menor (físicas, psíquicas, sexuais e morais). A institucionalização esta definida na lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA, como medida excepcional, e vem sendo realizada puramente como criminalização da pobreza sob o manto da justiça e da padronização da vida na cidade de Belo Horizonte.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas, visualizado em 05 de março de 2018 contabilizavam 30.505 guias de acolhimento, perdendo apenas para São Paulo que possuía nesta data, 57.300.guias de acolhimento. No estado de Minas Gerais são 5038 acolhidos. No ano de 2017, a Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte encaminhou, 536 crianças e adolescentes para as entidades de acolhimento.

Agamben (2002, p. 144) relata como algumas vidas são tidas como, Vida sem valor ou indigna

² Todos os nomes são fictícios a fim de preservar o anonimato dos personagens reais.

³ Cometendo pequenos furtos/roubos, se prostituindo para conseguirem bancar necessidades básicas e o(s) vício(s).

de ser vivida. Estas mulheres/mães, que são encaixadas no perfil das recomendações 05/2014 e 06/2014, são tidas com um complexo de características que as tornam, “incuravelmente perdidas”, e não possuem a qualidade de bem jurídico, podendo inclusive ser matável. A Vida Nua, o Homo Sacer.

Judith Butler (2015) convida seu leitor a uma reflexão importante ao falar sobre a precariedade e a passividade de luto. Percebe-se então que estas mulheres estão inseridas em um grupo social, onde a precariedade de suas vidas não é percebida e não são passíveis de luto, pois são tidas como irrecuperáveis, violáveis, inúteis, matáveis, e não haverá quem lhes queixe a falta ou chorem a morte. E isso autoriza a retirada de seus filhos, numa impressão de que elas também os veriam da mesma forma,

Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo. Do ponto de vista normativo, o que estou argumentando é que deveria haver uma maneira mais inclusiva e igualitária de reconhecer a precariedade, e que isso deveria tomar forma como políticas sociais concretas no que diz respeito a questões como habitação, trabalho, alimentação, assistência médica e estatuto jurídico. (BUTLER, 2015, p. 30)

Segundo dados cedidos pela Central de Vagas/ Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes da Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro de 2018, sobre os abrigamentos de bebês realizados entre os anos de 2012 a 2017, nos 874 casos 69 tiveram com motivo declarado – genitora (es) usuária(os) de drogas, que só constam com esta nomenclatura a partir de 2015. Apenas 03 casos tiveram como motivo de acolhimento a Trajetória de Vida nas Ruas das mães. (01 em 2016 e 02 em 2017).

Verifica-se então que o uso de nomenclaturas distintas (abandono e Negligencia) para expressar um único objeto (genitora vulnerável), afeta a veracidade dos fatos, promove divergência na expressão dos dados em uma pesquisa e das evidências em investigações forenses por exemplo. Ocultando bases de argumentações importantes que podem lesar o direito de Ampla Defesa e conseqüentemente o direito à Plenitude de Defesa conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5º inciso XXXVIII , alínea a.

O que fortalece a hipótese de que o número de crianças vítimas de sequestro forçado, devido situação de vulnerabilidade e/ou uso de substâncias psicoativas pela genitora pode ser muito maior. Segundo Gustavo Pessali, 2017, a partir de denúncias de arbitrariedade no abrigamento de bebês na cidade de Belo Horizonte, foi realizada uma análise dos últimos 07 anos sobre as formas de abrigamento e condições dos abrigos. Constatou-se que em 2010, já havia um aumento considerável de crianças abrigadas sob o argumento de “abandono”.

Pessali ainda aponta que em 2012, aproximadamente 800 crianças e adolescentes se encontravam nos 53 abrigos da cidade. As denúncias eram de superlotação e os profissionais ligados a este serviço apontavam ainda as “falhas no sistema de acolhimento que iam desde negligência, maus-tratos, falta de vagas, de profissionais e até de uma triagem eficiente, já que menores de diferentes perfis (histórias, idades, gênero) dividiam o mesmo ambiente”.

A análise dos ciclos de vida de mulheres vulneráveis revela que os serviços públicos não foram efetivos em suas ações ou houve omissão do Estado em suas demandas. Questiona-se então a valia do recolhimento de dados da vida do cidadão em nome da proteção e assistência, nos diversos serviços públicos, que alimentam Bancos de Dados informatizados que autorizam uma vigilância rigorosa e que impõe condicionais para o recebimento e a manutenção dos benefícios de direito. Os chamados por Loïc Wacquant (2001) em seu livro “As prisões da miséria”, de novos dispositivos panópticos e ele

questiona a que se presta este “tentáculo informático”, se a um suave tratamento punitivo da pobreza ou se “marca simplesmente uma etapa em um processo de escalada penal que desemboca no final em uma ampliação do recurso ao encarceramento e a seus sucedâneos”. (WACQUANT,2001,p.80)

Não serão estes bebês violentamente separados de suas mães e famílias, já uma forma de menoridade penal reduzida ao extremo? Numa intenção de impedir ou adiar que estas sementes não sejam árvores infrutíferas para a sociedade no futuro, o Estado e a justiça os privam de liberdade desde seu nascimento. Uma biopolítica mais escancarada do que apresentou Foucault (1988), ao conceituar a biopolítica como uma prática Estatal de governo que tem como objetivo disciplinar a sociedade utilizando uma “tecnologia centrada na vida”.

O caso que será analisado não é um dos casos atuais de sequestro forçado, mas foi escolhido para mostrar que a falta de apoio à organização familiar e a institucionalização indiscriminada da criança tende a um fracasso de magnitude incalculável.

Vanessa foi retirada do convívio familiar pela primeira vez, quando tinha 02 anos de idade. A mãe que até então era vista, como uma mulher e mãe dentro dos padrões convencionais sociais, havia sido abandonada pelo companheiro com 04 crianças sendo 01 recém-nascida e com necessidades especiais à saúde. Poucos sabiam que por toda sua vida havia sofrido violência doméstica de sua família, da família de seu primeiro companheiro e por fim pelo pai de Vanessa. E que agora não dando conta do desamparo do momento e permeada por anos de abalos e sofrimentos, começou a fazer uso prejudicial de bebida alcoólica, perdeu o emprego e não cumpriu mais os protocolos instituídos.

Depois da perda dos filhos a mãe de Vanessa foi morar nas ruas do bairro onde vivia. A filha mais nova, ainda um bebê, ficou sob a guarda da avó materna, os irmãos mais velhos de Vanessa foram morar com o pai deles em outra cidade e ela foi para casa de um tio materno. Talvez se a família de Vanessa tivesse sido devidamente assistida, outro desfecho poderia ter sido dado para seus membros.

As principais cobranças que levaram ao abrigamento dela e a separação de seus irmãos, vieram dos equipamentos da saúde devido a irmã mais nova ser cardiopata, e exigir mais atenção e acompanhamento. As pressões talvez tenham sido excessivas para a mãe naquele momento de abandono e solidão. Uma vez que, para ela, a atenção só se fez presente, quando a situação já estava evidentemente crítica. Neste caso como os profissionais da saúde estavam mais próximos da família devido as necessidades da bebê, faltou a sensibilidade de observar a mãe, que neste momento se encontrava desestabilizada psiquicamente e já demonstrando sintomas de um processo depressivo que evoluiu sem os devidos cuidados.

A Assistência Social, foi acionada para cobrar o cumprimento das condicionalidades para recebimento do Bolsa Família. Uma proposta importante quando há um acompanhamento de perto para amparar esta família em sua totalidade até a superação da vulnerabilidade.

São muitas historias contadas, cada uma com fragmentos de culpa e tristeza. Quando Vanessa foi morar com a família do tio materno, este logo a devolveu à justiça, porque a viu reproduzindo um comportamento “demasiadamente libidinoso”.

Foi então que começou a peregrinação, pois Vanessa começou a alternar entre diferentes abrigos e o convívio com a mãe. Isto só aconteceu por que ninguém a quis adotar devido seu comportamento incomum. A mãe nunca mais foi a mesma, dizem aqueles que a conheceram antes, quando ficava sem sua medicação se desequilibrava psiquicamente e voltava a fazer uso prejudicial de álcool. Aos 05 anos Vanessa foi estuprada e já iniciava o uso de substâncias ilícitas. Nesta época começou a levar outras meninas para o local de exploração sexual e foi ameaçada de morte pelos pais das mesmas. E assim novamente foi institucionalizada e não mais saiu do sistema.

Vanessa, estigmatizada, continuava, dentro do abrigo, a aliciar outras crianças para a satisfação de homens com fetiches perversos. Sabia demais “sobre as coisas”. Foi transferida e foi morar em uma casa com meninas mais velhas, que lhe conferiram o diploma de Mestre, pois logo aprimorou ou aprendeu outros comportamentos como fumar, beber, usar outras drogas, sair para os “Bailes”, brigar, roubar e se prostituir.

Pode-se apontar que desde sua inserção no primeiro abrigo Vanessa começou a ser vítima das falhas do sistema, quando foi colocada junto às crianças mais velhas devido seu comportamento inadequado. Tiraram-lhe a oportunidade de intervenções psicológicas e educacionais para melhor adaptação e aceitação social.

Ao exigir mais controle, critério e responsabilidade para o acolhimento institucional, portanto, a Lei nº 12.010/2009 também reclama uma maior reflexão acerca do papel da Justiça da Infância e da Juventude na defesa dos direitos infanto-juvenis, procurando romper, em definitivo, com a concepção “menorista” que não raro ainda se faz presente entre os integrantes do “Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente”, e tantos prejuízos têm causado a um número cada vez maior de crianças, adolescentes e famílias, que acabam sendo indevidamente separadas e fragmentadas, sem que seja realizado qualquer trabalho (sério e eficaz) voltado à sua reunificação, ante a injustificável omissão do Estado (lato sensu) em desenvolver políticas públicas capazes de prevenir semelhante situação e assegurar que o afastamento do convívio familiar se estenda pelo menor período de tempo possível. (DIGIÁCOMO, 2009)

Aos 11 anos já estava diagnosticada com IST's e não estava sob tratamento, porque havia evadido do abrigo. É inconcebível toda a violência que esta menina já sofreu desde seus 02 anos de idade até os primeiros meses de 2018, ano em que completará 14 anos.

Também é impossível compreender como Vanessa lida com todas as consequências das violências; físicas, psíquicas, morais; dos estupros, das rejeições familiares, por ter sido explorada sexualmente, por ter sido usada como aliciadora de menores, por se prostituir, por fazer uso prejudicial de drogas, pelas tentativas contra sua vida e pelos cárceres privados. E com tudo isso ainda há a negligência ao acompanhamento e tratamento de sua saúde mental.

As análises das técnicas que acompanham Vanessa no abrigo denunciam outros prejuízos na vida da menina, pois devido sua instabilidade emocional suas relações são superficiais e permeadas por comportamentos violentos, seu rendimento escolar é baixo estando ainda no primeiro ciclo do ensino fundamental, não reconhece hierarquia, tem baixa tolerância à frustração e como já passou por praticamente todos os abrigos da cidade não deixou muitas portas abertas.

Ninguém a segura vai e volta quando quer. Volta para a Unidade de Acolhimento, geralmente após o ápice das várias violências sofridas. Volta marcada e temida, chega cheia de novas histórias, a mais recente é de que esta grávida. E agora? Não tem importância, ela se encaixa em um fluxo já existente que garante que seu bebê será dado à adoção. Ainda que de forma compulsória. Mas e Vanessa, o que acontecerá com Vanessa? Continuará neste ciclo vicioso em que foi lançada? Vivendo nas ruas, se drogando, fazendo sexo desprotegido, engravidando e tendo seus filhos retirados e adotados.

O que realmente foi feito com Vanessa muitos sabem, mas o que está sendo feito efetivamente por Vanessa, ninguém consegue responder. Ela é um exemplo do fracasso da institucionalização de crianças, no Brasil. Mais uma em uma triste estatística de mulheres negligenciadas pelo Estado e apontadas por ele como aquilo que deve ser banido.

Já bem distante da idade “ideal” para adoção o que o sistema já sinaliza é que Vanessa irá permanecer

até os 18 anos na casa e depois será liberada para vida independente.

Vanessa visitava de tempos em tempos a mãe na praça em que ela ficava. Quando a mãe morreu em 2017 e ficou sabendo que a causa da morte foi devido overdose, com suspeita de ter sido forçada por terceiros, Vanessa surtou. Seu comportamento insano no enterro da mãe foi reprovado pela família e visto como um comprovante de que seu total afastamento é necessário, fechando ainda mais a possibilidade de apoio a ela. A irmã caçula é frágil e mora com a avó, um dos irmãos continua morando em outra cidade com o pai que já constituiu nova família e o outro irmão esta muito envolvido com o uso e tráfico de drogas. De seu pai nunca mais soube nada. Vanessa esta só.

Muitos são os motivos nos quais se embasam as autoridades competentes para retirarem do convívio familiar crianças e adolescentes. No entanto a Carência de recursos materiais (pobreza) ocupa o primeiro lugar nos dados das pesquisas e representam 24.1% dos motivos para abrigamento no Brasil – como aponta dados do IPEA/DISOC (2004, p.56).

Provoca espanto que após a implementação de tantas políticas públicas que visam a superação da pobreza extrema e a Fome Zero, que impõe o cumprimento de condicionalidades para recebimento de benefícios da assistência social; o acompanhamento sistêmico da saúde e da educação; a comprovação de produtividade laboral, a frequência em serviços públicos para empoderamento dos direitos de cidadão, do comprometimento com os deveres socioeconômico, e sendo vítimas do monitoramento invasivo constante de suas vidas, o cidadão, que teoricamente estava abaixo da linha da pobreza, ainda presente, para a justiça, como principal motivo de desvinculação (afastamento/abandono) de membros de sua família - a pobreza e a negligência.

O reconhecimento de que as crianças e os adolescentes que vivem nas instituições de abrigo são vítimas da violência estrutural que atinge, sobretudo, as famílias das classes mais baixas de renda leva a questionamentos sobre os limites das instituições em seu papel de incentivar o retorno da criança à convivência com sua família e em fazer cumprir o princípio da brevidade da medida de abrigo. Isto porque, se o empobrecimento das famílias está na raiz da medida de abrigo, é difícil supor que intervenções pontuais junto à família ou ao violador de direitos possam estancar os problemas que levaram a criança ou o adolescente ao abrigo. Na verdade, a solução do problema requer políticas públicas abrangentes voltadas para a família, o que não é novo: a própria Constituição afirma que “O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Tais políticas devem contemplar, necessariamente, ações de complementação de renda, além do envolvimento de toda a rede de assistência social disponível em âmbito local. (SILVA, 2004, p.58)

Na realidade a pergunta é - a família abandona seus filhos ou os tem subtraídos, pelos órgãos de avaliação eugenista que acreditam que poderão prover o “melhor para a criança”.

Também as crianças e os adolescentes com vivência de rua passam pelas instituições sem a companhia de um responsável, mas, nesse caso, não se configura a situação de moradia alternativa: para eles, os abrigos funcionam como um espaço de proteção onde podem pernoitar, tomar banho e se alimentar, sem que isso represente, necessariamente, uma rotina. O abrigo, assim, acaba por substituir medidas preventivas - por ausência ou ineficiência -, determinando a privação da convivência familiar por motivos que poderiam ser sanados com políticas e programas voltados à promoção da família, de forma a evitar o abrigamento. Tanto os abrigos propriamente ditos quanto as instituições anteriormente descritas têm em comum o fato de que as crianças e os adolescentes estão afastados da família ou dos responsáveis, por período ininterrupto ou não.

Conseqüentemente, o dirigente da entidade é equiparado, do ponto de vista legal, ao guardião das crianças ou dos adolescentes sob sua responsabilidade, ainda que isso seja apenas circunstancial. (SILVA, MELLO, 2004, p.37)

De tudo, o que resta é que para o Estado a família de Vanessa não estava qualificada, estruturada, validada, e muito deixou de fazer para restabelecê-la. Sob seu manto protetivo e justo o Estado prometeu um futuro promissor e falhou rapidamente.

Infelizmente, Vanessa em cada fase de seu desenvolvimento, alimenta as estatísticas dos dados de doenças físicas, mentais, de uso de drogas e dos Mapas de Violências da criança e do adolescente, de gênero, de raça, de violência doméstica e etc. podendo um dia, como lhe é previsto em suas vulnerabilidades, vir a ser estatística também por morte violenta.

Sua vida gira em um círculo vicioso de negligências do Estado e ela já é vista como mais uma dentre as consideradas como o nada social. E assim como sua amiga Elaine, vulnerável, matável, descartável. Em todas as crianças e adolescentes institucionalizados há um pouco dessa Vanessa fragmentada, que vive solitária e desamparada nas ruas da cidade e de sua existência.

Diante do exposto existem angustiamentos questionamentos cujas respostas se tornam argumentos vazios daqueles que desprovidos de afetos se apoiam no discurso político e jurídico. E então, o que resta? O que resta às famílias que são vítimas de uma violência estrutural, constituída desde a colonização brasileira e mantida pela falta de vontade política, que vêm seus filhos serem levados sob o discurso do bem e que os vêm padecer, sem terem nem mesmo o direito de conviverem e serem cuidados com os afetos e histórias identitárias familiares? O que resta às mulheres grávidas ou puérperas que têm a rua como moradia? O que resta àquelas mulheres invisíveis que só tomam forma para serem criticadas em sua inadequação, as que são incluídas para serem excluídas como nos adverte Agambem (2012, pp.88-94)? O que resta às mães, principalmente as mães pobres, que geram seus filhos e por não se enquadrarem na normativa social se vêm reiteradamente desamparadas, excluídas e impedidas de exercerem sua humanidade, sua maternidade e maternagem, que são violentamente preteridas e literalmente oprimidas pelo Estado, pelo autoritarismo do Estado, pelo poder do Estado e pelo fracasso do Estado? O que resta?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Tradução Burigo. Belo Horizonte, MG: UFMG. 2012.

BLOG. De quem é esse bebê. Recomendações 05/2014, 06/2014 e Portaria nº3/VCIJBH/2016. Belo Horizonte 24 de maio de 2017. Documentos Oficiais. Disponível em: <https://dequemeestebebe.wordpress.com/entenda-o-caso/documentos/>. Acesso em 02 de mar. de 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRASIL, Lei Federal n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Lei Orgânica de Assistência Social que alterou a Lei Federal n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em 05 de jan. de 2018.

BRASIL, Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 03 de mar. de 2018.

- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf. Acesso em 06 de dez. de 2017.
- BRASIL, Presidência da República. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília-DF: CONANDA. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e.pdf>. Acesso em 23 de jan. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – Orientações Técnicas. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acesso em 27 de fev. de 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações sobre a Gestão do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Orientações Técnicas. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf. Acesso em 27 de fev. de 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 05 de mar. de 2018.
- BUTLER, J. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?. 1ª ed. Tradução: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.
- DIGIÁCOMO, M. J. A nova “Lei da Adoção” e a judicialização do acolhimento institucional. 2009. Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-925.html#nota4>. Acesso em 04 de mar. de 2018.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada .4ª ed. Tradução: Mathias Lambert. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas e Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em CNJ - Conselho Nacional de Justiça: <http://www.cnj.jus.br/sistemas/infancia-e-juventude>. Acesso em 05 de mar. de 2018
- PESSALI, G. Retirada Compulsória de Bebês: estigmatização, violência e abusos na cidade de Belo Horizonte – Estado de Direito em alerta. Disponível em: <http://valentereispessali.com.br/home/2017/06/28/retirada-compulsoria-de-bebes-estigmatizacao-violencia-e-abusos-na-cidade-de-belo-horizonte-estado-de-direito-em-alerta/>. Acesso em 01 de mar. de 2018.
- SILVA, E. R.A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 41-70. Disponível em RCIPEA - Repositório de Conhecimento do IPEA: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3050>. Acesso em 03 de mar. de 2018.
- SILVA, E. R.A.; MELLO, S. G. de. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada”. In. SILVA, E. R.A.(Coord). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 23-39. Disponível em RCIPEA - Repositório de Conhecimento do IPEA: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3050>. Acesso em 04 de mar. de 2018.
- WACQUANT, L. 1999. As Prisões da Miséria. Tradução Andre Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RESERVA FLORESTAL LEGAL

Alessandra Marques Serrano⁴

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de realçar a importância e a abrangência do Instituto da Reserva Legal, que passo a denominá-la de Reserva Florestal Legal por influência do professor Paulo Affonso Leme Machado. A opção metodológica foi por uma pesquisa bibliográfica, artigos, decisões judiciais, pareceres jurídicos e comentários em geral sobre o tema aqui proposto. Do estudo feito, considerando a determinação legal e bem como as análises técnicas ambientais, observa-se a necessidade vital de se conservar as áreas de reserva florestal legal, ainda que venham a compor o meio urbano, posto que a exigência normativa para a demarcação e a averbação é para áreas localizadas no meio rural, mas a sua função não se desnatura pelo fato das referidas áreas virem a pertencer ao meio urbano, que é uma perspectiva provável para o futuro.

PALAVRAS CHAVE: Imóvel rural. Reserva Florestal Legal. Imóvel Urbano. Área verde.

⁴ Advogada, Graduada e Pós-Graduada em Direito Público pelo Centro Universitário de Sete Lagoas - Unifemm, em Direito Ambiental pela Pontifícia Católica de Minas Gerais - Puc Minas, Mestre em Avaliação de Impactos e Gestão Ambiental pela Universidade Católica de Santa Fé - AR, Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

INTRODUÇÃO

Tratar sobre o tema Reserva Florestal Legal - RL, ou simplesmente Reserva Legal, é por si só um chamamento a fortes pontos de oposição ou concordância que decorrem da polêmica na qual é envolta: a intervenção estatal em propriedade privada em prol da coletividade, no que tange à conservação ambiental.

Certo é que desde o princípio, onde se estabeleceu a obrigatoriedade de se reservar um percentual da propriedade privada a ser mantido intacto (além das áreas de preservação permanente), o proprietário rural inegavelmente posicionou-se contrário, pois estaria tolhido do seu direito de fruir e usufruir da totalidade de suas glebas, seja para plantio, seja para a criação. Assim, muitos ruralistas simplesmente ignoraram, por anos, esta obrigatoriedade legal (cujo percentual varia de acordo com o mapa geográfico traçado) para ocupar a totalidade de sua área e assim, ter mais produção e mais lucro.

Na outra via, observava-se que a instituição desta limitação legal à propriedade privada garantia às gerações presentes e futuras alguma qualidade de vida e a manutenção de espécies de fauna e flora, em reservas contidas nas áreas rurais, privadas e públicas, como pequenas células ambientais.

Passados os anos e as críticas, passadas as infrações legais e o acirramento das fiscalizações, este é um tema que a cada dia torna-se mais forte, tanto que foi necessária a alteração do Código Florestal Federal, tendo sido editado novo Novo Código Florestal em 2012.

Por ser o tema tão contínuo, permanente e atual, é de extrema relevância a sua abordagem sob um foco equilibrado, buscando equalizar os interesses privados e os coletivos, sem esquecer que os interesses privados acabam por esbarrar nos coletivos quando se depreende que o uso do imóvel rural tem por finalidade ou a produção de alimentos, ou a produção de riquezas, ou a produção de energias renováveis.

Se de fato é uma limitação administrativa a proteção das áreas de reserva florestal legal, importante então, a partir de agora, identificar o momento dessa imposição, ou seja, a partir de quando ela passou a ser obrigatória? Qual o tratamento dispensado a ela no caso da área rural vir a compor o meio urbano de um Município?

Dessa forma, o objetivo aqui é ressaltar a importância ambiental da manutenção de áreas demarcadas como reservas legais, que compõem o meio rural e em seguida são descaracterizadas e passam compor o meio urbano.

○ DIREITO À PROPRIEDADE E ○ DIREITO DAS COISAS

Para discorrer sobre o tema proposto neste trabalho, inicialmente, é preciso e oportuno tecer algumas considerações acerca do Direito das Coisas.

Considera-se o Direito das Coisas, em síntese, tudo aquilo que regulamenta as relações jurídicas existentes entre os homens em razão dos bens corpóreos passíveis de apropriação.

O Direito das Coisas é dividido pelo Código Civil Brasileiro – CCB vigente em três partes, ou seja, em posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias. Trata-se de um direito real, que é exclusivo e oponível contra todos.

Mas esse direito não é absoluto, face à função social da propriedade, pois conforme prevê o CCB, em seu art. 1228, este autoriza não apenas a imposição de obrigações de não fazer, como também as de deixar de fazer e a de fazer, então vejamos,

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

RESERVA FLORESTAL LEGAL CONCEITO E HISTÓRICO NORMATIVO

O primeiro conceito de reserva florestal legal foi registrado pelo Código Florestal – Lei 4771, de 1965 em seu artigo 1º, § 2º, inciso III, inserido pela Medida Provisória nº. 2166-67, de 24.08.2001, da seguinte forma:

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

A mais atual definição de reserva florestal legal está registrada no novo Código Florestal Federal - Lei nº 12.651 de 2012, em seu art. 3º, assim exposto:

área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

A primeira norma a prever sobre a necessidade de proteção de uma área, sem denominá-la de reserva legal, foi em 1965, através do Código Florestal, Lei nº 4771. Nesse instrumento foi exposto o seguinte:

Art. 16 – As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta Lei, são suscetíveis de exploração, obedecidas as seguintes restrições:

a) nas regiões Leste Meridional, Sul, e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas desde que seja em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente.

A Constituição da República trouxe, em 1988, um capítulo específico relativo ao meio ambiente, recepcionando o instituto da reserva florestal legal, conforme pode ser observado a seguir:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o

dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. Grifo nosso

Em 1989 foi alterado o Código Florestal através da Lei nº 7803, em seu art. 16, trazendo então a denominação reserva legal e determinando a sua averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel.

As averbações de reserva florestal legal, à que se refere o Código Florestal Federal, estão previstas na Lei Federal nº 6015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências, por meio do qual é permitido a qualquer pessoa, proceder a averbações, observadas as exigências legais.

Após a promulgação da Constituição da República, foi editada a Lei Federal Agrícola nº 8171 de 17 de janeiro de 1.991, que também ressaltou a importância da instituição da reserva florestal legal na propriedade rural, determinando a sua recomposição, caso isso fosse necessário, mediante plantio, exposto em seu artigo 99, a seguir:

Art. 99. A partir do ano seguinte ao de promulgação desta lei, obriga-se o proprietário rural, quando for o caso, a recompor em sua propriedade a Reserva Florestal Legal, prevista na Lei nº 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei nº 7.803, de 1989, mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um trinta avos da área total para complementar a referida Reserva Florestal Legal (RFL).

Com o advento da Medida Provisória nº. 2166-67, de 24.08.2001, o texto do art.16 do Código Florestal Federal foi alterado, passando a contar com o seguinte texto, no que interessa:

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

(...)

III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do País; e

IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do País. (...)

§ 8º A área de reserva legal deve ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, de desmembramento ou de retificação da área, com as exceções previstas neste Código.

§ 9º A averbação da reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário.

A par da obrigação legal aos proprietários e posseiros rurais, de demarcação e averbação de reserva legal, a norma não trazia a sanção para quem deixasse de cumpri-la, isto até a edição do Decreto Federal nº 6514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências,

conforme pode ser observado a seguir:

Art. 55. Deixar de averbar a reserva legal:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

§ 1o No ato da lavratura do auto de infração, o agente atuante assinará prazo de sessenta a noventa dias para o atuado promover o protocolo da solicitação administrativa visando à efetiva averbação da reserva legal junto ao órgão ambiental competente, sob pena de multa diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hectare ou fração da área da reserva.

§ 2o Haverá a suspensão da aplicação da multa diária no interregno entre a data do protocolo da solicitação administrativa perante o órgão ambiental competente e trinta dias após seu deferimento, quando será reiniciado o cômputo da multa diária.

Em 2012, a Lei nº4771, de 1965 foi revogada pela Lei nº. 12651, de 2012, mantendo a determinação de se manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os percentuais mínimos estabelecidos em relação à área do imóvel⁵. Esta norma continua, até os dias de hoje, disciplinando a matéria, e é com base nessa norma que iremos desenvolver o nosso trabalho.

Aqui se encerra, portanto, o conteúdo legal histórico, importante para o desenvolvimento do trabalho, porque estabelece a evolução do processo legal relativo à RL e, verifica-se também que o fator processo educativo por si só não foi suficiente para que a RL fosse demarcada e conservada, precisou ser estabelecida sanção para quem descumprir esse comando legal.

NATUREZA JURÍDICA

O instituto da Reserva Florestal Legal assemelha-se mais a uma modalidade de limitação administrativa uma vez que se trata de uma obrigação positiva ou negativa imposta pelo Poder Público aos proprietários ou posseiros de imóveis rurais, com o fim de condicionar o exercício do direito de propriedade ao bem-estar social e ambiental da coletividade.

Segundo Hely Lopes Meirelles,

“limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social. As limitações administrativas são preceitos de ordem pública. Derivam, comumente, do poder de polícia inerente e indissociável da Administração e se exteriorizam em imposições unilaterais e imperativas, sob a tríplice modalidade positiva (fazer), negativa (não fazer) ou permissiva (deixar fazer). As limitações administrativas deverão corresponder às justas exigências do Poder Público que as motiva sem produzir um total aniquilamento da propriedade ou das atividades reguladas.”

5 Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel:

I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).

Essa limitação está amparada pela Constituição da República de 1988, em seu art. 225, quando determina, nos termos do §1º, Inciso III, ao Poder Público, a *incumbência de definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.*

Esse também é o entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que exarou, em decisão de um caso concreto, que a reserva legal tem “natureza de limitação administrativa, dado seu caráter genérico, restritivo do direito individual, em benefício de interesse social” (Apelação Cível 236.297-8/00, 3ª Câmara Cível, Relator Desembargador Isalino Lisboa, j. 29/08/2.002).

LEGISLAÇÃO VIGENTE APLICADA

A RL é espaço especialmente protegido, instituído por norma infraconstitucional e recepcionado pela Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 225, por isso, a Reserva Legal é também conhecida como espaço constitucionalmente protegido.

A norma específica que cuida do assunto é o Código Florestal Federal, ou seja, a Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012. Vários estados brasileiros também editaram normas sobre o assunto, como ⁶ Minas Gerais, Paraná⁷, Espírito Santo⁸, e muitos outros das Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Sobre a matéria RL, podem ainda ser consultados os Decretos Federais nº 6514, de 2008 e nº 6686, de 2008, que regulamentam a Lei Federal nº. 9605, de 1998, por estabelecerem sanções administrativas àqueles que não cumprirem com o comando legal de providenciarem a demarcação e o registro da área de reserva florestal legal em suas propriedades ou posses.

DIFERENÇA ENTRE A ÁREA DE RESERVA FLORESTAL LEGAL E A ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

Áreas de preservação permanente são aquelas revestidas ou não com cobertura vegetal, destinadas a preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas, mas estão delimitadas pela norma⁹, ou seja, a área já foi descrita pela lei, como por exemplo, quando situada ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, a partir do leito sazonal, medido horizontalmente, cuja largura mínima, em cada margem, seja de 30m para o curso d'água com largura inferior a 10m (dez metros).

Quanto à Reserva Florestal Legal trata-se de área a ser aprovada pela autoridade florestal ou ambiental, e está localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, e deve representar o ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas, equivalente a um percentual mínimo da área total da propriedade, dependendo da região brasileira.

6 Lei nº 20922, de 16 de janeiro de 2013

7 Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995

8 Lei nº 5.361, de 30 de dezembro de 1996

9 Lei Federal nº 4771, de 15 de agosto de 1965, em seu artigo 2º.

Pelo exposto acima, pode-se verificar que a diferença crucial entre as áreas de Reserva Florestal Legal e Preservação Permanente se baseia na forma de sua delimitação, posto que aquela é aprovada por autoridade florestal ou ambiental e esta é descrita pela lei, ou seja, é a norma quem estabelece onde a APP está localizada.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR E O REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Como observado no item anterior, a reserva legal não está delimitada pela norma e, sim, aprovada pelo órgão Ambiental, por isso, para que haja publicidade do ato e terceiros possam conhecer de tal delimitação, bem como a reserva possa cumprir a sua função ecológica e, principalmente, para que a mesma não sofra intervenções irregulares por falta de conhecimento da sociedade, determinou o legislador que após a sua delimitação e aprovação pela autoridade ambiental (art. 14, § 1º, da Lei 12.651/2012) esta seja registrada (art. 18, caput, e § 4º, da Lei 12.651/2012), então vejamos:

Art. 14. A localização da área de Reserva Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos e critérios:

§ 1º O órgão estadual integrante do Sisnama ou instituição por ele habilitada deverá aprovar a localização da Reserva Legal após a inclusão do imóvel no CAR, conforme o art. 29 desta Lei. (...)

Art. 18. A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei.

[...]

§ 4º O registro da Reserva Legal no CAR desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis, sendo que, no período entre a data da publicação desta Lei e o registro no CAR, o proprietário ou possuidor rural que desejar fazer a averbação terá direito à gratuidade deste ato. Grifos nosso

A garantia de conservação das áreas de reserva legal pelo registro vai além do proprietário originário, repassando ao seu sucessor, seja de que natureza for a transmissão, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural¹⁰.

A explicação para isso se deve ao fato de que as obrigações de natureza ambiental têm ligação direta com o imóvel, como já dito, sendo, portanto, obrigações relativas à coisa (*propter rem*), conforme ministra PAULO BESSA ANTUNES (Direito Ambiental, *Lumen Juris*, 6ª ed., p. 399):

Efetivamente, a reserva legal é uma característica da propriedade florestal que se assemelha a um ônus real que recai sobre o imóvel e que obriga o proprietário e todos aqueles que venham a adquirir tal condição, quaisquer que sejam as circunstâncias. Trata-se de uma obrigação “in rem”, “ob” ou “propter rem”, ou seja, uma obrigação real ou mista.

Com esse raciocínio também manifestou o Superior Tribunal de Justiça em decisão sob a vigência do Código Florestal Federal de 1965, que, como já estudado neste artigo, trazia desde então a obrigação de se demarcar e conservar um mínimo de área do imóvel, podendo ser observado pelo julgamento do REsp 1179316/SP, então vejamos

10 artigo 2º, § 2º, e artigo 66, § 1º, da Lei 12.651/2012

ADMINISTRATIVO. MEIO AMBIENTE. ÁREA DE RESERVA LEGAL EM PROPRIEDADES RURAIS: DEMARCAÇÃO, AVERBAÇÃO E RESTAURAÇÃO. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. OBRIGAÇÃO EX LEGE E PROPTER REM, IMEDIATAMENTE EXIGÍVEL DO PROPRIETÁRIO ATUAL. 1. Em nosso sistema normativo (Código Florestal - Lei 4.771/65, art. 16 e parágrafos; Lei 8.171/91, art. 99), a obrigação de demarcar, averbar e restaurar a área de reserva legal nas propriedades rurais constitui (a) limitação administrativa ao uso da propriedade privada destinada a tutelar o meio ambiente, que deve ser defendido e preservado “para as presentes e futuras gerações” (CF, art. 225). Por ter como fonte a própria lei e por incidir sobre as propriedades em si, (b) configura dever jurídico (obrigação ex lege) que se transfere automaticamente com a transferência do domínio (obrigação propter rem), podendo, em conseqüência, ser imediatamente exigível do proprietário atual, independentemente de qualquer indagação a respeito de boa-fé do adquirente ou de outro nexos causal que não o que se estabelece pela titularidade do domínio. 2. O percentual de reserva legal de que trata o art. 16 da Lei 4.771/65 (Código Florestal) é calculado levando em consideração a totalidade da área rural. 3. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, improvido.” (STJ, REsp 1179316 / SP, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, Julg. 15/06/2010, Pub. DJe 29/06/2010)

Com isso, para que haja a efetiva garantia da conservação da reserva legal mostra-se necessária não apenas a sua delimitação, mas, também, o seu registro público, que hoje se dá com o Cadastro Ambiental Rural, o que não quer dizer que não se possa também ser averbado junto a matrícula do imóvel, posto que os cartórios ainda estão autorizados, por norma, ou seja, pela Lei de Registros Públicos¹¹, a averbarem junto a matrícula do imóvel, a reserva legal, então vejamos:

Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos. (...)
II - a averbação: (...)
22. da reserva legal;

Portanto, conforme analisado acima, o registro da reserva legal se dá, atualmente, por meio do Cadastro Ambiental Rural, sendo que a averbação junto ao Cartório de Registro de Imóveis permanece autorizada, caso o proprietário do imóvel queira assim proceder.

A par de normas estabelecerem os procedimentos para a demarcação, aprovação e registro da reserva florestal legal para a sua devida conservação, desde 1989, verifica-se que o seu cumprimento ainda é incipiente, no que vem provocando desmembramentos e transferências sem a sua devida proteção.

CRITÉRIOS LEGAIS PARA A LOCAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA FLORESTAL LEGAL

A localização da Reserva Florestal Legal no imóvel rural deverá levar em consideração os seguintes estudos¹² e critérios, conforme a seguir expostos:

- o plano de bacia hidrográfica;
- o zoneamento ecológico-econômico;
- a formação de corredores ecológicos com outra Reserva Legal, com Área de Preservação Permanente, com Unidade de Conservação ou com outra área legalmente protegida;

¹¹ Lei Federal nº. 6015, de 1973, alterada pela Lei Federal 11284 de 2006.

¹² artigo 16 da Lei Federal nº 12651, de 25.5.2012.

- as áreas de maior importância para a conservação da biodiversidade;
- as áreas de maior fragilidade ambiental.

Ressalta-se que existe ainda a possibilidade de se utilizar o instituto da compensação de Reserva Florestal Legal para averbação em outra propriedade, que somente poderá ocorrer desde que não exista área já averbada em Cartório de Registro de Imóveis - CRI, pois, caso esteja averbada e desprovida de vegetação, deverá o proprietário ou posseiro providenciar a sua recomposição na forma da lei.

A norma ambiental também autoriza a demarcação de área de Reserva Florestal Legal em área de Preservação Permanente quando atendidos alguns pressupostos, ou seja, quando este benefício não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo; a área a ser computada esteja conservada ou em processo de recuperação, conforme comprovação do proprietário ao órgão estadual integrante do Sisnama; e o proprietário ou possuidor tenha requerido inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

DA FUNÇÃO DA RESERVA LEGAL E SUA INALTERABILIDADE

Antes da reforma da legislação florestal ocorrida em 1989, a RL tinha tratamento como se nada fosse, sofria intervenções e era reduzida como quisesse o seu proprietário ou posseiro, por ocasião de desmembramento e/ou sucessão da propriedade.

Com a mencionada reforma, ficou vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área, dando a ela um caráter perpétuo. A lei visou, com isso, proteger à área florestada do país, não interessando a qualidade ou a quantidade de proprietários.

Nos casos de transmissão por “ato entre vivos” (artigo 531 do CC), como, também, pela acessão, usucapião e pelo direito hereditário, a área da reserva, a partir da edição da Lei 7.803, de 1989, continua com os novos proprietários. E nesse caso, o proprietário pode mudar, mas não muda a destinação da área da RL.

Entendimentos contrários ou divergentes ao manifestado acima não coadunam com o propósito ambiental constitucionalmente previsto, pois restringe a proteção ambiental, ao passo que os estudos identificam que a direção ou o caminho precisa ser aquele que privilegia o bem estar da coletividade, e, para tanto, algumas medidas devem ser adotadas pelo poder público, como o de criar mecanismos para a conservação das áreas de RL.

A cada dia que passa e considerando as inúmeras tragédias ambientais recentes, fica patente a importância da manutenção da RL e que os benefícios provocados em face de sua manutenção são determinantes para preservação da vida, pois a sua função é no sentido de conservar parcelas do meio ambiente que irão contribuir com a proteção dos solos; controlar inundações; melhorar a qualidade do ar; proteger mananciais; contribuir com a pesquisa e educação ambiental; refugiar a fauna silvestre; promover o equilíbrio ambiental; e, por fim, proteger a biodiversidade mantendo os fragmentos representativos da flora e fauna.

Com essas premissas, o novo Código Florestal Federal inovou e trouxe um artigo sobre o assunto dispondo que:

Art. 19. A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal, que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovado segundo a legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor de que trata o § 1o do art. 182 da

Constituição Federal.

(...)

Art. 25. O poder público municipal contará, para o estabelecimento de áreas verdes urbanas, com os seguintes instrumentos:(...)

II - a transformação das Reservas Legais em áreas verdes nas expansões urbanas

III - o estabelecimento de exigência de áreas verdes nos loteamentos, empreendimentos comerciais e na implantação de infraestrutura; e

IV - aplicação em áreas verdes de recursos oriundos da compensação ambiental.

A Reserva Florestal Legal é meio de que serve o homem para minimizar os impactos ambientais que o desenvolvimento traz, posto que de nada adianta toda essa evolução industrial, tecnológica etc. sem que haja um ambiente saudável para se viver.

DA ISENÇÃO DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE RESERVA LEGAL

A regra é que todos os imóveis rurais tenham um mínimo de percentual¹³ de área de reserva florestal legal, porém, a norma exceção os imóveis rurais cujos empreendimentos sejam públicos e utilizam o imóvel exclusivamente para implementar tais empreendimentos, conforme se vê a seguir:

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:(Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012).

(.....)

§ 6º Os empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto não estão sujeitos à constituição de Reserva Legal.

§ 7º Não será exigido Reserva Legal relativa às áreas adquiridas ou desapropriadas por detentor de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

CONCLUSÃO

Após estudos mais detalhados do tema, não foi difícil chegar à conclusão de que a norma ambiental vigente determina a sua conservação, ainda que venha essa área pertencer ao meio urbano de determinado município.

Não se pode mais desprezar o fato de que cada vez mais se torna insuportável a convivência no meio urbano, com tanta poluição atmosférica e sonora. O estresse do dia a dia pode ser compensado com uma possibilidade de relaxamento através de um passeio ou mesmo uma atividade física em contato com a natureza. Isso deveria ser pensado antes mesmo em se discutir se é legalmente necessária ou não a

¹³ Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

manutenção das áreas de RL no meio urbano.

O texto constitucional já exibido no início do trabalho impõe a todos o dever de respeitar o meio ambiente, e não pode o Estado, sob pena de omissão, deixar de fiscalizar o devido cumprimento da norma. O momento em que o empreendedor procura o órgão ambiental com o objetivo de regularizar ou iniciar um processo de licenciamento ambiental faz-se necessário que este demonstre, fundamentadamente, que cumpre a lei. Não é o órgão público que tem de despender esforços para tanto, é o empreendedor, como parcela da coletividade que é, que tem de demonstrar que contribui para a preservação ambiental, isso é traduzida por ética ambiental, infelizmente inexistente na maioria dos casos.

Reproduzindo Paulo Affonso Leme Machado, a existência de uma Reserva Florestal, mais do que uma imposição legal, é um ato de amor a si mesmo e a seus descendentes. E assim sendo, não existe outra conclusão senão a sua manutenção, ainda que haja a descaracterização formal da área rural para urbana e ainda que a denominação seja de Reserva Legal para Área Verde Municipal, pois o importante é a conservação da área para a manutenção dos recursos naturais, garantindo-se assim, um ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p.940.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 4.771, de 15 set. 1965. Institui o Novo Código Florestal. Diário Oficial da União, Brasília: 16 set. 1965. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm> Acesso em: 21 jul. 2017.
- BRASIL. Lei nº. 12.651, de 25 mai 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: 28 maio 2012. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 21 jul. 2017.
- FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 19 ed. São Paulo. Malheiros Editores, 2011.
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro; CAPPELLI, Sílvia. Direito Ambiental. Porto Alegre: Editora Verbo Jurídico, 2006.
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. 6º Ed. São Paulo: Ed. RT, 2009.
- MUKAI, Toshio. Direito Ambiental Sistematizado. 5ª ed.rev.atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p.214.
- NALINI, José Renato. Ética ambiental. Campinas: Millennium, 2001.
- NALINI, José Renato. Direitos que a Cidade Esqueceu. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- SANTOS, José Rogério dos. Os efeitos da reserva legal florestal sobre a propriedade rural e o meio

ambiente. Disponível em [HTTP://www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br).

SILVA, José Afonso da Silva. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Editores Malheiros, 2009.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

PSICANÁLISE E CULTURA NAS TRANSFORMAÇÕES DAS CIDADES – DE LAS VEGAS A LÓGICA DE CARAVAGGIO

Aline Aparecida dos Santos¹⁴

Maria Ester Jozami¹⁵

RESUMO

Este trabalho tem como proposta discutir sobre as transformações das cidades nos últimos séculos e analisar as contribuições da psicanálise na compreensão da cultura. Pensar em cidade e subjetividade é falar das influências culturais que estão incorporadas no processo de subjetivação do sujeito. As transformações se darão em virtude das mudanças do discurso. O que vemos hoje é uma realidade que antes foi rica em simbolismo e agora está sobrecarregada com as angústias do real. Las Vegas é uma cidade que exemplifica o que estamos sentindo, um mal-estar contemporâneo muito acentuado devido aos seus altos índices de criminalidade. Quando falamos “De Las Vegas a lógica de Caravaggio”, nos referimos à busca de um olhar para as coisas simples da vida. Caravaggio não seguia os padrões sociais e a sua obra é de suma importância já que ilustra questões que podem ser lidas como uma metáfora da estruturação do sujeito.

PALAVRAS CHAVE: Cidades, Cultura, transformação, Caravaggio.

14 Mestre em Psicanálise – Universidad Jhon F. Kennedy. Psicóloga Clínica na Prefeitura Municipal de Betim-MG.

15 Doutora em Psicologia. Docente na Universidad Jhon F. Kennedy.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas sejam elas em âmbito arquitetônico ou nas relações pessoais se darão em virtude das mudanças de discurso. Os três registros Simbólico, Real e Imaginário contribuem nestas mudanças e se entrelaçam de formas diferentes. Com as transformações ocorridas na pós-modernidade o sujeito burla a direção S1-S2 y obtém diretamente satisfação na direção S2-a. Diremos que em momentos anteriores o registro imaginário do pai, função paterna representada na figura simbólica do estado funcionava de maneira mais eficiente, hoje experimentamos a sua carência.

Foram várias as mudanças na forma de construir, perceber e se relacionar no espaço urbano. Há variedade de objetos e a pulsão as circula de uma maneira como nunca antes vista levando o indivíduo a uma repetição que escraviza o corpo, o mais-de-gozar é desenfreado e não se transforma em desejo somente em resto não simbolizado. Hoje se pode perceber que as relações pessoais e a destinação e uso para construções do espaço público estão muito empobrecidas. As grandes construções são criadas para servir ao mercado imobiliário e em grande parte das vezes desconectadas com a história da arquitetura e da arte. Transitar pelos diversos continentes e perceber como os sujeitos estão se inserindo neles, vivenciando suas culturas é um norteador para aqueles que são provocados por um problema social muito preocupante. Uma cidade que enfrenta um problema muito sério é Las Vegas, que tomamos como exemplo. Observa-se um grande número de pessoas vivendo em áreas muito perigosas. Podemos dizer de um processo de “favelização” muito semelhante como todos os outros existentes nas grandes metrópoles, porém, um pouco mais agravado devido a formação da indústria do entretenimento, com seus cassinos, prostituição e altos níveis de uso de drogas e um dos maiores índices de suicídio do mundo.

Las Vegas é uma cidade que diz do que estamos sentindo, um mal-estar contemporâneo muito acentuado. Uma mudança de valores, uma existência no real do corpo, extinguindo as vias do simbólico.

Uma sensibilização, uma mudança de olhar, como foi possível com Caravaggio que fazia uma crítica social através de sua arte com um poder de sublimar um mal-estar no qual podemos exercitar com economia de sacrifício e de aniquilação através do luto pelo pai ideal e, sobretudo com uma possível saída a partir de um *Savoir Faire*.

Abordar as transformações ocorridas nas cidades com a mudança de discurso em decorrência do declínio do pai ideal e da supremacia do pai real é problemática de relevância nos estudos psicanalíticos, uma vez que a Psicanálise tem um compromisso com as questões sociais e oferece saídas possíveis em seus conceitos. Portanto, o objetivo deste estudo é discursar sobre o modo como as cidades se transformaram nos últimos séculos e analisar as contribuições psicanalíticas na compreensão da cultura das cidades.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de análise qualitativa, com base nos conhecimentos de Sigmund Freud, Jacques Lacan, Zygmunt Bauman, Marc Augé, Amélia Haydée Imbriano, Fernanda Otoni de Barros. A forma utilizada na elaboração é a revisão de literatura a partir de pesquisa bibliográfica em suporte papel e estudos complementares disponíveis em sites especializados da internet.

A pesquisa bibliográfica na definição de Lima e Miotto (2007) “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo [...] tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo” (p. 39).

DISCUSSÃO

Freud designa como cultura humana a interioridade de uma situação individual caracterizada pelos impulsos de cada um e a exterioridade de um código universal regulador que nos insere em um ambiente de normas e regras.

A figura da cultura aparece na obra de Freud pela primeira vez na obra “Projeto de uma psicologia científica” (1985), designada como complexo do próximo, a necessidade que o infante tem de sua mãe próxima de ti.

Freud designa o ser que oferece uma cadeia nomeante as excitações sobre o bebê oriundas do mundo externo de ajuda estrangeira. Lacan o nomeia como “O grande outro da linguagem.

Em “O mal-estar das civilizações” Freud (1930) distingue dois momentos. Um primeiro que se articula ao mundo externo, ao medo da perda do amor, como angústia social e em um segundo momento depois do Édipo quando a autoridade é internalizada pela formação do super eu, ela se transforma em consciência – sentimento de culpa e ressurgiu como permanente infelicidade interna.

Em Totem e Tabu (1996b) Freud define a sociedade através do mito primeiro, surge a lei que serve para todos tomados pelo imenso remorso em um sentimento de culpa avassalador nos filhos que negando o parricídio – pela operação do recalque, dará lugar a uma ordem social.

De acordo com a supremacia imaginária do falo em cada época os registros imaginário (1936 a 1953), simbólico (1953 a 1976) e real (1976 a 1980), historicamente se ajustaram de diferentes maneiras no inconsciente coletivo das civilizações que organizaram e construíram lugares.

Para Roudinesco em Plon (1998) a tópica dos discursos modifica-se ao longo do tempo, de 1953 a 1970 o simbólico exerce supremacia sobre o real e sobre o imaginário S.R.I. De 1970 a 1978 com o seminário R.S.I. o real ganha mais espaço.

Em tempos em que a queda do nome do pai na modernidade e emergência do pai real, sobretudo no período da primeira e segunda guerra mundial, coloca o sujeito na amargura de uma experiência de vida em plena angústia e de supremacia de um ambiente saturado de imagens que o deixa em posição de inibição frente às possibilidades de uma experiência de vida criativa.

Analisando as sociedades antigas e primitivas que vivenciaram a vida cotidiana com a crença em um imaginário que instaurava uma lei que organizava o ambiente e buscava o bem-estar de todos- o chamado bem-estar social, uma dimensão simbólica que oferecia segurança desde a sociedade antiga. De acordo com Glanncsey (2006), as pessoas começaram a criar cidades há cerca de 7 mil anos, talvez até antes, entre a margem oriental do mar mediterrâneo e o Golfo Pérsico. As mais antigas cidades monumentos conhecidas localizavam-se ao sul do atual Iraque. Para fixar naquela região, os habitantes foram capazes de estocar alimentos excedentes para garantir os meses de inverno e tiveram tempo de criar rituais e festividades. Também criaram divindades e atribuíram poder aos reis para protegê-los. Surgiu a necessidade de construir praças públicas, templos, palácios e torres.

Desta maneira as pessoas se organizavam em seus rituais e crenças e construiu-se um lugar de história, uma cultura se consolidava.

É possível perceber essa dimensão muito claramente em Roma e Atenas, com economia rural e mais tardiamente com centro manufatureiro havia lugares propícios a reunião, o esporte era muito praticado, as pessoas se reuniam com grande frequência como forma de entretenimento e como culto ao corpo se reuniam nas termas e logo depois seguiam para as tabernas para tomar uma bebida.

Na Roma antiga a participação na vida pública acontecia para evitar movimentos de revolta

populares. Ofereciam-se atividades como: corridas de carros presos por cavalos, brigas de gladiadores no Coliseu de Roma. Utilizavam-se leões, leopardos e tigres, geralmente tudo acabava em mortes. A fiscalização acontecia de maneira eficiente pelo poder dos reis.

Tabela 1. Diferença entre os discursos:

<i>Discurso do amo</i>			<i>Discurso do capitalismo</i>		
S1	→	S2	\$	→	S2
—		—	—		—
\$	//	A	S1	//	A

Com S1-S2 produzindo sentido em uma cadeia significativa o senhor se dirige ao escravo em busca de um saber fazer, um produto produzido como fruto de um trabalho que mesmo valorizado apenas dentro da história das cidades mais tardiamente no momento da industrialização, instaurava uma relação de espera. Nem o senhor nem o escravo obtinham de imediato a satisfação. O escravo gozava por deter o saber e o senhor obtinha o trabalho, mas nada vinha de maneira instantânea. Todos os produtos surgiam ao longo do tempo.

Como a instância do pai vem perdendo sua legitimidade e a necessidade de lucros é abusiva visto que hoje há decadência dos ideais, em virtude da carência de simbolismo e emergência do pai real que reflete seus efeitos no relacionamento humano.

As formas de relação são diferenciadas, há uma decadência de um senhor que delega o saber ao escravo para que este produza e goze de algo que faça sentido em uma cadeia significativa.

De relações interpessoais nas quais o discurso se dava em nível local, nos estados modernos a imprensa assume uma posição de grande relevância. O espaço público não se pode limitar a algumas praças no centro das cidades. A imprensa e o rádio tomaram seu lugar e exercem a princípio um papel importante ao modelar inconscientemente as sensibilidades atuais.

O simbolismo não desapareceu, ele está ali no mesmo lugar com toda a sua historicidade e antropologia (AUGE, 1994). O que se modifica é a maneira como nós o percebemos. O relacionar no pós-moderno é que se modifica, um relacionar em massa uniforme. Um circular em um espaço que nos iguala e que nos faz consumir e sermos consumidos, substituindo outra forma de encontro com a frágil condição humana. É a supremacia da mudança do sentido S.R.I. para R.S.I. A família se constitui em

outros moldes e as pessoas trocam segurança por liberdade, uma liberdade que promete felicidade nos getgets. Todas as cidades do mundo e muitas pessoas podem ser conhecidas através dos dispositivos mais modernos. O mundo é como uma imensa cidade. O mundo-cidade em cujo interior circula e se trocam todas as categorias de produtos inclusive as mensagens, os artistas e as modas (AUGE, 1994).

Nos anos 70 a indústria foi um mediador para a organização das cidades uma vez que experimentávamos a emergência do Pai Real. As pessoas trabalhavam em torno de um ideal de prosperidade produzindo uma organização de classes. Agora no século XXI com o encurtamento do tempo e espaço na pós-modernidade os ambientes corporativos se reduzem. Modifica-se a relação da indústria com as cidades, abrindo espaço para terceirização, para o homework, é a alta especialização que acompanha o desenvolvimento tecnológico.

A indústria paternalista em que o trabalhador obtinha segurança e que permitia a ele planejar o futuro e nele investir, embora tenha desaparecido em detrimento da fabricação de objetos de milhões, sempre produzidos em larga escala e com pouca durabilidade, não é a única condição de uma cidade. A essência das cidades são as relações de troca, o artesanato é a função mais importante e é um valor que cada cultura possui em sua singularidade. Segundo Jacques Le Goff em “Por amor as cidades” (p. 32), as funções essenciais de uma cidade são as trocas, a informação, a cultura e o poder.

A década de 70 vivenciou um movimento migratório no Brasil. Nesta época a industrialização provocou a migração de pessoas oriundas de regiões pobres do país que partiram na busca de condições satisfatórias de trabalho na indústria. Neste período era comum o surgimento de aglomerados urbanos precários em torno das empresas que ocupavam a periferia dos centros urbanos das áreas industriais que surgiam. Nesta realidade a Fiat Chrysler, em 1976 Fiat Automóveis-SA se instalou em Betim-MG, Brasil e em frente a Fiat do outro lado da BR 381, formou-se uma comunidade imensa chamada Jardim Teresópolis que vivia isolada em meio a violência e aos altos índices de crimes que privavam seus moradores de dignidade e liberdade predominando a incredibilidade e indiferença. No ano de 2004 surge uma experiência, o projeto “Árvore da vida”, no qual a Fiat Chrysler é criadora e articuladora de pessoas e de recursos financeiros com a finalidade de proporcionar à comunidade um caminhar de forma autônoma e com possibilidade de criar arte, enfim, um projeto provocador de habilidades (LAGE, 2015).

Para que esta realidade seja possível é necessária a convivência entre os semelhantes e o contato com o estrangeiro presente na subjetividade humana. É uma proposta diferenciada da encontrada, que se apresenta com altos índices de violência que somente produz angústia, uma angústia sem movimento que aniquila o sujeito e constrói uma sociedade dos aglomerados periféricos e do medo que paralisa as classes mais abastadas.

A CIDADE DE LAS VEGAS

Definida como cidade em 1911, Las Vegas localiza-se a sudoeste do estado de Nevada e é mundialmente conhecida por seus resorts turísticos e centro de convenções, uma cidade que exala luxo por todos os lados. Um oásis em meio ao deserto.

Las Vegas se tornou próspera em 1930. A maioria dos primeiros casinos eram gerenciados ou financiados por figuras da máfia e em 1974 a indústria do jogo rendeu a Las Vegas 1 milhão de dólares por dia. Em 1990, Las Vegas experimentou uma construção explosiva de casinos resorts. O fluxo de pessoal militar e a criação direta de empregos nos casinos ajudaram a iniciar uma explosão imobiliária que continua até hoje.

No Censo Nacional de 2010, a cidade propriamente dita tinha 583.756 habitantes e sua região metropolitana cerca de 1.9 milhões de habitantes. Segundo dados de pesquisa de 2013, 39.6 milhões de personas a visitam por ano. É a 30ª cidade más populosa dos E.U.A e considerada a cidade com a maior taxa de crescimento em toda a América do Norte.

O LÚDICO E A IMAGEM COMO PRETENSÃO URBANA PÓS-MODERNA

As sociedades pós industriais de índole consumista estão voltadas para a estética dos modos de vida e do lazer, no entendimento da cultura como espetáculo e do entretenimento como um dos fundamentos da nova dinâmica de sedução do mundo inserido em um processo de globalização que nos fala de efeitos como o efeito Las Vegas, que tentando compensar uma existência cada vez mais incerta, imprevisível e sem muita expectativa expressa um processo de “desurbanização”, medo, insegurança e aniquilação do sujeito que se desenvolve de maneira planetária, evidenciando uma desconstrução da ideia e propósitos relativos a cidade proposta pela modernidade, uma cidade da modernidade que teria um compromisso com o contexto histórico circunscrito.

Hoje as maiorias das pessoas que buscam por Las Vegas não o fazem para jogar, mas para ver o jogo fluir de um conjunto de diversões. A cidade como um todo, vira espetáculo em um oásis de luzes e imagens. Não sei se com intenções lúdicas, uma vez, que entendendo o lúdico como pretensão de despertar o sujeito para uma relação consigo mesmo, é necessário definir o lúdico como um estado de consciência, de onde se dá uma experiência no estado de plenitude, não estamos falando somente das atividades objetivas que podem ser descritas sociológica e culturalmente como atividades lúdicas, como jogos ou coisa semelhante.

A dimensão do eu, do interno que propicia ao sujeito uma experiência de plenitude, além dos limites do ego, que valoriza os valores comunitários, que sustentam essa experiência plena. Ao contrário de um conjunto de imagens desconectadas, construídas em desarmonia somente como intenção de levar os sujeitos a uma experiência imaginária. Uma sensação de estar em todos os lugares do mundo ao mesmo tempo. Um circular que não conecta as pessoas, que não produz borda, somente um circular empobrecido, repleto de sensações sensoriais e perceptivas distorcidas (AUGE, 1994).

A reprodução de quase todos os monumentos mundiais em somente um lugar oferece a seus visitantes uma visão do mundo em pouquíssimas voltas, uma sensação de completude. Para citar Ítalo Calvino em “As cidades invisíveis” as cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos somente de suas sete ou setenta maravilhas, mas da resposta que dá a nossas perguntas.

Em Las Vegas todos os complexos são interligados com passarelas construídas com o intuito de reduzir o tráfico de carros nas vias e principalmente de levar os turistas para um mundo de consumo, que oferece ao mesmo tempo: consumo de roupas, joias, bebidas, drogas, jogos e prostituição oferecidos dentro dos hotéis

Essa rede de combinações voltadas para o consumo e entretenimento é capaz de provocar no visitante uma sensação de desorientação perceptiva. Perdido nesse emaranhado de estímulos visuais, ele pode ser levado a caminhos sem retorno. Esse fator tem rendido à cidade os mais altos índices de violência dos E.U.A, e um dos maiores índices de suicídios no mundo.

Devido à grande explosão demográfica que ocorreu em Las Vegas, podemos perceber um problema muito sério relacionado às miseráveis condições de vida que muitos vivenciam. Pessoas desiludidas,

escravos do entretenimento, das drogas ou do tráfico de mulheres.

Outro aspecto que se destaca em Las Vegas são suas altas taxas de criminalidade, incluindo assassinatos, estupros e assaltos (CITY-DATA.COM, 2013). É o real do corpo que se compadece em um universo pós-moderno imerso nas pretensões de um gozo lúdico.

DA VIOLÊNCIA À ANIQUILAÇÃO DO SUJEITO

Atualmente, o fenômeno da violência, existente em todas as épocas, tem sido amplamente discutido e nos convoca para outro aspecto do problema. Há algo inquietante na forma da violência atual, algo que nos aprisiona frente aos fatos cotidianos.

Atos violentos na cidade como os percebidos na cidade de Las Vegas são característicos de uma realidade contemporânea de supremacia das imagens e do discurso do capital que tem supremacia e independência dos outros discursos lacanianos: o discurso do mestre, da histeria, da universidade e do analista.

A introdução de um quinto discurso, o discurso do capital, apresenta uma ruptura coma lógica articulada em que se sucedem os quatro outros discursos. A vigência dos quatro discursos supõe que o real é impossível e que não há outro modo de articulação se não por meio da lei da proibição que divide o sujeito. Esta regra de formação não vale para o quinto discurso, o do capital.

Tabela 2: Os discursos de Lacan:

Mestre	Discurso da histeria			Discurso da universidade			Discurso do analista			L	
	S2	\$	→	S1	S2	→	A	A	→		\$
—	—			—	—	—	—	—		—	—
A	A	//	S1	S1	//	\$	S2	//	S1	S1	

Legenda: S1 (Poder), S2 (Saber), \$ (sujeito), a (objeto mais-de-gozo)

O Discurso do capital se vincula com o objeto de consumo e exclui o outro do laço social. O sujeito mantém contato com os objetos (gadget) de consumo rápido que a sociedade oferece como objeto de desejo, favorecendo o excesso do gozo e tornando o sujeito insaciável.

No Discurso Capitalista, o sujeito (\$) aparece no lugar do agente ocupando o lugar do significante mestre (S1), no qual estava identificado. Ou seja, o sujeito não se identifica com os significantes do Outro, mas pode pretender ser o autor de seu discurso, desconhecendo o significante que o funda (S1). Nesse discurso, há uma rejeição da castração, mas é um efeito induzido pelo verdadeiro Discurso do Mestre em sua forma atual, que é o discurso do mercado com o imperativo de consumo e gozo.

O imperativo do gozo é demonstrado na estrutura do discurso, criando as possibilidades para apulsão de morte, consequentemente, para a violência.

Como o inconsciente pertence ao real ele não se liga a nenhum dos discursos abrindo espaço para o discurso do capital que independe da lei para funcionar.

“Nada força o sujeito a gozar se não o super Eu. O super Eu é o imperativo do gozo – Goza!” (LACAN, 1982 [1972-1973], p. 11).

Em *Totem e Tabu* Freud (1996b) define a sociedade através do mito primeiro. Ele nos fala que o pai da horda primitiva era um pai sem lei, gozador, pois dormia com todas as mulheres. Certo dia os demais homens da tribo, afetados pelo ódio, se rebelam e matam o pai, caracterizando um assassinato. Em seguida devoraram o cadáver em uma tentativa de incorporação da potência do objeto que haviam matado. Assim, ao lado de tamanho ódio nasceu um amor por aquele que certamente, em se tratando do mais forte do bando poderia proteger a todos. Surge assim a lei que serve para todos tomados pelo imenso remorso, um sentimento de culpa avassalador nos filhos que, negando o parricídio- pela operação de recalque darão lugar a uma ordem social. Quando se mata simbolicamente o pai o sujeito se depara com a castração.

O termo Super Eu foi introduzido por Freud em 1923, mas as funções desta instância já foram vistas por ele muito antes desta época. Em sua segunda tópica Freud trabalha com um Super Eu estrutural que é severo com um Eu que ainda não se desenvolveu muito, anterior ao Super Eu da cultura instaurado no complexo de Édipo. É uma instância proibitiva que representa a internalização na cultura e em suas leis, o de censura, tendo sua raiz no Id. Ao mesmo tempo em que regula o desejo, viabiliza e mantém o laço social, e também é responsável pelo sentimento de culpa: quanto mais se renuncia ao desejo, maior é a culpa e mais cruel é o Super Eu. Ele é o representante do Outro da cultura

Ambertín (2009) faz um balanço clínico do mito e menciona em seu livro - *Entre Deudas y Culpas: Sacrificios*, a dimensão da culpa originária (parricídio), Freud agrega: “um assassinato só pode ser expiado pelo sacrifício de outra vida; o auto sacrifício remete a uma culpa de sangue. O sacrifício da própria vida produz a reconciliação com Deus Pai, o crime assim expiado não pode ter sido diferente que o parricídio”.

Junção de sacrifício e culpa. Demanda amorosa (de reconciliação) ao Pai, e também oferenda de aniquilação porque a culpa de sangue não pode ser expiada se não com a autodestruição. Destinos possíveis do sacrifício: ou dentro do sistema como dome dívida simbólica (que causa aliança e intercambio), ou pelas bordas mesmo do sistema como dívida de sangue que só pode ser pago com a vida.

Freud trabalha muito com a implicação do pai ideal e o necessário trabalho de desidealização do pai que é preciso realizar a través do luto. Uma das vias mais criacionistas do homem para obter economia de sacrifício.

Já na obra de Lacan não há uma teoria acabada do sacrifício; há sim, uma teoria sobre os paradoxos inerentes ao lugar do pai no qual o sacrifício não é apenas uma de suas consequências.

Entre 1950 a 1960 a dimensão eminentemente simbólica-imaginária do dom e intercambio, alude ao pacto e a reciprocidade, ademais, só pode ser outorgado pelo valor simbólico da palavra, uma das fontes primordiais do dom. O dom surge como correlato do Pai como Nome e implica, em sua circulação, o intercambio e a aliança, quer dizer, o pacto pacificante com o pai. Em seguida, o sacrifício, nas primeiras formulações de Lacan, alude à pretensão do sujeito de restaurar o circuito dos intercâmbios simbólicos por meio dos dons. No sacrifício se oferecem dons para fazer ser e conhecer no desejo do Outro (AMBERTÍN, 2009, p.59-60).

Do seminário “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964) e do Seminário inconcluso de 1963 dos nomes do pai se deduz uma posição estrutural da subjetividade a respeito do

sacrifício: todos podem ser tentados pelo gozo. Em alguns a aposta ao desejo pode apaziguar o gozo -ao imperativo do Super Eu, alguns podem recusar a monstruosa captura do sacrifício (economia de sacrifício), mas para fazê-lo, é preciso atravessar o luto inacabado pelo pai ideal, caminhar em direção a um além da erótica mortífera do pai que alimenta a crueldade (AMBERTÍN, 2009, p. 86).

Haja vista temos vivenciado formas de completude que tendem ao ideal como a que em \$ S1 – o sujeito pretende aparecer como completo, a través de una significação fálica, é o que disse Lacan do simbólico. De outra forma como \$ a, o sujeito completando-se de maneira objetal, em fantasia. \$ //a de forma fixa, não tem deslocamento, somente é prazerosa. Agora já pensando em uma relação de S1 a, via sujeito \$ – castração real com ligaduras, produção de sentido y economia de sacrifício.

DO INCURÁVEL NO SINTOMA A POSSIBILIDADE NO SINTHOMÉ

Trabalhar em outra direção com a culpa de castração e as exigências de um Super Eu que são possíveis de diluir através do luto pelo pai ideal. Como caminhar nesta direção? Savoirfaire de Lacan que vai além da sublimação Freudiana contornando um Sintoma que tem como recurso a construção de um Sinthomé- um fazer do sintoma uma parceria suportável?

Com Lacan a psicanálise passa a ter efetivamente o objetivo de tratar o ponto incurável do sintoma à medida que se pretende dar uma nova possibilidade a pulsão.

Desde seu início, a clínica psicanalítica tem demonstrado os efeitos surpreendentes na vida do ser humano, Freud reconhece a importância de dar voz aos seus pacientes. Para Freud o tratamento de um sintoma deve fazer sentido e o sofrimento precisa ser nomeado. No entanto, Lacan mostra que sintoma é uma metáfora, um modo de prazer e que está ligado ao real bem como a falta de sentido.

No seminário XXII “El Síntoma”, Lacan muda a grafia da palavra Síntoma (symptôme) por Síntoma (Sinthomé), pretendendo esclarecer que no final de um longo tratamento, o sintoma deixa de ser equivalente ao sofrimento (LACAN, 1975/1976-2005)

Para Lacan, o sintoma é o que está errado, mas, ao mesmo tempo, é o único lugar onde se pode encontrar a verdadeira subjetividade do ser falante.

Em uma análise, é preciso extrair o saber incorporado ao sintoma, o saber que Lacan chamou de “savoir y faire com seu síntoma”. Revelando o que de melhor uma análise pode alcançar no seu fim.

PEDAÇOS DO REAL TRANSFORMADOS EM SAVOIRFAIRE - DI CARAVAGGIO

Tomemos o artista renascentista Michelangelo Merisi di Caravaggio (1571-1610), considerando a forma como este poderia expressar seus restos, na obra “O Baco doente” os transformando em uma grande obra, que faz uma crítica social em conjunto com vários outros restos sociais retratadas em seu fazer artístico (LONGHI, 2012).

Em tempos de facebook, época de pouca conversa e muito bate papo, as pessoas não se escutam mais e não se percebem uma com as outras. A carência do pai se contrapõe ao seiscentismo de Caravaggio que tinha um excesso de pai, mas com a mesma falta inerente a todos os indivíduos. O trabalho feito com a falta de um pai ideal é o diferencial que caracteriza uma verdade de um sujeito que não necessariamente vai de encontro com as exigências sociais. Um olhar que nos remete ao real da humanidade.

Caravaggio voltava-se para a vida como um todo, sem classes, para os sentimentos simples e os aspectos cotidianos dos objetos. Ele tinha, em pleno renascimento a consciência da fragilidade humana

misturada a uma crítica social dos prazeres excessivos de uma vida de paixão e tinha a coragem de retratar se no espelho na obra “O baco doente” o horror de um corpo aniquilado, doente e sem brilho em meio a rusticidade dos elementos que o acompanha (LONGHI, 2012).

Freud, em 1922, toma como exemplo a figura mitológica de Medusa. O que nos leva a deduzir que não apenas a interpretação psicanalítica dos mitos continuou interessando Freud, mas principalmente, a de um mito ligado à temática da castração. Medusa tinha serpentes como cabelo e seu aspecto aterrorizador petrificava quem a olhava.

No entanto, Caravaggio escolheu não a representar no exercício de sua monstruosidade viva. Um artista que apresenta uma Medusa que não somente aterroriza aqueles que a olham, mas que a ela também horroriza, mais próxima da humanidade, compartilhando o medo da morte, um medo que não temos coragem de assumir (LONGHI, 2012).

SUBLIMAÇÃO DE FREUD A LACAN

A primeira menção de sublimação aparece no período de Freud considerado como pré-psicanalista. E tem, neste momento, a função de promover esquecimento de memórias dolorosas.

Em “Os três ensaios da teoria sexual”, Freud (1905) traz a marca da defesa contra o sexual, e da dessexualização. Sendo a sublimação claramente associada a tal processo e formulada no sentido de um desvio das metas sexuais para novas metas de orientação distinta.

Em um texto sobre a memória da infância de Leonardo da Vinci de 1910, Freud também trata do conceito de sublimação, apresentando a diferenciação entre sublimação e recalque. A teorização proposta por Freud nesse estudo fundamenta-se na hipótese de que a curiosidade das crianças sobre sexualidade é transformada em busca por conhecimento, na pulsão do saber (FREUD, 1910).

Em “Introdução ao Narcisismo”, Freud postula que a sublimação se refere a pulsão em seu processo de “deflexão” em relação a sexualidade, consistindo na capacidade da pulsão de se distanciar da satisfação sexual. O estudo sobre o narcisismo permite a apreensão de uma das condições necessárias para a sublimação, ou seja, a retirada do investimento libidinal do objeto sexual pelo eu, retornando tal investimento sobre si mesmo e, mais tarde, reorientando-o para novas metas e objetos não sexuais (FREUD, 1992).

Com o artigo “O Eu e o Isso”, Freud postula o eu como mediador necessário para o processo sublimatório, envolvendo também o conceito de identificação. A partir deste raciocínio ele propõe que possa ser este o caminho de toda a sublimação, avaliando que neste mecanismo sempre haverá a intermediação do eu.

Assim, afirma-se que o trabalho sublimatório apenas se efetiva na dependência da passagem ao narcisismo secundário, posteriormente a organização do ego ideal e com o fim do Édipo circunscrevendo, portanto, dentro do âmbito da Neurose.

Lacan no transcorrer de seu trabalho de releitura da obra freudiana aborda o conceito de sublimação em uma proposta que considera mudanças estabelecidas pelos denominados pós-freudianos. Propõe definir os fundamentos éticos da psicanálise abordando a não-filiação da sublimação a uma moral adaptativa: a sublimação não se reduz a um processo em busca da boa adaptação social.

“A sublimação eleva um objeto a dignidade de Coisa”(Lacan, 1959-60/1997, p.140).

A sublimação é suplementar, especificamente, para o gozo do sintoma porque está além da substituição e simbolização fálica. A sublimação é um destino pulsional que permite ao sujeito ausentar

seda erotização do amor materno através do ato criativo.

DO PAI TODO A RELAÇÃO S1-A, VIA \$- POSSIBILIDADE DE UM ATO CRIATIVO

Ao determinar a relação S1- a, via \$, relação de um sujeito que prematuramente se percebe sem o seu primeiro objeto de prazer, castrado com sua falta a ser.

A coisa primordial que possibilita um ato criativo que traz em sua singularidade a identidade subjetiva marcada pela falta como a obra de Caravaggio é diferente do objeto imaginário contemporâneo. Os elementos do discurso da civilização atual estão dispersos e somente na psicanálise eles se ordenam em discurso (MILLER, 1998).

O *sinthoma* como uma forma de narração subjetiva é o que a psicanálise tem a oferecer, buscando para cada um uma fixação, uma ordenação. Parece-nos que essa operação responde ao ordenamento do sujeito, porque, ao dar lugar aos elementos dispersos, encadeia um norte singular, articulando os elementos dispersos, o *sinthoma* daria corpo ao sujeito ao conectá-lo com seu próprio gozo.

Na solução dada por Lacan em Joyce a instância do Nome-do-pai é usada como paradigma para pensar como se proteger do real quando não há o Nome-do pai como recurso. Essa tese é fundamental para pensar as novas subjetividades na medida em que reconhecemos que nelas esse recurso também está ausente. Não é tanto a loucura de Joyce que importa e sim o modo como ele consegue se manter estável.

Há um saber fazer com o que falta, nesses casos, o analista em lugar de causa de desejo poderá declinar para um analista como causa do sintoma, ficando assim mais próximo de complementar o sintoma fazendo de parceiro do sujeito. Com base na estratégia da parceria, o analista pode sustentar a crença no sintoma e na particularidade de prazer

A clínica do sintoma possibilita que a psicanálise responda aos desafios da atualidade não só em relação ao sujeito contemporâneo, mas também quanto a sua inclusão na cidade que necessita de participações singulares de seus habitantes, propiciando um olhar rico em urbanização e de discursos que enlaçam sujeitos conscientes de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, nós experimentamos uma realidade que nos coloca frente a uma responsabilidade. A pós-modernidade nos apresenta uma encruzilhada: ou morremos em recorrência dos sintomas contemporâneos empobrecidos de laços sociais significativos, que obedecem a lógica do todo e tentam negar a falta com o bônus do gozo que apresenta o objeto a, ou vivemos com plenitude atravessando o luto pelo pai ideal.

O mal-estar tem sofrido modificações ao longo dos séculos. As sociedades se configuram em lógicas de discursos diferentes que caracterizam mudanças na configuração das cidades. No entanto, se em tempos de significantes amos presentes no estado de bem-estar social que promoveu vida comunitária e agora na nova lógica contemporânea do discurso capitalista, onde os significantes amos têm uma roupagem mais imperativa, encobridora dos desejos e oferecedora de objetos de mais prazer, deixando os sujeitos em uma culpa que caminha em direção ao sacrifício e a aniquilação expostos ao mais puro real.

Como saída apontamos possibilidades com as contribuições de Lacan no texto “Joyce: O *sinthoma*”, que apresenta o saber fazer com o sintoma, um “*Savoir y Faire* “ o real que se apresenta na falta humana

- um sintoma que se transforma em Sinthome, que pode se construir com os recursos sublimatórios. Na tomada no “Seminário 7: A Ética da Psicanálise”, que traz como um dos pontos centrais abordados: a não filiação da sublimação a uma moral adaptativa: a sublimação não se reduz a um processo em busca de uma boa adaptação social.

Distante deste tipo de formulação de natureza moral e normalizadora, a definição fornecida por Lacan aponta para o centro da economia libidinal ao se referir como fundamental na noção freudiana de das Ding, a Coisa, afirmando que a sublimação “oferece a um objeto dignidade de coisa” (Lacan, 1959-1960 / 1997, p.140), com contribuições da arte emergindo em uma intervenção, que tem um ponto impronunciável, o real.

Assim *savoir-faire*, sublimação, final de análise pela via do sintoma responde aos desafios atuais em busca de uma ética que enlace sujeitos plenos de cidadania, comprometidos com a urbanidade da cidade com economia de uma dívida de sangue geradora de violência que vitima os desejos e ideais humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBERTÍN, Marta Gerez. Entre dívidas e culpas-Sacrifícios: crítica da razão sacrificial. Rio de Janeiro: Cia Freud, 2009.
- ARENDT, Hannah. Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Zahar, 2009.
- BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. Contando “causo”... Psicanálise e Direito: a clínica em extensão. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva; Del Rey, 2001.
- CITY-DATA.COM. Crime rate in Las Vegas, NV, 2001-2013. National Geographic Channel. Recuperado em 12-12-2014 de <<http://www.city-data.com/crime/crime-Las-Vegas-Nevada.html>> 2013.
- CHEMAMA, Roland. Dicionário de psicanálise Larousse. Artes Médicas. 1995.
- FREUD, Sigmund. El futuro de una ilusión, el mal-estar en la civilización y otros trabajos.(1927-1931) Rio de Janeiro: Editora Imago, Vol. XXI. 1996a.
- FREUD, Sigmund. Introducción al narcisismo. Alianza. 1992.
- FREUD, Sigmund. Los tres ensayos de la Teoría Sexual. 1905.
- FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros Textos–Obras Completas Vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. Proyecto Para una Psicología Científica. [Project for a scientific psychology]. J. Strachey (Ed. e Tranl.), Edição Standard Completa das Obras de Sigmund Freud, p. 335-345. 1895.
- FREUD, Sigmund. Psicopatologia da vida cotidiana. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol. 6. 1901.
- FREUD, Sigmund. Toten y tabú (1913-1914). Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIII. 1996b.
- FREUD, Sigmund. Um recuerdo infantil de Leonardo da Vinci. Obras completas, v. 11, p. 53-129. 1910.
- IMBRIANO, Amelia Haydée. La odisea del siglo XXI: Efectos de la globalización. Letra Viva, 2006.
- JORGE, Marco Antônio Coutinho. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro, v. 17, p. 17-32. 2002.
- LACAN, Jacques. EL Seminario – El avieso de la Psicoanalice. Livro 17. São Paulo: Zahar. 1992.
- LACAN, Jacques. Función y campo de la palabra y del lenguaje en psicoanálisis. 1953.
- LACAN, Jacques. La tercera. Intervenciones y textos, v. 2, p. 73-108, 1974.

- LACAN, Jacques. RSI – Le Séminaire (1974-1975). Rio de Janeiro: Zahar. 2005.
- LAGE, Marco Antônio. O mundo pode ser melhor - Árvore da vida. Belo Horizonte: Autêntica Editora. p. 224. 2015.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista *Katálysis*, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.
- LONGHI, Roberto. Caravaggio. São Paulo: Cosac Naify. 2012. (Original work published 1992).
- MILLER, Jacques-Alain. O osso de uma análise. Revista da Escola Brasileira de Psicanálise. Número Especial, 1998.
- ROUDINESCO, Elisabeth. PLON, Michel. Dicionário de psicanálise, 1998.
- SENNETT, Richard. *Flesh and Stone: The Body and the City in Western Civilization*. London: Faber and Faber. 1994.
- VENTURI, Robert; BROWN, Denise Scott; IZENOUR, Steven. *Aprendendo com Las Vegas*. Editora Cosac Naify, 2003.

EVASÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE O ABANDONO NO MAGISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

*Alfredo Tiago Oliveira Santos¹⁶
Edla Maria Gonçalves de Alencar Trigueiro¹⁷*

RESUMO

Este trabalho procura apresentar as possíveis causas do abandono de docentes, nos últimos dez anos, no magistério público no Estado de São Paulo. Processo que vem sendo agravado por alguns fatores como violência em sala de aula, precarização da estrutura e dos planos educacionais, baixa remuneração e falta de planos de carreiras atraentes aos profissionais da educação. O estudo foi realizado com base em dados coletados nos últimos anos sobre evasão e exoneração de docentes da rede pública estadual. Neste cenário de caus. De que maneira este abandono vem refletindo negativamente nos rendimentos e na percepção educacional pública no estado nos últimos anos e quais ações poderiam ser tomadas para reverter este quadro dentro da educação em pleno século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Docente; Abandono; Magistério

16 Educador; Historiador Pós-Graduado;Cursando Mestrado em Educação em UDE- Universidade de la Empresas- Montevideo- Uruguai

17 Professora e Interprete de Libras; Coordenadora da CIL- Central de Interpretação de Libras. Pós Graduada em Administração; Coordenação e Direção Escolar pela IBPEX; Pós Graduada em Libras- Educação para Surdos pela UNOPAR. Professora/Interprete.Cursando Mestrado em Educação em UDE- Universidade de la Empresa- Montevideo- Uruguai

INTRODUÇÃO

A rede pública do Estado de São Paulo é a maior do país, onde num total de 11,9 milhões de estudantes nos diferentes níveis de escolaridade, 36% deste quantitativo (3,5 milhões de alunos) está cursando nas às cinco mil escolas estaduais paulista (CENSO ESCOLAR, 2014).

O tamanho da rede, quando comparada a países vizinhos, por si só já é maior que a população total, mas essa “[...] grandeza não vem acompanhada de uma política que atraia os jovens a serem professores.” afirma Branca Jurema Ponce, da Faculdade de Educação da PUC-SP. Ela corrobora que há uma migração de docentes qualificados para a rede municipal e privada – “Eles buscam condições melhores”, diz (ESTADO, 2016)

Na formação deste grande número de alunos são 251,8 mil professores entre temporários e concursados. Mas numa análise de 2014 para 2016 a rede perdeu 17,7% deste total, caindo para 207,3 mil profissionais (ESTADO, 2016).

O atual artigo tem como objetivo suscitar questões acerca do abandono de professores da área educacional nos últimos anos na rede estadual de São Paulo.

A apresentação de dados levantados em concursos e a relação de exonerações de professores levaram a reflexão e serviram para buscar uma análise mais segura sobre, ações para efetivar a permanência do docente na educação. A redução do número de professores é a maior desde 1999 (ano inicial das pesquisas), só em comparação ao ano de 2015 com o ano anterior, é mensurada a saída de 26,6 mil professores, entre concursados e temporários (FOLHA, 2015).

Nos últimos anos tem se ganhado espaço no noticiário sobre o aumento das discussões sobre a quantidade de docentes que, mesmo após aprovados em concursos para lecionarem na educação, se encontram desiludidos com a prática e o ambiente escolar, abandonando-o na seqüência.

Quais causas podem ser inferidas sobre esse abandono de um profissional que, espera-se qualificado a exercer o magistério no Estado de São Paulo?

O concurso e a carreira de funcionário público que sempre foram tão atraentes na trajetória educacional, tem se mostrado esvaziada e sem perspectivas em longo prazo. Alguns elementos podem confirmar essa desilusão docente acerca da carreira, como os baixos salários a falta de perspectiva de formação educacional, complementação acadêmica não correspondida em acompanhamento de remuneração vista como adequada.

A baixa procura por cursos de licenciatura em comparação com outras carreiras, atrelada a uma evasão alta tem colocado em risco os profissionais qualificados e uma educação de longo prazo no Estado de São Paulo.

A REDE

Numa análise sobre os que buscam a carreira de professor, os dados também apontam certa preocupação, já que dos cursos mais procurados para formação acadêmica no país em 2016, Pedagogia aparece como o terceiro em número de inscritos (249.348 candidatos), mas como o primeiro em maior número de vagas ofertadas (8.338 vagas) e quando analisada a relação candidato/vaga entre os dez cursos mais procurados, sendo somente o oitavo lugar (29.91 inscritos por vaga), ficando muito abaixo de carreiras como medicina (63.14 candidatos por vaga), que tem uma relação mais do que o dobro quando comparada a pedagogia. Veja dados abaixo:

Os 10 cursos mais procurados				
Ordem	Curso	Inscrições	Vagas	Candidato x Vaga
1.	Administração	312.991	7.541	41.51
2.	Direito	262.255	5.741	45.68
3.	Pedagogia	249.348	8.338	29.91
4.	Medicina	237.267	3.758	63.14
5.	Ed. Física	192.866	4.093	47.12
6.	Ciências Biológicas	141.182	7.200	19.61
7.	Engenharia Civil	141.139	3.821	36.94
8.	Enfermagem	123.532	3.238	38.15
9.	Psicologia	112.306	2.036	55.16
10.	Ciências Contábeis	109.550	4.365	25.1

Dados: ProUni e Sisu 2016.

Numa análise econômica, as causas podem ser entendidas como atrativos de mercado, já que as carreiras listadas são também as de melhor possibilidade de crescimento profissional e/ou de remuneração. Se analisadas em conjunto, Pedagogia e Educação Física podem ser entendidas como foco na área educacional, mas a segunda desponta muito mais como modelo de carreira voltada para a área esportiva ou de assessoria de desempenho físico individual. Não coadunando com a necessidade de reposição de profissionais na área educacional.

A Teoria do Capital Humano pode auxiliar na compreensão parte deste processo, pois há uma depreciação na carreira docente no Brasil e essa análise pode ser transportada ao Estado de São Paulo também. Depreciação está que vem acompanhada por políticas públicas ineficientes nos últimos anos, onde reformas educacionais não concluídas e o sucateamento da estrutura física têm desestimulado profissionais a adentrarem este campo de atuação, como fala Rama: (RAMA, p.30, 2014).

“[...] rigidez institucional y educativa que limitan la calidad y la creacion de saberes; y competencias superiores que faciliten la creación de ventajas competitivas basadas en el conocimiento de las personas, las empresas y los países. Sin capital humano preparado no podrá haber crecimiento por innovación ni eficiencia competitiva.” Claudio Rama

O agravante da violência escolar, em grande parte, ligado a expansão do narcotráfico, tem feito

com que professores evitem áreas de risco ou não se disponham a atuarem nesses locais em horários específicos.

Este problema do atrativo para a carreira docente não tem sido vislumbrado apenas no Estado de São Paulo, mas como uma continuidade no país como uma toda a falta de interesse e a desistência do magistério público tem criado um déficit de 170 mil docentes em áreas como Matemáticas, Física e Química. Os dados do Ministério da Educação também revelam que o problema está bem longe de ser resolvido, pois no relatório também alarde para a queda de interessados nestes cursos em lecionar no ensino básico.

Apresenta ainda que entre 2006 e 2011, os alunos matriculados em cursos de licenciatura e pedagogia caíram em 7,5%. Grande parte de planejamentos econômicos de crescimento do país se esbarram em dados como esse, já que o crescimento econômico está atrelado ao quanto de incremento educacional que se observa em longo prazo.

No reforço de uma estrutura física sucateada ou não adequada a escola, no Censo Escolar consta que metade das escolas de Ensino Fundamental não possui biblioteca ou sala de aula, corroborando afirmações de que a falta de uma estrutura para a ampliação de um trabalho de qualidade desestimula docentes em acreditarem numa transformação de longo prazo de seu trabalho na escola e da visão de sua carreira em longo prazo.

Esta análise também alarma quando observadas que metades das crianças não são alfabetizadas na idade certa, corroborando uma educação que seja voltada a múltiplas práticas de aprendizagem e que parte da formação docente tem sido deficitária em priorizar essa multiplicidade, a educação chegou ao ponto de que “o simples observar e imitar começa a não ser mais suficiente”. (MANACORDA, 1989, p. 161).

Certo de que se este setor não recebe a atenção e os investimentos devidos, logo se torna obsoleto em relação a crescimento e sua estrutura depreciada tende a tornar o processo de resgate para crescimento, em grande parte irreversível. Como os ciclos de crescimento estão relacionados à adoção e invenção de novas tecnologias, a escola deixou de ser este espaço e passou a ser relegada como lugar de apresentação da inovação e até de uma produção de interesse geral não só ao mercado, mas também para a sociedade.

Os novos cenários educacionais ainda não aplicados ou os poucos que estão sendo colocados em prática necessitam dialoga segundo o que fala Rama:

“[...] nuevos escenarios sociales, económicos e tecnológicos [...] asi como La necesidad de ajustar y articular esos marcos conceptuales a las nuevas realidades”. RAMA, p. 27. 2014

Reproduzir ou cria novas tecnologias, torna-se um centro de recessão e pesa no fomento de crescimento, quer seja intelectual ou não para a sociedade. Mas se fazem necessário novos modelos econômicos baseados nas necessidades de novos recursos para um avanço na educação.

Afirma-se que é através do currículo que as coisas acontecem nas escolas, que sua composição curricular garante de forma sistematizada os esforços pedagógicos, mas na verdade a elaboração deste currículo crítico a realidade que possa garantir uma perspectiva multicultural. É necessário viver a inclusão educacional como proposta da sociedade e da escola, os professores não precisam ser especialistas, mas assumir o ensinar, o que ensinar e como ensinar para o aluno com deficiência, rompendo com os modelos de currículos únicos, romper com os modelos de escolas tradicionais e inflexíveis diante das problemáticas que surgem no âmbito escolar.

Benjamin (1892-1940) disse: “é fundamental preservar a memória daqueles que não tem lugar nos manuais de historia, salvaguardar os testemunhos e depoimentos.” Escrever uma nova historia não

para apagar o pouco e sujo que existiu sobre a não prática inclusiva, mas uma versão que valorize os conhecimentos e suas capacidades independentes de que recebera essa saber.

A educação Inclusiva é regulada por várias normas fundamentadas na Constituição Federal de 1988 que determinou igualdade de condições para o acesso e a permanência nas instituições de ensino para todos com atendimento especializado para todos preferencialmente no ensino regular. É fortemente evidenciado nas Leis destacando o Decreto Federal Nº3956/2001 que promulga a Convenção Interamericana que venha eliminar de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência (Convenção da Guatemala) e o Decreto Federal Nº 6949/1996, que promulgou a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência- CDPD/ONU/2006.

Consta na Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9.394/1996 e na Resolução CNE/CEB Nº 02/2002, que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, a questão de um currículo diferenciado e flexível para os alunos que formam esse público alvo da Educação Inclusiva, em que consta no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) grandes mudanças para buscar uma organização ao sistema educacional, como uma transversalidade da educação desde o ensino infantil até a educação superior, um atendimento especializado com continuidade de escolarização, formação de professores para esse atendimento especializado, uma participação com maior intensidade das famílias e também das comunidades, uma acessibilidade implantada nas escolas para tornar o acesso mais prático para todos com sua composição mobiliária, transportes com participação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Deve ser ofertada também nas escolas Atendimento Educacional Especializado (AEE), educação para surdos com o amparo de um intérprete em sala de aula e reforço intermediário em sua língua materna a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) oficializada pela Lei de Libras Nº 10.436/2002, regulamentada na Lei Federal Nº 10.098/2000(Lei de acessibilidade).

DESENCANTO DOCENTE

Uma dissonância entre teoria e prática, acrescida de condições precária de trabalho e a falta de visões de transformação da carreira, tem levado uma média diária de oito docentes concursados abandonarem a rede pública estadual de São Paulo. Entre 2008 e 2012, obteve-se uma média de evasões de aproximadamente 3(três) mil professores.

Os dados geram preocupação quando comparados com o tamanho da rede do Estado – aproximadamente 232 mil profissionais entre cargos de direção, coordenação e professores – sendo contabilizados os de cargos temporários que são contratados como emergenciais no decorrer do ano letivo, mas não criam vínculos empregatícios com a estrutura pública (CENSO, 2014).

Pode-se argumentar que o auto número de professores temporários e a falta de concursos públicos também é responsáveis pela saída de docentes da rede estadual, mas não se corrobora verdade tal afirmação, visto que o Estado de São Paulo tem ampliado a contratação de tais profissionais por concurso e diminuído o percentual de temporários, em reportagem ao jornal O Estado de São Paulo, a secretaria afirma que em 2005 o percentual de efetivos era de 47,1%, ante o dado de 2016 ser de 60,2%. Também se observa que o número maior de exonerações tem se dado entre os professores que já estão dentro da rede estadual como concursados e não entre os que romperam contratos temporários.

A saída da rede pública pode ser entendida como reflexo de um setor que tem recebido menos atenção das políticas públicas nos últimos anos, preferencialmente as áreas de saúde e segurança são

mais visíveis eleitoralmente em curto prazo do que investimentos de longo prazo em políticas públicas educacionais que demoram a fornecerem dados de transformação e são pouco vistas para fins eleitorais. Investe-se proporcional aos benefícios que se espera ter (custo x benefício), nessa lógica, o benefício de investimento na educação não é medido em eleições seguintes, o que faz com que não seja um setor preferencial de aplicação de recursos por parte de políticos.

Ademais, o desencanto vem acompanhado de certo saudosismo em procurar manter uma estrutura que não mais se relaciona com uma sociedade de aprendizagem interativa e globalizada, sendo suas práticas e dinâmicas de funcionamento muito arcaicas e com poucas perspectivas de transformação. Como fala Mello:

“[...] quando uma carreira é estruturada apenas em função de tempo e títulos formais, sem se considerar a produtividade de resultados, acaba gerando distorções que criam injustiças e levam o interesse corporativo a predominar sobre o interesse público.” MELLO, 1990, p. 61

Assim, muitos professores têm optado por campos na área mais promissores como educação particular ou buscado complementação de ensino para atuarem em outros setores, tais como engenharia, química e até outros órgãos públicos que não tem sido depreciado de maneira tão acintosa nos últimos anos, como a segurança e setores mais burocráticos da estrutura pública, o professor Doutor Claudio Rama argumenta que:

“[...] el aumento de los recursos económicos de los hogares que reduce lá deserción y aumenta la eficiencia de titulación, (acompanhada de) procesos educativos más flexibles [...]” RAMA, p.71, 2016

Para que a educação possa ver os problemas regularizados na educação às questões econômicas têm peso bem importante e independente das regiões essa questão ainda é preocupante. Como fala Rama em entrevista: “A educação é cada vez mais complexa, mas inversa, mais difícil de entender a regulação e a complexidade dos problemas que compõem e se articulam nos entraves formados por um conjunto sistêmico” essas questões causam um entrave diante dos profissionais da educação que os acovarda a lutar por mais recursos, mais formações e mais poder educativo.

O ABANDONO DO MAGISTERIO NA EDUCAÇÃO

Parte dos professores que abandonam o magistério e se encaminham para áreas correlatas como a química e a engenharia, pode ser entendida como mais uma ação voltada à vocação não condizente com o magistério do que por uma questão salarial e até de perspectiva de crescimento profissional. Como bem observou Haussman, os primeiros dois anos da educação podem ser entendidos como de “tateamento” e de apropriação de vocabulário pedagógico. Findo esse contato inicial, muitos dos que abandonam não se sentem inseridos ou realizados na prática da docência até aquele momento ou até de longo prazo.

Como pilar estruturante da educação - o professor, mas se este não for estimulado ou conseguir vislumbrar crescimento promissor, tanto profissional quanto financeiro, certo que abandona a área educacional ou se dedica menos a sua prática diária do lecionar. Esse desestímulo reflete, em grande parte, nos resultados ruins apresentados na área educacional do Estado de São Paulo nos últimos anos, certo é que Rama diz:

“La capacitación permite um incremento de las competencias laborales y provoca un aumento em La productividad, lo que a su vez debería traer utilidades para el inversor e incremento de los salarios de los trabajadores, en tanto és toses tãasociados a la productividad.” RAMA, p.87, 2014

Assim, como afirma o professor Rama, faz-se necessário que a capacitação deve ser acompanhada de incremento salarial para que aja não só estímulo pessoal em profissionalizar-se, mas também estímulo financeiro que nada mais é do que valorização do professor pelo seu esforço, “[...] sua excelência pode estimular-nos, não a imitar, mas a inovar.” (SENNETT, 2015. p. 118).

Os baixos salários também auxiliam a entender esse quadro de exonerações dos cargos. São Paulo acaba tendo a maior rede de ensino público do país, mas uma das menos atrativas soma-se a este problema os docentes que trabalham na Grande São Paulo, conhecida por seu custo de vida mais elevado e pelos grandes períodos de tempo no trajeto trabalho-casa.

Logo, o viver na cidade de São Paulo acarreta muito mais custos ao longo do ano do que em outras localidades não só do Estado, mas do Brasil. Assim, os salários pagos aos professores, estão em dissonância com outros Estados e se acresce o custo de vida que o consome mais. Temos um cenário perfeito para a reflexão sobre o quanto se ganha real para lecionar pela rede pública. Nesta reflexão de ganhos gerais, daqui saem muitos do que resolvem abandonar a educação.

Se fosse construída uma carreira salarial baseada nas competências e habilidades do ensinar e não somente no tempo de educação, certo é que muitos jovens habilitados se inseririam na educação por se sentirem mais valorizados pelo conhecimento de aprendizagem que já possuem e não por terem que esperar anos para ser valorizada financeiramente, esta forma de pensamento vai de encontro ao que o professor Doutor Claudio Rama já afirma “[...] de que el capital humano de un individuo se reduce en el sistema de enseñanza , a un enfoque que se concentre en la localidad.” (RAMA, p.88, 2014).

Observe os dados abaixo:

Rede Estadual – EB (SP)	Piso Nacional	Rede Municipal – EB (SP)
R\$ 2225,00	R\$ 1567,00	R\$ 2600,00

Estado de São Paulo (2016)

Tão pouco a oferta de vagas via concurso público tem conseguido resolver a situação por completo. Com uma rede de ensino tão grande, muitos professores se aposentando ou afastados por questões médicas não são substituídos adequadamente por concursados, mas temporários que possuem características de profissionais nômades a cada ano, pois a situação de não estarem vinculado à rede faz com que migrem anualmente por escolas diferentes que podem acolhê-lo.

A demora na prática de concursos públicos e mesmo estes realizados, em efetivar a entrada oficial

do professor na rede só tem aumentado o problema e alimentado uma visão da desorganização deste setor no Estado e sua insegurança profissional por anos seguintes.

O número de professores estaduais em 2004 era de 206,8 mil, portanto, quando comparados aos dados de 2016 –207 mil, pouco se ampliou e gera preocupação por que houve uma expansão do número de docentes para 251 mil em 2014 e drasticamente os números recuaram para próximos do ano de 2004 com as exonerações e aposentadorias concedidas.

No atual quadro político é possível que o número de saídas de professores aumente não só pelo desencanto com a profissão e a baixa remuneração, mas pelo aprofundamento das discussões de novas regras de aposentadoria, o que pode fazer docentes acelerarem os planos de aposentadoria para evitarem a perda de direitos ou o enquadramento nas novas regras que serão estabelecidas se a nova reforma for aprovada.

Isto reflete uma desumanização por parte da estrutura estatal para com o professor, este passa a ser enxergado apenas como funcionário e não um capacitador de transformação de uma realidade, o professor tornou-se um operário na linha de produção do saber e “se encontram num estado de enorme morosidade que os conduz, evidentemente, a cumprirem de maneira puramente mecânica suas horas de aula [...]” (PETRAGLIA, 2011, p. 94).

A situação em São Paulo é desfavorável, as escolas passam por mudanças que por não estarem bem formuladas para uma verdadeira solução imediata, mas acabam por repassar os problemas com essa educação para outros setores. Como diz Abrileri: “e vai continuar sendo assim. Nas áreas urbanas, cresce a existência não exatamente de anos de estudos, mas da capacidade de se aperfeiçoar”.

O sistema educacional em todo o Brasil distribui o ensino fundamental e médio e tem mostrado um índice de crescimento regular, mas não satisfatório de alunos que concluem o nível superior, a qualidade do ensino nem sempre tem a mesma qualidade em todas as regiões do Brasil, mas em São Paulo ainda alcança índices diferentes, existem certas falhas em conceituar capital humano o próprio conhecimento adquirido pelos alunos em pouco tem se tornado absoluto e todo o aprendizado ficam prejudicados. O desenvolvimento do ensino com esses alunos deveria ser o alvo principal, mas acaba sendo deixado em segundo plano.

CONCLUSÃO FINAL

O grande objetivo desse trabalho é ver e rever as questões educacionais, ver e rever o que mais proporciona o profissional da educação em desistir do seu trabalho, para se aventurar em outras áreas distintas que os tornaram aventureiros de ações que em nada se referem com seu perfil após atuarem no magistério. Devemos através de divulgações e incentivos fazer chegar aos professores que estão atuando no ensino regular das escolas públicas as qualidades de trabalhar no magistério, de fazerem a diferença em sala de aula por questões éticas e moral.

O poder do professor é surreal quando ele pode colocar em prática tudo que adquiriu em seu processo de formação do conhecimento. O que implica para esse professor é saber que nosso público é a criança nas series iniciais que terão o primeiro contato com sua formação e de sua identidade e formação de cidadãos para no futuro poderem escolher por profissão dignas.

A família escola deve manter-se unida as questões de desistências, buscando interagir com a formação das escolas para juntos solucionarem, a evasão escolar, a repetência e outros problemas que envolvem os alunos da rede pública.

Não são atrativos nas escolas os recursos tecnológicos, no início era o que segurava os alunos em sala de aula, mas o próprio despreparo dos professores fez com que essa arma acabasse se voltando contra a educação, falta além de capacitação a falta de integração entre professores e alunos. Os alunos já têm contato com a internet em suas casas e nas comunidades.

A falta de formação dos professores e falta de elaboração de como utilizar essa ferramenta importantíssima a seu favor, acabou fazendo com que esses alunos buscassem esse conhecimento em outros lugares e de maneira errada sem nem uma utilização educacional, apenas para ter respostas de suas curiosidades pessoais.

A baixa remuneração é um assunto antigo não apenas em São Paulo, mas sem todo o Brasil, as políticas públicas não podem ou não querem enfrentar esta questão, desconsideram muitas vezes o assunto devido ao fato de encontrarem-se de mãos atadas. É visível que muitos dos problemas poderiam ser superados e ter uma solução definitiva para que a educação pública pudesse obter sucesso em suas programações e técnicas de desenvolvimento do saber.

Quanto maior for a busca para a educação obter maior qualidade e quantidade de recursos, o público alvo mais saíram ganhando. Investir na educação ainda é a maior solução de futuros problemas. Essa realidade deve ser compreendida por todos, governo, estado, municípios, escolas e comunidade. Essa questão de educar o cidadão de formar esse cidadão é para todos e por todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação: da antiguidade aos nossos dias; tradução de Gaetano Lo Monaco. 2. ed. - São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1989. – Coleção educação contemporânea. Série memória da educação.

MELLO, Guiomar Namó de. Social democracia e educação: teses para discussão. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990. – (Polêmicas do nosso tempo).

PETRAGLIA, Izabel. Edgar Morin: A educação e a complexidade do ser e do saber. 13. ed. – Petrópolis: RJ: Vozes, 2011.

RAMA, Claudio. Los Nuevos Modelos Universitarios em América Latina. Montevideo- Uruguai- Editorial Grupo Magro, 2014.

RAMA, Claudio. Mutaciones Universitarias Latinoamericanas- Cambios em La dinâmicas educativas, mercados laborales y lógicas econômicas. Montevideo- Uruguai- Grupo Magro Editores, 2016.

SENNETT, Richard. O Artífice; tradução de Clóvis Marques. 5. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

Censo Escolar do Estado de São Paulo – Informe 20114 <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/967.pdf> acesso em 01 de março de 2018 – 12h45.

Jornal: Estado de São Paulo: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,rede-estadual-de-sp-perde-44-mil-professores-em-dois-anos,10000082144> – acesso em 02 de março de 2018 – 13h07.

Jornal: Folha de São Paulo:

www1.folha.uol.com.br/educação/2015/11/1707366-rede-estadual-de-sp-enfrenta-saida-recorde-de-professores.shtml- acesso em 15 de janeiro de 2018 – 10h49

<https://goo.gl/m5UIen>

<https://goo.gl/Vm8kot>

<https://noticias.uol.com.br/educação/ultnot/ult105u5819.jhtm>

www.youtube.com/watch?v=TWIGFTilW

O AGIR COMUNICATIVO DE HABERMAS: QUAIS SÃO OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS?

Anélia Teresinha Dias Grassi¹⁸

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar o pensamento de Jürgen Habermas em relação a teoria do agir comunicativo. Aspectos que distinguem o agir comunicativo do agir instrumental estando este designado a manter uma ordem. A ética do discurso e a moral embasada no conceito de razão. O uso da linguagem como recurso principal para chegar a um entendimento mútuo e a manutenção dos sistemas sociais. O conceito de mundo da vida e como ele está estruturado na sociedade. Este estudo não pretende esgotar todo o conhecimento da teoria, apenas abordar alguns aspectos relevantes para se chegar a compreensão de consenso na legitimação de normas dentro dos sistemas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Agir Comunicativo e Agir Instrumental. A Ética do Discurso. Sistemas Sociais. Mundo da vida.

18 Pedagoga (docente ensino fundamental e médio), psicopedagoga, neuropsicopedagoga e especialista em Educação Especial, doctoranda em Epistemologia e Historia de la Ciencia na Universidad Nacional Tres de Febrero – UNTREF – Buenos Aires – Argentina. Email: grasfil@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Jürgen Habermas, filósofo e teólogo alemão, é um dos pensadores mais influentes do pós-guerra, seu pensamento envolve diversos temas – direito, política, história, ética, que se entrelaçam e chegam a um único ponto: o sujeito interagindo socialmente. Segundo Matos, (1993), Habermas fez parte dos intelectuais da Escola de Frankfurt, mas por pouco tempo, preferiu seguir seu próprio caminho após impetrar a teoria da ação comunicativa. O pensamento de Habermas combina com a crítica atribuída à metafísica tradicional, incorporada pelo cristianismo: o aristotelismo e o platonismo, que tenta desestruturar o paradigma da modernidade iniciado por Descartes e Locke, que se configurou na incompatibilidade entre racionalismo e empirismo. O propósito da teoria de Habermas é dar para a razão um limite.

Quando Habermas começou sua carreira sofreu influência da Escola de Frankfurt, no entanto preferiu mais tarde seguir seu próprio trajeto. Dentre suas obras destaca-se aqui *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (1989) e o *Agir Comunicativo e ética do discurso*, sintetizado por Polli (2013), as quais serviram como âncora na elaboração desse trabalho. Habermas ao analisar as relações entre ciência, técnica e economia política, desenvolveu a teoria da ação comunicativa, que contém conceitos básicos para a compreensão da ética do discurso.

A Teoria do Agir Comunicativo fundamenta-se em uma teoria moral a qual procura orientar nossas ações e interações sociais. Segundo Macedo “ A teoria Comunicativa tem sua expressão na linguagem e sua base na ética (1993 , p.38)”. Esta é uma teoria que parte do princípio de que a linguagem é o meio de comunicação e interação entre as pessoas que quando se comunicam podem haver uma concordância ou não.

É objetivo desse trabalho, reconhecer aspectos da teoria do agir comunicativo de Habermas, diretamente relacionados com as interações sociais e evidenciar como as normas são institucionalizadas na organização de um sistema social, construído e mantido socialmente dentro de um entendimento mútuo.

Está organizado em título e subtítulos seguindo a ordem das palavras-chave. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enriquecida com algumas reflexões de autores que revisam obras de Habermas e Lukmann. Foi realizado uma análise histórica e filosófica de primeira e segunda ordem.

○ AGIR COMUNICATIVO X AGIR INSTRUMENTAL

Compreende-se que o agir comunicativo tem referencia no mundo da vida e tem base nas regras da sociabilidade e as tarefas e habilidades se sustentam, principalmente, nas regras morais construída e institucionalizadas da interação dos indivíduos. Nessa ação a comunicação deverá estar livre de dominação e as pessoas procuram chegar a um consenso, ao entendimento mútuo onde podem expressar ideias podendo concordar ou discordar com a pretensão do bem-estar individual. Essas relações ocorrem com frequência nas esferas como a família, comunidades. É comum essas relações nas esferas como família, comunidades, organizações artísticas, científicas, culturais etc. Nas palavras de diz Habermas, a ação comunicativa ocorre,

...sempre que as ações dos agentes envolvidos são coordenadas, não através de cálculos egocêntricos de sucesso mas através de atos de alcançar o entendimento. Na ação comunicativa, os participantes

não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa (1984, p. 285, 286).

O agir instrumental, segundo Gramsci (1986, p. 16) “ diz respeito as relações de trabalho. É ai que é desenvolvidas habilidades baseadas em regras o que Habermas chama de “agir racional-com-respeito-a-fins”, Gramsci (1986) esclarece, ou seja um saber empírico com objetivos próprios e bem definidos, que visa o sucesso da ação”. Logo, na economia o que importa e tem valor é o dinheiro, na política a ênfase está no poder e na técnica a eficácia. Através de razão instrumental que os agentes envolvidos se submetem as regras ou normas estabelecidas como resultado o controle sobre os objetos. É uma razão controladora de ações individuais com interesses particulares em contrapartida, sua função é a manutenção das normas sociais.

O conceito de razão instrumental de Habermas é substancial, visto que estabelece discordância ao cientificismo e ao positivismo, que para o filósofo, somente uma razão com fins em si mesma pode ter a verdadeira racionalidade como característica, sendo a razão como meio para atingir determinado fim, uma racionalidade subordinada e alienada, de certa forma. É denominada de instrumental a essa racionalidade determinada pelos meios, conforme define Repa¹⁹ (2008, p.19),

A racionalidade instrumental define-se por ser estritamente formal. Não importam os conteúdos das ideias e dos princípios que possam ser considerados racionais, mas a forma como essas ideias e princípios podem ser utilizados para a obtenção de um fim qualquer. Ou seja, a racionalidade instrumental, formal caracteriza-se, antes de tudo, pela relação entre meios e fins. Ela só diz respeito aos meios, aos critérios de eficácia na escolha dos meios para atingir os fins, sejam eles quais forem (REPA, 2008, p.19)

O conceito de racionalidade foi reconhecido, primeiramente pelo pensador Max Weber. Weber em seu livro “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, publicado em 1905, apresentou um diagnóstico da característica fundamental específica da sociedade ocidental, a racionalização, para ele é como uma forma para “regularização da ação humana” com uma finalidade definida. Max Weber constatou que no ocidente aconteceram fenômenos culturais providos de “desenvolvimento universal” em seu valor e significado. Souza (2010), exemplifica: “a ideia de um estado racionalmente organizado como uma entidade política, com uma constituição racionalmente redigida, um direito racionalmente ordenado, uma administração orientada por regras racionais e com funcionários especializados somente existiu no ocidente”.

Assim sendo, a adaptação capitalista racionalmente realizada e calculada em termos de capital. Tudo sendo feito em termos de balanço, onde a ação individual das partes, baseada no cálculo, só existiu no ocidente. Segundo Freitag, o que weber faz “é postular como racional toda a ação que se baseia no cálculo, na adequação de meios e fins, procurando lucrar com um mínimo de despesas e um máximo de resultados desejados, evitando-se ou minimizando-se todos os efeitos colaterais indesejados”. (FREITAG, 1994, p.90).

Segundo Barbara Freitag²⁰ (1992), quando a racionalidade instrumental estende-se para outros

19 Prof. Dr. Luiz Repa, do departº de Filosofia da USP, é um dos principais autores e tradutores no Brasil sobre Jürgen Habermas e Axel Honneth (atual diretor do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt).

20 Bárbara FREITAG, graduada e pós-graduada em Ciências Sociais na Alemanha, na J.W. Goethe Universitat Frankfurt/M.

domínios da vida pessoal, onde deveria prevalecer a ação comunicativa, isto se torna um problema, uma perversão ou patologia. Marx denuncia as famílias proletárias, que por razões materiais, utilizam seus próprios filhos com a finalidade de ganhar mais dinheiro para melhorar sua renda familiar. Há denúncias de casos no terceiro mundo onde pais vendem seus filhos ou filhas visando lucro, favorecendo a prostituição ou exploração desses menores sempre com intenções financeiras. Outra forma dessa inversão de ações são os casais que permanecem unidos em um casamento apenas por laços de preferências instrumental sendo que um serve-se do outro para prosperar na carreira, sem a existência de laços de afetos entre ambos.

A ÉTICA DO DISCURSO, OS FUNDAMENTOS DA RAZÃO E A MORAL

Para Habermas, a ética discursiva é fundamentada na razão e o conceito de razão é ampliado para uma concepção de razão comunicativa a qual não está centrada no sujeito e a razão comunicativa tem suporte no diálogo, na interação entre os indivíduos de um grupo, cuja interação é mediada pela linguagem, pelo próprio discurso sem sofrer pressão do sistema econômico (a força do dinheiro) ou do sistema político (fundamentada no exercício do poder). Dessa forma, tanto na esfera política quanto na esfera da economia as convenções são pactos, negociações onde prevalecem os interesses particulares se contrapondo com a racionalidade comunicativa, prevalecendo a racionalidade instrumental.

Aproximadamente em 1960, Karl Otto Apel²¹, apresentou uma Ética da Razão Comunicativa que Habermas posteriormente deu continuidade com a intenção de organizar uma Ética do Discurso, esse é o objetivo que Habermas e Apel perseguem, apesar de utilizarem caminhos distintos, porém na mesma direção. Para ambos os pensadores a ética do discurso tem estrutura em uma teoria da racionalidade que eles a denominam de razão comunicativa.

Para Stefani, (2005, p.67), “o conceito moderno de razão foi ampliado no sentido de abarcar não somente a explicação de fenômeno objetivo ou a intuição de princípios, mas também orientações práticas para o agir comunicativo”. Além disso, para Habermas, o conceito de razão compõe-se de procedimentos linguísticos e argumentos discursivos, e não como diz Pizzi (1994),”... que o conceito de razão está centrado em um sujeito monológico”. Tal pensamento de Habermas é enfatizado por Polli,

A Ética do Discurso fundamenta-se na Teoria da Ação Comunicativa, que sugere uma fundamentação racional-intersubjetiva da escolha sobre valores, numa razão comunicativa entre sujeitos que cooperam na busca da verdade. Supõe normas racionalmente validáveis. O método dessa perspectiva ética é o da comunicação intersubjetiva, num sistema participativo que conduz aos consensos em torno de normas e princípios para a ação. Visa a garantir a igualdade de condições entre os sujeitos (discursos autêntico), não apenas em nível da comunicação, mas na própria condição de vida. Os dissensos e dificuldades da comunicação, segundo Habermas, podem ser resolvidos através de processos democráticos de comunicação (POLLI, 2013, p. 31).

Ao abordar o tema “moral”, parte-se da ideia de Kant, que diz que a moral tem que ser autônoma que o sujeito se adequa ou acaba por se conformar com as regras, para ele, o homem por ser responsável, é livre e deve agir conforme sua consciência. Assim como o direito para Kant é um instrumento de

Mestrado em Berlim e doutorou-se na Universidad Técnica de Berlim. Em Frankfurt foi aluna de Adorno e Horkheimer. Teórica de E. Frankfurt. Segundo pesquisa na Wikipedia.

21 Karl-Otto APEL, (Düsseldorf, 15 de março de 1922) é um filósofo alemão e professor emérito da Johann Wolfgang Goethe-Universität de Frankfurt am Main

motivação externa, que existe para manter a ordem pública. Enquanto que para Habermas a moral não é limitada pela legalidade, mas é autônoma, tem uma posição de discernimento e um esquema de habilidades, direito e moral não são tipos diferentes de normas de ação, para ele o direito é um sistema de ações.

Para Habermas, são as normas morais que controlam relações interpessoais e conflitos entre pessoas naturais que interagem como membros de uma comunidade concreta e como indivíduos únicos enquanto que normas jurídicas controlam as relações interpessoais e os conflitos entre pessoas numa sociedade imaterial.

Em Kant, a ética é uma obrigação e a consciência solitária, onde só o que importa são as experiências próprias e naturais. Enquanto que, Habermas, vê o discurso e a argumentação em comum, sendo o ponto de partida para a reflexão, sempre mediada pela linguagem. A condição essencial são os argumentos que precisam ser compostos de significados e consistentes para serem validados.

A FUNÇÃO BÁSICA DA LINGUAGEM E O ENTENDIMENTO MÚTUO

Conforme Langer²²(1971, p.111), “Na linguagem temos o uso livre e consumado do simbolismo, o registro do pensar conceitual articulado: sem a linguagem parece não existir nada semelhante ao pensamento explícito”. A autora da referências a todas as raças humanas, aos habitantes mais primitivos do mundo que vivem em lugares afastados dos povos “civilizados” esses também tem uma linguagem comum as necessidades e tipo de vida que levam e uma linguagem que segundo Langer (1971, p. 112), “parece que não há linguagem simples, amorfas, ou imperfeitas”. De acordo com esse pensamento, pode-se afirmar que, a todos os seres da natureza existe uma forma de comunicação que seja através de gestos, sons, ruídos, etc. mas nada e nenhum gesto se compara com a fala humana.

As estruturas como cultura, sociedade e personalidade só podem ser corporificada e se reproduzir através da mediação linguística que tem fundamento no entendimento mútuo coordenando as ações e articulando a socialização dos indivíduos nela envolvidos. A linguagem, segundo a teoria de Habermas, tem funções específicas a cada estruturas do mundo da vida como consequências das ações dos atores envolvidos, são elas;

- a) Função cognitiva: essa é uma função que leva o sujeito a adquirir conhecimento cultural e transmiti-lo,
- b) Função apelativa: é a função que coordena as ações para serem validadas e reconhecidas intersubjetivamente e
- c) Função expressiva: responsável pela formação de identidades de acordo com personalidades.

Essa funções que coordenam as estruturas simbólicas do mundo da vida se reproduzem através da continuação do conhecimento dado como válido, grupos solidários e sujeitos responsáveis. Conforme o processo se reproduz surge novas situações do mundo da vida na dimensão semântica de conteúdos ou significados – da tradução cultural, na dimensão de espaço social – grupos socialmente integrados e no tempo histórico – gerações sucessivas” Baumgarten (1998).

Habermas precisava encontrar um embasamento para sustentar a racionalidade e dar sentido a realidade total, logo acredita que ela onde sempre esteve: no “lócus”²³, afirmando ele que é na palavra que

22 Susanne Langer foi uma grande especialista em filosofia da arte, seguidora de Ernst Cassirer. Sua publicação mais conhecida em português é Filosofia em Nova Chave, seus principais escritos enfocam o papel da arte no conhecimento humano. Wikipédia.

23 Lócus, é uma palavra do latim, que significa literalmente “lugar”, “posição” ou “local”. Este termo pode ser usado em diversos sentidos e para várias áreas.

o individual e o universal se encontram. Segundo Coutinho (1946, p.194) "...de modo que interesses e normas, cognição e intenção, subjetividade e objetividade se Interlimitam e entrecruzam como o rio e o seu caudal".

Para Habermas, na racionalidade não existe linguagem individual, ela é comum a todos os seres humanos, tem a atribuição de impulsionar o diálogo entre os seres humanos, há sempre diálogo porque utilizamos palavras vindas dos outros numa interação social. É através da linguagem como um núcleo profícuo que definem as complicadas atividades humanas que caracterizam a cultura. Coutinho (1946) explica que para Apel..." a meta-instituição cultural que torna possível todas as outras instituições humanas". Salientam ai, a importância da linguagem como um elemento formador da cultura e ainda dizem eles que, a linguagem é a chave principal da realidade humana.

Para Habermas, seguindo uma linha de pensamento sobre a linguagem diz que toda a compreensão da realidade está facilitada pela linguagem. Para ele os problemas filosóficos podem ser estudados na linguagem. Esse importante filósofo propõe uma teoria social que se instaura pelos atos linguísticos, uma teoria da argumentação racional que seja capaz de levar os atores a um consenso, ao entendimento, a emancipação como obra do potencial emancipatório das estruturas e dos processos comunicativos resultantes da sociedade.

Para Habermas, há pensamento na linguagem e linguagem no pensamento. Sua proposta é de que haja um projeto social para que no futuro exista uma sociedade racional. Ele salienta que a linguagem não é um mero instrumento com funções específicas, definida, mas sim é um meio através do qual os indivíduos se constituem como sujeitos. A linguagem possibilita um desenvolvimento cognitivo-evolutivo conseqüentemente implicando na assimilação de papéis sociais e normas pelas quais constroem suas identidades dentro do grupo onde estão inseridos. A fala é o mecanismo que coordena a ação e a linguagem é o melhor caminho para chegar a racionalidade que está na comunicação e leva aos caminhos da teoria da razão.

Fala-se aqui de uma teoria que está voltada para o entendimento mútuo, na qual os sujeitos envolvidos buscam entre si uma concordância em seus objetivos e ações através do discurso e dos argumentos apresentados. O entendimento mútuo funcionará como mecanismo de concordância de ações advindo de princípios e acertos comuns. Os acordos não podem esbarrar em interesses individuais. Dessa forma, estará determinada a carência de entendimento mútuo que deve ser suprida pela interpretação dos atores que possuem cada um, suas próprias perspectivas, que consolidam um sistema "entrelaçado com um sistema de perspectivas de mundo" (Habermas, 1989,p. 166).

Leal²⁴ (2009, p.406) esclarece que, segundo "a consideração teórica da comunicação de Habermas sobre a ação social, o que torna possível a ação coordenada é nossa capacidade de chegar a um entendimento mútuo sobre alguma coisa". Segundo Perez²⁵ (2012), "...quando os sujeitos se deparam com situações a ser resolvida no mundo da vida deverão levar em conta o contexto da situação da ação, através dele que será fornecido para os processos de entendimento mútuo e os recursos para esse fim". Os agentes não podem prescindir o contexto e nem de "se entender acerca de algo do mundo", criando um conceito formal do mundo, quando se dispõem a executar suas ações em comum acordo..

Habermas (2003, p.40), salienta que é possível correr o risco de haver um dissenso porém, a razão

24 Rogério Gesta LEAL, Prof. Assoc. do Inst. Ambrosio Cioja, da Universidad Nacional de Buenos Aires. Especialista em Direito Constitucional, Mestre em Desenvoltº Regional, Dr em Direito do Estado, pela Univer. Federal de Santa Catarina, Dr. em Direitos Humanos pela Universidad Nacional de Buenos Aires.

25 Miriam PEREZ, Mestre em Direito Público e Evolução Social pela Univers. Estácio de Sá - UNESA; Pós-Graduada em Direito Administrativo na Universidade Gama Filho, em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Universidade Católica de Petrópolis, em Direito Público pela Faculdade de Direito de Campos - UNIFLU; em Docência Superior na Universidade Gama Filho

levará à busca de entendimentos, mesmo que seja dito “não” houve uma decorrência do agir comunicativo.

OS SISTEMAS SOCIAIS NO PENSAMENTO DE LUHMANN E HABERMAS

Mathis²⁶, ao apresentar estudos sobre o sociólogo alemão Niklas Luhmann²⁷(1927-1998), ressalta que Luhmann foi um dos responsáveis em implementar a teoria de sistemas nas ciências sociais. Tanto Luhmann quanto Habermas tiveram grande influência na representação da sociologia. Para ele, dos mais importantes princípios da teoria a ser destacado é a procura dos mesmos conceitos com a finalidade de descrever características de sistemas diferentes, a procura de leis gerais que ajudam a compreender a dinâmica de um sistema e a formalização das descrições da realidade formal.

O autor explica que para Luhmann a sociedade é um sistema que é observado através da distinção sistema/meio. É um sistema de operações específicas e exclusivas. Para Luhmann todos os sistemas que se observam um modo de operação específica e exclusivo, são os sistemas sociais e os sistemas psíquicos.

Operações básicas dos sistemas sociais são a comunicação e as operações básicas dos sistemas psíquicos são os pensamentos. Logo, as operações dos sistemas sociais são reproduzidas através da comunicação e aos sistemas psíquicos a reprodução é através dos pensamentos. Para ele, fora dos sistemas sociais não existe comunicação e fora do sistema psíquico não existe pensamento. Esses dois sistemas são sistemas fechados onde todas as operações que produzem novos elementos necessitam das operações anteriores dos mesmos sistemas que propiciam condições para futuras operações construindo bases da autonomia do sistema.

O sistema existe porque existe o meio. Autopoiesis reporta-se a autonomia, aqui um sistema complexo reproduz seus elementos e suas estruturas dentro de outro processo operacionalmente fechado com seus próprios elementos. Luhmann salienta que a substituição do conceito de sistema aberto/ fechado pelo conceito de autopoiesis foi uma das importantes mudanças que ocorreram na teoria geral dos sistemas.

Luhmann considera a sociedade moderna como um sistema, constituída por indivíduos e que se divide em subsistemas. Enquanto que Habermas, na teoria da ação comunicativa, aborda tanto o “sistemas” quanto “mundo da vida” existentes e fundamentais nas sociedades possibilitando estudos objetivos do funcionamento dos mesmos. Segundo Coutinho²⁸ (2002), para Habermas existe dois tipos de sociedade distintas, a sociedade primitiva e a sociedade tradicional que se diferenciam de acordo com suas especificidades:

- a) na sociedade primitiva o predomínio é o sistema de parentesco que rege as ações entre sujeitos e como sub-sistemas o sócio-cultural e econômico, esse sistema é legitimado pelo mundo moral-religioso ao qual o sujeito está subordinado,
- b) e as sociedades tradicionais cujos sistemas sociais estão de acordo com critérios gerais das culturas evoluídas. Nesse sistema existe uma técnica relativamente desenvolvida sendo que no centro do processo social de produção aparece a divisão do trabalho, encontrado nesse sistema o sub-sistema político.

26 Armin MATHIS, mestrado em Ciências Políticas - Freie Universitat Berlin (1987) e doutorado em Ciências Políticas - Freie Universitat Berlin (1995).

27 Niklas Luhmann, foi um sociólogo alemão visto como um dos principais autores das teorias sociais do séc. XX.

28 Maria de Souza Pereira COUTINHO, licenciada em Filosofia em Lisboa, mestre e doutora em Filosofia e Ciências da Educação em Nova Lisboa.

Para Habermas a sociedade pode ser vista como um modelo complexo de sociedade dividida entre o mundo da vida onde o mais importante são as interações sociais e os sistemas sociais onde o que comporta o sistema é a economia e a política. Para esses sistemas existe duas formas de racionalidade que rege o conjunto de instituições específicas das quais fazem parte de um sistema. Pode-se verificar que a racionalidade comunicativa é aquela que rege as relações de solidariedade, relações sociais cotidianas, visa o entendimento recíproco e a racionalidade estratégica que rege os sistemas sociais estando para a economia, o dinheiro(lucro) e para a política, o poder (o voto)

MUNDO DA VIDA

Desde a perspectiva dos participantes em uma situação, o mundo da vida aparece como contexto formador de horizonte dos processos de entendimento, que delimita a situação de ação e, portanto, permanece inacessível à tematização (Habermas, 1982, p. 494).

Aragão²⁹, 1992, p. 44, salienta que as pessoas criam conceitos tanto de forma implícita como explicitamente que norteiam e contextualizam a vida social que ganha corpo através de falas, ações, documentos, tradições, sistemas sociais, instituições... esses e outros elementos formam uma estrutura simbólica que sustenta as relações sociais e as normatizam, a essa estrutura simbólica que Habermas denomina mundo da vida.

Compreende-se que aos sujeitos envolvidos no processo de socialização de forma cooperativa, voluntária, onde cujos saberes passam a ser estruturados e uns elementos são dirigidos uns aos outros de forma inconsciente são considerados válidos e não questionáveis pois é comum a todos e não há desacordos, a esse processo incorporado Habermas chama de mundo da vida. Fica entendido que os elementos estabelecidos como verdadeiros, somente poderiam ser modificados mediante algum acontecimento ou situação real adquirindo um novo status.

Na concepção de Habermas, há dois conceitos distintos de mundo da vida: o conceito transcendental que correspondem três estruturas formadoras essenciais que são seus componentes invariáveis, atemporais e o conceito empírico que se refere aos conteúdos particulares específicos de uma forma de cultura, um tipo de sociedade e uma estrutura de personalidade que hora são temporais, hora são históricos. “O mundo da vida é ao mesmo tempo totalidade e multiplicidade, idealização e realização” (Aragão, 1992, p. 49-50).

A linguagem é o elemento fundamental para que ocorra a prática da comunicação entre os agentes no mundo da vida pois os elementos estruturados só podem tomar corpo através do uso da linguagem que também tem funções específicas no mundo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foi abordado um breve esboço da teoria da ação comunicativa de Habermas. Foi abordado os principais aspectos da teoria do agir comunicativo e a ética do discurso. Foi realizada uma análise sobre o pensamento de Habermas de acordo e sob a compreensão de outros autores contemporâneos que se dedicaram a pesquisar e interpretar tal teoria. Também foi possível estabelecer um paralelo entre o pensamento de Habermas e Luhmann na definição de sistemas.

Primeiramente distingue-se o conceito de agir comunicativo e agir instrumental sendo o primeiro uma teoria que sustenta-se pela linguagem como forma principal de comunicação com o objetivo ao

29 ARAGÃO, Lucia. Razão Comunicativa e Teoria Social Crítica em Jürgen Habermas. Rio de Janeiro, 1992

entendimento entre os agentes envolvidos numa interação, e o segundo, é a ação estratégica destinada aos sistemas de poder e do dinheiro que objetiva o lucro desconsiderando a individualidade dos sujeitos.

Na ética do discurso todos os sujeitos envolvidos são capazes de argumentar discursivamente como elementos da comunidade linguística no mundo da vida e está embasada na teoria da racionalidade que Habermas e Apell nominaram de razão comunicativa.

A teoria comunicativa é expressada pela linguagem e tem como base a ética. É uma teoria moral que tem como princípio a linguagem sendo meio de integração social, na qual as questões morais são decididas dentro da comunidade onde todos os participantes em condições iguais, num entendimento mútuo, aceitam e validam as normas, livremente.

Habermas vê duas estruturas fundamentais da sociedade, o mundo da vida onde as componentes são cultura, personalidade e sociedade, e os sistemas sociais que têm base na economia e na política. Luhmann definiu a sociedade como sistema a qual se divide em subsistemas, representadas por indivíduos. Para ele existe sistema social que tem base na comunicação e sistema psíquico que se refere aos pensamentos.

O mundo da vida refere-se as experiências intersubjetivas, de todas as relações estabelecidas com a cultura, a linguagem, a comunicação. São as interações sociais constituintes da organização e de identidades sociais.

Cumpriu-se nesse estudo, os objetivos propostos no sentido entender como as sociedades se organizam e são mantidas dentro de um consenso entre os sujeitos envolvidos tendo a linguagem como elemento fundamental para a comunicação.

As fontes pesquisadas foram: SciELO, Portal Periódico Capes, Google Acadêmico, Revista Brasileira, livros e artigos acadêmicos.

Foi muito importante para o conhecimento da teoria e a importância dela na organização de sistemas e como chegar ao entendimento mútuo. Porém novos estudos desse tema poderão ajudar na compreensão da legitimação das normas, quando não há entendimento, diante das “patologias”, há de se verificar outras formas de resolver tais conflitos.

A ênfase está no direito de cada um em expor seus argumentos, suas ideias, sentimentos de maneira coercitiva e o respeito pela opinião de todos os agentes envolvidos em um debate. Quando alguém age de forma que não está de acordo com as pretensões de validade de uma proposição conseqüentemente surge um impasse. Fato esse que nem sempre a teoria do agir comunicativo pode resolver sem que haja o “conflito”.

Concluiu-se com isso, que a ação comunicativa é uma ação verbal e não verbal entre os sujeitos que interagem na lógica de encontrar uma resolução para determinadas situações ou problemas, e buscam orientar-se através do consenso com o fim no bem comum.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, L. Razão comunicativa e teoria social crítica em Jünger Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.
- BAUMGARTEN, Maíra. Habermas e a Emancipação: Rumo à Democracia Discursiva? Artigo publicado em cadernos de Sociologia. 10, p. 137-178. Porto Alegre: PPGS, 1998.
- COMTE-SPONVILLE, André e FERRY, Luc. Sabedoria dos modernos. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COUTINHO, Maria de Souza Pereira. Racionalidade comunicativa e desenvolvimento humano em

- Jünger Habermas: bases de um pensamento educacional (1946). – (Fórum de ideias: 16). Edições Colibri, Lisboa, 2002.
- FREITAG, Bárbara. A teoria crítica: ontem e hoje, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____, Bárbara. Itinerários de Antígona: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 6. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p.16.
- HABERMAS, Jünger. Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. Madrid: Cátedra, 1982
- _____. The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press, (1984). [Links]
- _____. Consciência Moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flavio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, vol. I e II.
- _____. Técnica e Ciência como “Ideologi”, 1929. – Reimp. – Biblioteca de filosofia contemporânea; 3. Direitos reservados para todos países de língua portuguesa. Edições 70, Ltda. Lisboa – Portugal, 2013.
- HENNIGFELD, Jochen – JANSOHN, Heinz, orgs. Filósofos da atualidade. Coleção História da Filosofia. (Jünger Habermas - O poder vingativo da razão comunicativa p.269-292)- (Niklas Luhmann - O que mantém nossa sociedade coesa em seu íntimo, p. 242-267). Título original: Philosophen Der Gegenwart. Einführung-edição alemã. Direitos de publicação em português cedidos à editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS. – São Leopoldo RS Brasil, 2006.
- LANGER, Susanne K.. Filosofia em nova chave. Título original: Philosophy in a new key. Editora perspectiva S.A., São Paulo, 1971, p.111-112.
- LEAL, R. G. Junger Habermas. In BARRETO, V. (coord.). Dicionário de Filosofia do Direito. Rio de Janeiro, 2009, p. 403-408.
- MACEDO, Elizabeth F. Pensando a escola e o currículo à luz da teoria de J. Habermas. Brasília, ano 12, n. 58, p.38-44, abril/junho, 1993. Acessado em 12/10/2015.
- MATHIS, Armim. A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. NAEA/UFPA, email: armin@amazon.Com.br
- MATOS, Olgária. A escola de Frankfurt: luzes e sombras do Iluminismo. São Paulo: Moderna, 1993.
- PEREZ, Miriam Azevedo Hernandez. Teoria do agir comunicativo e estado democrático de direito. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 103, ago 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12146>. Acesso em mar 2017.
- PIZZI, Jovino. O Mundo da Vida: HUSSERL E HABERMAS/ Jovino Pizzi; pref. Ricardo Salas Astrain. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. – 184 p. - (Coleção filosofia;11).
- _____. Ética do discurso: a racionalidade ético-comunicativa. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.
- POLLI, José Renato. Habermas: agir comunicativo e ética do discurso. Jundiaí, São Paulo: editora Inhouse, 2013.
- REPA, Luis Sérgio, PINZANI, Alessandro. Revista mente e cérebro: Fundamentos para a compreensão espontânea da psique. Editora Duetto, São Paulo, 2008.
- SOUZA, Luciana da Costa e. Democracia: representativa, deliberativa ou participativa? O espaço dos Conselhos nesse debate. Saber Acadêmico, n. 10, p. 120-131, dez. 2010. Acessado em março 2017..
- STEFANI, Jaqueline. Considerações sobre a ética do discurso. Controvérsia, v.1, n.1, p. 66-73, jan/jun 2005. Acessado em 15/10/2015.

WARDISON, Antonio C.Silva. Doutorando em Filosofia. Karl-Otto Apel- Itinerário Formativo da Ética do Discurso. Faculdade de Tecnologia e Comunicação – FAPCOM (PUC–SP). Editora PAULUS, SP, 2015.

WEBER, Max. (1904-1905). A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967 .

Sites acessados para pesquisa: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/escola-de-frankfurt/habermas/>

<https://filosofonet.wordpress.com/2009/04/16/627/> Por Michel Aires de Souza

https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_cr%C3%ADtica#Propostas_da_teor%C3%ADtica

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000349322>

JUNIOR, José Fernandes P. Habermas o diálogo para a busca pelo consenso. Estudos Políticos & Referências Jurídicas. 2016. <http://consiliumcontradictorium.blogspot.com.br/> acessado em 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Karl-Otto_Apel

{<HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.>}

in {<http://www.ufrgs.br/cedcis/habermas.pdf>

{<HTTP://WWW.UB.EDU/GEOCRIT/SN>}

A GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL ESTUDO DE CASO

*Amarildo Reino de Lima³⁰
Maria Eva Freira Alkimim³¹*

RESUMO

O estudo foi realizado no Centro de Ensino Médio Ave Branca - CEMAB da rede pública do Distrito Federal. Surgiu a partir do desenvolvimento das atividades adaptativas para os estudantes com Deficiência Visual e debates na sala de recursos. Sendo observado o cotidiano escolar nota-se a necessidade de se analisar e investigar de que maneira a Gestão Escolar pode promover melhorias na qualidade da inclusão e permanência dos estudantes no contexto escolar. Foram realizadas entrevistas e aplicado questionário, e considerada a legislação vigente. A pesquisa traz a oportunidade de análise de como a inclusão esta associada ao conceito de sociedade líquida. Aponta algumas estratégias e dificuldades que a Equipe Gestora encontra em traçar caminhos para o sucesso escolar dos alunos, demonstra a necessidade de uma preparação prévia tanto dos diretores, como de docentes para o recebimento e acompanhamento de educandos com essas características. Pode ser observado que apenas a Gestão Democrática e a Legislação não são capazes de promover a permanência e sucesso escolar. Sendo a forma de execução provavelmente a razão que dificulta a equidade e melhoria na qualidade da Inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Gestão. Inclusão. Sociedade Líquida.

30 Mestrando em Educação pela Universidad de la Empresa-UDE-Montevideú-UY. Especialista em Gestão Escolar, Bacharel em Economia, Licenciado em Matemática e Pedagogia. Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação Distrito Federal- Atuando com alunos Deficiente Visuais. Prêmio Gestor Nota 10 – 2009- Fundação Victor Civita. E-mail: reinolima@gmail.com

31 Mestranda em Educação pela Universidad de la Empresa-UDE-Montevideú-Uy. Licenciada em Matemática pelo IFNMG-Campus- Januária. Professora efetiva da Secretaria de estado de educação de Minas Gerais. E-mail: evafreirealkimim@gmail.com

O QUE É DEFICIÊNCIA VISUAL?

A palavra “deficiência” tem origem no latim – *deficiência* – o que aponta para a falta, a imperfeição e a insuficiência. O Instituto Benjamin Constant-RJ, conceitua Deficiência Visual como a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão sub-normal cujos limites variam com outros fatores, tais como: fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes, etc. Os cegos aprendem a ler e a escrever em braile. Existem diversos graus de deficiência visual; considera-se que alunos cegos ou com baixa visão sejam beneficiados pela inclusão na escola em classes comuns, desde que esta se adapte quanto às suas necessidades.

Ao longo do tempo observa-se que a Escola necessita o tempo todo se adaptar ao novo, assim como as diversas demandas solicitadas pela sociedade que busca inovar e modernizar-se a partir da globalização. Para Bauman (2009) que define as modernidades anteriores como sendo sólidas, ou seja, quando a sociedade passava por transições e grandes mudanças, a perspectiva da nova ordem era a de que essa se solidificasse como o novo status quo, que fosse o fim da busca pelas soluções para todos os males do mundo. As modernidades do passado desmontavam as realidades herdadas com a intenção de torná-las melhores.

Mas ao se pensar e trabalhar numa perspectiva de práticas de inclusão e de educação atuais a sociedade exige ações voltadas com a modernidade líquida conceituada por Bauman “como a metáfora do “líquido” ou da fluidez como o principal aspecto do estado dessas mudanças. Um líquido sofre constante mudança e não conserva sua forma por muito tempo e com o fluxo da informação sem fronteiras que aparece como desestruturação e esgarçamento dos laços sociais”. Deste modo Bauman(2006) afirma que:

“Na fase “líquida” da modernidade, a demanda por funções de gestão convencionais se exaure rapidamente. A dominação pode ser obtida e garantida com um dispêndio de energia, tempo e dinheiro muito menor: com a ameaça do descompromisso, ou da recusa do compromisso, mais do que com um controle ou uma vigilância inoportunos. A ameaça do descompromisso arrasta o onusprobandi para o outro lado dominado. Agora, cabe aos subordinados comportar-se de modo a obter consensos perante os chefes e levá-los a “adquirir” seus serviços e seus produtos criados individualmente (assim como os outros produtores e comerciantes procuram persuadir os prováveis clientes a desejar as mercadorias à venda)”.

O que se apresenta como um desafio para a educação, que se constrói no espaço social, a metáfora do líquido, da sociedade líquida, abre outros espaços e concepções sobre os seres humanos, principalmente para aqueles que são visados como populações a serem incluídas pelo processo educativo.

A partir da globalização da condição humana que se desenha definindo novas orientações, estratégias políticas e educacionais. Surge a Gestão Escolar com papel significativo, principalmente em se tratando da Educação Especial, na perspectiva da inclusão, que fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, e no direito de ser diferente. Essa modalidade de educação deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas para a efetivação dos processos de ensino/aprendizagem de estudantes com deficiência. Acompanhando a evolução das demandas educacionais o marco legal no Brasil dá-se com Constituição Federal de 1988 que:

[] garante a Educação Especial como modalidade de educação escolar obrigatória e gratuita, preferencialmente em escolas regulares. No artigo 206, inciso I, prevê a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, e, finalmente, em seu artigo 208, inciso V, estabelece que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso a níveis mais elevados de ensino, de pesquisa e de criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Um segundo marco legal de suma importância no desenvolvimento das políticas públicas para Inclusão, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB/1996, que determina a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em sala de aula regulares. Nesta perspectiva cabe citar também a recém promulgada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº13.146 de 06 de julho de 2015, nos seus Art.27 e 28, referendam os direitos da pessoa com deficiência a uma Educação Plena e Inclusiva. Vale ainda elencar outros eventos e/ou leis que confirmam a necessidade de se garantir a Educação Especial numa perspectiva de Inclusão, tais como: a Declaração de Salamanca 1994 que subsidia vários documentos e iniciativas brasileiras, haja vista a incorporação de seu conteúdo em diversos textos legais, desde conceitos até as formas de ação e gestão educacional. A Declaração de Incheon: Educação para todos 2030, realizada em 2015, a qual visa “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”

Outro ponto a ser destacado é o princípio da gestão democrática regulamentado também pela LDB, o qual determina que os sistemas de ensino brasileiros definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidades. O artigo 3º, inciso VIII, vem reafirmar o princípio de gestão democrática do ensino público, expresso no artigo 206 inciso VI da Constituição Federal de 1988. A LDB/96 no seu Art. 12 apresenta as determinações, no tocante à gestão democrática, as quais levam em consideração que as escolas devem articular-se com as famílias e a comunidade de forma integrada.

Segundo Cury (2005) a gestão democrática é uma forma onde todos se capacitam para se chegar a um Projeto Político Pedagógico-PPP de qualidade e que esta participação seja compromissada com ações organizadas. Com o PPP efetivado nas Instituições de Ensino a partir de uma construção coletiva com a participação dos segmentos da comunidade escolar tem-se a possibilidade de traçar os caminhos a serem seguidos pela escola e executados com a liderança da Equipe Gestora e seus pares.

No Distrito Federal muitos são os avanços na formulação de políticas públicas por parte do Governo, com ações inter-secretarias, nas quais a SEEDF, viabiliza sua execução em escolas da rede pública de ensino. Aliada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que preconizam uma formação orientada pelo desenvolvimento das competências e habilidades, a Educação Inclusiva está estreitamente vinculada às políticas e ações colocadas em prática pela Secretaria de Educação, dentre as quais se destacam além das específicas à de Educação Especial e a Lei de Gestão Democrática de 2012 Lei nº 4.751 que objetiva promover a participação coletiva da comum idade escolar na Gestão da Escola. Também o Conselho de Educação do Distrito Federal, na Resolução nº01, de 11 de setembro de 2012, no art. 45 postula:

“[] seguintes aspectos: I - introdução ou eliminação de conteúdos, considerando a condição individual do estudante; II - modificação metodológica dos procedimentos, da organização didática e da introdução de métodos; III - flexibilização da carga horária e da temporalidade, para desenvolvimento dos conteúdos e realização das atividades; IV - avaliação e promoção com critérios diferenciados, em consonância com a proposta pedagógica da instituição educacional,

respeitada a frequência obrigatória (DISTRITO FEDERAL, 2012)”.

No Distrito Federal o censo escolar 2016, aponta que cerca de 8.979 alunos com Necessidades Educacionais Especiais encontram-se matriculados em salas de aula regulares dos quais 370 são Deficientes Visuais. O que significa um aumento no número de matrículas de estudantes com estas características na ordem de 6% em relação ao ano de 2015, fato que sinaliza uma maior confiança no processo de Inclusão como um todo.

O Ministério da Educação/Secretária de Educação Especial à Educação Inclusiva, em 2003, implanta o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com a finalidade de mudar os preceitos de ensino em regulamentos educacionais inclusivos, transformando os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, fazendo desenvolver um processo de formação de gestores e educadores visando a garantia do direito tanto do acesso de todos, quanto à escolarização, bem como a organização do atendimento educacional especializado.

Chagas (2011) ao analisar o método dialético de Mark, afirma que:

“A inclusão escolar de alunos com deficiência insere-se como tema recorrente na pauta educacional. Nota-se, pois, a emergência de uma nova sensibilidade pedagógica que pretende fazer da escola inclusiva uma grande realização ético-política e ideológica, apesar de isso ainda ocorrer em sentido idealizado, mediante o culto fetichista da aparência fenomenológica dos fatos, em detrimento do estudo crítico acerca das relações essenciais que o motivam”.

Já Luckesi (2007) afirma que a escola é um lugar de aprendizagem e desenvolvimento em que o fator mais importante na vida escolar não é o ganhar ou o perder, mas o aprender a ser e o aprender a viver juntos, para o bem-estar de si mesmo e do outro, com qualidade. E deste modo as limitações dos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (ANEEs) não devem ser vistas como um empecilho, e sim, como algo que deve ser levado em consideração para a elaboração das atividades pedagógicas.

Para Soares (2004), a escola produz efeitos fundamentais no desenvolvimento cognitivo dos alunos, e ainda que ela assuma funções que antes eram de responsabilidade apenas da família e das comunidades locais e religiosas, a grande expectativa social, principalmente dos pais dos alunos, sobre essa instituição está relacionada à aprendizagem.

Por outro lado os Gestores Escolares ainda não sabem como atender às demandas específicas e, apesar de acolher essas crianças e jovens, ainda têm dúvidas em relação à eficácia da inclusão, ao trabalho de convencimento dos pais (de alunos com e sem deficiência) e da equipe, à adaptação do espaço e dos materiais pedagógicos e aos procedimentos administrativos necessários.

Já Mantoan (2005) esclarece que inclusão é a capacidade de entender e de reconhecer o outro, convivendo e compartilhando com suas diferenças. Há na verdade o acolhimento de todos sem exceção e isto inclui as pessoas com deficiência física, os superdotados, para toda e qualquer criança discriminada, ou seja, inclusão é estar com o outro, é interagir, significando assim: “convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades – como companheiros e como membros (MANTOAN, 2005, p.137)”.

DESCRIÇÃO DO CENÁRIO DO ESTUDO DE CASO

Centro de Ensino Médio Ave Branca – CEMAB, localizado em Taguatinga-Distrito Federal-Brasil, foi inaugurado a cerca de 57 anos acompanhando as transformações políticas e sócias da cidade sempre de forma ativa. Sua estrutura pode ser considerada boa para os padrões de uma escola pública. Dos cerca de 2440 alunos aproximadamente 40% moram nas imediações da Escola e são beneficiários de diversos programas sociais, tais como: bolsa família, etc. A Direção está a frente da mesma desde janeiro/2015 e foi reeleita em novembro de 2016, para um novo mandato de três anos, através de votação direta com participação da comunidade escolar. A Equipe Gestora aqui identificada apenas como Diretora Suzane e Vice-Diretor André proveniente do quadro efetivo de professores da Secretaria de Estado de Educação do DF., e já atuava na escola. Ambos com alguma experiência anterior em Gestão Escolar, apresentam bom sincronismo nas ações procurando desenvolver o trabalho com perfil democrático, ofertando a possibilidade de debate coletivo entre os comandados. Os casos de alunos com questões de comportamento e familiares mais expressivas são discutidos com o grupo de professores, com foco na inclusão do aluno e no atendimento às suas necessidades. O que referenda um caráter democrático em sua gestão. A clientela de ANEE (Alunos com Necessidades Educacionais Especiais) é composta por 38 alunos com alguma necessidade especial são atendidos em Sala de Recursos Generalista e dentre estes: 04 (quatro) com Deficiência visual, sendo 02 com baixa visão e 02 (dois) cegos, que recebem suporte na Sala de Recursos Deficiência Visual – Polo de Taguatinga, que são o objeto do Estudo de Caso. A Escola também conta com (oito) professores na sala de Recursos Deficientes Visuais que juntos atendem cerca de 52 alunos, distribuídos nas diversas escolas da cidade. Mas, especificamente três trabalham diretamente com os alunos matriculados no CEMAB e de outras escolas de Ensino Médio da cidade.

PROBLEMATIZAÇÃO

Este Estudo teve por base a legislação vigente e a análise do trabalho realizado pela equipe gestora, e em todos os casos, pode-se observar que o aluno independentemente do motivo, a oportunidade de inclusão, se não for considerada, o levará ao fracasso escolar e o deixa a margem, sem atendimento específico, situação analisada no estudo de caso vivenciado na escola pelos Deficientes Visuais lá matriculados.

O grupo de estudantes em questão será chamado apenas de TURMA DV que estão matriculados no Ensino Médio. Ao iniciar-se o ano letivo as Salas de Recursos são convidadas a promover momentos de sensibilização e apresentação dos alunos Deficientes Visuais, bem como suas patologias clínicas, através dos laudos médicos, avaliações funcionais da visão entre outras características.

O trabalho começa meses antes com a previsão da chegada destes estudantes, pois em vários casos são necessárias adaptações no quantitativo de alunos por sala, turno de aulas, previsão de contratação monitores, mobiliário específico e maquinário para escrita Braille, entre outras providências. O trabalho é intenso para recebimento dos estudantes e, com esta preparação espera-se que o trabalho será muito facilitado e fluíra naturalmente, mas felizmente não é o que ocorre.

Existem várias demandas não atendidas e as dificuldades são gerais, materiais não disponibilizados, recursos insuficientes, professores que não se adaptam a trabalhar com alunos com essas características, dificuldades e atrasos nas adaptações, quer ampliações das fontes dos livros, ou mesmo preparação do

material em Braille, Sala de Recursos com maquinário obsoleto, ausência de professores especializados quando de Licenças médicas, atrasos na entrega dos materiais para adaptação, etc. Enfim inúmeros desafios para a equipe gestora.

Tendo por base os fatos narrados tanto na parte inicial deste trabalho como no parágrafo anterior onde nota-se inúmeras lacunas nos processos escolares o que dificulta a Inclusão de alunos Deficientes Visuais, têm-se: 01) a tentativa de evitar a evasão escolar e conseqüentemente exclusão, 02) a reflexão a respeito do processos educativos desses indivíduos; 03) levar em consideração a capacidade dos mesmos para a aprendizagem, desde que apoiados por metodologias adequadas que atendam suas necessidades e, assim identificar o papel da gestão escolar neste processo. Então investigou-se: Quais os impactos da inclusão de alunos Deficientes Visuais na Gestão do CEMAB? E ainda as mudanças ocorridas na Escola, professores e gestores depois da Inclusão de Alunos com Deficiência Visual?

O estudo analisou o período compreendido a partir de março/2015 até junho de 2017. E a assim para obtenção dos dados foram realizadas observações in locus, entrevistas, questionários, análise de documentos apresentados pela família à escola (relatórios médicos) seccionada em três eixos temáticos.

O primeiro eixo contempla questões relacionadas à caracterização do atendimento aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais, o segundo relacionado ao ambiente físico e aos recursos necessários a um atendimento que contemple a autonomia dos educandos e o terceiro eixo está relacionado às questões didático-pedagógicas. Busca-se mediante estes instrumentos captar informações que possibilitem a apreensão do fenômeno a ser estudado.

Foram analisadas as mudanças implementadas nas práticas da escola (gestão) e de sala de aula (metodologia de ensino) no que diz respeito à garantia de uma aprendizagem bem sucedida a todos os estudantes.

ANÁLISES E RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO

O trabalho foi realizado com os dados coletados, observações e impressões colhidas a partir de março/2015 até junho/2017, contou com a entrevista dos três professores que atuam na sala de recursos para Deficientes Visuais no Ensino Médio, os professores regentes dos alunos e a Equipe Gestora da Escola. Durante o levantamento dos dados e análises dos documentos junto aos professores da sala de recursos D.V. pode-se constatar que o trabalho realizado com os estudantes é efetuado basicamente da seguinte forma: os materiais pedagógicos são adaptados sempre que solicitados pela escola, diga-se transcrição para Braille, confecção de maquetes e construção objetos que representem a simulação de objetos de forma concreta, preparação de textos em áudio, apresentação da simbologia Braille a medida que o aluno avança nos conteúdos e novos símbolos surgem, os alunos também recebem atendimento semanal nesta sala, afim de aperfeiçoar sua sensibilidade, assim como melhorar a orientação para melhoria de sua mobilidade e conseqüentemente a ampliação de sua independência e em alguns casos também atividades da vida cotidiana e orientação as família. A partir destes relatos conclui-se que a sala de recursos procura em conjunto com a escola e equipe gestora desenvolver o trabalho de suporte pedagógico aos estudantes Deficientes Visuais. O contato principal entre a sala e a escola é efetuado de forma direta e se necessário a Equipe Gestora é chamada para intervir. A escola também está orientada e enviar materiais via e-mail para preparação e /ou adaptação. A sala de recursos procura ainda monitorar o desempenho acadêmico dos alunos da “TURMA DV” e auxilia no diagnóstico de aprendizagem do mesmo e desta forma orienta os docentes e Direção como proceder e apurar os processos de avaliação dos estudantes.

Já a entrevista com os professores ficou evidente que tratam-se de profissionais comprometidos, apesar de alguns relatarem seu desconforto com o trabalho realizado com esses alunos, pois alegam demandar maior tempo de preparação de matérias e preenchimento de muitos formulários. Relatam que o trabalho é muito denso e intenso, além de exigir que seja estabelecido novos formatos nas relações interpessoais e o desenvolvimento do caráter afetivo. Afirmam que os alunos respondem com presteza e interesse, além de manter boa relação com os demais colegas de sala. Nesta perspectiva Saviani (2009, 2010), relata que:

“A inclusão escolar de pessoas com deficiência repõe constantemente o desafio de empreender esse redirecionamento pedagógico, mas isso não precisa se traduzir em uma culpabilização do educador, muito menos na busca de didáticas que “cativem”. Os escola novistas e neoescolanovistas tendem a supervalorizar a emoção na sala de aula, a motivação dos alunos, a intersubjetividade, relegando a plano secundário a transmissão-assimilação dos conteúdos”.

Deste modo ao se trabalhar alunos com estas características fica claro que será necessário durante os processos de ensino/aprendizagem um misto entre as várias teorias educacionais onde se incluem as tradicionalistas. Neste caminho para Mantoan (2001) “A Educação para a inclusão pede uma mudança de concepção do ato de ensinar. O ensino focado na repetição de conceitos há muito tempo é ruim para qualquer estudante, com deficiência ou sem”, diz:

“O caminho é abordar os assuntos com base em aspectos variados, por meio de técnicas ou recursos audiovisuais, considerando os saberes prévios da garotada. [] E, quanto mais variados forem os instrumentos, melhor. “É bom ter em mente que, se o professor pensar só em imagens para traduzir os conceitos, ele não penaliza apenas quem é cego, mas também quem senta no fundo da sala ou tem mais facilidade em compreender verbalmente, completa”.

Nas conversas com as famílias nota-se que as mães são muito presentes e exigentes, pois ampliam a própria expectativa das famílias, por meio da escolarização desta população ou ainda pelas ações sensibilizadoras das políticas públicas e o incentivo por parte da mídia atual.

Com a Equipe Diretiva foi aplicado o questionário e realizada uma entrevista, ao começarmos a conversa relatam não terem participado de nenhum tipo de formação específica para trabalhar com alunos deficientes, mas acreditam na importância desta formação, explicam que pautam suas ações no Projeto Político Pedagógico - PPP que fora construído com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, além de agregar a legislação vigente e deste modo procuram sensibilizar os demais colegas de trabalho. Afirmam também saber que a inclusão é um caminho sem retorno, mas muito precisa ser feito não basta apenas leis, necessita-se de condições adequadas, desde formação continuada para os docentes e demais envolvidos nos processos de Ensino Aprendizagem até os recursos financeiros e materiais distribuídos no tempo certo.

Na sequência informaram que fora realizada algumas adaptações especiais visando melhorar a mobilidade e acessibilidade dos alunos, tais como: corrimão e rampas de acesso, além de mobiliário mais adequado nas salas de aula para estes estudantes, diga-se carteiras e mesas separadas, pois os demais alunos utilizam carteiras universitárias.

Também fora perguntado qual seria a postura dos Diretores durante o conselho de classe com relação aos alunos ANEEs, o vice-diretor informa que o Conselho de Classe é soberano e democrático, mas se houver necessidade de se contestar uma decisão do colegiado está disposto a questionar em instâncias

superiores, desde que seja para assegurar os direitos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir com este estudo de caso no Centro de Ensino Médio Ave Branca- CEMAB, que no Distrito Federal-Brasil a legislação local vigente procura assegurar aos estudantes locais as garantias estabelecidas pela Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica-LDB, assim como os tratados Internacionais, no que tange a inclusão, mas também ficou demonstrada na pesquisa que o caminho para a melhoria da qualidade e equidade na inclusão no ensino público precisa percorrer será longo.

A inclusão escolar de alunos Deficientes Visuais é entendida como uma realidade e reconhecida como direito, vale dizer que a análise dos dados revelou que a escola também possui outros alunos com diversas Necessidades Educacionais Especiais, num total de 38 alunos. Ficou também evidente que o apoio da Sala de Recursos para Deficientes Visuais cumpre papel significativo dentro do processo, bem como contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Desta forma o planejamento deve levar em conta que podem ser necessárias, por exemplo, especialistas em conjunto com os professores regentes. E a mediação dos Gestores Escolares é imprescindível.

O estudo deixa evidente a disposição da equipe gestora, em fomentar as estratégias para inclusão mesmo que seja necessário deixar de lado uma postura democrática focada no diálogo, se necessário propõe-se a agir com uma postura administrativa e principalmente em casos extremos é capaz de invocar a legislação. Assim como tenta desenvolver de forma eficaz estratégias mobilizadoras e incentivadores junto ao grupo de docentes, no sentido de promover a aceitação e inserção dos Alunos Deficientes Visuais em suas salas de aula. Procura oferecer apoio as propostas de adaptações sugeridas pela sala de recursos D.V. que melhorem as condições necessárias ao aperfeiçoamento do processo de Inclusão. Mas um ponto de fragilidade apresentado pela equipe diretiva esta na dificuldade em agir com rapidez o que em algumas situações pode interferir no resultado final da demanda a ser atendida.

Para Alonso (2016) “Cabe ao gestor oferecer as condições adequadas, conforme a realidade de sua escola”. A escola tem que possuir condições físicas adequadas, professores e gestores qualificados e também recursos financeiros. E desta forma levando em conta as singularidades de cada um, considerando o direito à educação escolar desses alunos, promover enfim, a inclusão escolar e social entre os pares independentemente de suas características quer físicas e/ou mentais. Não se deve equivocadamente concluir que é preciso apenas buscar indivíduos com características pessoais democráticas para ocupar funções importantes, como a direção escolar.

O trabalho procurou demonstrar que a inclusão de estudantes com necessidades Educacionais Especiais proporciona ao Gestor Escolar, mais uma vez a oportunidade no sentido de fomentar dentro do ambiente escolar a verdadeira inclusão dos pares. Para tanto cabe ao Gestor e sua equipe através de ações articuladoras e motivadoras, bem como durante a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, contemplar esta inclusão de forma eficaz e o mais tranquilo possível. Ficou evidente também a necessidade de formação prévia por parte do Gestor Escolar para melhor compreender e atuar nas diversas demandas que se apresentam no desenvolvimento do cotidiano de gerar uma Escola, assim como dos professores. Para Bauman (2009) em entrevista:

“É então necessário um míssil inteligente, que possa modificar a sua direção em vôo com base na

evolução dos eventos, que possa individualizar imediatamente os movimentos dos alvos, aprender tudo o que for necessário sobre a direção e a velocidade real do alvo e identificar, a partir das informações recolhidas, o ponto para o qual direcionar a sua trajetória. Durante a viagem, esses mísseis inteligentes não podem interromper, muito menos finalizar, a coleta e a elaboração das informações, já que os alvos continuam a se mover e a modificar suas direções e velocidades, e o ponto de encontro observado deve ser constantemente atualizado e retificado”.

A formação prévia pode contribuir de forma decisiva ao aplicar-se a uma política de Gestão democrática, sem ela não será nada fácil o alcance dos resultados e objetivos de uma gestão escolar com equidade, inclusão e qualidade. Para Azevedo (2009),

“é necessário transformar a realidade atual frente à inclusão escolar no diagnóstico dos pontos nevrálgicos propondo ações coletivas para a sua implementação assim como políticas públicas que atendam as necessidades dos portadores de necessidades especiais. É essencial que a inclusão envolva à todos no processo educativo. Cabe a equipe mediar um diálogo permanente, ao articular saberes em suas diversidades, proporcionar vivências significativas para a formação integral do indivíduo. A inclusão deve fazer parte de uma proposta não segregativa e abranger os educadores, a família e a comunidade e estar embasada numa filosofia que proporciona a todos igualdade e respeite as diferenças”.

Notou-se ainda que a criação, implementação e aperfeiçoamento das políticas públicas ao longo do tempo tornar-se-ão, se bem trabalhados, bons instrumentos orientadores das futuras políticas públicas a serem criadas e/ou redirecionadas. Pode-se encerrar este estudo com a seguinte frase de Bauman (2009) em entrevista:

“A educação e a aprendizagem no ambiente líquido-moderno, para ser úteis, devem ser contínuas e durar toda a vida. Nenhum outro tipo de educação e/ou aprendizagem é concebível; a “formação” do próprio eu, ou da personalidade, é impensável de qualquer outro modo que não seja aquele contínuo e perpetuamente incompleto”.

A prática educativa deve abandonar os modelos fortemente estruturados, em favor de um processo formativo aberto. A escola estará constantemente em aprendizado, devido à natureza das especificidades e dinamismo da inclusão.

Os sistemas educacionais também devem assumir sua parte de responsabilidade, investindo na construção de contextos escolares democráticos, seja através da formação continuada de seus profissionais, seja através da mensagem subliminar que passam por meio de políticas públicas: um sistema não pode se autoproclamar inclusivo mantendo condições desfavoráveis para a efetiva inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, como classes numerosas, currículos excludentes ou prédios sem acessibilidade.

É importante esclarecer que este estudo é parte de uma pesquisa mais abrangente onde envolve-se estas variáveis, portanto com outras possibilidades de análise, conclusões e contribuições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Daniela, 2015, disponível site: www.novaescola@fvc.org.br. Acesso em 19/08/2017.
- AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de, GRACILLIANI, Rosa da Cunha. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma Parceria necessária e emergente na escola. Educação: Teoria e Prática, Vol. 18, No 31 (2008). Artigo de 23/02/2009.
- BAUMAN, Z. Entrevistas sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. Por: Alba Porcheddu, Tradução: Rezende, Neide Luzia de e Bulgarelli, Marcello Cad. Pesqui. vol.39 no.137 São Paulo May/Aug. 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016
- CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. Trans/Form/Ação vol.36 no. 2 Marília May/Aug. 2013. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000200005
- _____. BRASIL. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 4ª Edição, Brasília-DF, 2011.
- _____. BRASIL. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2. ed., 1997.
- _____. BRASIL. Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação – Imprensa Oficial, 1996.
- _____. BRASIL. Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- _____. BRASIL. Distrito Federal. Lei nº 4.751/12 -Lei de Gestão Democrática.
- _____. BRASIL. Parecer n.º 17, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Versão preliminar, 2007.
- _____. Censo Escolar, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Disponível no site: www.se.df.gov.br, Acesso em 20/08/2017
- _____. Declaração Conselho de Educação do Distrito Federal, Resolução nº 01 11/09/2012.
- LUCKESI, C. C. Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.
- MANTOAN, M. T. E. e Colaboradores. A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema Ed. Memnon. Edições Científicas Ltda.: Ed. SENAC, São Paulo, 1997.
- MANTOAN, M. T. E. , Caminhos Pedagógicos da Inclusão, 243 págs., Ed. Memnon, 2001.
- _____. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília, Página 26, ano 1997.
- _____. PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA DO CENTRO DE ENSINO MÉDIO AVE BRANCA– CEMAB 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Interlocuções pedagógicas. Conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas SP: Autores Associados, 2010.
- SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos, 2004.
- SOUZA, L. F. E. C. P. (Org.). Políticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DP & A, 2006, p.125.

POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS DISCENTES DA ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

*Bruna Carneiro Fernandes Lima*³²

*Renato Mendes Silva*³³

*Marcelo Pereira da Silva*³⁴

*Tereza Cristina Pinheiro de Lima*³⁵

RESUMO

Este artigo propõe analisar o potencial empreendedor dos discentes da Escola de Gestão e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Goiás a partir do índice Carland Entrepreneurship Index (CEI) – instrumento de mensuração do potencial empreendedor, que enquadra os respondentes, no somatório das questões em microempreendedor, empreendedor e macro empreendedor. Para isso, o instrumento foi aplicado em uma amostra de 286 alunos, do 5º ao 8º período, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Ciências Aeronáuticas. Optou-se por uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa dos dados. Os resultados identificaram maior presença de alunos na categoria “empreendedor”, representando 74,13% da amostra, seguido de 21,33% na categoria microempreendedor e 4,55% dos alunos enquadraram-se como macro empreendedores.

PALAVRAS-CHAVES: Potencial empreendedor. Carland Entrepreneurship Index (CEI). Instituição de ensino superior privada

32 Possui graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Desenvolvimento de atividades como membro da CIPPAL - CONSULTORIA INTEGRADA DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS - UFG, nas áreas de atuação de projetos e de recursos humanos e qualidade.

33 Possui graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Atua como consultor de marketing - WP Movimentação. Co-orientador de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Acadêmico do MBA de Gestão Comercial na Fundação Getúlio Vargas (FVG). Sócio-proprietário e diretor da Empresa Dunome Calçados. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas e Motivação Profissional.

34 Possui graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015). Curso Técnico em Segurança do Trabalho - SENAC -GO (2009). Com experiência na área Administrativa, departamento pessoal e Gerente Comercial. Atualmente é Pesquisador externo e voluntário pela PUC-GO, trabalha na Cooperativa de Crédito SICOOB Uni Centro Brasileira

35 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2007). Mestre em Educação - UFG (2001). Especialista em Administração de Recursos Humanos - UCG. Graduação em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (1981). Professora Adjunto da Universidade Católica de Goiás, desde 1984. Membro do Conselho da Escola de Gestão e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Goiás de 2015 até os dias atuais. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Administração - NUPAD da PUCGOIÁS - 2012 - 2016. Coordenadora local do MINTER - Programa de Mestrado em Administração da UNISINOS (2009-2010). Professora Titular da Escola Superior de Negócios - ESUP - Curso de Administração certificado pela Fundação Getúlio Vargas. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão da Escola Superior de Negócios. Autora dos livros O Curso de Administração da Universidade Católica de Goiás (Ed. PUCGOIÁS, 2001), A História da Administração no Brasil e em Goiás (Ed. PUCGOIÁS, 2009) e SICOOB AGRORURAL: uma história escrita a várias mãos (Ed. PUCGOIÁS, 2011). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Recursos Humanos, atuando nas áreas de psicologia organizacional, gestão de pessoas, cooperativismo, ensino superior, metodologia do ensino superior e metodologia de pesquisa. Professora de Programas de Pós-graduação. Palestrante. Professora dos Programas de Cooperativismo do SESCOOP/GOIÁS

INTRODUÇÃO

O estudo do empreendedorismo é atual e muito importante, pois está interligado ao desenvolvimento social e econômico da sociedade e, com a competitividade cada vez maior, a necessidade de entrar no mercado e se manter nele, depende cada vez mais do ato de empreender. A preocupação do brasileiro em criar e manter suas empresas, são motivos da popularidade do tema no país, afirma Dornelas (2008), juntamente com uma crescente ênfase nas pesquisas acadêmicas relacionadas ao empreendedorismo. Como a maior parte dos negócios no país parte de pequenos empresários e muitos não possuem conceitos de gestão de negócios e pela necessidade de profissionais empreendedores e do papel das universidades de atender às demandas do mercado, o estudo tem como objetivo analisar o potencial empreendedor dos discentes da Escola de Gestão e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, instituição confessional de ensino superior privada.

Os objetivos específicos propostos serão realizar a fundamentação teórica dos grandes temas abordados sobre empreendedorismo e perfil dos empreendedores; conhecer o instrumento de pesquisa que irá orientar a construção metodológica; levantar os dados sobre a Escola de Gestão e Negócios; definir o universo, população e amostra dos estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Ciências Aeronáuticas e realizar a coleta e análise dos dados.

Na metodologia será adotado o índice proposto por Carland e Carland (1992), o qual se divide em quatro características de medidas empreendedoras: postura estratégica, propensão à inovação, propensão ao risco e traços de personalidade. Os autores sugerem que a tendência empreendedora é mais bem explicada quando olhada através de um continuum e a maior ou menor presença das características em um indivíduo, coloca-o, segundo a escala do CEI, entre valores de 0 a 33 pontos, contidos em três faixas: de “microempreendedor”, “empreendedor” e “macro empreendedor.” Segundo esses autores, não se trata de ser ou não ser empreendedor, mas de se situar dentro de um espectro de pessoas mais ou menos empreendedoras.

Por fim, será realizada a coleta e análise de dados a partir do levantamento do perfil dos alunos analisados, a distribuição das respostas na escala do Carland Entrepreneurship Index (CEI) e a classificação do nível de empreendedorismo encontrado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA EMPREENDEADORISMO

O empreendedorismo é algo que sempre existiu, contudo, passou a ser estudado como ciência há poucas décadas, principalmente no cenário brasileiro. “A palavra empreendedor (entrepreneur) tem origem francesa e, literalmente traduzida, significa “aquele que está entre” ou “intermediário””. (HISRISH, 2004, p.26). Segundo Dornelas (2008), Richard Cantillon, importante escritor e economista do século XVII, é considerado por muitos como um dos criadores do termo empreendedorismo, tendo sido um dos primeiros a diferenciar o empreendedor do capitalista, pela forma de usar o capital, enquanto o primeiro assumia riscos, o segundo era o fornecedor. Mas, foi no século seguinte que foram finalmente diferenciados.

No Brasil, antes da criação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software), quase não se falava em empreendedorismo e

criação de pequenas empresas, então, a partir da década de 1990 quando foram criadas, a questão passou a ser mais discutida no país. Anteriormente, os ambientes político e econômico do país não eram propícios, e o empreendedor praticamente não encontrava informações para auxiliá-lo na jornada empreendedora. (DORNELAS, 2008).

O projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM), 2014, no qual o Brasil participa desde o ano 2000 e cobre 75% da população global, apontou que 34,5% da população brasileira é empreendedora, o que corresponde a 45 milhões de indivíduos. É interessante observar também, que existe uma evolução da atividade empreendedora no país, em que o total de empreendedores nunca esteve tão alto.

Outros autores com destaque também definem o empreendedor, Hisrich (2004) como alguém que demonstra iniciativa e pensamento criativo e ainda é capaz de organizar mecanismos sociais e econômicos para transformar recursos e situações em práticas, aceitando riscos e falhas. Uma das definições que vem também recebendo atenção é a seguinte:

O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetivam a inovação continuará a desempenhar um papel empreendedor. (FILION, 1999a, p. 19).

Cada uma dessas definições mostra uma perspectiva sobre o mesmo tema, mas todas são semelhantes e, apesar de pequenas diferenças nas mais diversas abordagens sobre empreendedorismo, Dornelas (2008) afirma que se encontram pelo menos os seguintes aspectos sobre o empreendedor: (i) tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz (ii) utiliza os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive e (iii) aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Logo, o empreendedor possivelmente irá possuir uma série de características que o definem como tal. Segundo o relatório global do GEM 2014, o perfil empreendedor está relacionado com atitudes, atividades e aspirações, como mostra o quadro 1:

Quadro 1 – Características do empreendedor:

Atitudes	Percepção de oportunidades e recursos, medo de falhar, status do empreendedorismo.
Atividades	Direcionado à oportunidade/necessidade, inclusão, indústria, estágio inicial, saídas.
Aspirações	Crescimento, inovação internacional, orientação social e criação de valor.

Fonte: Adaptado de GEM - Global Entrepreneurship Monitor (2014).

CARLAND ENTREPRENEURSHIP INDEX (CEI)

O CEI – Carland Entrepreneurship Index, como apresentado por Inácio Júnior (2002, p. 27) “é resultado de extensa pesquisa sobre empreendedorismo realizada pelos Professores Jim e JoAnn Carland, os quais são reconhecidos internacionalmente como especialistas neste campo”.

O índice obtém quatro características que correspondem ao potencial empreendedor e está direcionado a maneira de agir e pensar do indivíduo, referente a empreender, portanto, é um instrumento determinante para buscar diferenciação dos indivíduos e mensurar a competência necessária para o desenvolvimento pessoal.

A escala do CEI procura detectar a maior ou menor presença das características da personalidade empreendedora que são definidas em: traços de personalidade (TP), propensão ao risco (PR), propensão à inovação (PI) e postura estratégica (PE).

O indivíduo é então, a partir da somatória das questões, alocado em uma das três faixas: de “microempreendedor”, “empreendedor” ou “macro empreendedor.”. O resultado irá atestar o potencial empreendedor de cada indivíduo.

Quadro 3 – Características do empreendedor e sua relação com os itens do CEI

Característica	Itens do CEI
Traços de Personalidade	2, 3, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 29 e 32
Propensão à Inovação	17, 19, 22, 25 e 33
Propensão ao Risco	26, 30, 31
Postura Estratégica	1, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 20, 21, 23, 24, 27 e 28

Fonte: Inácio Júnior (2002).

O quadro abaixo apresenta a classificação de acordo com o CEI:

Quadro 4 – Classificação do CEI – Microempreendedor, Empreendedor e Macro Empreendedor:

Categoria	Pontuação	Características gerais
Microempreendedor	0 a 15 pontos	Um microempreendedor possui um negócio que não visa o crescimento direto, mas que pode se tornar uma referência em sua cidade ou comunidade. Esse tipo de empreendedor vê seu negócio como a fonte primária para a renda familiar ou para estabelecer emprego familiar. Considera sua empresa como aspecto importante da sua vida, mas não será “consumido” por ela e irá buscar a sua satisfação pessoal através de alguma atividade externa ao seu negócio. O sucesso, para o microempreendedor, pode ser medido pelo seu grau de liberdade e pela estabilidade de seu negócio, o que proporcionará condições de aproveitar a vida.
Empreendedor	16 a 25 pontos	O Empreendedor, nessa escala, concentra seus esforços para o lucro e crescimento do seu negócio. Seus objetivos são mais ousados que os do microempreendedor, mas ao atingir o seu padrão desejado de sucesso, possivelmente o seu foco também mudará para outros interesses externos ao seu negócio. Esse tipo busca a inovação, normalmente procurando melhorias para os produtos, serviços e procedimentos já estabelecidos, ao invés de engendrarem algo totalmente novo, pois essas melhorias possuem menos probabilidades de desestabilizar o caminho para o sucesso que é tão importante para o empreendedor. O sucesso para as pessoas que se enquadram nessa categoria pode ser simbolizado pelo reconhecimento, admiração e riqueza.

Categoria	Pontuação	Características gerais
Macro Empreendedor	26 a 33 pontos	O macro empreendedor acredita que o seu próprio envolvimento com seu negócio é o caminho para a auto realização. Costuma associar o seu sucesso ao crescimento e lucro do seu negócio, mas o seu interesse não é monetário, mas sim, como um prazer, para medir o seu sucesso pessoal, pois o que realmente deseja é dominar o seu mercado. Este tipo é considerado inovador e criativo e está constantemente em busca de novos caminhos para transformar seus sonhos em novos produtos, mercados, indústrias e desafios. Um macro empreendedor verá seu negócio como um meio de mudar a indústria e tornar-se uma força dominante. Seus esforços giram em torno do seu empreendimento com força e determinação.

Fonte: Carland, Carland e Hoy (1992) apud Koernijezuk (2004, p. 59).

METODOLOGIA

O levantamento de dados da pesquisa a caracteriza como descritiva, pois visa descrever as características de determinada população, afirma Farias Filho e Arruda Filho (2013), no caso, o potencial empreendedor dos alunos da Escola de Gestão e Negócios da PUC-GO.

A população do presente estudo é composta por 1397 alunos de 5º a 8º período, da Escola de Gestão e Negócios, sendo 525 alunos de Administração, 516 de Ciências Contábeis, 151 de Ciências Econômicas e 205 de Ciências Aeronáuticas. Para o cálculo da amostra foi adotado um nível de confiança de 95% e uma precisão de 10%, utilizando a seguinte fórmula:

$$n = \frac{(SxZ^2xN)}{(SxZ^2) + (e^2x(N - 1))}$$

Fonte: Farias Filho e Arruda Filho (2013).

Desse modo, a amostra pesquisada foi de um total de 286 alunos, sendo 81 de Administração, 81 de Ciências Contábeis, 59 de Ciências Econômicas e 65 de Ciências Aeronáuticas.

A pesquisa partiu de uma abordagem quantitativa por traduzir informações em números e, classificá-las e analisá-las. Para isso, a pesquisa de campo foi realizada por meio de um questionário em

duas partes, na primeira com dados de identificação do perfil do aluno e a segunda contendo as questões do CEI - Carland Entrepreneurship Index.

Por fim, será realizada a análise qualitativa com as informações obtidas, relacionando-as com o cenário do ambiente da pesquisa.

APRESENTAÇÃO DA ESCOLA E GESTÃO E NEGÓCIOS DA PUC-GO

As Escolas são as unidades acadêmico-administrativas que, diretamente subordinadas à Reitoria, promovem atividades de ensino, pesquisa e extensão, articulando cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e educação continuada, ministrando na modalidade presencial ou a distância, em áreas de conhecimento afins. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2014).

Sua finalidade é a de responsabilidade pelo planejamento, implementação operacional e gestão do ensino, da pesquisa e das atividades de apoio administrativo, sendo que cada Escola terá a seguinte estrutura organizacional: Conselho da Escola; Direção da Escola; Colegiados de cursos de graduação; Coordenações de cursos de graduação; Colegiados dos programas de pós-graduação strictu sensu; Coordenações dos programas de pós-graduação strictu sensu e Secretaria das Escolas. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2014).

No dia 18 de dezembro de 2014 foi instalada a Escola de Gestão e Negócios, que engloba os cursos de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Ciências Aeronáuticas e o curso de mestrado em Desenvolvimento e Planejamento territorial, além dos cursos tecnológicos de Agronegócios, Secretariado e Eventos. Integram ainda sua estrutura física e apoio administrativo aos cursos de Serviço Social e Relações Internacionais, que pertencem às Escolas de Ciências Sociais e da Saúde e Escola de Direito e Relações Internacionais respectivamente.

Quanto aos cursos de graduação que integram a Escola de Gestão e Negócios da Universidade, o curso de Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Goiás possibilita a formação profissional fundamentada nas seguintes competências e habilidades segundo o projeto pedagógico do curso: reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão.

O projeto pedagógico do curso prevê ainda diversas atividades que permitem aliar a teoria à prática. Estas atividades promovem a aprendizagem de forma dinâmica, efetiva e eficaz, e possibilitam a inserção dos alunos no mercado de trabalho com segurança.

RESULTADOS COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados foi realizado entre os meses de setembro e outubro de 2015, através de visitas às turmas dos cursos da Escola de Gestão e Negócios do 5º ao 8º período dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Ciências Aeronáuticas. A partir da disponibilização dos professores de cada turma, a metodologia foi apresentada aos alunos e depois foram distribuídos os questionários a serem preenchidos.

Os questionários foram então reunidos e tabulados em uma planilha eletrônica do Excel, gerando posteriormente os gráficos.

A distribuição dos resultados teve uma média de 18,51 pontos e um desvio padrão de 3,60, com predominância do perfil empreendedor. Na figura abaixo se observa a distribuição da frequência:

Figura1: Distribuição da amostra na escala CEI



Fonte: Dados da pesquisa.

A distribuição apresentada na figura 1 inclui todos os alunos pesquisados, dentro da amostra calculada, dos quatro cursos de graduação que compõem a Escola de Gestão e Negócios da PUC-GO. A figura apresenta a relação entre a pontuação obtida pelos alunos e a frequência com que cada pontuação apareceu na amostra. Observa-se uma maior concentração entre 15 e 22 pontos obtidos pelos alunos no resultado do teste, que caracteriza um perfil empreendedor.

ANÁLISE DOS DADOS

A partir da coleta de dados, estes foram analisados seguindo os objetivos da pesquisa. O estudo obteve um total de 286 respondentes, sendo que 61 (21,33%) se enquadraram na faixa de microempreendedor com média de 13,66 pontos; 212 (74,13%) considerados empreendedores e média de 19,34 pontos; e, 13 respondentes (4,55%) enquadraram-se como macro empreendedor com média de 26,50 pontos, podendo ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1: Enquadramento da amostra nas categorias de comportamento empreendedor

Categorias de comportamento empreendedor	Média	Frequência	%
Microempreendedor	13,66	61	21,33%
Empreendedor	19,34	212	74,13%
Macro empreendedor	26,50	13	4,54%
Geral	18,51	286	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível observar que a maior frequência encontrada foi na categoria “empreendedor”, com uma média de 19,34 pontos e a mais representativa. O grande percentual de pessoas que se enquadram como empreendedores, revela que a questão de ser ou não empreendedor dá lugar à intensidade do potencial empreendedor individualmente, ao contrário disso, os resultados deveriam estar distribuídos nas duas extremidades. É interessante aos resultados desta pesquisa que se faça comparação com pesquisas realizadas anteriormente utilizando o mesmo método, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2: Comparação dos achados da pesquisa com os estudos anteriores que utilizaram o CEI

Dimensões	Achados Da Pesquisa	Penz et al (2014)	Tormen et al (2014)	Kornijezuk (2004)
Microempreendedor	21,33%	13,46%	17,56%	28,4%
Empreendedor	74,13%	83,65%	81,46%	67,5%
Macro empreendedor	4,54%	2,88%	0,97%	4,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como os demais estudos que utilizaram o mesmo método de pesquisa, a maior frequência de resultados aparece na categoria “empreendedor” e ao comparar os resultados obtidos na Escola de Gestão e Negócios da PUC-GO, observa-se que há uma maior quantidade de microempreendedores e macro empreendedores, enquanto que a frequência na categoria “empreendedores” é um pouco menor quando comparada com as demais pesquisas.

Os estudos de Penz et al. (2014) buscaram analisar o potencial empreendedor dos discentes do curso de Administração de uma instituição de ensino superior (IES) privada em Santa Catarina, assim como Tormen et al. (2014), que possuiu uma amostra contendo os cursos de administração, ciências contábeis, comércio exterior, tecnologia em logística e gestão comercial. Já Kornijezuk (2004) analisou o potencial empreendedor de pequenos empresários de Brasília. Estes foram os resultados mais próximos com a atual pesquisa.

Em termos de pontuação, os discentes da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que obtiveram média de 18,51 pontos, apresentaram médias parecidas com pesquisas anteriores como Penz et al (2014) 19,21 pontos, Kornijezuk (2004), de 18,1 pontos, Inácio Júnior (2002) de 21,10 pontos e Carland, Carland e Koiranen (1997) que aplicaram o mesmo instrumento em um grupo de empresários americanos e obtiveram média de 20,5, e em um grupo de empresários da Finlândia, obtendo média de 18,3 pontos.

As diferenças encontradas em cada uma das pesquisas, variando o percentual do resultado do teste e também a pontuação média obtida pelos entrevistados, pode-se dizer que o fator cultural é de grande relevância, pois, como o Relatório Global de Empreendedorismo (GEM) 2014 informa, a transformação do potencial empreendedor em negócio, dependerá além dos atributos pessoais, também dos valores sociais e do cenário propício ao empreendedorismo, este, que diz respeito ao acesso a finanças, educação, políticas e programas governamentais e boa infraestrutura física e profissional.

Partindo para a análise de cada curso pesquisado temos as seguintes informações:

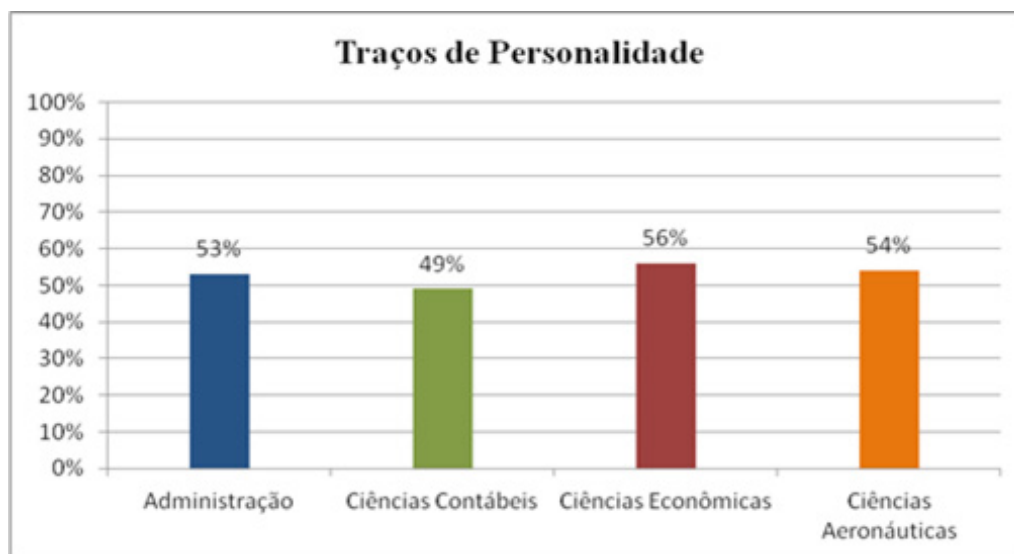
Tabela 3: Enquadramento da amostra nas categorias de comportamento empreendedor de cada curso

Cursos da Escola de Gestão e Negócios	Nº de entrevistados	Pontuação média	Microempreendedor	Empreendedor	Macro empreendedor
Administração	81	19,13	17,28%	79,01%	3,70%
Ciências Contábeis	81	18,19	25,93%	69,14%	4,94%
Ciências Econômicas	59	18,55	20,34%	72,88%	6,78%
Ciências Aeronáuticas	65	18,18	21,54%	75,38%	3,08%
Geral	286	18,51	21,33%	74,13%	4,55%

Fonte: Dados da pesquisa.

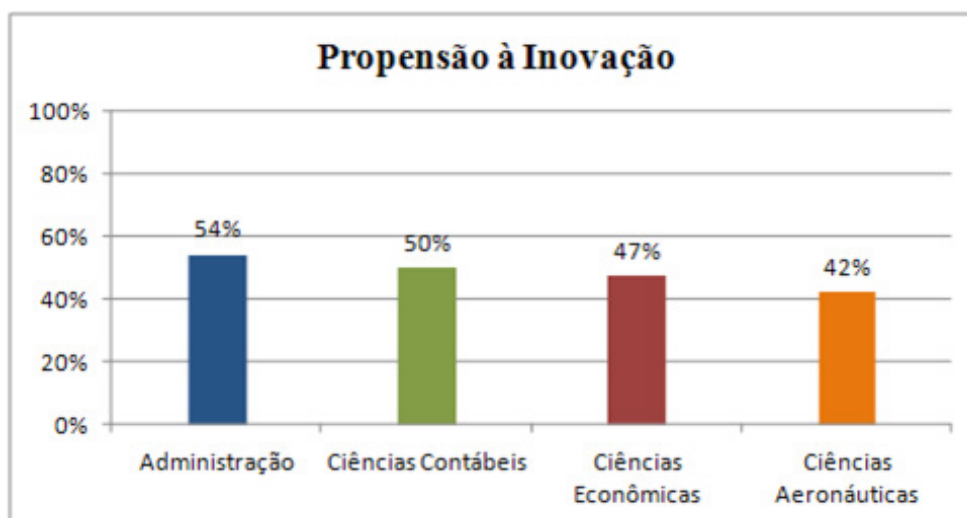
Analisando os cursos separadamente observa-se que não existem muitas diferenças entre os alunos quanto ao perfil que obteve maiores resultados, o empreendedor. O maior perfil empreendedor é dos alunos do curso de Administração com 79,01%, seguido pelos cursos de Ciências Aeronáuticas, com 75,38%, Ciências Econômicas com 72,88% e Ciências Contábeis com 69,14%. Além disso, o curso de Ciências Econômicas, de maneira surpreendente, apresentou o maior percentual de macro empreendedores dentre

os cursos pesquisados (6,78%) e o de Ciências Contábeis, o maior percentual de microempreendedores, 25,93%. Aprofundando um pouco mais nos dados da pesquisa e considerando as quatro características que descrevem o potencial empreendedor no modelo Carland Entrepreneurship Index (CEI), que são: postura estratégica, traços de personalidade, propensão ao risco e propensão à inovação, temos as seguintes comparações: Figura 2: Percentual do número de respostas com características empreendedoras relacionadas à traços de personalidade observado em cada curso.



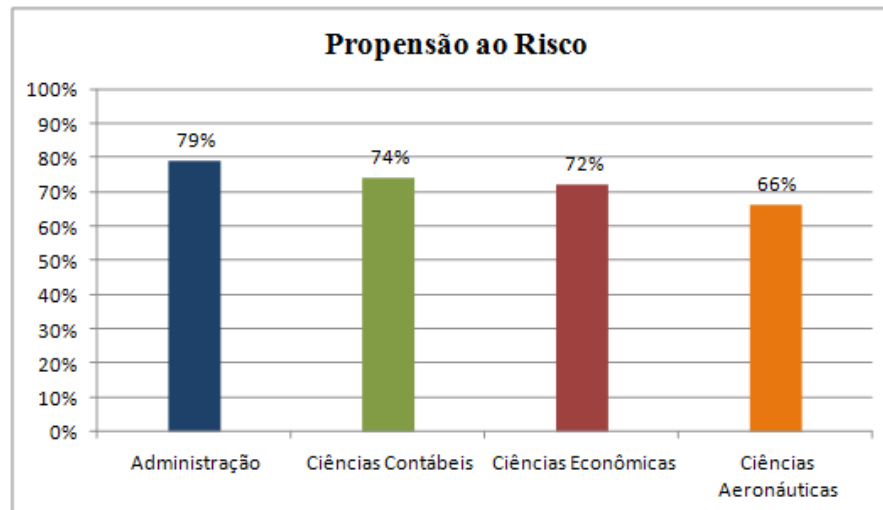
Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação aos traços de personalidade, os alunos do curso de Ciências Econômicas apresentaram maior pontuação, representando 56%, que os demais cursos, enquanto que no curso de Ciências Contábeis foi observada a menor pontuação, 49%. Figura 3: Percentual do número de respostas com características empreendedoras relacionadas a propensão à inovação observado em cada curso



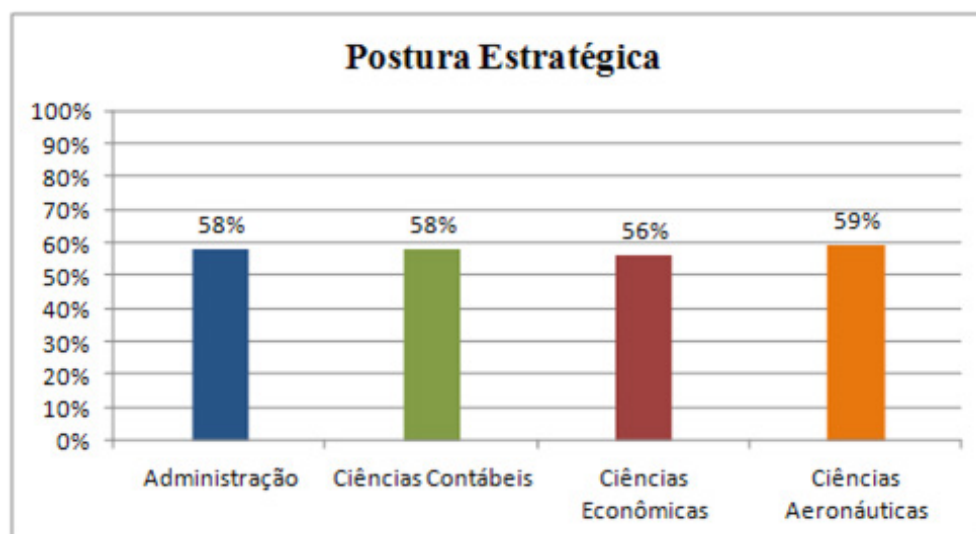
Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 3 mostra que os alunos de Administração possuem mais fortemente a característica de propensão à inovação (54%), ao contrário dos alunos de Ciências Aeronáuticas que apresentaram 42% das questões relacionadas à característica de propensão à inovação. Figura 4: Percentual do número de respostas com características empreendedoras relacionadas a propensão ao risco observado em cada curso



Fonte: Dados da pesquisa.

No quesito propensão ao risco, observa-se na figura 4, que todos os cursos obtiveram maior pontuação do que nas demais características, contudo, no Curso de Administração observou-se que os alunos possuem maior propensão ao risco que os demais alunos, apresentando 79% de questões respondidas positivamente com potencial empreendedor à característica de propensão ao risco, enquanto que os alunos de Ciências Aeronáuticas apresentaram 66%. Figura 5: Percentual do número de respostas com características empreendedoras relacionadas à postura estratégica observado em cada curso



Fonte: Dados da pesquisa.

A figura 5 revela que, em relação à postura estratégica, todos os cursos obtiveram pontuações muito semelhantes, com o curso de Ciências Aeronáuticas um pouco superior aos demais (59%), seguido dos cursos de Administração e Ciências Contábeis com 58% e Ciências Econômicas com 56% das respostas positivas com potencial empreendedor relacionadas à postura estratégica.

Os números mostram, portanto, que cada um dos cursos possui seu potencial empreendedor mais fortemente ligado a uma das características empreendedoras abordadas no Carland Entrepreneurship Index (CEI).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coleta e análise dos dados da pesquisa foram realizadas sem grandes dificuldades e os dados coletados foram suficientes para a realização e conclusão dos resultados. De acordo com a bibliografia, os resultados se enquadraram dentro do esperado e confirmaram as hipóteses dos idealizadores da técnica utilizada, que sugerem que a tendência empreendedora é mais bem explicada quando olhada através de um continuum e a maior ou menor presença das características em um indivíduo, coloca-o, segundo a escala do CEI, entre valores de 0 a 33 pontos, contidos em três faixas: de “microempreendedor”, “empreendedor” e “macro empreendedor.”, considerando que as pessoas são mais ou menos empreendedoras, podendo se desenvolver ao longo da vida, de acordo com suas necessidades, experiências e demais fatores, como apontado por Dornelas, (2008).

Por fim temos que a grande maioria da população (74,13%) encontra-se na categoria empreendedor, que são aqueles indivíduos que obtêm pontuação entre 16 e 25 pontos. Segundo o Carland Entrepreneurship Index (CEI), O Empreendedor é aquele que concentra seus esforços para o lucro e crescimento do seu negócio. Seus objetivos são mais ousados que os do microempreendedor, mas ao atingir o seu padrão desejado de sucesso, possivelmente o seu foco também mudará para outros interesses externos ao seu negócio. Esse tipo busca a inovação, normalmente procurando melhorias para os produtos, serviços e procedimentos já estabelecidos, ao invés de engendram algo totalmente novo, pois essas melhorias possuem menos probabilidades de desestabilizar o caminho para o sucesso que é tão importante para o empreendedor. O sucesso para as pessoas que se enquadram nessa categoria pode ser simbolizado pelo reconhecimento, admiração e riqueza.

Seguindo os achados da pesquisa, 21,33% foi caracterizado com perfil microempreendedor, que são aqueles que não visam o crescimento direto, mas que podem se tornar uma referência em sua cidade ou comunidade. Esse tipo de empreendedor considera sua empresa como aspecto importante da sua vida, mas não será “consumido” por ela e irá buscar a sua satisfação pessoal através de alguma atividade externa ao seu negócio. Estes obtiveram pontuação entre 0 e 15 pontos. Por último estão os que se enquadraram como macro empreendedores (4,54%) e pontuaram entre 26 e 33 pontos. São bem definidos como aqueles que costumam associar o seu sucesso ao crescimento e lucro do seu negócio, não apenas por interesse monetário. Vê seu negócio como um meio de mudar a indústria e tornar-se uma força dominante.

A partir dos resultados encontrados observamos que a Escola de Gestão e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Goiás apresentou uma pontuação média interessante no Carland Entrepreneurship Index (CEI), comparado aos demais estudos realizados por Penz et al (2014) e Tormen et al (2014) em instituições de ensino superior e se aproximando do resultado em pesquisas realizadas com indivíduos já empreendedores e/ou empresários, no Brasil, baseado na pontuação média obtida por

Kornijezuk (2004), de 18,1 pontos, Inácio Júnior (2002) de 21,10 pontos e Carland, Carland e Koiranen (1997) que aplicaram o mesmo instrumento em um grupo de empresários americanos e obtiveram média de 20,5, e em um grupo de empresários da Finlândia, obtendo média de 18,3 pontos.

Se em nível de Brasil já existem grandes diferenças culturais, maiores diferenças existirão na comparação do Brasil com o cenário internacional. São diversos fatores, que interligados formam o indivíduo capaz de empreender e tornar realidade o potencial que existe em si.

Relacionando os resultados com o ambiente da pesquisa, uma universidade, pode-se dizer que este é o local ideal para a formação e desenvolvimento do empreendedorismo. O conhecimento de quais características são mais deficientes em cada curso, permite a universidade saber aonde e o que investir. Inovar, modificar métodos e formas de aplicar o conhecimento e avaliá-lo, para chegar ao seu próprio objetivo, a formação de indivíduos aptos para os desafios e necessidade do mercado de trabalho.

É interessante, portanto, que novas pesquisas sejam realizadas para a comparação com demais Escolas da Universidade, abrangendo os diversos cursos, englobando graduação e pós-graduação, oferecidos na Universidade, bem como outras instituições de ensino superior.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLAND, J; CARLAND, J. A.; HOY, F. An entrepreneurship index: An empirical validation. In: FRONTIERS OF ENTREPRENEURSHIP RESEARCH, 1992, França. Proceedings... Massachusetts: Babson College, 1992.

CARLAND, J.; CARLAND J. A.; KOIRANEN M. The Exportation of the American Model of Entrepreneurship: Reality or Illusion? A Comparative Trait Study of American And Finnish Entrepreneurs. In: USASBE ANNUAL NATIONAL CONFERENCE, 1997, California. Proceedings... Winsconsin: Usasbe, 1997.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Empreendedorismo no Brasil: 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/gem%202014_relat%C3%B3rio%20executivo.pdf> Acesso em: 12 set. 2015.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. Planejamento da Pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2013.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999a.

Global Entrepreneurship Monitor 2014 Global Report. Disponível em: <<http://www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/gem/Documents/GEM%202014%20Global%20Report.pdf>> Acesso em: 12set. 2015.

HISRICH, R. D. Empreendedorismo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 592 p.

INÁCIO JÚNIOR, E. Empreendedorismo e liderança criativa: um estudo com os proprietários-gerentes de empresas incubadas no Estado do Paraná. 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em administração) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2002.

KORNIJEZUK, F. B. S. Características empreendedoras de pequenos empresários de Brasília. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2004.

PENZ, D. et al. Potencial Empreendedor Dos Discentes Do Curso De Administração de Uma Instituição de Ensino Superior Privada a Luz do Carland Entrepreneurship Index (Cei). In: ENCONTRO DE ESTUDOS EM EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS (EGEPE), VIII, 2014. Goiânia. Anais...Goiânia, 2015. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema06/298.pdf>> Acesso em 31 de ago. 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/home/>> Acesso em 23 de set. 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Regimento Geral das Escolas – Histórico e Regulamentação. Aprovado pela Resolução 11/2013 – CEPEA, de 18 de dezembro de 2013, e pela Resolução 12/2014 – CEPEA, de 24 de junho de 2014.

SCHUMPETER, J. A. The Theory of Economic Development. Cambridge, Mass.; Harvard University Press. 1949.

TORMEN, J. et al. Potencial Empreendedor dos Estudantes das Ciências Sociais Aplicadas de uma Instituição de Ensino Superior sob a Ótica do Carland Entrepreneurship Index (CEI). Revista ADMpg Gestão Estratégica, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p.17-25, 2015.

**OBESIDAD MÓRBIDA Y EL IMPACTO EN LAS RELACIONES
INTERPERSONALES, A LA LUZ DE LA PSICOLIGIA SOCIAL, POLÍTICA Y
SOCIOLOGÍA**

Cláudio Ribeiro³⁶

RESUMEN

Este artículo tiene como foco establecer una relación entre la obesidad mórbida, sus aspectos socio-psicológicos y las relaciones interpersonales en la sociedad contemporánea, para tanto, haciendo referencia a elementos de la Psicología Social, Política, a la luz de exponentes de la Psicología Social y de la Sociología-Política.

PALABRAS- CLAVE: Organización Mundial de la Salud, Auto-imagen, patrones corporales, aceptación social, obesidad, pertenencia social, relaciones interpersonales, representaciones sociales.

³⁶ Sociólogo, Especialista en Derechos Humanos, Especialista en Criminalidad y Seguridad Pública, Doctorando en Psicología Social de la Salud, relacionada para la calidad de vida.

NUEVA ORDEN MUNDIAL

Hay una nueva lógica global, que ya se halla consolidada en la contemporaneidad, aduciendo que la búsqueda por el cuerpo ideal, extrapola, en el imaginario popular, la búsqueda por la salud ideal. La sociedad es cada vez más visual.

El contrapunto entre tal status social (cuerpo perfecto) y su inmediato inverso es la obesidad, patología tal, que gravita entre el denominado sobrepeso y obesidad mórbida.

La obesidad se compone, etimológicamente hablando, por los vocablos ob (y el xceso) y edere (comer). La obesidad significa, entre otras posibilidades, comer en exceso (Aries, 2005), siendo el término cargado de significados y significados múltiples, culturales, económicos, sociales, habiendo que considerarse algunas variables, para entender cómo afecta al individuo. El factor genético, o la predisposición para tal patología, posiblemente constituye una de esas variables. No la única.

De acuerdo con la Organización Mundial de la Salud (2000), la obesidad es una enfermedad crónica caracterizada por el aumento de la grasa corporal, asociada con el aumento del riesgo para la salud. Pocas enfermedades crónicas han avanzado terriblemente en la mayoría de los países a lo largo de las últimas décadas como ha ocurrido con la obesidad, motivo de preocupación para las autoridades de salud a causa de las consecuencias perjudiciales físicas, psicológicas y sociales.

Los datos de la mencionada OMS (2000) indican que desde 1980 la obesidad ha aumentado más que duplicado en todo el mundo. En 2008, 1.500 millones de adultos tenían sobrepeso. Dentro de ese grupo, más de 200 millones de hombres y casi 300 millones de mujeres eran obesos, así que la OMS (2000) ha declarado la obesidad y el exceso de peso epidemia global. También representa una gran carga económica para los presupuestos de salud, por sus altos costos asociados tanto directos e indirectos. Se estima que el exceso de peso y la obesidad son responsables del 44% de la carga de la diabetes, el 23% de la carga de la enfermedad isquémica del corazón y entre el 7 y el 41% de la carga de algunos cánceres. Además, el exceso de peso y la obesidad son un importante factor de riesgo para la muerte, con una mortalidad de alrededor de 3 millones de adultos al año. De esta forma, es un problema de salud para todos los países, y una cuestión de investigación primordial.

Para la OMS (2000) la definición de obesidad está basada en el Índice de Masa Corporal (IMC), que corresponde a la razón entre el peso en kilogramos y el cuadrado de la altura en metros. Así, las personas cuyo cálculo de IMC igual o superior a 30 kg / m² se consideran obesos. En las últimas décadas se ha detectado la prevalencia de cirugías como el método más eficaz para alcanzar la reducción de peso en casos de obesidad mórbida. Papapietro (2012) cree que la cirugía para la obesidad ha demostrado ser el tratamiento más eficaz para reducir el exceso de peso de cualquier magnitud, lo que favorece la mejora de las comorbilidades metabólicas, especialmente de la diabetes del tipo 2 y la calidad de vida. Dentro de las prácticas quirúrgicas, una de las más utilizadas es la cirugía bariátrica (CB) o obesidad (del griego “baros” que significa “peso” e “iatrein” que significa “tratamiento”). Y el tratamiento de la obesidad a través de la cirugía y formalmente comenzó en la Universidad de Minnesota, en 1954 (Aniceto, 2016). Este procedimiento permite al cirujano influir de dos formas en el peso de un sujeto: reduciendo el estómago y así la ingesta (restricción) o reduciendo la longitud del intestino produciendo una mala absorción. O haciendo ambos al mismo tiempo con una técnica mixta (Aniceto, 2016).

Otra línea de pensamiento defiende que la epidemia global de la obesidad es un reflejo de los problemas sociales, económicos y culturales actualmente enfrentados por países en desarrollo o

recientemente industrializados, así como por las minorías étnicas en situaciones desventajosas en los países desarrollados. La obesidad es una enfermedad compleja con consecuencias sociales y psicológicas graves, que afecta a todas las edades y grupos sociales, siendo el factor genético es un importante determinante en la susceptibilidad de una persona en cuanto a la ganancia de peso, y el equilibrio del peso determinado por la ingesta de peso La caloría versus el gasto calórico.

Por lo tanto, la epidemia de obesidad ha sido dirigida por cambios de la sociedad y de los hábitos alimentarios, acarreados por el crecimiento económico, la modernización, la urbanización y la globalización (Costa, Ivo, Cantero y Tognini, 2009).

En suma se desprende que tanto los factores de salud pública, como los factores socioculturales pueden ser determinantes, no sólo para la sedimentación del estado obesidad, sino también para la orientación de las conductas ante tal condición en que las personas eventualmente se sienten Se encuentran, remitiendo a la idea de no pertenencia social.

PERTENENCIA SOCIAL Y SUS CONDICIONANTES (REPRESENTACIONES, REDES SOCIALES, EMPODERAMIENTO, CIUDADANÍA, VIVIR EN GRUPO)

La vida en grupo congrega una serie de factores intrínsecos, que traducen la idea de pertenencia social. Esta pertenencia, de acuerdo con las observaciones empíricas, está relacionada con un conjunto de actitudes y apariencias comunes: Belleza típica, modo de vestir, modo de expresarse. Esta es una de las posibles definiciones para el término representaciones.

El ciudadano que está por encima del peso, para los estándares admitidos en la sociedad actualmente, tiene dificultad de inserción en esa especie de mercado, ya que el formato de su cuerpo constituye una puerta de entrada no elegida por muchos, contribuyendo a una especie de segregación Gueto social.

Con el fin de lastrear el entendimiento, según Leal, C. W. y Baldin, (2007) representaciones sociales son sistemas de interpretación, que rigen nuestra relación con el mundo y con los demás, orientando y organizando las conductas y las comunicaciones sociales. También intervienen en procesos tan variados como la difusión y la asimilación de los conocimientos, en el desarrollo individual y colectivo, en la definición de las identidades personales y sociales, en la expresión de los grupos y en las transformaciones sociales. Como fenómenos cognitivos, asocian la pertenencia social de los individuos a las implicaciones afectivas y normativas, a las interiorizaciones de las experiencias, de las prácticas, de los modelos de conducta y de pensamiento, socialmente inculcados o transmitidos por la comunicación social, que ahí están ligados

Para Seidmann, Bail Pupko, Azzollini, Vidal, Thomé y Di Iorio (2008) las representaciones se organizan como sistemas de interpretaciones que rigen nuestra relación con el mundo y con los demás y organizan las comunicaciones y comportamientos. En otras palabras, ellas constituyen una forma de pensamiento social que condensa en imágenes: historias, relaciones sociales, valores, creencias, actitudes, ideologías.

Vivir bajo la lógica representativa significa decir que hay una asimilación de tal lógica, o sea, en que pese tales valores, creencias, ideologías sean pasibles de contestaciones, somos "coagidos" a legitimar un determinado código representativo.

Se puede decir, dada la explicación hasta ahora, que un buen ejemplo de las denominadas representaciones, son las redes sociales, que también tienen influencia en el modo de actuar, dictando

normas, estableciendo patrones, dada la velocidad de las informaciones, así como alcance y alcance La facilitación a los medios de obtención, sin perjuicio, sin embargo, que la información no representa necesariamente conocimiento abalizado.

Un ejemplo claro de las redes sociales, relacionado con la cuestión de la obesidad, va al encuentro de los denominados grupos específicos, en los que muchas personas que están por encima del peso resuelven exponer sus pensamientos, angustias, miedos, opinan sobre los más diversos temas (casi todos relacionados con Una pseudo-aceptación), en fin, tiene en el grupo la posibilidad de vivir fuera del gueto social, y en contrapartida tal unión impone necesariamente ideas convergentes.

“... Este es el ... nuestro gordito mega estiloso ...
Tiene su estilo propio, haciendo que la galera vaya al delirio ... Pero ya está bien comprometido ... “; “... Buenos días, amigos y amigas. ¿Quién habló para ti que gordito no puede ser sexy? “; “... Gordito también es deseado, hermoso, sexy, ... ¡Cuántas veces oyó decir: vaya al gimnasio! Está gordo y relajado. Gordo puede tener estilo y ser deseado, no tenga miedo y sea feliz “. ³⁷

La pertenencia social, o incluso la noción de empoderamiento individual, resulta extremadamente difícil en un escenario de constantes cambios en la regla de conductas colectivas, teniendo en cuenta los determinismos provenientes de las redes sociales.

En cuanto a empoderamiento, Kleba, M. E., y Wendausen, (2009) sostienen que se trata de un término multifacético que se presenta como un proceso dinámico, involucrando aspectos cognitivos, afectivos y de conducta. En este debate, el proceso de empoderamiento se presenta a partir de dimensiones de la vida social en tres niveles: psicológica o individual; Grupal u organizacional; Y estructural o política.

Ser ciudadano, en el sentido del término, se refiere al derecho de tener derecho, de vivir y disfrutar ampliamente de todos los beneficios de la vida en grupo, en que pese a haber también las cargas derivadas, haciendo que la ciudadanía plena sea imposibilitada, incluso por el ajo Citado anteriormente. Por ciudadanía se entiende “la pertenencia plena a una comunidad”.

Pertenencia implica participación de los individuos en la determinación de las condiciones de su propia asociación. La ciudadanía es un estatus que garantiza a los individuos iguales derechos y deberes, libertades y restricciones, poderes y responsabilidades. Aunque no existe un principio universal que determine cuáles deben ser exactamente los derechos y deberes de un ciudadano, las sociedades en las que la ciudadanía es una fuerza en desarrollo crean, según Marshall, una imagen de la “ciudadanía ideal” y, por consiguiente, Una meta por la que se puedan orientar las aspiraciones. Dentro de todas estas sociedades, la promoción de este ideal es la promoción de una medida mayor de igualdad, un enriquecimiento de la materia que compone la ciudadanía y un aumento de la cantidad de personas que poseen el estatus de ciudadanos (Kleba, ME, & Wendausen , 2009).

Vivir representa, ante todo “vivir en grupo”, bajo la égida de lo que se tenga como regla asimilada, impuesto por el entendimiento de la mayoría, aunque las ideas individuales sean relegadas a un segundo plano.

La idea de grupo, según Freire (1992) se refiere al conjunto de personas movidas por necesidades semejantes, que se reúnen en torno a una tarea específica. En un cumplimiento de desarrollo de las tareas, dejan de ser un montón de individuos, para cada uno asumirse como participante de un grupo con

37 Plataforma Facebook. Disponível en: <<https://www.facebook.com/GordinhosEstilososReal/>>. Acesso en 15 de maio de 2017.

objetivo mutuo.

Esto significa que cada persona, cuando lejos de la presencia del otro, puede “llamarlo” en Pensamiento, cada uno de ellos y todos juntos. Este hecho señala el inicio de la construcción en grupo como comportamiento de individuos diferenciados. Lo que Pichon-Rivière de nomina de “grupo interno”.

Pertenencia social, representaciones, ciudadanía, vida en grupo, todos estos términos están directamente ligados a la extrema dificultad por la que pasan las personas acometidas por la enfermedad de la obesidad. Dificultad en el lugar de trabajo, en los momentos de ocio, en la propia convivencia familiar, ocasionando, desde el enclausura, como demostrado en la citación de las terminologías de las redes sociales (grupo “gordinhos estilosos”), proporcionado por la subyugación, pudiendo llevar incluso a la depresión Profunda y por consiguiente al suicidio, en casos extremos.

RELACIONES INTERPERSONALES Y SALUD DÉBIL

El hombre, por excelencia, por naturaleza, es un ser que necesita relacionarse para percibir como hombre, de derecho y de hecho. Esta relación a menudo es simbiótica, es decir, al mismo tiempo que él, el hombre, defiende sus ideas con vehemencia, también es obligado a refutarlas, en pro de la convivencia armónica. Es la denominada flexibilidad de comportamiento.

La relación interpersonal, por así decirlo, está también relacionada a lo que llamamos de hecho social, pues se da con frecuencia y acomete todo el tejido social, en cualquier lugar que se esté.

En el caso social, para Durkheim (1978) hay en toda sociedad un grupo determinado de fenómenos con caracteres nítidos, que se distingue de aquellos estudiados por las otras ciencias de la naturaleza, cuando desempeño mis deberes de hermano, de esposo o de ciudadano, cuando me desincumbo De cargas que contraigo, practico deberes que están definidos fuera de mí y de mis a tos, en el derecho y en las costumbres.

El simple acto de conmemorar el aniversario, estar en la fila de un banco, casarse, ir a la escuela, a la iglesia, asistir a un partido de fútbol, en fin, todo lo que se hace mientras sea viviente, tiene el condón de hecho social, que Es normal, pues existe en gran escala, y exterior al individuo, pues, en que pese a nuestras voluntades individuales, existirá.

Aunque esté de acuerdo con sentimientos que me son propios, sintiéndoles interiormente la realidad, ésta no deja de ser objetiva; Porque no fui yo quien los creó, pero los recibí a través de la educación. Sin embargo, ¡cuántas veces no ignoramos el detalle de las obligaciones que nos incumbe desempeñar, y necesitamos s, para saberlo, consultar el Código y sus intérpretes autorizados! Así también el devoto, al nacer, encuentra listas las creencias y las prácticas de la vida religiosa; existiendo antes de él, es porque existen fuera de él. No hay duda de que esta coerción no se hace sentir, o es muy poco sentida cuando con ella me conformo de buen grado, pues entonces se vuelve inútil (Durkheim, 1978).

Así como en la democracia participativa, el interés público prevalece sobre el interés privado, permitiendo una analogía oportuna, en que se vuelve la discusión hacia el campo de la Antropología Social, hay que entender que existen determinados aspectos de ella, que pueden funcionar como verdaderos axiomas, Cuando discutimos el predominio del todo sobre la parte:

En la Antropología Social, como procuro indicar en este volumen, lidiamos con organizaciones donde el todo predomina sobre las partes, (DA DAMATTA, 1981).

La relación interpersonal para muchas personas que están por encima del peso, se refiere a colocarse en la condición de sub-persona, una vez que tal relación pasa por la cuestión de la belleza, o, ser aceptada en el grupo y “merecer” relacionarse con , Está directamente relacionado con su patrón. La dificultad encontrada es exactamente establecer un concepto, el de belleza.
¿Lo que sería?

Cuando hablamos de belleza, hay que considerar varios aspectos. Esto porque no sólo varían los indicativos de belleza de época para la época, sino también la importancia misma de la belleza y los mecanismos para alcanzarlos. Además de la época histórica, la geografía también interfiere en el peso dado a la belleza y sus indicativos

En Brasil de 2017 el patrón de belleza aceptado, se refiere, sobre todo a la relación peso versus altura, de ahí la segregación en lo que concierne a los acometidos por la patología de la obesidad, sobre todo la obesidad mórbida.

¿Y qué sería la obesidad mórbida?

Un ejemplo claro de esa especie de segregación, nos remite a una fase importante de la vida, que es la adolescencia, fase tal en que “el adolescente obeso puede desarrollar sentimientos de depreciación de su imagen física, sintiéndose inseguro en relación a las otras personas, anticipando que éstas van a despreciarlo.

La obesidad mórbida (OM) es una versión patológica de obesidad considerada un grave problema de salud para los individuos que sufren de ella, según Travado, Martins, Ventura y Cunha, (2004). Su tratamiento debe basarse en un enfoque biopsicosocial del individuo y de su proceso de enfermedad que asegure el éxito del tratamiento a corto y largo plazo.

Por un lado, entonces, tenemos la figura considerada deforme del obeso mórbido, del otro tenemos su salud debilitada, que ciertamente es el dato más preocupante, en el cómputo general, dada la expectativa de vida, que disminuye drásticamente en tal condición.

Para Oliveira (2016), citando datos del IBGE, la expectativa de vida del brasileño al nacer aumentó, llegando a 73,4 años en 2010. En Brasil se estima que la población llega a los 56 millones de ancianos en 2050, cerca de 24, % Del total de la población.

En el que pese a toda la problemática, tanto de la expectativa de vida, como de la salud debilitada, se percibe que el primer plano a ser observado, se refiere a la aceptación social, por el formato del cuerpo, y las relaciones interpersonales están marcadas por esa. La aceptación, de ahí la dificultad del ciudadano obeso de insertarse en la lógica global.

LA ETERNA BÚSQUEDA DE UNA CONCLUSIÓN

Por todo lo aquí expuesto, teniendo como base los referenciales teóricos, se infiere que la obesidad mórbida, en que pese a ser un gran problema de salud pública, por el impacto negativo en la vida de las personas, se constituye también en una condición, muchas veces hasta aceptada por algunos que padecen de tal mal, como una especie de status, si se observan los innumerables grupos existentes en las redes sociales, destinados a tal público.

El otro lado, una gran corriente de pensamiento (al parecer, la mayoritaria) defiende que el denominado grupo ideal es aquel en que se da el stabeishment, o status quo, y tal status, para aquellas personas que más allá de la condición de obesas, no Han trabajado lo psicológico para enfrentar las

agrias de una sociedad visual, es un factor desencadenante de una especie de guetización, o los estereotipos son determinantes para que los obesos mórbidos estén siempre un nivel bajo de los que están sólo en el sobrepeso y mucho más aún de los que están En dicho peso ideal, para los patrones occidentales, de acuerdo con la Organización Mundial de la Salud.

Es necesario, sin embargo, tener en cuenta que con el paso del tiempo, los patrones se van alterando, al sabor de la volatilidad social, de acuerdo con los modismos y, tales cambios, aunque lentamente, tienden a desencadenar una alteración, también en el paradigma De la percepción del otro, posiblemente así, las relaciones interpersonales de los obesos mórbidos con los demás miembros de los diversos grupos tienden a ser más parejas, menos disformes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carneiro, H. S. (2005). Alimentos y sociedad: significados sociales en la historia de la alimentación. *Historia: temas y debates*, 42 (1).
- Berger, M. (2006). *Cuerpo e identidad femenina* (Doctoral Dissertation, Universidad de São Paulo).
- Costa, A. C. C., Ivo, M. L., Cantero, W. D. B., & Tognini, J. R. F. (2009). Obesidad en pacientes candidatas a cirugía bariátrica. *Acta Paul Nurse*, 22 (1), 55-9.
- DAMATTA, R. O. B. E. R. O. (1981). *Relativizando una introducción a la antropología social*.
- Durkheim, Es. (1978). *Lo que es un hecho social. Las reglas del método sociológico*, 6.
- Leal, C. W., & Baldin, N. (2007). El impacto emocional de la cirugía bariátrica en pacientes con obesidad mórbida. *Revista de psiquiatría de Rio Grande do Sul*, 29 (3), 324-327.
- Marteleteo, R. M. (2010). Redes sociales, mediación y apropiación de informaciones: situando campos, objetos y conceptos en la investigación en Ciencia de la Información.
- Mora, Martín (2002). *La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici*. *Athena Digital*, 2. Disponible en <http://blues.uab.es/athenea/num2/Mora.pdf>
- Kleba, M. E., & Wendausen, A. (2009). Empoderamiento: proceso de fortalecimiento de los sujetos en los espacios de participación social y democratización política. *Salud y sociedad*, 18 (4), 733-743.
- Freire, M. (1992). 3. ¿QUÉ ES UN GRUPO ?.
- Mantoanelli, G., Bittencourt, V. B., Peinado, R. Z., Pereira, I. M. T. B., y Alvarez, M. C. C. (1997). Educación nutricional: una respuesta al problema de la obesidad en adolescentes. (En inglés).
- Y en el caso de la obesidad infantojuvenil: reflexiones según la teoría de Hannah Arendt.
- D.ª R. R. (2016). Contextualización de la producción científica brasileña sobre obesidad en personas mayores.
- Organización Mundial de la Salud (2014) *Health Topics: Obesidad: prevenir y gestionar la epidemia mundial*, Informe de la OMS Consultation.
- Organización Mundial de la Salud (2000) *Technical Report Series 894*, Ginebra. Plataforma Facebook. Disponible en: <https://www.facebook.com/GordinhosEstilososReal/>. Acceso al 15 de mayo de 2017.
- Seidmann, S., Bail Pupko, V., Azzollini, S., Vidal, V., Thomé, S., & Di Iorio, J. (2008). La persistencia de los estereotipos de género en la representación social de crisis en varones argentinos entre 20 y 30 años. *Anuario de ensayo*, 15, 0-0. (En lo sucesivo, el "Reglamento"), el Reglamento (CE, Euratom, C). Enfoque psicológico de la obesidad mórbida: Caracterización y presentación del protocolo de evaluación psicológica. *Análisis psicológico*, 22 (3), 533-550.

PSICOLOGIA SOCIAL E O PROCESSO DE CONEXÃO VIRTUAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

*Eliane Maria Mariucci*³⁸

RESUMO

Pensar as transformações do modo de socialização no mundo contemporâneo a partir das conexões virtuais e o contínuo avaliar das ciências psicossociais diante do novo. Apesar dos conceitos pré-estabelecidos existe uma nova forma de relacionamento fora do mundo chamado “real”. A cidadania está em discussão, aparentemente há uma nova forma de participar e pode ser mais ativa na internet das coisas. A universidade com o ensino semipresencial será a grande mediadora e propulsora do intercâmbio entre os cidadãos do passado e do futuro.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia. conexão virtual. socialização. comunicação.

38 Eliane Maria Mariucci – Doutoranda em Psicologia Social na Universidade John F. Kennedy – Argentina. Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1994); Especialista em Planejamento Estratégico em Comunicação pela Universidade Metodista (2004). Desde 2011 atua como Professora no Centro Universitário Anhanguera de São Paulo, ministrando aulas de Ciência Política, Antropologia, Sociologia, Gestão de Recursos Humanos e Carreiras. Possui experiência em processos de coordenação de Treinamento e Desenvolvimento, bem como em implantação de Sistemas de Gestão da Qualidade. E-mail: elianemariucci@hotmail.com

Uma pessoa é uma coisa muito complicada. Mais complicado do que uma pessoa, são, duas. Três, então, e um caos, quando não é um drama passional. Mas as pessoas só se definem no seu relacionamento com as outras. Ninguém é o que pensa que é, muito menos o que diz que é [...]. Ou seja, ninguém é nada sozinho, somos o nosso comportamento com o outro.

Luiz Fernando Verissimo

OBJETIVO

Analisar como a comunicação virtual tem modificado as relações psicossociais e como as Universidades podem influenciar na busca do equilíbrio entre os comportamentos e valores tradicionais diante da nova postura virtual.

Afinal cada vez mais somos dependentes das mídias para a construção de conhecimentos e valores. E nunca como antes as gerações ficaram tão divididas tecnologicamente, vivemos como indivíduos altamente conectados no mesmo espaço com analfabetos virtuais. Diante desse cenário se faz necessário buscar formas de articulações entre educação e comunicação para que o homem assegure seu lugar no meio ambiente.

METODOLOGIA

Análise qualitativa, bibliográfica e epistemológica. Primeiramente, foi realizada revisão da literatura para a definição do que é educação virtual e quais as competências necessárias para o indivíduo profissional e cidadão do presente para uma eficácia em gestão de pessoas.

Nas sequências das etapas percorridas, realizou-se buscas nos descritores em ciências da educação, psicológicas, sociais e gestão empresarial que tivessem relação aos temas educação, gestão e conexões virtuais.

INTRODUÇÃO

Aristóteles foi o primeiro a definir o homem como um ser político, por ser carente e imperfeito ele necessita de coisas e dos outros. Ao ser político ele transforma e produz mudanças em seu meio ambiente. Ao produzir mudanças ele gera necessidade de adaptação constante o que por sua vez leva ao conflito da mudança e da readaptação.

Ao analisarmos a evolução da humanidade deparamos com a divisão de eras ou etapas da história que destacam a transformação do homem de acordo com acontecimentos, sejam eles de ordem social, cultural, política ou tecnológica, que transformaram o comportamento da humanidade e a forma como os indivíduos se relacionam. Alguns autores dividem a história da humanidade ocidental em cinco períodos, épocas ou idades sendo elas a *Pré-história*, a *Idade Antiga*, *Idade Média*, a *Idade Moderna* e a *Idade Contemporânea*.

Cada período é dividido, para fins educacionais, por um fator decisivo que modificou o comportamento do homem e da sociedade. A pré-história é marcada pelo surgimento do homem e seu fim determinado pela invenção da escrita. A invenção da escrita marca o início da Idade Antiga que termina com a queda do império romano que dá início a Idade Média que finaliza com a Revolução Francesa dando início a Idade Moderna que compreende o período da invenção da imprensa, os descobrimentos marítimos, o renascimento e o nascimento do modo de produção capitalista que marca o início da Idade Contemporânea que compreende de 1789 até os dias atuais. Tais acontecimentos marcaram de alguma forma a maneira de viver e conviver dos indivíduos. Assim estudar o homem e suas relações tem sido a tarefa de vários autores ao longo da história levando ao desenvolvimento de ciências como a Psicologia e a Sociologia que têm por similaridade o indivíduo como matéria prima diferenciando-se em sua abordagem. Enquanto a Psicologia preocupa-se com a análise do indivíduo e sua singularidade a Sociologia estuda a sociedade e o comportamento humano em função do meio e os processos que interligam os indivíduos em associações, grupos e instituições.

Na Psicologia existem várias escolas de pensamentos e especializações dentre elas a Psicologia Social, ciência que surge no final do século XIX ao estabelecer conexão com as ciências sociais (antropologia, sociologia, história, geografia e ciência política) buscando preocupar-se como as pessoas pensam e interagem umas com as outras.

Autores como Emile Durkheim (1858-1917) e Gustave Le Bon (1841-1931) propuseram a ideia das transformações do psiquismo individual em contato com a sociedade. E. Durkheim formalmente criou a Sociologia como disciplina quando preocupado em compreender como a transformação da sociedade influenciava o comportamento humano. G. Le Bon psicólogo social propôs a teoria da psicologia das massas ao abordar como as pessoas são influenciadas e como interagem em conjunto.

Outros autores como Kurt Lewin (1945), Pichon Riviere (1940) abordaram conceitos voltados a teorias de grupos sociais e dinâmicas de grupos como desenvolvimento do comportamento humano para compreender as manifestações psicossociais. Todos esses trabalhos analisam como o indivíduo reage em determinadas situações em relação ao seu meio ambiente. Rivieri define o sujeito como um ser de necessidade que apenas se satisfaz socialmente.

Através da teoria de campo de Lewin o comportamento deriva da coexistência dos fatos, tal coexistência cria um campo dinâmico, o que significa que o estado de qualquer parte depende de todas as outras partes. O comportamento depende do campo atual ao invés do passado e do futuro. Indivíduos tem comportamento diferente dependendo do espaço em que ocupam e interagem.

Muito dinâmica a geração do último século protagonizou o espetacular desenvolvimento de novas tecnologias que transformaram o dia a dia de grande parte da população. O período caracterizou-se por grandes avanços científicos: da invenção da vacina; viagens espaciais, codificação do DNA entre outros tantos fatos que proporcionam maior conforto a vida.

Conforme Castells (1999) as redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela.

Portanto, como satisfazer-se socialmente quando o mundo moderno propicia situações de convivência e aprendizado cada vez mais centrado na tecnologia? Gerações cada vez mais interconectadas, geração millennials (termo utilizado para identificar a geração que nasceu entre 1980 e 2000, altamente conectada). Utilizam da internet como tecnologia para todos os fins, inclusive como ferramenta de interação.

A internet é um meio virtual de comunicação no qual o tempo e espaço se transformam, fazendo parte do desenvolvimento do Ciberespaço, onde para Silva (2005) o seu desenvolvimento é: “uma revolução muito mais profunda do que a invenção da imprensa escrita ou a explosão da mídia, com seus instrumentos mecânico-eletrônicos de produção e transmissão da mensagem. A nova ordem econômica social e cultural globalizada não seria possível sem a revolução das tecnologias digitais com sua ‘linguagem hipermídia’”. Assim o mundo contemporâneo assiste a formação de grupos virtuais para relacionamento, obtenção de informação e conhecimento. A tecnologia digital está para o marco da contemporaneidade como foi a invenção da escrita para o início de uma nova era.

Como definir o que é socialização na era virtual? Podemos dizer que há uma nova forma de relacionamento que é possível a socialização em grupos virtuais? Quem não está conectado está em vias de extinção?

O Desenvolvimento Tecnológico Digital provoca mudanças nos setores sociais, transformando as expectativas de como o indivíduo deve agir num mundo cada vez mais caracterizado pelas conexões redes de comunicação. Exercendo assim a cidadania em uma arquitetura rica em informação, analisando e decidindo, dominando os novos âmbitos do conhecimento nesta sociedade cada vez conectada caracterizados pelas múltiplas telas que se abrem em meio a todas as linguagens, convergindo entre novas e velhas tecnologias.

Para Santos (2017) em “psicologia organizacional e internet das coisas” se procurarmos a média de tempo que uma nova tecnologia levou para atingir 50 milhões de pessoas, descobriremos que o telefone levou 75 anos, o rádio 38 anos, a televisão 13 anos, o facebook três anos e oito meses, o whatsApp Messenger 15 meses e, em 2016, o jogo Pokémon Go! chegou a 50 milhões em apenas 19 dias. Nunca foi tão fácil montar componentes de tecnologia que além de atender um grande público, ainda trazem mudanças para os padrões já estabelecidos.

Em Rheingold (1998) a comunicação virtual além de gerar um novo tipo de intercâmbio de conhecimento, ao colocar em tempo real pessoas de seis continentes diferentes, também transforma radicalmente o processo comunicativo.

Esse mesmo processo de desenvolvimento tecnológico reflete no mercado de trabalho quando traz mudanças significativas na modelagem de funções e ocupações profissionais. De acordo com o Fórum Econômico Mundial (FEM) de 2015 um terço das funções profissionais que conhecemos hoje não existia há dez anos e, no futuro, 65% das crianças que estão na escola vão trabalhar em profissões ainda desconhecidas. A avaliação do FEM demonstra os reflexos do avanço das novas tecnologias no mercado de trabalho. Também aborda as competências necessárias aos profissionais do futuro que entre desenvolvimento de habilidades cognitivas, físicas como criatividade e raciocínio, expressão oral e escrita, competências transversais, que vão da gestão de tempo ao poder de persuasão, negociação e controle emocional também o domínio em tecnologia digital.

O desenvolvimento progressivo da chamada “inteligência artificial”, da robótica, nanotecnologia, impressão 3D e biotecnologia, por exemplo, está automatizando e interligando processos e serviços antes operados apenas pelo homem. O profissional do futuro será alguém conectado que operacionalizará quarta revolução industrial ou indústria 4.0, uma expressão que engloba algumas tecnologias para automação e troca de dados e utiliza conceitos de sistemas ciber-físicos, internet das coisas (IoT, ou Internet of Things) e computação em Nuvem.

Naturalmente tudo que é novo causa grande impacto, mesmo quando o velho se torna obsoleto, mesmo quando continua sendo usado em grande quantidade. O que realmente está acontecendo de

acordo com Cobo e Pardo (2007) um andaime conceitual, que consiste na construção coletiva do conhecimento que se transforma e estende na Internet e que convive em paralelo com os fundamentos teóricos de especialistas, que só utilizam o ciberespaço para divulgar suas teorias. Nas novas mídias existem muitas aplicações que promovem a colaboração das pessoas para seu desenvolvimento. Tudo isso por meio do hipervínculos que formam a Arquitetura da Web, as novas mídias têm como grande diferencial a participação do indivíduo de forma ativa tornando assim evidente que as webs, mas utilizadas na internet não são responsáveis pelos seus conteúdos, mais é a inteligência da cidadania que constroem o conhecimento que apresenta tais conteúdos. Os Indivíduos não se limitam mais apenas à ação de teclar nos links de navegação já predeterminados pelos desenvolvedores, eles desejam ter mais interatividade. Como diz Casacuberta (2002), a interatividade não é “digitar um endereço, colocar-se diante da web [...]”. Uma vez ali, a pessoa clica em uma seção, começa a navegar, Eureka! Interatividade!”, ou seja passa a interagir. Este grau de interatividade de um meio ou um dispositivo de comunicação pode ser medido através de eixos muito diferentes, entre os quais se destacam:

1. As possibilidades de apropriação e de personalização da mensagem recebida, qualquer que seja a natureza desta mensagem.
2. A reciprocidade desta comunicação
3. A virtualidade, que ressalta o cálculo da mensagem em tempo real, em função de um modelo de dados de entrada.
4. A implicação da imagem dos participantes da mensagem.
5. A Telepresença.

Lévy (2010) em tecnólogos da inteligência considera o ciberespaço como um “Intelecto Coletivo” em que a cidadania interage através da contribuição de seu conhecimento, suas conversações, sua capacidade de aprender e ensinar. Cria assim uma espécie de cérebro comum, “a web do futuro expressará a inteligência coletiva de uma humanidade globalizada e interconectada através do ciberespaço”.

Rheingold (2002) também propõem a expressão “Multidões Inteligentes” para definir a organização social das pessoas que participam do ciberespaço, onde sem uma organização explícita participam atuando coletivamente. Para o autor a interatividade dos indivíduos no espaço digital vai criar um saber coletivo sem que, em muitos casos, exista uma intencionalidade expressa de criar este saber coletivo.

Surowiecki (2006) insisti na ideia de sabedoria coletiva, onde esta supera a dos especialistas, de acordo com o autor a formação deste sabedoria necessidade de quatro condições: Diversidade de opiniões entre os indivíduos que conformam o grupo; Independência de critério; Certo grau de descentralização que permita a existência de subgrupos dentro do coletivo; Existência de algum mecanismo de inclusão dos juízos individuais numa decisão coletiva.

Tim Berners-Lee, Fundador do “www”, fala da interatividade, ele afirma que a interatividade facilita os mecanismos para que os indivíduos interajam criando comunidade.

Já Casacuberta (1998) ao defender a criação do saber através da internet mudou de lado ao deixar de ser de um autor e passando a ser de expectadores. As obras culturais digitais não são construídas de forma individual e sim coletiva deixando de ser solipsista para algo coletivo e organizado.

O’Reilly (2005) enuncia a teoria da “arquitetura de participação” na web atual, de acordo com o autor o verdadeiro valor do ciberespaço é a quantidade de indivíduos que incorporam conteúdo na rede, quanto mas participação mas valor terá a rede, por exemplo o valor da Wikipédia comparados ao resto

das webs, é seu número diário de usuários, sendo assim a arquitetura defendida por este autor se constitui em torno dos indivíduos não da tecnologia que conforma o ciberespaço. Uma das maiores características da web 2.0 é justamente a provisão de muitos instrumentos tecnológicos, facilitadores da colaboração e relacionamento social dos usuários, ajudando a derrubar as barreiras do espaço e do tempo analógico, de acordo com o autor, esta arquitetura promove uma nova gestão do conhecimento, mais democrático. Para ele a criação da web 2.0 vai além de uma mera tecnologia, ela transcende o cenário tecnológico para um cenário de cidadania nos novos cenários digitais, com uma ética de colaboração implícita.

Os cenários virtuais tornam possíveis novas relações sociais entre os indivíduos, criando uma cultura digital emergente; no espaço digital as relações estão condicionadas pelos conceitos de lugar e de tempo, diferente dos considerados nos ambientes analógicos, além do mais, a cidadania tem a possibilidade de participar da conformação da cultura digital de sua época. Esta participação implica necessariamente uma alfabetização digital que permite aos sujeitos responderem como pessoas críticas ou responsáveis diante das exigências do ciberespaço. Isso significa responderem como participantes ativos nas redes de comunicação (interatuantes) ou simples consumidores de produtos que outros põem na internet (interatuados).

No entanto, muitos ficam surpresos ao descobrir que os maiores desafios que as organizações enfrentam não vieram da tecnologia, mas das pessoas, das políticas interdepartamentais e dos processos corporativos. É esse fato que torna a psicologia da Internet das coisas tão importante.

CONCLUSÃO

Diante desse cenário fica a incumbência da educação quanto a formação profissional estar aliada as mudanças sociais. O papel da Universidade como atuante na adequação das gerações que não estão conectadas. A educação semi-presencial como uma ferramenta para inserção do indivíduo ao novo espaço digital. Entre os vários setores da sociedade como sistema produtivo, sistema saúde, a educação foi a única que ainda se mantém no padrão tradicional aplicado desde o século passado e relutante a mudança. Hoje fazemos parte de uma comunidade virtual e nossas relações, comportamentos de consumo e rotinas diárias acontecem em boa parte através de sistemas informatizados e digitalizados.

Estamos atravessando um período de “difícil transição” há uma incompatibilidade entre a escola e o mundo real. O sistema educacional continua tradicional e os professores e educadores ainda são o centro da aprendizagem. Há uma necessidade em rever os conceitos de relacionamento, socialização e aprendizagem que aborde as questões virtuais.

Torna-se mais intenso repensar os conceitos existentes entre a Sociologia e a Psicologia e como ocorre a “conexão” entre as ciências humanas e sociais. Voltamos a Aristóteles ao analisar o homem contemporâneo como produtor e produto, porém agora diante da relação com o mundo virtual. Cabendo a Psicologia Social em seus eixos de Socialização e Educação analisar constante readaptação do ser humano e agora em relação ao mundo virtual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDRT, H. Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CASTELLS, M. Sociedade em Rede. 2ª ed. Editora. Paz e Terra. 2010

- CASACUBERTA, D. “Democracia e Internet” Diario de Sesiones del Senado Español. Madrid. 1998
- COBO, R; PARDO, K. Planeta Web 2.0. Inteligencia colectiva o medios fast food. Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México. Barcelona / México DF. 2007
- CRUZ, H.A. Ensino a distância: representações sociais sobre auto avaliação. Simpósio de Excelência em Gestão de Tecnologia, 2013
- GIDDENS, A. A transformação da intimidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1994
- MOORE, M. y KEARSLEY, G. Distance education: a systems view. Belmont (USA): Wadsworth Publishing Company. 1996
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Editora Cortez. 2001
- O'REILLY, T. A arquitetura da participação. Disponível em <http://archive.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/articles/architecture_of_participation.html> Acesso em 27/02/2018
- PETERS, O. Didática do Ensino a Distância. São Leopoldo, RS: Unisinos. 2001
- RHEINGOLD, H. Comunidades Virtuais in A Comunidade do Futuro. São Paulo: Futura, 1998.
- SANTOS, V. Psicologia organizacional e internet das coisas. Disponível em <<https://dex.company/2017/10/24/a-psicologia-organizacional-e-a-internet-das-coisas/>> Acesso em: 05/03/2018
- SUROWIECKI, J. A Sabedoria das multidões. Rio de Janeiro. Editora Record. (2006)
- KATZENBACH, J. R. y SMITH, D. K. Equipes de alta performance: conceitos, princípios e técnicas para potencializar o desempenho das equipes. Tradução de: Edite Siegert Sciulli. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier . 2001

ANÁLISE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM UM CURSO DE PEDAGOGIA EM EAD

*Elias Ferreira de Oliveira*³⁹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas concepções de aprendizagem em cursos a distancia no novo contexto educacional, configurado pelo crescimento de cursos ofertados nesta modalidade de ensino, que a partir das novas tecnologias de informação e comunicação. Consideramos como aporte teórico os princípios da avaliação formativa. Apresenta também uma necessidade de como utilizar o AVA como uma estratégia totalmente pedagógica e não somente um instrumento de verificar a aprendizagem. Na busca por maiores conhecimentos, analisaremos parte da legislação que regula os cursos a distancia no Brasil e um pouco da historia da EAD e os aspectos positivos e negativos do processo de avaliação da aprendizagem também os métodos de avaliação empregada no ensino superior e as vantagens e desvantagens do sistema de avaliação aplicado em cursos à distância, pois o processo de avaliação precisa de estratégias definidas para ser aplicadas em todos os casos. Analisaremos as ferramentas de avaliação utilizadas no curso de pedagogia a distancia, os critérios, os instrumentos e com isso descrever como é o processo de avaliação da aprendizagem em educação a distância.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Educação a distancia. Avaliação da aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Em função do crescimento tecnológico e as novas tecnologias de informação e comunicação, as Tics, o processo de avaliação da aprendizagem a distancia permitiu que os alunos destes cursos não ficassem limitados apenas à sala de aula, mas ultrapassasse os limites físicos e oportunizando estes a realizar suas atividades avaliativas em seu ambiente doméstico.

³⁹ Elias Ferreira de Oliveira

Graduado em Pedagogia, pós-graduado em Pedagogia Empresarial, Graduando em Letras, Mestrando em Docência Superior. UTN-BA. E-mail: pedagogoelias@hotmail.com

Em decorrência desta realidade faz-se necessário uma revisão crítica do que é avaliação e também como está sendo utilizada nos cursos a distancia das faculdades e universidades, tendo em vista as questões sobre a formação docente e seus desafios reconhecendo que as universidades a cada dia vão ampliando e construindo novas metodologias de avaliação da aprendizagem. Segundo Barros (2003), os primeiros indícios de utilização da educação a distancia foram no século XVII, quando foi oferecido por uma instituição de Boston nos Estados Unidos e a partir de então foi possível estabelecer uma cronologia da evolução da educação a distancia no mundo.

Nos últimos anos no Brasil a educação a distancia tem crescido muito e houve a necessidade de implementar as tecnologias de informação e comunicação tanto para os cursos de graduação como para os cursos de pós graduação.

O acesso à educação a distancia também facilitou as pessoas uma flexibilidade em transladar-se de um lugar para outro para poder realizar suas atividades avaliativas, onde se tornou mais flexível que a modalidade presencial não permitia que o aluno administrasse seu próprio tempo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nos seus artigos 80 e 87 incluem não somente a democratização do acesso ao nível de escolaridade, mas também a democratização de novos paradigmas educacionais como ser a educação a distancia.

Esta pesquisa pretende estudar as concepções da avaliação da aprendizagem em um curso de pedagogia a distancia, estima-se que é um tema relevante para contribuir para a superação das desigualdades de acesso a educação.

A pesquisa será desenvolvida no enfoque qualitativo e quantitativo a partir de minuciosa análise de documentos, inicialmente pretende descrever as características da educação a distancia no Brasil para logo focalizar a investigação na metodologia de avaliação com um caráter mais quantitativo.

Segundo Sampieri o enfoque qualitativo esta baseado em um esquema indutivo, é expansivo e preocupa em captar experiências e estudar os ambientes naturais, enquanto o enfoque qualitativo fundamenta em um esquema dedutivo e lógico, buscando formular questões de investigação e hipóteses pretendendo generalizar os resultados dos estudos mediante amostras representativas. Em virtude disso, o trabalho constitui uma investigação descritiva, pois propõe analisar a avaliação do processo de aprendizagem a distancia a partir do uso das novas tecnologias que através desta pesquisa pretende gerar novas linhas de investigação e assim contribuir para o desenvolvimento da educação.

É importante investigar a metodologia da avaliação em educação a distancia e seus desafios, reconhecendo que as universidades na atualidade as aplicam devido a crescente oferta de cursos e a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, esta modalidade melhorou as possibilidades de acesso de toda a população.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Á DISTANCIA NO BRASIL E OS CONTORNOS LEGAIS NA CHEGADA DA EAD NO BRASIL

Para que se possa entender melhor o atual contexto da EAD, faz-se necessário que analise em primeiro lugar o processo histórico, sua evolução, sua origem e consequentemente suas implicações e possíveis desafios até nos dias de hoje.

Segundo Barros (2003, p. 52) os primeiros indícios de utilização da Educação a Distância remontam ao século XVIII, quando foi oferecido por uma instituição de Boston nos Estados Unidos (EUA), e a partir de então, é possível estabelecer uma cronologia da evolução da EAD no mundo.

Baseado neste exposto as primeiras experiências em EAD no século XIX apresentam uma concentração maior na Europa, onde foi oferecidos cursos por correspondências na Suécia, Reino Unido e Espanha e além dos Estados Unidos.

Nas últimas últimas décadas a principal inovação na educação foi a criação, a implantação e o aperfeiçoamento de uma nova geração de sistemas de EAD que começou a abrir possibilidades de se promover oportunidades educacionais para grande parte da população. Segundo JUSTE, (1998 p. 13) não era tão somente de acordo com critérios de qualitativos, mas, principalmente com base em noções de qualidade, flexibilidade, liberdade e crítica.

De acordo com Castro e Nunes (1996), os primeiros modelos desta nova geração desenvolveram-se em muitos lugares e foi de forma mais exitosa na Inglaterra na década de 1970 e com isso essa iniciativa passou a ser uma referencia para o mundo todo, pois mais de 2 milhões de pessoas já passaram na Open University, sendo que atualmente estão matriculados aproximadamente 160 mil alunos regulares, com 40 mil alunos em cursos de pós-graduação e 60 mil alunos em cursos extracurriculares. Alcançaram êxito também as universidades abertas da Espanha e da Venezuela que oferecem cursos e atendem também um maior numero de alunos.

A educação a distancia apresenta notáveis vantagens sob o ponto de vista da eficiência e da qualidade, pois há uma procura muito grande e conseqüentemente o aumento da demanda por matrículas em prazos curtos faz com que as universidades ofereçam mais oportunidades na EAD.

○ CONTEXTO HISTÓRICO DA EAD

Segundo Frederic e Formiga (2009, p.3) a primeira noticia que se registrou da introdução desse novo método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondências ministradas por Caleb Philips em 20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA, que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos e depois, em 1840, na Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência.

Convém salientar também que, a Educação a Distância surgiu com as experiências de educação nas cartas de Platão e das Epístolas de São Paulo, iniciadas no século XVIII e com grande desenvolvimento a partir do século XIX chegando até os dias de hoje.

Por certo do inicio do século XX até a Segunda Guerra Mundial fez aparecer novos métodos, várias experiências foram desenvolvidas para uma melhoria nas metodologias aplicadas no ensino por correspondências e com isso influenciou os outros meios de comunicação de massa como o rádio e outros recursos tecnológicos foram sendo desenvolvidos.

Pode se mencionar como um primeiro antecedente da educação a distância as tentativas de Isaac Pitman, em 1840, para organizar um ensino por correspondência de seu sistema de taquigrafia. Um ensino por correspondência, organizada de um tipo que mais se assemelha a educação a distância de hoje em dia, foi introduzida nos EE.UU, Alemanha, Grã-Bretanha e Suécia na ultima metade do século XIX com o fim de atender a necessidade do estudo durante o tempo livre entre os adultos (FAINHOC, 1980, p. 30)

Segundo Aretio (2006, p.55), existem autores que se voltam às mais antigas civilizações para encontrar origens do ensino por correspondência, germe da atual educação a distancia. Outros autores

afirmam que a educação a distancia teria começado com os sumérios egípcios que, por meio de uma enorme rede de comunicação que abrangia todo o mundo antigo, distribuíam cartas com conteúdos instrutivos. A partir daí, ao longo da história, são muitos os exemplos de cartas com objetivos didáticos.

Diante desta realidade educacional o homem sempre procurou superar as barreiras da distância, usando os recursos possíveis de cada época para comunicar idéias e instruções ou divulgar leis e normas e que podemos chegar a conclusão que a educação a distancia não é algo exclusivo da época em que vivemos e sim desde os tempos mais antigos ela já estava presente na realidade educacional.

Convém ressaltar que o verdadeiro impulso na EAD se deu a partir dos anos 60, com a institucionalização de varias ações nos campos da educação secundaria e superior, começando pela Europa e se expandindo para os demais continentes. (PERRY E RUMBLE, 1987, p. 4).

UM POUCO DA HISTORIA DA EAD NO BRASIL, SURGIMENTO DA EAD NO BRASIL

Segundo Alves (2007, p. 9), as pesquisas realizadas em diversas fontes mostram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios de jornais de circulação no Rio de Janeiro oferecendo cursos profissionalizantes por correspondências. Eram cursos de datilografia ministrados por estabelecimentos de ensino, mas por professores particulares.

Dessa forma estas ações isoladas formam importantes iniciativas para uma época em que consolidava a Republica, o marco de referência oficial é a instalação das escolas internacionais, em 1904, onde a unidade de ensino era filial de uma organização norte-americana existente até nos dias atuais e presente em vários países. Por sua vez os cursos oferecidos eram voltados para pessoas que estavam em busca de empregos, especialmente nos setores do comercio e serviços.

O ensino era por correspondência, com o oferecimento dos materiais didáticos através dos correios que utilizavam as rodovias e ferrovias para realizarem o transporte destes materiais.

Conforme Correia, 2005, p. 34 acredita-se que a educação a distância tenha sido iniciada no final do século XIX, pois não há registros de ações do ensino por correspondência nesse período.

Por volta de 1923 no Rio de Janeiro foi fundada a Rádio Sociedade que se tratava de uma iniciativa privada e que obteve êxito. A principal função da emissora era possibilitar a educação popular, por meio de um moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo, onde os programas educativos a partir dessa época se multiplicavam e percutiam em outras regiões, não somente no Brasil, como também em outros países do continente americano.

A LEGISLAÇÃO QUE TRATA DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL

No Brasil o direito de ensinar e aprender são livres de acordo com o artigo 206, inciso II da Constituição Federal, em sentido amplo fundamenta-se neste artigo o principio da educação nacional e também o da EAD.

Vale mencionar que a primeira legislação que trata desta modalidade é a LDB, que deu origem no ano de 1961 e foi reformulada no ano de 1971 e dez anos depois foi inserido um novo capitulo que se tratava do ensino supletivo que poderia ser utilizado os meios de comunicação para que fosse realizado o ensino.

De acordo com Alves 2009 p. 12, no ano de 1974 surgiu a iniciativa de ser instituída a universidade

aberta, por meio de um projeto de lei nº 1878, que dizia que o ensino seja ministrado através de processos de comunicação a distancia e mais tarde este projeto foi modificado e criado a Universidade Aberta do Brasil, que é um consorcio de instituições publicas de ensino superior.

No ano de 1996, o Brasil passou a conhecer a LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e por consequência a EAD passou a ser possível em todos os níveis de ensino com funcionamento de dos cursos de graduação e pós-graduação de maneira indireta em cursos livres a distância que foi ministrada pelas universidades corporativas e em outros grupos educativos.

Uma das dificuldades para que a EAD fosse realmente inserida em todo o país foram os decretos, as portarias que não eram bons e que estavam muito fragmentadas, uma das dificuldades é a validação dos cursos realizados em outros países onde a legislação brasileira e as portarias do MEC que não estão abertos a toda a sociedade e também ausência de regulamentação complementar para a implantação dos programas de mestrado e doutorado.

Em janeiro de 2008 o Brasil já contava com 85 instituições credenciadas pelo governo federal para ministrar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu e ainda não possui mestrado e doutorado utilizando a modalidade a distancia, as instituições ainda aguardam a Capes edite as normas para esse fim.

De acordo com o Decreto nº 2494 de 10 de fevereiro de 1998, que é expresso, “regulamenta o Art. 80 da lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996. Neste decreto oficializa-se a definição de educação a distancia depois da LDB de 1996 e também algumas referencia sobre a avaliação, Artigo 8;

§ 2º Os exames dos cursos de educação profissional devem contemplar conhecimentos práticos, avaliados em ambientes apropriados.

§ 3º Para exame dos conhecimentos práticos a que se refere o parágrafo anterior, as instituições credenciadas poderão estabelecer parcerias, convênios ou consórcios com instituições especializadas no preparo profissional, nas escolas técnicas, empresas e outras adequadamente aparelhadas.

Entende-se nos parágrafos citados que o termo avaliação aparece no sentido de orientar os procedimentos de operação da sua realização em instituições que oferecem

Nos dias atuais, o mercado é extremamente amplo e promissor para os que atuarem com qualidade e competência, além disso, vale ressaltar que sempre existem melhorias dos sistemas de comunicação e com isso favorece a expansão da EAD. Acredita-se que com o decorrer dos anos a burocracia para os credenciamentos será diminuída, à medida que as instituições de educação alcançam maturidade desejável pelos órgãos credenciadores.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA EAD

Entende-se por avaliação que é estabelecer o valor de algo, avaliar conhecimentos, atitudes de uma pessoa ou de um serviço. O marco teórico deste trabalho fundamenta nos princípios da avaliação formativa, cujo principal objetivo é oferecer informação para que o professor e os alunos possam repensar e fazer os ajustes que são necessários no processo de ensino e de aprendizagem.

Quando um professor decide avaliar, de uma ou outra forma, a aprendizagem de seus alunos, deve conhecer um conjunto de pressupostos e elementos de valor. Este conjunto de pressupostos e elementos de valor denomina-se “abordagem do processo de ensino-aprendizagem” (Mizukami, 1996).

Os documentos analisados da faculdade foram importantes para identificar as concepções de avaliação da aprendizagem. Também foram analisados os instrumentos de avaliação da aprendizagem

utilizados no curso de pedagogia a distancia e foram identificados quais as praticas pedagógicas que favorecem a construção do conhecimento através do AVA.

De acordo com Pillet (1987), “Avaliação é um processo contínuo de investigação que quer interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista a troca esperada nos comportamentos, propostas nos objetivos educacionais, a fim de que haja condições de decidir sobre as alternativas do planejamento do trabalho do professor da escola em um todo.

Segundo Haydt (2002), “avaliar é atribuir um julgamento ou apreciação de alguma coisa ou de alguém com base em uma escala de valores”. Logo a avaliação consiste em recolher e interpretar dados quantitativos e qualitativos segundo os critérios previamente estabelecidos.

Para Libânio (1991), a avaliação é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser simplificada a uma simples realização de provas e atribuições de notas. A medida apenas nos oferece dados quantitativos que devem ser apreciados quantitativamente.

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem não é algo isolado e não existe por si só, ela sempre esta relacionada a uma teoria e uma prática, depende das concepções do mundo e da educação.

A avaliação da aprendizagem pode ser classificada em função de diversos critérios. Neste trabalho priorizamos o critério relacionado ao momento em que ocorre a avaliação a respeito da formação, pois percebemos que esta linha de análise permite uma identificação bastante clara dos princípios que a orientam. Segundo estes parâmetros a avaliação pode ocorrer antes, durante ou depois da ação de formação, recebendo as denominações de prognóstica, formativa e acumulativa, respectivamente. A avaliação prognóstica ocorre antes da formação e tem como objetivo possibilitar que o professor faça ajustes nos programas em função de suas necessidades e características dos alunos, ou encaminhá-los em outros programas ou cursos. Hadji, 2001, destaca que a avaliação prognostica foi durante muito tempo denominado diagnóstico, mas atualmente deixou de ter esta nomenclatura que identifica certas características dos alunos.

A avaliação que ocorre depois da ação de formação, Hadji, 2001, recebe o nome de cumulativa, mas outros autores a denominam de somativa, ela tem como fim verificar o que o aluno aprendeu a respeito do que estava previsto para sua formação e com a intenção de certificar de sua aprendizagem.

A avaliação formativa oferece informações aos alunos e professores sobre o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Tal informação permite que o professor reveja estratégias, faça novamente seu planejamento com a intenção de facilitar a aprendizagem. Para o aluno ela pode servir como mecanismo regulador de seu próprio processo de aprendizagem, identificando suas dificuldades e avanços.

Para ser formativa a avaliação deve servir para que o professor perceba e repense seu trabalho pedagógico para que o aluno descubra suas potencialidades e dificuldades.

Desta forma a avaliação é um dos momentos de ação educativa que deve estar a serviço da aprendizagem e não como elemento de exclusão ou classificação. A avaliação nos cursos em EAD possuem algumas características que são resultados do paradigma educacional que foi proposto ao processo de ensino-aprendizagem e também a natureza do processo específico. De acordo com Gonçalves (1996):

“A avaliação, não importa a missão que se lhe proponha cumprir, parece ter o dom de despertar nas pessoas suas defesas mais escondidas. É, na educação, um processo revestido de rituais complexos, que resulta por torná-la um mito. No caso da avaliação da aprendizagem, tal mitificação ao invés de possibilitar às pessoas maior consciência de como está se desenvolvendo internamente o

processo de construção do conhecimento, termina por confundi-las, tornando-as dependentes de algum veredicto externo que determine se estão aprendendo ou não”.

Observa-se que a avaliação desperta nas pessoas o desejo de aprender ainda mais, pois é na educação que as pessoas passam a ser capazes de não se tornarem dependentes totalmente da avaliação e nem do veredito e é através da avaliação como mecanismo regulador de seu próprio processo de aprendizagem, identificando suas dificuldades e também os seus avanços.

O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM E AS TIC'S NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ao fomentar o uso das tecnologias de informação e comunicação – Tic's, a pratica pedagógica, busca entender a educação não como uma forma de crescimento intelectual, mas sim como uma forma de ascensão social, para a comunidade onde este incerto e alcançar impactos positivos, diminuindo as desigualdades sociais e transformando em um cidadão critico e consciente de seus direitos e deveres na sociedade.

O uso das tecnologias no ambiente virtual de aprendizagem e a busca de uma pratica pedagógica eficiente vem crescendo muito nos últimos anos em vários países e o uso das Tic's no fazer pedagógico do professor deve levar o aluno a aprender a aprender, pois as praticas educacionais são as ações positivas e tem que ser participativas.

Vivenciamos um período em que as mudanças ocorrem em varias áreas das atividades humanas, devido o avanço acelerado da revolução tecnológica na informação. Segundo Gadot (2000), seu impacto na educação é inegável porque o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação tem contribuído muito para a formação e conhecimento a muitas pessoas para as quais antes estavam limitadas, hoje são encorajados pelas inovações nas praticas pedagógicas nas instituições de ensino.

De acordo com Mill (2006), o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação permitiu a incorporação de novas teorias educacionais e com isso possibilitou um novo modelo pautado na reprodução de atividades ensino-aprendizagem para uma maior quantidade de pessoas, um modelo centrado nas interações e na construção do conhecimento.

No curso de pedagogia a distancia as tics são utilizadas constantemente pelos alunos, pois necessitam para a realização de avaliações online e também para baixar os arquivos direcionados ao curso, que são os materiais sugeridos e também as leituras complementares que os mesmo farão no decorrer de todo curso, buscando a compreensão e com isso obter melhor rendimento.

METODOLOGIA

Este trabalho de investigação fundamentou-se na análise das metodologias de avaliação da aprendizagem em um curso de pedagogia a distancia, os instrumentos de avaliação aplicados, seus desafios, criticas e legislação vigente.

Analisar-se-á a metodologia da avaliação a partir do uso das tecnologias e diante desta análise a

investigação chegará a cabo mediante uma análise de documentos no primeiro momento e logo mediante um trabalho de campo baseado em entrevistas estruturadas e pessoas-chaves com alunos da graduação em pedagogia, que descreverão suas experiências que se refere à avaliação realizada no curso de pedagogia à distância.

Faz-se necessário conhecer os instrumentos que se utilizam na avaliação da aprendizagem em um curso a distância via internet.

Para isto será aplicado um questionário com múltiplas opções, análises de dissertações, questionários objetivos com respostas curtas e auto avaliação. Os critérios que orientam esta escolha estão baseados na popularidade de alguns sistemas de ensino e na percepção das possibilidades do uso em cursos à distância.

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

Esta pesquisa foi realizada com alunos de graduação do curso de pedagogia a distância da região metropolitana do Vale do Aço, onde existem vários polos de Faculdade e universidades que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância.

Foram entrevistados 10 (dez) alunos matriculados no curso de pedagogia de 3 instituição superior a distância.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi aplicada aos alunos matriculados em um curso de graduação em pedagogia a distância e professores. Sabe-se que o objetivo principal deste trabalho é analisar o processo de avaliação da aprendizagem em um curso de pedagogia a distância em 3 diferentes instituições de ensino que oferecem esta modalidade.

Analisou-se a partir dos questionários aplicado aos alunos, que quanto aos materiais utilizados na plataforma foram satisfatoriamente atendidos, também em relação ao ambiente virtual, grade curricular e avaliações online os alunos não tiveram dificuldades no acesso e nas informações necessárias para a realização das mesmas.

Para Libânio (1991), a avaliação é uma tarefa didática essencial para o trabalho docente. Por apresentar uma grande complexidade de fatores, ela não pode ser simplificada a uma simples realização de provas e atribuições de notas. A medida apenas nos oferece dados quantitativos que devem ser apreciados quantitativamente. Entende-se que a avaliação não pode ser somente para atribuição de notas, pois os alunos entrevistados disseram que nas avaliações mesmo sendo realizadas em casa com a consulta dos materiais houve grande aprendizado, pois através das leituras para a realização não pensaram somente na atribuição de notas, mas pelo conhecimento adquirido com essa leitura e também devido ao tempo disponível para a pesquisa no momento da avaliação.

Analisando o desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar que a avaliação da aprendizagem no curso de pedagogia a distância tem suas vantagens e desvantagens, pontos positivos e negativos. Podemos destacar os pontos negativos: dificuldade nos encontros presenciais, comprometimento dos alunos, distanciamento dos colegas, dependência da internet e computador e dos recursos tecnológicos, falta de interação por parte dos alunos. Pontos positivos: maior flexibilidade de horários para estudo, materiais ricos, facilidade para estudar em casa, oportunidade.

Quanto as vantagens e desvantagens do curso: conforto no momento da realização das avaliações em casa,

facilitando o aprendizado, questões práticas e maior tempo disponível e também opções de graduação para quem precisa conciliar o trabalho com o estudo e desvantagem é a necessidade de muita pesquisa de materiais complementares para melhor compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação da aprendizagem a distância como vimos, tem pontos fortes que foram destacados pelos alunos, com: autonomia, pesquisa, autocontrole e dedicação para a realização das avaliações a distância dos colegas e do professor, utilizando somente a internet, pois é através dela que tem o acesso a plataforma e aos materiais disponíveis para a pesquisa e sua realização.

Observou-se também que a maioria dos alunos pesquisados vê como desvantagem o distanciamento geográfico que impede um distanciamento afetivo e com isso há fragmentos na comunicação.

Considerando a importância do processo de avaliação da aprendizagem, a implementação dessas novas tecnologias surgiu como uma alternativa para formar professores em educação a distância com qualidade, pois possibilita uma flexibilidade de ensino e a interação com outros meios para aprender e desenvolver-se no uso das tecnologias educacionais, ampliando as competências e habilidades. As instituições de ensino superior precisa cada vez mais adequar a realidade dos alunos para que o processo de avaliação possa garantir uma aprendizagem contextualizada e significativa, tornando assim uma geração de estudantes em EAD com mais autonomia na construção de sua própria identidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARETIO, Lorenzo García. La educación a distancia: de la teoría a la práctica. Editorial Ariel, 2006
- ALVES, J. M.A Educação a Distância no Brasil. Instituto de pesquisas avançadas em Educação, Brasil, 2007.
- BARROS, D. M.V. Educação a Distância e o Universo do Trabalho. Bauru – SP: EUDSC, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância. Referencias de qualidade para cursos de graduação a distancia. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/9394.htm. Acesso em 03 de fevereiro de 2018
- CASTRO, P. F. de; NUNES, I. B. centro de teleducação e multimídia. Brasília, 1996.
- CORREIA, J. Sociedad de la información, globalización y educación a distancia. Rio de Janeiro: Senac, 2005.
- GONÇALVES, C.T.F. (1996): “ Quem tem medo do ensino a distancia., Revista Educação a Distância”, nº 7-8 INED- IBASE.
- GODOT, M. 2000. Perspectivas Atuais na Educação, Porto Alegre, Artes Médicas Sul.
- HADJI, C. 2001. A Avaliação desmitificada. Porto Alegre: Artmed Editora.
- HAYDT, R.C. 2002. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo: Editora Ática.
- LÉVY, P. As tecnologias da inteligência. El futuro Del pensamiento en la área de la informática. Editora 34, 2004. 13ª edición.
- LÉVY, P. Cibercultura. Rio de Janeiro. Ed. 34, 2014.

- JUSTE, R. P. La calidad de La educación universitaria, peculiaridades del modelo a distancia. Revista Iberoamericana de educación a Distancia. Madrid, 1998.
- PILETTI, C. (1987) Didática Geral, São Paulo, Editora Ática.
- PIERRY, W.;RUMBLE, G.A. Short Guide to distance education. Cambridge, 1987.
- PETERS, Otto. A educação a distancia e transição. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- Mill, D. 2006. Educação a Distancia e Trabalho Docente Virtual: Sobre Tecnologia Espaço e tempo. São Paulo, Vertentes.
- MIZUKAMI, M. N. , (1996). Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- SAMPIERI, Roberto Hernández. COLLADO, Carlos Fernández. LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de Pesquisa. 3ª ed. McGraw-Hill. São Paulo, 2006.

FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO E SEUS REFLEXOS NA AMÉRICA LATINA: REVISÃO INTEGRATIVA

*Fabrizia Borges Duarte*⁴⁰

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a evasão escolar no ensino médio público, no Brasil e América Latina, proveniente de uma pesquisa bibliográfica/documental a partir do tema escolhido. O tema está sendo desenvolvido em pesquisa de dissertação com ex-alunos do ensino médio público na cidade de Pelotas/RS, Brasil. Este trabalho busca fazer um levantamento sobre a evasão escolar no ensino médio e seus principais norteadores e motivadores desta evasão. O ensino médio é considerado um período de suma importância na formação e trajetória educacional do aluno que está sendo encaminhado para o mercado de trabalho ou para a entrada no ensino superior. Muitos são os fatores que influenciam na evasão escolar, que vão desde fatores familiares, sociais, econômicos e também culturais. A reflexão sobre o tema se torna pertinente para a compreensão deste fenômeno que há muito assola o êxito do desenvolvimento escolar de nossos jovens, além de trazer informações e dados embasados em pesquisas pertinentes ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: Evasão Escolar. Ensino Médio. Evasão Escolar na América Latina.

⁴⁰ Bacharel em Ciências Sociais (UFPEL/RS), especialista em História da Educação (UFPEL/RS), especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior (ANHANGUERA -Pelotas/RS), mestranda no curso de pós-graduação em Ciências de La Educación, UDE/UY. Estudante de Psicologia (ANHANGUERA- Pelotas/RS). Email: fabrizia.bd@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao realizar um levantamento prévio sobre os números de alunos matriculados, reprovados e evadidos nas instituições escolares que oferecem ensino médio público de competência administrativa estadual, no município de Pelotas, do estado do Rio Grande do Sul - Brasil. Verificou-se que mesmo tendo sido discutida por vários autores e tendo apontados vários aspectos referentes ao fenômeno evasão e o porquê da sua manutenção nos números apresentados pelas escolas brasileiras ao site do INEP⁴¹, a categoria evasão escolar apresenta-se como um tema de pesquisa relevante, porque é uma das ações que mais cresce ano a ano nos índices escolares brasileiros e com principal ênfase ao ensino médio.

Os índices apontam uma possível evolução nos parâmetros de evasão devido a desigualdades escolares existentes e motivadas por fatores sociais, econômicos, culturais, ou ainda de gênero e sexo; isto é apresentado nas informações sobre a educação brasileira no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira; o aluno que evade parece em um primeiro momento ser o estranho, estranho fora do ninho, parece-nos estranho ao seu futuro educacional. Faz-nos referência com a palavra estranhos, usada pelo autor Biesta⁴² o mesmo utiliza o termo para definir o conceito de estranho pós-moderno:

Aqueles com quem não temos nada em comum, os estranhos, aparecem como um problema, como algo que precisa ser superado, quer tornando o estranho semelhante a nós, quer tornando o estranho ou a estranheza do estranho, invisível (BIESTA, 2013, p.86).

E ainda para aquele que se encontra à margem da sociedade e lhe falta muitas vezes dar voz à sua trajetória (na pesquisa a voz é a do sujeito em sua trajetória educacional), vimos que essa voz poderá ser a voz de uma sociedade.

Com a finalidade de compreender o tema “Evasão Escolar” no ensino médio, buscou-se nas leituras e referenciais nacionais e América Latina um cenário sobre este fenômeno, que atinge a educação como sendo reflexo do fracasso escolar. A partir da palavra chave “evasão escolar no ensino médio” para títulos em português e “evasión escolar em “educación media, evasión de classes y deserción escolar, abandono y deserción escolar”, para a busca internacional, chegou-se a artigos que versam sobre o tema e trazem reflexões sobre o mesmo.

Foram selecionadas de publicações brasileiras: duas teses, cinco dissertações e nove artigos, publicados no período de 2007 a 2017; totalizando o número de 16 pesquisas que tinham por objetivo analisar a evasão escolar no ensino médio no Brasil e 9 artigos que versam sobre este tema na América Latina com publicação internacional; este projeto é proveniente de uma pesquisa bibliográfica/documental, a partir do tema escolhido. Citamos então Minayo (1994), a fim de dar a compreensão do papel do pesquisador e da pesquisa bibliográfica:

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete

41 INEP- Instituto de Pesquisas Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira vinculado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura, Brasil)

42 GERT BIESTA - Autor do livro “Para além da aprendizagem – Educação Democrática para um futuro humano”, publicado no Brasil em 2013. Atualmente, professor titular do Departamento de Educação da Universidade Brunel de Londres em Educação, entre outras atribuições é formado em Teoria e Política Educacional pela Universidade de Luxemburgo, sua trajetória acadêmica se centra em teoria e filosofia da educação, trazendo a questão da democratização da educação para suas análises.

posições frente à realidade. (MINAYO, 1994, p.23)

Embora a evasão escolar tenha sido combatida através de esforços educacionais e alguns projetos provenientes de incentivos governamentais, principalmente no Brasil, a mesma continua assolando os bancos escolares e está longe de se tornar obsoleta. Também na América Latina é alvo de constantes preocupações já que muitos jovens adentram no mercado de trabalho com baixo nível econômico e também escolar e abandonam os estudos já nos primeiros anos do ensino médio sem a intenção de seguir estudos superiores.

A técnica empregada foi a de pesquisa bibliográfica/documental, para a construção deste artigo, o levantamento bibliográfico se torna importante para o conhecimento a priori de um tema a estudar ou pesquisar e para seu futuro aprofundamento.

Das publicações em âmbito brasileiro, começaremos por Marun (2008), que tem por objetivo analisar a trajetória escolar do aluno de ensino médio onde por motivos pessoais, sociais e econômicos necessita migrar para o ensino noturno a fim de concluir o mesmo. A partir de entrevistas aplicadas em quatro alunos que haviam saído da escola e retornado posteriormente e com duas professoras e a coordenadora pedagógica da escola, a autora constatou que tanto as expectativas quanto o destino social dos alunos influenciam nas dificuldades encontradas pelos alunos, atribuindo muitas vezes o fracasso a sua própria conduta do que propriamente a escola, mas, conclui também que não observou reação por parte da escola em realizar ações que mantivessem os alunos em aula.

A autora Silva (2009), em seu estudo objetivou compreender as questões relacionadas não só a evasão escolar como também o fracasso e a indisciplina a partir da perspectiva do aluno pobre e que não consegue se adaptar ao sistema formal de ensino. Através de um estudo de campo em 68 visitas e 50 entrevistas realizadas com seis turmas de Ensino Fundamental I, em uma escola municipal de São Paulo, entre os anos de 2006 a 2008, evidenciaram que parte dos alunos estabelecia tática a fim de minimizar suas dificuldades diante dos professores, muitas vezes considerando-se responsável pelo fracasso; mas, também verifica práticas escolares e postura pedagógica inadequadas para a faixa etária.

Em Batista, Souza e Oliveira (2009), tiveram por objetivo analisar, descrever e compreender o fenômeno da evasão escolar, através da percepção de discentes e docentes. Com abordagem qualitativa, os autores realizaram entrevistas semi-estruturadas com 25 alunos do 1º ano do Ensino Médio (noturno) e 10 docentes que ministraram aulas nessas classes, no Colégio Estadual de Ilhéus- BA. Os resultados apontaram o avanço no ensino de educação básica e uma persistência da evasão entre os jovens e adultos, na educação média e superior, para as pesquisadoras são distintas as causas da evasão, mas, as condições socioeconômicas apresentam-se como um dos principais fatores: as autoras concluíram que a escola continua distanciada dos anseios dos jovens - enquanto o Estado não efetiva políticas públicas eficazes para a educação - bem como não garante melhores condições de trabalho para os docentes.

A pesquisa qualitativa de Riffel e Malacarne (2010), com aplicação de questionários, teve por objetivo identificar as causas da evasão e apontar possíveis soluções para a mesma. Os dados obtidos com a pesquisa apontam para a necessidade de atitudes que possam reverter tal situação e trazer de volta à escola muitos jovens que estão deixando de estudar e, através deste estudo, almejar um futuro melhor. A pesquisa se dá no ensino médio noturno do Colégio Estadual Santo Agostinho, na cidade de Palotina – PR, e conclui que se estabeleçam um vínculo escola-aluno (os alunos têm necessidade de serem ouvidos), onde a escola volta-se mais para o social e não tanto para o conteúdo didático-pedagógico.

Já Fornari (2010), recorre a uma revisão de literatura, sem realizar pesquisa empírica e aborda a

evasão e reprovação escolar com o objetivo de apontar elementos para uma reflexão a partir de referenciais teóricos analisando os fatores internos e os externos que influenciam estes problemas sociais, fica evidente para a autora que tanto a evasão quanto a reprovação são problemas que dificultam a evolução de melhores índices educacionais para o ensino médio, isto leva a conseqüências mais graves conseqüentemente elevam a exclusão social. Conclui seu trabalho com uma crítica contundente ao capitalismo e mostra que o fenômeno evasão e reprovação escolar estão diretamente ligados as conseqüências sociais e econômicas a que os alunos são submetidos num sistema capitalista.

Na dissertação de Ferrão (2010), é apontada a preocupação com os altos índices de evasão escolar; tendo por objetivo investigar e discutir as possíveis causas da evasão no ensino médio - junto a estudantes evadidos - através de entrevista semi-estruturada e questionário. A mesma identificou e qualificou três causas para a evasão escolar: a dificuldade dos alunos em cumprir programas, a necessidade de fazer sentido estar na escola e um currículo defasado e distante da realidade dos alunos.

Conforme Mendes (2013), que realiza um estudo exploratório caracterizando-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, tem por objetivo relatar sobre os processos de inclusão como um dos fatores de desmotivação por parte dos alunos levando-os à evasão; explicando que os mesmos não conseguem atingir os objetivos necessários para aprovação durante o ano letivo porque vários fatores influenciam na postura profissional do professor (absorvendo-o) que segundo ele mostra-se um profissional já desgastado e sem condições de atender a demanda necessária que engloba alunos regulares e alunos inclusos com a maior variedade de casos. Conclui que a motivação no contexto escolar se torna imprescindível para a permanência destes alunos na escola e que sem a presença da mesma é mais fácil desistir dos estudos.

A investigação de Garcia (2013), intitulada “Não estão na escola?” Um estudo sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos nos Anos Iniciais na Rede Municipal de Pelotas- RS, pesquisa a evasão de pessoas jovens e adultas no EJA a partir de um estudo de caso em uma escola pública do município de Pelotas, cujo objetivo visa compreender as causas da evasão nos anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos. A pesquisadora se utilizou de observações e entrevistas realizadas com a equipe diretiva da escola - diretora, professoras e coordenadora pedagógica - além de 24 alunos que abandonaram os estudos nos anos de 2009, 2010 e 2011. A autora concluiu que dentre as causas da evasão estão os fatores que influenciam diretamente nas condições básicas de subsistência e manutenção da vida além da relação que a escola tem com o jovem, afirma a autora “a escola brasileira está incluída em um sistema excludente que expulsa os jovens e adultos da escola, também pela evasão, negando-lhe o direito de acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade”.

Já na tese de Diniz (2015) realizada por meio de pesquisa qualitativa descritiva, apresenta as causas intra-escolares, ouvindo os jovens a fim de saber quais motivos os levam a evadir. A pesquisa tem por objetivo identificar as causas da evasão escolar e indicar práticas educativas e estratégias pedagógicas que pudessem ser implantadas nas escolas e auxiliar na diminuição escolar. Os resultados apontaram que a escola tem um papel importante no favorecimento da evasão: o ensino tradicional vigente, horários rígidos, conteúdos pouco estimulantes, as constantes reprovações, a distorção idade-série, são negativos para os jovens. Constatando ainda que a escola precisa aprender a promover mais a socialização dos alunos com a escola e da escola com a comunidade.

Em Lopes e Santos (2015) os autores pesquisam sobre a evasão educacional em Goiânia na região metropolitana de Goiás, com o objetivo de apresentar por meio de levantamento e análise de dados em qual turno escolar que a evasão estaria mais concentrada. A metodologia foi realizada a partir da coleta de dados em escolas estaduais do ensino médio com a finalidade de preencher tabelas de requisitos escolares

solicitados pela escola, nesta tabela continha o quantitativo de alunos matriculados por turno, alunos freqüentes, evadidos ou transferidos. Os resultados acabaram por apontar o ensino médio noturno como o mais suscetível ao abandono e a evasão.

No artigo de Silva (2016) o autor tem por objetivo apresentar dados estatísticos e análises sobre a evasão escolar nas escolas públicas de ensino médio brasileiras entre os anos de 2007-2010, realiza um levantamento bibliográfico teórico e empírico sobre o fenômeno evasão escolar no ensino médio público bem como discute estratégias possíveis para a permanência dos alunos na escola. Conclui que cerca de 40% dos alunos que estão nas séries finais do ensino fundamental nem chegam a ingressar no ensino médio, entende que as políticas públicas são de grande importância para manter os investimentos na educação e que a evasão escolar é um fenômeno que deve ser mais pesquisado carecendo de estudos e pesquisas que indiquem caminhos para ações em políticas públicas que possam vir a diminuir este problema educacional e social.

Para Helton Luis da Silva (2016) em sua dissertação de Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais pela UNESP, procura averiguar os problemas que permeiam a evasão escolar no Ensino Médio no município de Franca (SP). O autor realiza levantamento de índices via questionário aplicado em oitenta e dois discentes e levantamento bibliográfico de dados institucionais de órgãos como o SEADE, Fundação Perseu Abramo, Prodesp e Gedae com recorte temporal entre 2009 e 2013. Conclui a pesquisa pela visão do discente relatando uma série de causas e motivações para a evasão: a condição de vida, o cotidiano, os fatores pessoais e familiares, societários, educacionais, das políticas públicas e seus desdobramentos, a necessidade de trabalho.

A investigação de Aquino (2016), desenvolvida em Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação, tem o objetivo de compreender e analisar quais as iniciativas que a equipe gestora de escolas estaduais de ensino médio buscou para enfrentar o fenômeno EVASÃO. A partir de um estudo de caso em uma escola estadual na cidade de Itacoatiara- AM, e com uma investigação muito rica em detalhes sobre a evolução desta no cenário da educação brasileira, a pesquisadora aponta um comparativo com dados e análise realizada por órgãos fiscalizadores no âmbito do Amazonas, trouxe sugestões às ações ineficazes aplicadas nas escolas pesquisadas e na conclusão desta apresenta resultados, reflexões e os desafios que devem ser superados para os fatores que extrapolam os muros das escolas e influenciam na evasão escolar.

Em outro artigo, Diniz e Quaresma (2016) desenvolvem no Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário – UMA/MG oriundo de sua pesquisa “Evasão Escolar no Ensino Médio: causas intra-escolares na visão dos alunos”, uma análise onde se discutem as causas apresentadas sob a visão do aluno evadido, tendo o objetivo de identificar os fatores que influenciaram este. A metodologia utilizada foi um estudo de caso com aplicação de entrevistas semi-estruturadas aplicada em onze alunos evadidos do Ensino Médio de uma escola da rede estadual do município de Betim (MG) entre os anos de 2012, 2013 e 2014. Os resultados apontaram para a necessidade de ações pedagógicas que desenvolvam conhecimento, práticas, características da realidade do trabalho e aproximá-las da realidade do aluno. As autoras chamam a atenção para a necessidade de um ensino inovador, diversificado e motivador, o que se aprende na escola deve ter sentido no cotidiano do aluno. Concluíram que a evasão acaba por limitar o jovem, no que tange os seus direitos e deveres como cidadãos.

No estudo realizado por Faleiro, Puentes e Aragão (2016) o objetivo é o de conhecer a percepção de alunos do ensino médio em relação à evasão. A análise foi realizada em sete escolas de Ensino Médio na cidade de Uberlândia (MG) com 1040 alunos, através de uma abordagem qualitativa e com aplicação de questionários para a coleta dos dados, concluiu que para a maioria dos alunos entrevistados a escola representa algum tipo de mudança positiva e, para muitos, a única finalidade da escola é melhorar as possibilidades de empregabilidade. Os autores relatam em suas conclusões que muitos alunos vêem a escola como uma mudança positiva em suas vidas e portal de acesso para a empregabilidade, por outro lado solicitam uma valorização pessoal, aceitação das diferenças e diversidade cultural bem como pedem para ter voz e espaço no processo educativo. Mostraram-se ansiosos por credibilidade e condições para o mercado de trabalho que a escola possa lhe proporcionar.

Ainda, para Souza (2017), que teve por objetivo analisar as situações que levam os adolescentes a evadirem da escola pública bem como o porquê da repetência escolar. A metodologia utilizada foi de levantamento bibliográfico e o principal instrumento de coleta utilizado foi o banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Brasil, verificou através dos dados pesquisados pelo INEP que os motivos são diversos, como: desestruturação familiar, políticas de governo, desemprego, a escola e o próprio aluno. O estudo revelou também que muitos alunos desistem por dificuldade de acesso à escola além de falta de estímulo familiar devido à crise financeira, para o autor o abandono e a evasão são momentos escolares diferentes e a dificuldade de aprendizagem do aluno reprovado aumenta ao longo do tempo.

Para o âmbito internacional, na América Latina, começamos pelo artigo de Abril, Román, Cubillas y Moreno (2008), intitulado: ¿Deserción o auto exclusión? “Una análisis de las causas de abandono escolar en estudiantes de educación media superior en Sonora, México” onde os autores têm por objetivo demonstrar que a evasão escolar não é uma escolha individual, porque a mesma está condicionada a fatores contextuais analisados em estudantes da educação média superior em Sonora- México como: problemas econômicos e falta de recursos para estudar; problemas relacionados com a instituição de ensino que deixa a desejar por não serem acessíveis, ter poucos professores e fraca infra-estrutura; alguns têm problemas familiares por já estarem casados ou ter filhos; falta de interesse dos jovens e também dos pais que não insistem para que continuem estudando; baixo desempenho escolar anterior.

Os autores concluem que há a necessidade de um modelo de intervenção através de políticas públicas educativas que concentrem maior incentivo para os jovens aderir à escola, ter também uma flexibilidade nas informações e rápido trânsito das mesmas entre os atores principais que forma esta estrutura.

Em 2009 Aristimuño publica, “El Abandono de los Estudios del Nivel Medio em Uruguay: un Problema Complejo y Persistente”, com o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno da evasão no sistema educativo formal de nível médio no Uruguay e as diferente medidas educativas implementadas para combater esta realidade nos últimos vinte anos além de propor uma análise inicial das mesmas. A autora aponta a evasão como um fenômeno de muitas causas (social, familiar, individual e o próprio sistema educativo) e indica trocas necessárias no sistema educativo, como alternativa urgente e necessária para conter o avanço deste fenômeno, dentre elas: evitar que professores sejam trocados a todo o momento e que possam ter mais vínculo com a instituição, que a administração de recursos não seja concentrada, para os *liceos*⁴³ deseja que sejam menores e com salas de aula que comportam um menor

43 LICEOS - Proviene de la enseñanza secundaria que tiene una larga tradición en Uruguay. En 2012 se cumplió cien años de la creación de los Liceos Departamentales repartidos en Canelones, Melo, Colonia, Trinidad, Florida, Maldonado, Minas, Paysandú, Fray Bentos, Rocha, Salto, Mercedes e Tacuarembó

numero de alunos, e; contextualizarem os currículos.

Na “Dinámica de la Deserción Escolar em Chile” de Humberto Santos (2009) investiga a dinâmica da evasão escolar no Chile, através dos determinantes na duração dos estudantes no sistema educacional, o autor parte da concepção que é da passagem do ensino primário para o secundário que se dá maior número de alunos evadidos, ele conclui que a evasão escolar no Chile se dá no ensino secundário (ensino fundamental I no Brasil) sendo uma diferença do que ocorre nos outros países latino-americanos, ocorre ainda que no ciclo anterior há uma importante quebra na transição entre o primário e o secundário fazendo com que o autor saliente a importância de se concentrar ações desde o fim da educação básica.

São apontados como fatores principais para a evasão: a questão de os alunos homens serem os que mais desistem dos estudos, por apresentar um baixo nível econômico e escolar, é mais difícil alcançar um nível superior - falta apoio das autoridades em forma de incentivo econômico através de transferência, condicionado ao ingresso do aluno, auxílio alimentação e aquisição do material escolar a permanência do aluno necessita de apoio psicossocial e acadêmico. Por outro lado, o aumento da oferta de estabelecimentos de educação média para as zonas rurais no Chile. Finalmente destaca que as políticas públicas dirigidas à melhorias educacionais podem ter efeitos somente nos resultados, sem reduzir as taxas de evasão portanto necessita ver também as condições econômicas e sociais em que o aluno se encontra para melhorar as expectativas acerca do seu desempenho futuro.

Ainda em: “El fracaso escolar de los jóvenes en la enseñanza media. ¿quiénes y por qué abandonan definitivamente el liceo em Chile ? ” de Marcela Román (2009), a autora aprofunda as razões e fatores que levam os adolescentes e jovens a interromper o seu processo formativo, que acredita ser de muita importância para o seu futuro. Define a evasão escolar de reflexo do fracasso escolar e mostra o caso de Chile, solicitando importância e relevância para os fatores que advém do sistema educativo, para a responsabilidade dos pais, docentes e da escola. Explica que no Chile a evasão está fortemente vinculada aos seguintes fatores; baixo rendimento escolar e repetência, a diferença entre a série e a idade quando o aluno está fora do ano adequado para sua idade também pesam os fatores socioeconômicos dos alunos o que leva muitos para o trabalho antecipadamente, e que as estatísticas apontam a evasão em maiores números na educação média, em zonas rurais e que são em sua maioria do sexo masculino.

A mesma chama a atenção que a pesquisa aponta também para alunos desertores que não estão no setor de vulnerabilidade social ou em situação de pobreza, que os dados apontam para problemas e evidências do tipo estrutural, pedagógico, social e cultural.

Por virtude desta constatação a autora afirma que os alunos evadem porque há uma necessidade de relações entre comunidade, aluno e escola, a mesma diz: os alunos rendem menos porque têm que trabalhar para ajudar as suas famílias, rende menos porque não encontram na escola um lugar para seus interesses e necessidades, rende menos porque seus professores não creem que sejam capazes, entre outras situações.

No artigo de Espínola e Claro (2010), os autores usam o caso do Chile como referência para analisar as debilidades e falhas das políticas de prevenção implantadas e discutem opções de políticas que as literaturas internacionais apontam como as de mais efetividade. O artigo “Estrategias de prevención de la deserción en la Educación Secundária: perspectiva latinoamericana”, relata que os adolescentes e jovens, ao completar a educação secundária se sentem sem possibilidades para obter bons empregos ou avançar nos ensinos superiores, para os autores deveria ser avaliado a evasão também em nível local e não só regional e grandes centros como é feito até então, pois, acredita que as situações mais emergenciais deveriam ser resolvidas nos próprios municípios a fim de garantir uma cobertura mais significativa nas

decisões e gestão dos problemas.

Para Jimenez e Gaete (2013) em “Estudio de la exclusión educativa y abandono en la enseñanza secundaria en algunas instituciones públicas de Costa Rica”, os autores têm por objetivo averiguar os fatores de exclusão e evasão escolar no Terceiro Ciclo (7º, 8º e 9º ano) e o ciclo de Educação Diversificada na Costa Rica (equivalente ao ensino médio) durante o ano de 2009. Concluíram vários aspectos sobre a evasão na pesquisa, sendo a avaliação qualitativa escolar um dos fatores que poderia auxiliar para melhorar a aceitação do aluno pela escola, apontam a falta de mediação participativa do professor e um trabalho institucional mais eficaz em forma e protocolo para aplicar com o aluno que pensa em abandonar ou que já está em situação de abandono.

Os autores identificaram ainda, três fatores de retenção como ação essencial para conter a evasão destes alunos: a) a motivação do estudante deve ser entendida como a capacidade do mesmo em manter-se na instituição apesar das dificuldades familiares. b) o apoio familiar quando se tem, deve ser visto como um melhoramento e incentivo. c) a instituição deve escolher melhor o perfil dos professores que trabalham com jovens, deve também adequar os horários em virtude de possíveis trabalhadores na sala de aula, revisar e melhorar o currículo além de apresentar ações recreativas voltadas para os jovens.

A autora Adriana Aristimuño (2015), em “El fracaso escolar, ¿fracaso de quién? La modificación del concepto de fracaso”, este trabalho constitui numa revisão de literatura sobre o fracasso escolar e tem por objetivo contribuir com as discussões sobre o conceito de fracasso escolar. Dentro deste há a situação de baixos níveis de escolaridade apresentados pela situação de abandono escolar, o que deixa os alunos menos aptos para uma vida cidadã e conclui que existem boas práticas associadas à diminuição do fracasso e que hoje em dia os melhores resultados provêm das escolas que se tornam mais inclusivas, buscando uma educação para todos.

Para Aristimuño deve-se ter enfoque na prevenção, ou seja, ter visão do processo educativo que é vivenciado na escola e realizar trocas pedagógicas rápidas quando for necessárias, a manutenção de uma visão sistêmica em todos os níveis e observar o sucesso daqueles que apresentam mais êxito para aplicar, nos de menor sucesso, além de realizar em conjunto com - professores, coordenadores pedagógicos e direção- um trabalho rigoroso de investigação para saber qual a direção certa a se tomar.

Em “El abandono en la escuela media en la Argentina (2004-2014)” de Mariano Narodowski (2016), o objetivo é analisar o abandono escolar nas escolas secundárias comuns (8º e 9º ano e ensino médio equivalente) da Argentina no período de 2004 a 2014 e compreender a dimensão deste abandono bem como avaliar se têm ocorrido melhorias significativas, ao longo da década estudada. O autor elabora o artigo com dados oficiais nacionais, por jurisdição e setor se estatal ou privado, e; conclui que há ainda altas taxas de abandono, mas, que o mesmo se concentra praticamente nas escolas estatais enquanto que as privadas identificam uma ou outra província mais afetada pelo fenômeno.

No artigo “Aportes para la construcción conceptual de las “trayectorias escolares” de Bárbara Briscioli (2017), apresenta perspectivas conceituais sobre trajetórias escolares, a autora extraiu este artigo da pesquisa de sua tese de doutorado sobre o cenário de extensão e obrigatoriedade da educação secundária na Argentina. São expostos debates sociológicos sobre o que compõem a trajetória dos sujeitos, logo depois adentra nas trajetórias escolares dando especial ênfase nas condições institucionais que as definem, analisa também a transição entre a adolescência e a juventude e através de estudos sobre a evasão escolar problematiza para compreende como este fenômeno é visto pela instituição escolar. A autora conclui que há dificuldades concretas entre o transito das séries finais do fundamental para o ensino de nível médio e que devemos contextualizar essa mudança ajudando os alunos a adentrarem com mais segurança já no

primeiro ano de ensino, a fim de que se possam melhorar as trajetórias educacionais e manter os alunos e sala de aula

CONCLUSÃO

Das leituras realizadas na revisão integrativa, emergem algumas considerações e observações: da comprovação de dados e a necessidade por mais estudos sobre a “evasão escolar no ensino médio”, refletindo uma situação emergencial e de desconhecimento da realidade educacional no ensino público brasileiro. Desse modo além dos motivos já conhecidos e pesquisados sobre as causas da evasão escolar e apontados pelas pesquisas brasileiras acima como: alunos que desistem da escola por dificuldade de acesso a mesma; falta de estímulo familiar, societários, educacionais (aulas desinteressantes); das políticas públicas e seus desdobramentos; a necessidade de trabalhar e que se sentem desmotivados para ir à escola; temos a visão dos artigos de âmbito internacional que trás algumas questões relevantes e que mostra ser a evasão escolar um problema complexo e persistente na sociedade (ARISTMUÑO, 2009).

Os autores internacionais que escrevem sobre a evasão escolar na América Latina e Espanha apontam que, a evasão escolar provém de muitas causas, desde a situação social da família do aluno, individual, do próprio sistema educativo e fala da necessidade de integração entre a escola e a comunidade. Muitos relatam ser a evasão escolar um reflexo do fracasso escolar, pois a mesma advém do tripé de sustentação educacional: pais, docentes e escola. Alguns fatos apontados na situação Chilena assemelham-se à Brasileira, quando os autores apontam as rupturas entre os ensinios primários e secundários e destes para o ensino de nível médio (por baixo desempenho escolar do aluno) e também a falta de contextualização que existe entre estes níveis o que afeta a permanência do aluno na escola; além da evasão que acontece nas escolas rurais devido a dificuldades de acesso ou por falta de escolas nos níveis mais avançados e ainda porque o aluno muitas vezes abandona os estudos porque tem que trabalhar e ajudar os pais na vida financeira familiar.

Provém destas leituras também a defasagem nas medidas direcionadas para esse nível educacional (ensino médio) na falta de políticas públicas objetivas e preocupadas em viabilizar a trajetória educativa deste aluno para que ele não abandone os estudos, seja na forma de apoio financeiro, desenvolvimento de plano de carreira para professores deste nível, contextualização de currículos com a realidade na comunidade onde o aluno está inserido, agregar a família na ambientação escolar, buscar novas maneiras de se desenvolver o ensino médio visando à permanência e desenvolvimento educativo do aluno e não só a preocupação com a sua aquisição de conhecimento e aprovação, ao fim de cada ano.

Conforme a necessidade apontada pelos estudos acima por novos modelos educacionais e ações possíveis de serem aplicadas; vimos a citar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar⁴⁴, que busca fortalecer o papel dos atores escolares envolvidos no processo, a família, bem como manter o vínculo aluno-escola a fim de prevenir a evasão e violência escolar. Conforme o idealizador do programa, Dr. Sérgio Harfouche⁴⁵, promotor da 27ª Promotoria de Justiça de Campo Grande- MS.

E concordamos com Román em sua pesquisa de 2009, onde coloca que o aluno que evade é um aluno perdido que necessita de auxílio e que não está sendo escutado, com o intuito de saber “Porque o

44 PROCEVE- Desde sua institucionalização em Campo Grande, o ProCEVE já foi implantado em mais de 300 escolas, as quais têm sido assistidas e acompanhadas pela 27ª Promotoria de Justiça. Dado seu sucesso, o programa foi apoiado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e foi convertido em projeto de lei em discussão, hoje, no Senado Federal. Cidades e Estados pelo Brasil têm adotado esse programa para reduzir a violência e evasão escolar.

45 Sérgio Harfouche é promotor da Infância, Adolescência e Juventude do MPE-MS (Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul)

aluno do ensino médio evade” será desenvolvida uma pesquisa com os ex-alunos que evadiram do ensino médio público entre os anos de 2013 a 2015 de escolas estaduais da cidade de Pelotas/RS, Brasil. Tendo por objetivo dar voz e pertinência a este nicho escolar evadido e esquecido, contribuindo assim para mais uma análise sobre a evasão escolar no ensino médio.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIL, E; ROMÁN, R; CUBILLAS, M. J.; MORENO, I. ¿Deserción o autoexclusión? Un análisis de las causas de abandono escolar en estudiantes de educación media superior en Sonora, México. *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, Vol. 10, n. 1. 2008. Disponível em: <https://redie.uabc.mx/redie/article/view/183> Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

AQUINO, Maria Guiomacy da Silva. Atuação da Equipe Gestora das Escolas de Ensino Médio diante da evasão: um estudo de caso de duas escolas do município de Itacoatiara-AM. Universidade Federal de Juiz de Fora, Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação, 111p. 2016.

ARISTIMUÑO, Adriana. El Abandono de los Estudios del Nivel Medio en Uruguay: un Problema Complejo y Persistente. *REICE - Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 7, n.4, 2009, pp. 180-197. Disponível em: <https://revistas.uam.es/index.php/reice/article/view/5388> Acesso em: 21 de Dezembro de 2017.

ARISTIMUÑO, Adriana. El fracaso escolar ¿fracaso de quién? La modificación del concepto de fracaso. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, ISSN 0718-5480, vol. 9, n.1, mayo – octubre, 2015, pp. 111-126. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5155505> Acesso em: 23 de Dezembro de 2017.

BATISTA, S. D; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. S. A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v.9, n.19, pp. 70-94, jan/jul. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229> Acesso em: 19 de Dezembro de 2017.

BRISCOLI, Bárbara. Aportes para la construcción conceptual de las “trayectorias escolares”. *Revista Electrónica “Actualidades Investigativas en Educación”*, vol.17, n.3, Setiembre-Diciembre 2017, pp. 1-30. Disponível em: <https://doi.org/10.15517/aie.v17i3.30212> Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

DINIZ, Carine Saraiva. Evasão escolar no ensino médio: causas intra escolares na visão dos alunos. Centro Universitário – UNA Programa de Pós Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. 2015.

DINIZ, Carine Saraiva; QUARESMA, Adilene Gonçalves. Evasão de jovens do Ensino Médio: causas intraescolares segundo os evadidos de uma escola pública. *Revista Camine*, ISSN 2175-4217, Caminhos da Educação, Franca, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1930> Acesso em: 16 de Dezembro de 2017.

Educação na mídia. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/27651/evasao-escolar-impulsiona-criminalidade/>, Acesso em 01 de Março de 2018.

Infância Protegida. Disponível em: <http://www.infanciaprotegida.com.br/2016/06/10/proceve-combatendo-a-violencia-e-a-evasao-escolar/>, Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

ESPÍNOLA, V; CLARO, J. Estrategias de prevención de la deserción en la Educación Secundaria: perspectiva latinoamericana. *Revista de Educación*, n. extraordinario, 2010, pp. 257-280. Disponível em: http://www.revistaeducacion.mec.es/re2010/re2010_10.pdf Acesso em 20 de Dezembro de 2017.

- FALEIRO, Wender; PUENTE, Roberto Valdes; ARAGÃO, Milena Cristina. Influências do Ensino Médio nas perspectivas de futuro de seus estudantes. *Revista Educação*, Santa Maria, vol. 41, n. 2, p. 411-424, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/19030> Acesso em: 21 de Dezembro de 2017.
- FERRÃO, Luciana Vigil. Os estudantes do arquivo morto. *UFSM/CE/ME*, 95p. 2010.
- FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. *REP - Revista Espaço Pedagógico*, v. 17, n. 1, Passo Fundo, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: seer.upf.br/index.php/rep/article/download/2027/1260 Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.
- JIMENÉZ, Wendy; GAETE, Marcelo. Estudio de la exclusión educativa y abandono en la enseñanza secundaria en algunas instituciones públicas de Costa Rica. *Revista Electrónica Educare*, vol. 17, n. 1, enero - abril, 2013, pp. 105-128. Universidad Nacional Heredia, Costa Rica.
- LOPES, M. M da S; SANTOS, L. A. dos. Evasão Escolar no Ensino Médio. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.11 n. 22; p. 3767, 2015. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2015c/humanas/EVASAO%20ESCOLAR%20NO%20ENSINO.pdf> Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.
- MARUN, Dulcinea Januncio. Evasão escolar no ensino médio: um estudo sobre trajetórias escolares acidentadas. São Paulo: s. n. 175 p, 2008.
- MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol.30, n°. 2, pp. 261-265, abril – junho, 2013, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v30n2/12.pdf>, Acesso em 21/12/2017
- NARODOWSKI, Mariano. El abandono en la escuela media en la Argentina (2004-2014). *Instituto de Investigación y Educación Económica*, n.5, 2016, pp. 1-7. Disponível em: <http://www.redetis.iipe.unesco.org/wp-content/uploads/2016/05/Abandono-en-la-Escuela-Media-en-la-Argentina.pdf> Acesso em: 20 de Janeiro de 2017.
- MENDOZA, C, D. Carolina. Reprobación y deserción en el bachillerato. Elementos para el análisis de la equidad y la eficacia escolar. – México: Universidad Iberoamericana Ciudad de México, 2016. – Publicación electrónica – ISBN: 978-607-417-421-2. Disponível em: http://www.iberomx/sites/all/themes/iberomx/descargables/publicaciones/reprobacion-y-desercion.pdf?_ga=2.188307489.821269960.1496937738-467588176.1494006552 Acesso em: 21 de Janeiro de 2018.
- RIFFEL, S. M.; MALACARNE, V. Evasão escolar no ensino médio: o caso do Colégio Estadual Santo Agostinho no município de Palotina, PR. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1996-8.pdf> Acesso em: 18 de Dezembro de 2017.
- ROMÁN, C. Marcela. El Fracaso Escolar de los Jóvenes en la Enseñanza Media. ¿Quiénes y por qué Abandonan Definitivamente el Liceo en Chile? *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, ISSN: 1696-4713, vol. 7, n. 4, 2009, pp. 96-119. Red Iberoamericana de Investigación Sobre Cambio y Eficacia Escolar. Madrid-España. Disponível em: <http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol7num4/art5.pdf> Acesso em: 21 de Dezembro de 2017.
- ROSALES, Carlos. La escuela desde el pasado hasta el futuro: evaluación interna realizada por ex-alumnos, *Innovación Educativa*. ISSN 1130-8656, vol. 10 (2000) pp. 239-253. Disponível em: <https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/5175> Acesso em: 21 de Dezembro de 2017.
- SÁNCHEZ, M^a Rosario García; GARCÍA, Patricia Lubián; VILLAJOS, Ana Moreno. La investigación biográfico narrativa en educación. Disponível em: https://www.uam.es/personal_pdi/stmaria/jmurillo/InvestigacionEE/Presentaciones/Curso_10/IBN_Trabajo.pdf Acesso em: 20 de Janeiro de 2018.

SANTOS, Humberto M. Dinámica de la Deserción Escolar en Chile. Documento de Trabajo CPCE – Centro de Políticas Comparadas de Educación, n. 3, Junio, 2009. Santiago, Chile. Disponível em: <http://www.cpce.cl/> Acesso em: 22 de Dezembro de 2017.

SILVA, A. P. F. da. Reprovados, indisciplinados, fracassados : as micro - relações de insucesso escolar na perspectiva do “aluno problema”. São Paulo: s. n, 169p. 2009.

SILVA, Helton Luís da. Caminhos e descaminhos da educação brasileira: um estudo dos problemas que motivam a evasão escolar no Ensino Médio, no município de Franca. Franca/SP: [s.n.], 229 f. 2016.

SILVA, Wander Augusto. Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil. Revista Educação em Foco, ano 19, n°. 29, p. 13-34, set/dez. 2016.

SOUSA, Walter Rodrigues. Evasão Escolar: uma abordagem de suas causas e efeitos no sistema Educacional. Revista Ciencia, Salud, Educación y Economía. ISSN 2175 – 7038, n.11, Abril, 2017. Disponível em: http://www.ipcp.com.br/files/Revista_11.pdf, Acesso em: 21 de Dezembro de 2017.

DA TEORIA DAS CAPACIDADES SOB A PERSPECTIVA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Flávia Maria de Freitas Cherem⁴⁶

RESUMO

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ratificada pelo Brasil levou a aprovação da Lei 13.146 de 2015, o chamado Estatuto da Pessoa com Deficiência – E.P.D.. Referido instituto, calcado nos princípios balizadores da Convenção, que reconhece, acima de tudo, a igualdade de todos perante a lei, provocou profundas alterações na Teoria das Incapacidades, que buscou concretizar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana bem como o princípio da igualdade. O presente artigo busca analisar a (In)Capacidade Legal sob o ponto de vista da dignidade destacando a mudança de paradigma operada no regime das incapacidades e do direito protetivo. Propõe, ainda, revisitar o conceito de capacidade não mais sob o ponto de vista patrimonial mas como expressão da liberdade e igualdade inerente a todo ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência. Capacidade. Pessoa. Dignidade. Igualdade

⁴⁶ Flávia Maria de Freitas Cherem é especialista em Ciências Penais, em Direito Público, Direito Civil e Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes. É aluna do Curso de Ingresso ao Curso de Doutorado em Direito Civil da Universidade de Buenos Aires - UBA. Endereço eletrônico: flavia.cherem@tjmg.jus.br

INTRODUÇÃO

Impossível falar sobre pessoa humana sem adentrar no mais importante vetor de interpretação da legislação geral: a dignidade humana, valor máximo do sistema jurídico brasileiro. Dignidade advém da própria condição humana, propulsando-a, estabelecendo relações profundas com a personalidade humana sobre onde paira todos os valores e direitos.

Com foco na dignidade da pessoa humana, o Direito Civil passou por uma remodelagem, calcando-se nos primados constitucionais ensejando uma abordagem civil-constitucional onde os valores da liberdade, da justiça e da solidariedade se fazem presentes.

Com o fim de extirpar a colisão de valores que existia entre a Constituição e o Direito Civil, de viés patrimonialista e individualista, procedeu-se uma releitura e reformulação de institutos à luz dos valores constitucionais com o objetivo de promover uma mudança de paradigma do Direito Privado, promovendo os valores por ela consagrados no campo das relações privadas. Afastou-se a separação entre a Constituição e o Direito Civil.

Dentro dessa veia moderna de constitucionalização do Direito Civil as pessoas deficientes não poderiam ficar às margens dessa reconstrução pela qual passa o Direito Privado na realidade contemporânea. O presente estudo objetiva analisar a teoria das capacidades enquanto fator de promoção de dignidade, proteção e, sobretudo, inclusão social e sua integração de forma plena à sociedade da qual faz parte.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, cujo objetivo foi o de implementar o estabelecido no art. 12 da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, promoveu uma nova perspectiva para as incapacidades, e é ela que constitui o referencial legal para o desenvolvimento do trabalho.

A Dignidade da Pessoa Humana passa a ser o valor fundamental do ordenamento jurídico brasileiro provocando uma ruptura com o regime de proteção ao patrimônio que antes era a pupila dos olhos do Direito Civil.

Anteriormente, embora todas as pessoas tivessem a capacidade para ser titular de direitos e obrigações, nem sempre os exercia pessoalmente. Os que antes eram tidos por incapazes eram desprovidos de requisitos que a legislação julgava imprescindível para tal exercício.

Com a publicação do Estatuto da Pessoa com a Deficiência estes requisitos caíram por terra, cedendo lugar à igualdade promovendo um sistema mais justo e solidário, de tratamento isonômico e ao mesmo diferenciado para aqueles que carecem de proteção diferenciada.

Por fim, promoveu um diálogo entre as normas e princípios constitucionais e o Direito Civil, passando a ser um novo caminho para aqueles que até então eram invisíveis aos olhos da sociedade.

NATUREZA DE NORMA CONSTITUCIONAL DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Estatuto da Pessoa com Deficiência foi promulgado com o objetivo de implementar os termos da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência subscrita pelo Brasil.

A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada na sede da ONU, em Nova York, em agosto de 2006 e publicada em 2007.

A matéria ingressou em nosso ordenamento jurídico por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, que o aprovou, e através do Decreto Presidencial n. 6.949, de 25 de agosto de 2009,

teve início sua vigência.

Preceitua a Constituição Federal⁴⁷, em seu art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Par. 2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Par. 3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Referida lei possui status de Emenda Constitucional tendo em vista seu processo de tramitação e aprovação, o que lhe confere superior hierarquia normativa, constituindo guia para a interpretação da nova disciplina legal.

Trata-se de verdadeira proteção constitucional às pessoas portadoras de deficiência. Segundo Paulo Bonavides⁴⁸:

A nova universalidade procura, enfim, subjetivar de forma concreta e positiva os direitos da tríplice geração na titularidade de um indivíduo que antes de ser o homem deste ou daquele país, de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, é pela condição de pessoa como um ente qualificado por sua pertinência ao gênero humano, objeto daquela universalidade.

Ao ratificar a Convenção, o Brasil incorporou instrumento internacional sobre Direitos Humanos estabelecendo um triângulo entre o Direito Privado, o Direito Constitucional e o Direito Público, dando-lhe a relevância constitucional que possuem os instrumentos internacionais sobre Direitos Humanos fazendo com que estes integrem cada vez mais as relações humanas e destas com o Estado na sua função administrativa.

O Estatuto de Pessoa com Deficiência – E.P.D. - veio concretizar os aspectos da Convenção como também dar vida a dispositivos constitucionais como o Princípio da Isonomia.

O próprio Estado, através de seu aparato normativo, reconhece que há um desequilíbrio material entre as pessoas, entre os particulares, e para amenizar estas diferenças estabelece um tratamento isonômico e ao mesmo diferenciado para aqueles que necessitam de proteção distinta.

Nesse contexto, o E.P.D. engloba normas de diversos aspectos, como cível e administrativo. É importante esclarecer que além do E.P.D. outras normas existem e que não perderam sua eficácia. Muito pelo contrário. Continuam constituindo aparato de proteção e inclusão visto em conjunto.

É importante reconhecer o mérito do E.P.D. que trouxe para o nosso sistema jurídico interno os preceitos inscritos na Convenção, estatuídos em seu art. 12, bem como dos seus princípios.

Dispõe o art. 12 da Convenção Sobre Direitos da Pessoa com Deficiência⁴⁹:

Reconhecimento perante a lei

47 BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 13 fev. 2018

48 BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 19 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. 574 p.

49 BRASIL. Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em 13 fev. 2018

1. Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.
2. Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.
3. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.
4. Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.
5. Os Estados partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens.

Percebe-se pela leitura do referido artigo que o reconhecimento da capacidade legal constitui um dos pilares efetivos da Convenção como forma de promover a emancipação daqueles que antes viviam segregados dos demais. É sobre a promoção desta isonomia que passaremos a discorrer.

DIGNIDADE, IGUALDADE E CAPACIDADE LEGAL DA PESSOA HUMANA

O desafio atual do Direito, de uma forma geral, é desconstruir as figuras estigmatizantes, preconceituosas e discriminatórias que pairam sobre o sistema jurídico.

A pessoa humana, atualmente, ocupa o cerne de todo o ordenamento jurídico.

Conforme explicita Cristiano Chaves e Nelson Rosendal⁵⁰ :

destaque-se que o mais precioso valor da ordem jurídica brasileira, erigido como fundamental pela Constituição de 1988 é a dignidade humana. Assim, como consectário, impõe reconhecer a elevação do ser humano ao centro de todo o sistema jurídico, no sentido de que as normas são feitas para a pessoa e para sua realização existencial, devendo garantir um mínimo de direitos fundamentais que sejam vocacionados para lhe proporcionar vida com dignidade.

Nesta seara, todos os valores convergem para a dignidade humana, passando por sua integridade física, psíquica e intelectual, permitindo a pessoa humana viver com autonomia e liberdade nos liames de sua personalidade.

Da dignidade fluem todos os direitos fundamentais. Com a ruína do Direito Romano, patrimonialista por excelência, surgiu uma nova hermenêutica constitucional, promovendo uma aproximação entre a Ética e o Direito, sepultando a ideia de coisificação da pessoa humana, promovendo uma verdadeira personalização do Direito Privado.

As normas existem para que as pessoas possam alcançar sua realização existencial. Através dos

⁵⁰ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito civil – teoria geral. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. 92 p.

Direitos Fundamentais é possível viver com dignidade. Mas o que constitui a dignidade?

Gustavo Tepedino⁵¹ nos esclarece que:

a escolha da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, associada ao objetivo fundamental de erradicação da pobreza e da marginalização, e de redução das desigualdades sociais, juntamente com a previsão do parágrafo 2 do art. 5, no sentido da não-exclusão de quaisquer direitos e garantias, mesmo que não expressos, desde que decorrentes dos princípios adotados pelo texto maior, configuram uma verdadeira cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, tomada como valor máximo pelo ordenamento.

Gláucia Correa Retamozo Barcelos Alves⁵², em feliz colocação, afirma:

a dignidade do homem reside no fato de ele ser indefinível. O homem é como é, porque reconhece essa dignidade em si mesmo e nos outros homens. Kant o disse de maneira maravilhosamente simples: nenhum homem pode ser, para outro, apenas meio; cada homem é fim em si mesmo.

A pessoa humana constitui o fundamento do Direito representando o mais alto valor de todo sistema jurídico. Mesmo tratando-se das normas coletivas a valoração humana é tomada através de cada elemento singular da coletividade, ou seja, cada homem de per si assume posição central valorada diante de toda e qualquer valoração seja ela Filosófica ou de Direito.

Quanto mais o ordenamento jurídico qualifica as necessidades humanas e seus respectivos valores, considerando a pessoa humana em sua dimensão completa, mais se aproxima da finalidade última do Direito constituindo o verdadeiro farol que faz pairar sua luz sob a imensidão do mar da moral e das leis.

A dignidade advém da própria condição humana inerente a todos os homens e reclama reconhecimento perante todos os semelhantes. Neste sentido SARLET⁵³:

a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Por fim, conforme já se manifestou o Tribunal Constitucional da Espanha, inspirado na Declaração Universal⁵⁴:

a dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que leva consigo a pretensão ao respeito por parte dos demais.

Não podemos olvidar que a pessoa humana, a despeito de todas as suas diferenças sejam elas

51 TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 48 p.

52 ALVES, Gláucia Correa Retamozo Barcelos. Sobre a dignidade da pessoa, In: MARTINS-COSTA, Judith (Org.). A reconstrução do direito privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 228 p.

53 SARLET, INGO Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 60 p.

54 Apud Sarlet, Ingo Wolfgang, cf. Dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais, 42 p.

de ordem física, intelectual ou psicológica, apresentam-se num mesmo plano de igualdade, com seus interesses igualmente considerados.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵⁵, em seu artigo 1º, destaca tanto a dignidade quanto a igualdade.

Art. 1º. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Apresenta-se desta forma, na visão de Canotilho⁵⁶:

os direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); direitos fundamentais são os direitos do homem jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente.

Diante da previsão do art. 1 verifica-se que a igualdade ao lado da dignidade da pessoa humana constitui pilar fundamental da própria Justiça.

O princípio da igualdade, conforme afirma Paulino Jacques⁵⁷ é o que mais tem “desafiado a inteligência humana e dividido os homens.”

Conforme doutrina de Kildare Gonçalves Carvalho⁵⁸:

a igualdade formal, entendida como igualdade de oportunidades e igualdade perante a lei, tem sido suficiente para que se efetive a igualdade material, isto é, a igualdade de todos os homens perante os bens da vida, tão enfatizada nas chamadas democracias populares, e que, nas Constituições democráticas liberais, vem traduzida em norma de caráter programático, como é o caso da Constituição brasileira.

Quando se trata do Princípio da Igualdade, há que se levar em conta que diante da dignidade todos são iguais. Por outro lado, sabemos que certas situações provocam desigualdades profundas como, por exemplo, as de compleição física e estrutura psicológica, entre outros fatores que podem dificultar a efetivação do princípio.

Conforme entendimento de Josaphat Marinho⁵⁹ “prever simetria onde há desproporção visível não é garantir igualdade real, mas consagrar desigualdade palpitante e condenável.”

Efetivamente, a equidade constitui um valor ímpar para as sociedades justas. Nesta seara Celso Antônio Bandeira de Mello⁶⁰, tratando do conteúdo jurídico do princípio da igualdade esclarece que:

a lei não deve ser fonte de privilégios ou perseguições mas instrumento regulador da vida social que necessita tratar equitativamente todos os cidadãos. Este é o conteúdo político-ideológico absorvido pelo princípio da isonomia e juridicizado pelos textos constitucionais em geral, ou de todo modo assimilado pelos sistemas normativos vigentes.

55 Disponível em < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>. Acesso em 13 fev 2018

56 CANOTILHO, J.J. Direito constitucional. Coimbra: Almedina, 1998. 369 p.

57 JACQUES, Paulino. Da igualdade perante a lei. Rio de Janeiro: A noite, 1947. 19 p

58 CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional – teoria do estado e da constituição/direito constitucional positivo. 14 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. 731 p.

59 MARINHO, Josaphat. À margem da constituinte. Brasília: Livraria e Editora Brasília, 1992. 44 p.

60 MELLO, Celso Antônio Bandeira. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. 10 p.

Para BOBBIO⁶¹ “a sociedade de livres e iguais é um estado hipotético, apenas imaginado. (...) Trata-se de uma sociedade na qual todo homem é livre na medida em que obedece apenas a si mesmo e, pelo fato de que essa liberdade é desfrutada por todos, todos são iguais pelo menos enquanto são livres.” PAG. 9

Se partirmos da noção de que todos são livres, tal como prescrito no art. 1 da Declaração Universal, perguntamos: é juridicamente tolerável discriminações no estágio atual da evolução humana?

No caso especificamente no caso em tela, ou seja, das pessoas deficientes, assim como qualquer outra, todas têm direito à dignidade humana. Este fato é indubitável.

Em relação as pessoas deficientes, conforme a Convenção sobre os Direitos da pessoa com Deficiência de Nova York, hoje elas gozam de reconhecimento igual perante a lei.

No regime anterior da Teoria das Capacidades, a lei discriminava situações a fim de atender um regime reclamado pela postura patrimonialista que permeava o Direito Civil, impedindo que pessoas portadoras de deficiências, e aqui a psicológica era a mais consagrada, praticassem atos da vida civil.

O Código Civil Brasileiro de 2002, ainda que norteado pelos valores Constitucionais de nossa época, manteve a incapacidade absoluta para as pessoas com enfermidade ou deficiência material, sem o necessário discernimento para a prática desses atos.

Com o advento da Convenção de Nova York, uma mudança significativa ocorreu em relação àquelas pessoas que passaram a ser pessoas COM deficiência e não mais PORTADORAS de deficiência.

Pelo artigo 12 da referida Convenção as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade com as demais pessoas em todos os aspectos da vida civil, configurando o direito de viver de forma digna, decente e normal quanto possível.

A Lei 13.105, de 2015, derogou os dispositivos do Código Civil⁶² no que diz respeito à matéria. Desta forma passou a configurar com a seguinte redação:

Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.

Art. 4º. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II – os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;

III – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV – os pródigios.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.

Compatibilizando-se com a Convenção de Nova York, a nova redação do art. 3º do Código Civil prevê que os absolutamente incapazes são as pessoas menores de 16 anos, excluindo as pessoas com enfermidade ou deficiência mental. Com relação aos incapazes, a lei qualifica os que por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade que pela legislação anterior eram considerados absolutamente incapazes.

Verifica-se que houve uma harmonização do Estatuto da Pessoa Com Deficiência – E.P.D. - e o

61 BOBBIO, Norberto. Igualdade e liberdade. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro; Ediouro, 1997. 9 p.

62 BRASIL. Código Civil brasileiro. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso 20 fev. 2018.

Código Civil balizados pelos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência veio garantir proteção, mas acima de tudo promover a sua inclusão de forma efetiva na sociedade e comunidade a qual pertence de forma igualitária com os demais, possibilitando-lhe viver com independência.

Anteriormente, a pessoa com deficiência era tida como um fardo social. Hoje, através não somente do E.P.D mas também de diversos outros institutos, à pessoa com deficiência possibilita-se viver de forma emancipada, tendo seus direitos existenciais reconhecidos. A estas pessoas se reconhece direitos e derrubam-se favores.

É imperioso saber lidar com o reconhecimento da diversidade humana. Todos os seres humanos, de uma forma ou de outra, possuem necessidades específicas. A fim de que possamos desfrutar de uma convivência harmoniosa é necessário que se reduzam as desigualdades e promover as correções imprescindíveis de maneira que todos possam exercer os direitos e liberdades fundamentais na sua mais ampla aceção.

Explicita o Código Civil⁶³, logo em seu art. 1º:

Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Nesse passo, Carlos Roberto Gonçalves⁶⁴ afirma que “a pessoa natural é, destarte, o ser humano considerado como sujeito de direitos e obrigações.”

Conforme Chaves e Rosenvald⁶⁵:

toda e qualquer pessoa natural dispõe, inexoravelmente, de personalidade jurídica, podendo titularizar relações jurídicas. É, pois, sujeito de direito. Contudo, a personalidade tem uma medida para a prática de atos determinados, que é a capacidade. Assim, qualquer pessoa humana pode ser titular de direitos e obrigações, porém nem toda pessoa praticará os atos da vida civil pessoalmente (somente aqueles que dispõem de plena capacidade).

Anteriormente ao E.P.D. vigorava uma proteção que visava apenas os interesses patrimoniais de que se efetiva por meio de terceiros, os representantes legais, deixando em segundo plano os interesses existenciais.

Hoje, a pessoa com deficiência recebe proteção sob uma perspectiva do que ela é e não pelo que ela tem. Aceitar que todas as pessoas gozem de capacidade legal é principalmente fazer parte de uma mudança de paradigma quanto à importância da dignidade humana.

Hoje as limitações devem ser interpretadas restritivamente de forma que se estabeleça uma relação gradativa de forma relativa e não mais absoluta. As pessoas que possuem algum tipo de limitação devem ser ouvidas pelo Juiz, que deverá levar em conta e valorar suas opiniões. A limitação da capacidade hoje não é mais imposta em razão das pessoas, mas sim de fatos que produzem consequências jurídicas.

Caso haja algum motivo para ocorra esta limitação ela deverá ser realizada tendo em vista razões de ordem pública, moral e bons costumes. As situações jurídicas atuais devem privilegiar os valores sociais promovendo uma mudança qualitativa.

Tais mudanças proporcionaram uma melhoria no sistema jurídico uma vez que possibilitam o exercício da autonomia pessoal e proporcionam às pessoas com deficiência a oportunidade de fazerem parte do funcionamento vitalício das dimensões pública social. Não se trata de considerar todos iguais,

63 BRASIL. Código Civil Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em 20 fev. 2018.

64 GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 1. 76 p.

65 CHAVES, ROSENVALD. Op. cit., p. 182.

mas sim considerá-los em igualdade de condições, senão de uma posta situação de igualdade ao momento de atender os distintos conflitos que se apresentam. Toda modificação admite críticas a partir das quais o próprio sistema legal vai se aperfeiçoando em concorrência com a práxis.

É essencial a concretização dessa posição de igualdade tanto na vida quanto no âmbito do Poder Judiciário. Todas as pessoas são destinatários de direitos existenciais que lhes garanta uma vida digna, que devem ser compartilhados por todos em igual proteção, encontrando fundamento na autonomia da vontade. Essa titularidade de direitos advém da própria condição humana antes mesmo da pessoa se relacionar, comunicar, expressar, criar e sentir.

A dignidade é permeada de valor universal embora existam diferenças sócio-culturais na maioria dos povos e, embora elas existam, sejam elas físicas, intelectuais, psicológicas, todos são detentores de dignidade. Por mais que preservem sua individualidade, humanamente são dotados de mesmas condições, necessidades e faculdades vitais⁶⁶.

É importante frisar também a importância da liberdade na sua mais ampla tradução. É ela quem permite a realização dos direitos existenciais da forma como convém a cada um. Ao homem deve ser outorgado o direito de livre escolha para concatenar todos os seus planos de vida e principalmente manifestar suas opiniões.

Há que se privilegiar as escolhas que o deficiente psíquico é capaz de exprimir; permitir que o curatelado possa decidir sozinho sobre questões para as quais possua discernimento; autonomia da vontade e sua importância para o desenvolvimento da personalidade. Deve ser levada em consideração a importância do curador para questões de real importância como qualidade de vida, dignidade, saúde e inserção social do interdito.

O importante para contemporaneidade civil é a capacidade de a pessoa compreender e dar expressão à sua vontade, comunicando-a.

Como bem explicita Daniel Sarmiento⁶⁷ “a realização concreta do valor da pessoa humana não depende só do Direito. Depende muito mais da consolidação, nos corações e mentes, de uma ética altruísta, voltada para o outro.”

A dignidade da pessoa humana compreende um conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, respeito à sua dignidade contra o arbítrio do poder estatal, estabelecimento de condições mínimas de vida e pleno desenvolvimento da personalidade humana.

Neste contexto, o Direito Civil conforme Nelson Rosenthal⁶⁸ “sem dúvida, tem importantíssimo papel na promoção da valorização da pessoa humana e, conseqüentemente, na construção de uma sociedade mais solidária e justa.”

Conforme Felipe Basile⁶⁹ “criar mecanismos para promover a inclusão das pessoas com deficiência, pois o preconceito, enraizado na cultura, é uma macha difícil de remover.”

A doutrina, em sua maioria, entende que o sistema proposta pela Lei Brasileira de Inclusão provocou uma verdadeira revolução na teoria das capacidades uma vez que trouxe para o primeiro plano os interesses existenciais da pessoa.

66 DALARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 1981. 8 p.

67 SARMENTO, Daniel. Direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2204. 379 p.

68 CHAVES, ROSENVALD. Op. cit., p. 96.

69 BASILE, F. Capacidade civil e o estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, outubro/2015. Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos> Acesso em 25 fev. 2018.

CONCLUSÃO

Percebemos a mudança significativa da teoria das capacidades com o advento da Lei 13.105, de 2015. Consubstanciada na Convenção de Nova York sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em Nova York, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tratou de concretizar os princípios por ela enunciados principalmente o que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei.

Sem dúvida alguma, o E.P.D. trata de um diploma jurídico cujo objetivo é efetivar no caso concreto, no cotidiano das pessoas, a asserção dos princípios da dignidade humana e igualdade corolários da Constituição Federal de 1988. Consagra a autonomia da vontade de forma a concretizar a legalidade constitucional na seara do Direito Civil permeando os seus institutos de valores constitucionais.

De uma forma geral a capacidade de direito acompanha a capacidade de fato, uma ao lado da outra. Com a alteração da Teoria das Capacidades provocada pelos institutos abordados percebemos que nem toda pessoa com deficiência já não é mais considerada incapaz e nem toda pessoa sem deficiência é considerada plenamente capaz. Há casos de deficiência, principalmente a mental, que não prejudicam esta função. Por outro lado, existem causas que, embora não estejam relacionadas com deficiência, que ocasionam limitações que podem impedir a pessoa de manifestar sua vontade.

É imperioso delinear a personalidade humana na sua pura essência diante das suas mais variadas faces exprimidas modernamente. É o princípio da dignidade humana a direção traçada para alcançarmos a valoração da pessoa no seu sentido mais íntimo, elevando o ser humano ao centro de todo o sistema jurídico. Assume a pessoa humana o papel de destinatário final da norma cuja finalidade é proporcionar-lhe realização existencial com a garantia de um mínimo de direitos essenciais que possam garantir vida com dignidade.

Nessa ordem de ideias, percebemos que contemporaneamente se busca a concretização de uma gama de valores humanizadores e civilizatórios ao sistema jurídico brasileiro, com reflexos multidisciplinares.

Os preconceitos ainda existem e são fortes. A inclusão das pessoas com deficiência deve iniciar a partir do momento que se reconhece nelas a especificidade de pessoas humanas tanto quanto quaisquer outras, derrubando barreiras que ainda cercam as leis e os costumes. O E.P.D configura um avanço valioso, deixando de lado o conceito restritamente médico pelo conceito biopsicossocial de deficiência, além da tipificação do crime de discriminação contra pessoas com deficiência.

Cumpramos esclarecer que a lei não é perfeita tendo em vista sua complexidade e extensão. Felizmente não mais se associa deficiência à incapacidade. Porém há perguntas que infelizmente, a princípio, a lei não responde. Uma das que mais intrigam os especialistas é a de como uma pessoa inconsciente, que esteja em situação vegetativa, poderá atuar de forma relativamente capaz, sendo que ela não se comunica de modo algum, não conseguindo expressar de modo algum sua intenção?

Sem dúvida alguma as mudanças trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência proporcionaram uma melhoria no sistema jurídico uma vez que proporciona o exercício da autonomia pessoal da pessoa.

Toda modificação e seu desenvolvimento evolutivo admitem críticas que com o tempo de aperfeiçoamento em concorrência com a práxis. Estas indagações são necessárias, pois proporcionam um aprimoramento dos critérios legislativos e de todo o sistema jurídico.

A matéria de capacidade constitui um tema medular cujas mudanças conduzem a um novo paradigma devendo ser reconhecido que a dignidade humana se sobrepõe nas relações sociais e se coloca em pronto funcionamento constituindo, acima de tudo, referencial de interpretação para atender os distintos conflitos que se apresentam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gláucia Correa Retamozo Barcelos. Sobre a dignidade da pessoa, In: MARTINS-COSTA, Judith (Org.). A reconstrução do direito privado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
- BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto (Org.). A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BASILE, F. Capacidade civil e o estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/ CONLEG/Senado, outubro/2015. Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em 15 fev. 2018.
- BOBBIO, Norberto. Igualdade e liberdade. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. Rio de Janeiro; Ediouro, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 19 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- BRASIL. Código Civil Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso 20 fev 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 fev 2018.
- BRASIL. Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> . Acesso em 13 fev 2018.
- CANOTILHO, J.J. Direito constitucional. Coimbra: Almedina, 1998.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional – teoria do estado e da constituição/direito constitucional positivo. 14 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- CHAVES, Antônio. Direito á vida e ao próprio corpo.2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- DALARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Editora Moderna, 1981.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito civil – teoria geral. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 1.
- JACQUES, Paulino. Da igualdade perante a lei. Rio de Janeiro: A noite, 1947.
- MARINHO, Josaphat. À margem da constituinte. Brasília: Livraria e Editora Brasília, 1992.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
- NUNES, Luiz Antônio Rizzato. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. São Paulo: Saraiva, 2002.
- PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil – introdução ao direito civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.
- RABBI-BALDI CABANILLAS, Renato. Los derechos de la persona em el nuevo Código Civil y Comercial: aproximación a algunos aspectos novedosos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Ley, 2017.
- RABINOVICH-BERKMAN, Ricardo David. Manual de historia del derecho. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2016.
- SARLET, INGO Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
- SARMENTO, Daniel. Direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.
- TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2

A DEMOCRÁTICA E A SUA DEMOCRATICIDADE

Geórgia Costa Queiroz⁷⁰

RESUMO

O presente artigo tem como objeto a análise da democracia atual no Brasil e tem como objetivo identificar a sua real aplicabilidade sobre o ponto de vista da sua democraticidade. Nesse contexto, verifica-se algumas de suas formas de manifestação e materialização, seus aspectos positivos e negativos, pois considera-se que a aplicabilidade dessa democraticidade afeta não só a sociedade, como também a política e a integridade das instituições democráticas. Diante disso, a relevância do tema é preponderante para os estudos acadêmicos no que concerne na manutenção de direitos tão fundamentais como a liberdade, a igualdade, o respeito às diferenças, à vida digna e do próprio Estado Democrático de Direito.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia no Brasil. Democracia Participativa. Democracia Contemporânea. Democraticidade.

⁷⁰ Georgia Costa Queiroz – Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA), em Buenos Aires/Ar. Pós graduada em Direito Processual e em Direito e Gestão Judiciária pelo Instituto de Ensino Superior de Fortaleza (IESF). Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). MBA em Marketing pela Fundação Getulio Vargas (FGV). Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora e Advogada. E-mail: georgiagq@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A democracia, desde a sua origem na Grécia até a sua atual contemporaneidade sempre foi motivo de análises e questionamentos. No Brasil, as polêmicas quanto a sua real aplicação democrática foram e ainda são indagadas ao longo da trajetória política brasileira, a exemplo da questão do impeachment da presidenta titular Dilma Rousseff e a legitimidade do governo de Michel Temer ante ao viés da democraticidade, ou seja, da própria qualidade do que é ser democrático.

Não só no cenário nacional, mas em nível de mundo, destaca-se a importância da democracia para a própria paz social e a sua relevância política que a torna tema recorrente entre os teóricos e estudiosos da filosofia, da política, da sociologia e do direito.

O poder do povo clamado pela própria definição de democracia pode ser evidenciado de diversas formas dentro do âmbito democrático. Essa pluralidade de formas não impede que processos, procedimentos e instituições democráticas não tenham suas falhas ou suas próprias limitações e nem muito menos deixem de ser alvo de crítica ou de fraudes.

Com a análise da democracia e a da sua democraticidade, tem-se o objetivo de identificar como a democracia no Brasil está efetivamente alcançando sua finalidade em uma sociedade caracterizada pela diversidade, pela defesa do direito a liberdade de pensamento, de ideologias e de expressão.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, consagra-o como um Estado Democrático de Direito tendo ao longo de seu conteúdo instituída suas formas de manifestação democrática⁷¹ e, recentemente, como o intuito ampliar ainda mais o tema, promulgou-se o Decreto nº 8.243 de 23 de maio de 2014 que instituiu a Política Nacional de Participação Social PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS com o objetivo de fortalecer e proceder a democracia participativa.

Nesse ínterim, busca-se analisar com este artigo a democracia atual no Brasil e algumas de suas formas de manifestação e concretização, bem como verificar os seus pontos positivos e os seus pontos negativos de maneira a avaliar como está a sua democraticidade, ou seja, a sua capacidade de se materializar plenamente, pois a aplicabilidade dessa democraticidade afeta não só a sociedade, como a política e a própria integridade das instituições democráticas.

A DEMOCRACIA E OS ELEMENTOS MÍNIMOS PARA SUA MANIFESTAÇÃO

Na evolução do que se tem com relação a democracia alguns elementos mínimos são necessários para a sua manifestação o qual irão ao menos buscar viabilizar a sua democraticidade, dentre eles, podem-se destacar:

a) A ampla possibilidade de participação popular aliada a sua capacidade de se manifestar pública e politicamente, como: direito de votar e ser votado e a participação civil nas decisões políticas, dentre outros.

b) O respeito as minorias - em que se destaque o papel contra majoritário dos direitos fundamentais na defesa dos direitos minoritários em que o Estado não pode se converter em um realizador de interesses apenas da maioria, sendo uma contraposição ao utilitarismo;

⁷¹ Ver Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 artigos: 14, incisos I, II e III; art. 27, parágrafo 4º; art. 29 Incisos XII e XIII, art. 194.

c) O respeito ao pluralismo - entenda-se o pluralismo tanto em nível de partidos políticos como o pluralismo de ideológico.

d) A alternância no poder - é necessário que o sistema político de democracia representativa permita essa alternância que se contrapõe a permanência de um poder único por prazo indeterminado.

Esses elementos mínimos de manifestação democrática se realizados de forma proba viabilizam a democracia para não se ter um viés autocrático, ditatorial e utilitarista. Destaque-se, nesse ponto o papel do respeito as minorias que deve ter essa função de fazer a ponderação ou sopeçamento do que se deve prevalecer em uma sociedade democrática em busca do bem comum sem castrar direitos minoritários ou individuais fundamentais.

Seguindo nessa temática, no que concerne as espécies de democracia evidencia-se no Brasil a democracia semidireta, composta, em suas nuances, pela democracia representativa e pela democracia participativa. A democracia representativa no Brasil classificada como democracia indireta, é aquela em que o povo elege seus representantes pelo do voto para que deliberem sobre o que diz respeito a coletividade⁷².

Já a democracia participativa, como o próprio nome diz, requer a participação social, ou seja, o povo participa, acompanha e controla as decisões e políticas públicas. No Brasil essa forma de democracia semidireta em que o povo diretamente participa e legitima questões de relevância pública e política, pode se materializar através do plano director, do orçamento participativo, dos conselhos gestores, da abertura para amicus cúria, do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular, da participação civil em audiências públicas, da participação do povo em conselhos de administração, conselhos do FGTS e do INSS, dentre outros.

Bem recentemente, o conforme comentado anteriormente, o Brasil promulgou o Decreto nº 8.243/14, um avanço no que concerne a democracia participativa e a efetivação de espaços públicos de debate⁷³. Vale destacar que Estado e sociedade devem estar envolvidos e engajados para que o legislado neste Decreto se consubstancie e evolua não só no sentido amplo de democracia para a sua democraticidade, mas no bem social.

Nesse sentido, é válido trazer a tona pensamento de Habermas⁷⁴ que buscou nessa pos modernidade o que é fundamento de democracia com base na legalidade e na legitimidade. Para ser legal basta a lei dizer que é. Legitimidade é fundamento de poder, não basta uma investidura da lei. As leis tem que ser legais e legítimas, tem que ter uma argumentação racional. Essa legitimidade vai ser auferida pelo grau de participação pública nesses processos. O diferencial foi relacionar fundamento de poder com o nível de adesão publica nesses espaços democráticos.

Uma lei será democrática se houve um debate público e racionalmente chegou-se a uma decisão do que deve prevalecer. A democracia em Habermas á pautada na noção de legitimidade e participação pública nos espaços de debate. Nesse sentido, Harbermas enfatiza que o papel do judiciário é controlar o processo público de decisão.

Seguindo com a análise filosófica do tema, é válido detacar a questão do respeito as minorias com a análise do pensamento da Filósofa Judia alemã Hannah Arendt que fez um amplo trabalho em que dentre eles destaca-se uma definição de poder que foge aos padrões convencionais e que tem como base o não uso

72 Segundo Bobbio (1997), as deliberações coletivas, realizam-se não diretamente pelos que a ela pertencem, mas pelos eleitos para esta fim, em uma democracia representativa.

73 Decreto nº 8.243/14, artigo. 1º Fica instituída a Política Nacional de Participação Social - PNPS, com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

74 Ver HABERMAS, 1997.

da violência como elemento estrutural como meio de evitar o arbítrio do poder violento⁷⁵.

Se analisarmos o pensamento de Hannah Arendt percebe-se o viés democrático quando ela concebe o poder como faculdade de se alcançar um acordo quanto à ação comum, no contexto da comunicação livre de violência ela defende a convivência pacífica entre os homens como uma ação geradora de poder⁷⁶.

Daí analisa-se o respeito às minorias como forma pacífica de organização e manifestação de poder e a importância do papel contra majoritário no ambiente democrático como forma de não se desvirtuar do conceito essencial de democracia.

Além disso, vale destacar, segundo o pensamento de Hannah Arendt, que as minorias não se isolem e nem renunciem a sua manifestação de pensamento, pois a renúncia a este poder as tornariam impotentes⁷⁷. Ou seja, o papel contra majoritário é essencial para o exercício de uma democracia ampla e que não privilegie o pensamento dos que têm maior volume, mas sim os que fazem o maior sentido.

O não uso da violência e a prevalência da palavra e da convivência pacífica vão ao encontro de um pensamento democrático e realizador. Quando isso não ocorre, perde-se a democracia e instaura-se o caos, a guerra, a ditadura, o totalitarismo e ao invés de se contruir, se destrói.

E, se existir esse cenário de degeneração democrática abrir-se-á o espaço para a desobediência civil, que segundo o pensamento de Hannah Arendt o ponto crucial para a consolidação democrática é a possibilidade de uma revolução, ou seja o povo ter uma forma, sem violência e legítima, de mudar um cenário político indesejável.

[...] Como quer que seja, o que está claro para Arendt é que o regime republicano moderno somente pode manter ativa a energia originária dos movimentos revolucionários – graças aos quais esse regime veio a existir – se incorporar em suas instituições políticas elementos pertencentes à tradição da democracia direta. Não se trata, portanto, de recusar em bloco a democracia representativa – Arendt jamais fez essa sugestão – e sim de reconhecer que a liberdade política experimentada nos casos extremos dos processos revolucionários estará perdida se de alguma maneira não estiver aberta a via para que os cidadãos possam de fato exercer o poder.” (ADVERSE, 2012, p. 422)

Essa análise se torna interessante sob o ponto de vista metafórico de sempre se ter para o possível veneno o antídoto. Possível veneno porque qualquer método, ferramenta ou substância por mais salutar que seja, pode se transformar em uma forma nociva à saúde humana ou a um direito social, por exemplo.

[...] Por sua vez, Arendt, sem desconhecer o valor das instituições, sabe que a forma política é sempre precária e frágil quando desvinculada de sua base de poder. O caso da democracia representativa é particularmente grave porque algumas de suas instituições mais típicas terminam por escamotear essa base de poder ou mesmo ameaçam destruí-la. Qualquer benefício político que ela possa assegurar se esfumaça ou se revela ilusório se não estiver alicerçado em uma prática política autêntica, como é o caso da desobediência civil. Em contrapartida, o próprio fenômeno da desobediência, na medida em que visa restituir os princípios de um sistema político democrático, não pode ser devidamente compreendido sem afirmarmos a necessidade humana de conservação, estabilidade e ordem, vale dizer, a dimensão institucional.” (ADVERSE, p. 432, 2012)

De acordo com a análise acima vale-se reforçar que sempre tem que se ter uma saída legítima para

75 Ver sobre o tema em BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme A, 2005.

76 Hannah Arendt (1992 apud BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme A, p.377, 2005).

77 Idem acima.

se evitar o caos quando o tema em contraposição é preponderantemente político e social.

DEMOCRACIA VERSUS DEMOCRATICIDADE

Como já dito, a democracia é um tema permeado de análises ao longo da história. Segundo Leonel Severo Rocha (1987) que escreveu sobre o problema da Democracia em Sieyes “A marca da democracia é a interrogação: cada vez que a questão da democracia é colocada numa sociedade histórica determinada, ela produz no seu tecido social um traço indelével no seu ser.”

Ainda segundo Leonel Severo Rocha (1987) que analisa brevemente o pensamento de Sieyes – com ênfase no texto *QU’EST-CE QUE LE TIERS ETAT* “o sentido histórico no problema da democracia, no contexto político decisivo que foi a Revolução Francesa.” (ROCHA, 1987, p.36)

Afinal, a Revolução Francesa é marco histórico de grandes questões políticas e sociais. Nesse sentido por que não dizer democráticas também, pois buscava-se a legitimidade de poder de uma burguesia emergente.

Nesse ínterim, de acordo com o conceito moderno de democracia que vai do século XVII ao século XX analisa-se Locke, Rousseau e Montesquieu⁷⁸.

John Locke destaca-se por desenvolver a Teoria Contratualista da Sociedade e do Estado, antecipando muitos princípios do liberalismo que influenciam fortemente a história da democracia.

Estos principios son: la idea de una libertad y una igualdad natural de los hombres, el derecho del individuo a la propiedad (vida, libertad, propiedades), tolerancia religiosa, la supremacía de la sociedad sobre lo política, la supremacía del derecho, la división de poderes entre legislativo y ejecutivo, y el derecho de resistencia de los ciudadanos contra un gobierno injusto, así como el gobierno por consentimiento dentro de unos fines y unos medios delimitados para ejercer el poder público. (ABELLÁN, p. 3)

Locke preocupava-se com a questão da ordem através de uma política justa fazendo uma crítica radical a monarquia absoluta na intenção de se ter um estabelecimento de um governo legítimo que respeita os limites do pacto social delineados pela concepção de natureza humana criada por Deus obrigando-se a seguir a lei natural protegendo o direito à vida, a liberdade e a propriedade. Base de um pensamento liberal bem caracterizado nessa época.

Em suas análises, Locke distingue a democracia da república. Democracia era uma maneira concreta de exercício do governo da comunidade política. Já a república era uma comunidade independente.

Nessa temática do liberalismo em que se buscava romper com um absolutismo monárquico emerge-se a ideia do constitucionalismo liberal pautado na limitação do poder do Estado.

Vale destacar aqui o pensamento de Rousseau que abordava temas da conjuntura natural, com temas sociais, políticos e jurídicos atinentes ao que concerne ao pacto social e a sua relação com a vontade geral, elaborando uma doutrina fortemente focada na soberania do povo. Em sua obra *O Contrato Social*, o filósofo faz um estudo das teorias políticas em meados do século XVIII em que se discutem as questões sobre a origem, formação e manutenção das sociedades humanas entendidas sobre a base da celebração de um acordo ou contrato entre os homens, em que o povo aparece como legítimo possuidor do poder soberano e não mais a figura do monarca. É uma visão clara da quebra de paradigma que se vivia na época, o que tornou Rousseau um dos grandes defensores da democracia.

78 Sobre este tema ver mais em El concepto moderno de democracia ABELLÁN (p. 1-72)

O pensamento de Montesquieu, outro teórico do iluminismo, também crítico do absolutismo, tem seus escritos focados em como evitar que o poder do Estado se tornasse absoluto.

Dessa forma, Montesquieu disserta e discute sobre a democracia de forma mediata. Sua análise central é o sistema de controle e equilíbrio entre os poderes do estado na intenção de se obter um poder moderado e não absoluto, sob a ótica de uma monarquia constitucional abordando também um viés democrático. Para esse filósofo, a democracia é uma forma de Estado em que o poder está nas pessoas como um todo. Diferentemente da monarquia, em que o governo está nas mãos de um único soberano, uma única pessoa que o exerce de acordo com as leis estabelecidas e promulgadas. Se não for feito dessa forma, instaura-se o Despotismo.

Na evolução do pensamento democrático e na busca por uma participação social cada vez mais efetiva, destaca-se com relação a democracia contemporânea a análise de Paulo Bonavides:

Ao Estado liberal sucedeu o Estado social; ao Estado social ha de suceder, porém, o Estado democratico-participativo que recolhe das duas formas antecedentes de ordenamento o lastro positivo da liberdade e da igualdade. E o faz numa escala de aperfeiçoamento qualitativo da democracia jamais dantes alcançada em termos de concretização. (BONAVIDES, 2001, p.20)

Uma visão não apenas político/social mas constitucional da aplicabilidade da democracia tão atualmente questionável no Brasil, e por que não dizer, no mundo.

A CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Atualmente, no Brasil, está se vivendo um cenário de degeneração democrática em alguns sentidos, como o já mencionado impeachment da presidenta Dilma Rousseff em que se emerge o tema da existência de um golpe⁷⁹, o cenário inescrupuloso de corrupção no país, uma reforma trabalhista desumana realizada de forma arbitrária e uma reforma previdenciária pendente de aprovação mas que se emoldura dos mesmos caracteres dessa, com uma proposta contrária aos interesses do povo. Ou seja, uma tamanha descridibilidade de algumas instituições democráticas em que o próprio presidente da república, denunciado por crimes de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução de justiça, não eleito pelo povo mas que deveria defender os interesses desse, não o faz se locupletando através desse poder em benefício próprio e de setores de interesse, agindo escrachadamente contra os interesses da nação. Exemplos claros e lamentáveis de uma não democraticidade.

Esse tipo de postura recorrente no Brasil por uma grande maioria de políticos prejudicando nitidamente a democracia representativa, que sofre também com a influencia dos meios de comunicação.

Por último, o sistema de representação é influenciado pelo poder de pressão dos meios de comunicação, que nem sempre expressam os intentos e as necessidades da sociedade em geral, mas, na maioria das vezes, reproduzem os interesses dos detentores do capital e dos grupos hegemônicos. A mídia como uma espécie de poder inserido no espaço de cruzamento entre o Estado e a sociedade poderia ter uma função de relevância ética na formação da opinião pública e na contribuição da democratização da política, mas isso não tem acontecido nas experiências institucionais de sociedades periféricas. Na prática, os meios de comunicação têm servido como instrumento ideológico de imposição e manipulação por parte dos “donos do poder”. [...]

79 Ver entrevista feita por Eduardo Graça, no site Carta Capital, de James Naylor Green em Nova York professor de história latino-americana e diretor da Iniciativa Brasil da Universidade Brown com destaque na academia dos Estados Unidos e “afirma não ter a menor dúvida de que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff é um golpe” (GRAÇA, 2016)

(WOLKMER, 2001 p.89)

É preciso que os cidadãos intensifiquem o controle político no Brasil já que se vê no país um nítido distanciamento das ações realizadas pelo poder executivo com relação aos anseios do povo.

Também encontramos em Arendt uma forte crítica quanto ao distanciamento, afastamento dos cidadãos dos assuntos de governo. Isso se deve à “apolitização” do povo, principalmente porque as decisões governamentais passaram a ser de responsabilidade de um pequeno número de especialistas da administração da coisa pública, modelo próprio da democracia representativa. (VICENTE, Tiago S; MARQUES, Verônica T, 2016. P. 2)

CONCLUSÃO

Atualmente, é difícil manter-se um processo de democracia participativa plena em uma sociedade, pois como a população mundial aumentou, mais difícil é envolver cada indivíduo em um processo decisório. Manifestar-se-ão os interessados em cada temática em específico. Isso não quer dizer um fim a democracia, mas pode-se dizer um tipo de limitação a sua democraticidade.

No Brasil, o que deveria ser um estímulo infelizmente forçado a participação social nas decisões políticas é o próprio cenário político atual que cercado de corrupção torna-se sem credibilidade. Mas isso pode ser um fator desestimulante da participação popular de forma pacífica, pois é oriundo de uma crise econômica e política. geradora de uma apatia social.

A pesar de uma patente apatia social que se deu com relação a Reforma Trabalhista e está se dando com relação a Reforma Previdenciária, cabe ao Estado brasileiro junto com a sociedade o estímulo a participação dos cidadãos nos espaços democráticos de debate de forma ética e proba, com respeito as diversidades e em consonancia com o Decreto nº 8.243/14 que legitima inclusive os movimentos sociais em seu artigo 2º.

Análises críticas sobre o processo democrático sempre existirão, principalmente sobre a ótica da representatividade, porém, é dever civil o envolvimento e a participação social não apenas nos momentos de debate, mas em todas as oportunidades de se exercer a democracia, para mantê-la de forma a cumprir a sua finalidade.

Permitir a manutenção do Estado Democrático de Direito através da sua permanente materialização é aplicar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que segundo Paulo Bonavides (2015) vive um grande problema de aplicabilidade.

Dizer não a democracia seria um grave equívoco e um retrocesso social ao pensamento, a pluralidade, a política, a liberdade, a igualdade e a vida digna. Que não se desista jamais dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELLÁN, Joaquin. El concepto moderno de democracia. Disponível em: < <http://webs.ucm.es/info/abellan/investigacion/historiapedf/democraciomoderna.pdf> >. Acesso em 23 jan. 2018.
- ADVERSE, Helton. Arendt, a democracia e a desobediência civil. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 105, p. 409-434, jul./dez 2012. Disponível em: < <http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/P.0034-7191.2012v105p409>>. Acesso em: 28 fev. 2018. DOI:

10.9732/P.0034-7191.2012v105p409

BITTAR, Eduardo C. B; ALMEIDA, Guilherme A. de. Curso de Filosofia do Direito. 4 ed. São Paulo – SP: Atlas, 2005.

_____. Crise política e Teoria da Democracia: contribuições para a consolidação democrática no Brasil contemporâneo. RIL Brasília a. 53 n. 211 jul./set. p. 11-33, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/211/ril_v53_n211_p11.pdf> Acesso em: 2 Mar. 2018.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

_____. Curso de Direito Constitucional. 30 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28 fev. 2018.

BRASIL. Decreto n. 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em: 28 fev. 2018. DOU de 26.5.2014

GRAÇA, Eduardo. As instituições democráticas não estão funcionando. Carta Capital. 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/899/volta-ao-passado>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

HABERMAS, Jurgen. Direito e democracia: entre facilidade e validade. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ROCHA, Leonel Severo. O problema da democracia em Sieyes. Localización: Sequência: estudos jurídicos e políticos, n. 14, p. 36-44, 1987. v. 8. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2546515>. Acesso em 23 jan. 2018. ISSN-e 2177-7055.

VICENTE, Tiago S; MARQUES, Verônica T. Reflexões sobre democracia em Hannah Arendt. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos, Curitiba, n. 2, p. 01-17, jul/Dez 2016. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/1660/pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2018. V. 2.

WOLKMER, Antônio Carlos. Do Paradigma Político da Representação à Democracia Participativa. Sequência. Florianópolis, n. 42, p. 1-15, 2001 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15395>>. Acesso em: 2 Mar. 2018. V.22.

DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO A DISTANCIA EM CIÊNCIAS AERONÁUTICAS

João Pereira Dias⁸⁰

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise acerca do desenvolvimento de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Aeronáuticas (C.A.). A proposta objetiva o estudo das adaptações de disciplinas do curso de C.A. para a modalidade de Educação à Distância (EAD). Nesta fase, foram realizados os primeiros levantamentos e análises acerca das limitações e potencialidades do desenvolvimento de conteúdos e transmissão de conhecimento no ensino online. Apesar das ressalvas a serem ponderadas, verifica-se o potencial de elaboração de conteúdos para o curso de C.A., na modalidade EAD, oferecendo uma oportunidade mais flexível e acessível de ensino para aqueles que necessitam e desejam tal graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância (EAD); Conteúdos Educacionais; Ciências Aeronáuticas (C.A); Piloto.

⁸⁰ Pós-Graduado em Gestão EAD pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo. Pós-Graduado em Gestão de Negócios pela Universidade Adventista de São Paulo. Graduado em Administração pela Universidade Anhanguera. Graduado em Ciências Aeronáuticas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: joaoferrara14@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A produção de conteúdos na modalidade EAD é uma das principais etapas na constituição de um curso online, pela importância da definição de uma abordagem metodológica, pedagógica, curricular, dialógica e processual. Além disso, sabe-se que, independente da modalidade de ensino, o sucesso de um curso passa primordialmente pela qualidade dos seus conteúdos.

Se a qualidade do material didático produzido influencia os resultados no ensino online, o planejamento acerca da sua produção, a multidisciplinaridade e experiência da equipe, os tipos de mídias utilizados e as estratégias de ensino-aprendizagem são igualmente importantes para a qualidade do curso.

Vários estudiosos destacaram a produção de conteúdo, a exemplo de Moore e Kearsley (2008); Lito e Formiga (2009); Schuelter (2010); Bleicher (2015) entre outros, descrevendo o papel fundamental de mediador do conhecimento exercido pelos materiais e recursos didáticos.

Na EAD, a tecnologia compartilha a mediação na comunicação, via ambientes virtuais de aprendizagem e internet, disponibilizando os objetos de aprendizagem. Neste sentido, a presente proposta objetivou analisar aspectos a serem considerados na produção de conteúdos para disciplinas obrigatórias dos cursos de Ciências Atmosféricas (C.A.).

Com um mercado promissor, a aviação mostra-se cada vez mais exigente, principalmente no quesito mão de obra. Apesar de não haver uma exigência de ensino superior na área, as companhias estão dando preferência para tripulantes que possuem tal formação.

A atratividade do curso de C. A. na modalidade EAD está baseada principalmente na questão de acessibilidade e flexibilidade de tempo. Tripulantes, já atuantes na função, não disponibilizam de um tempo regular específico para a dedicação do estudo presencial; além disso, mesmo para estudantes que almejam esta carreira é um fator de atração realizar o curso sem o deslocamento físico e com a adequação dos horários.

Nossa análise pretende contribuir para o desenvolvimento de material didático para disciplinas fundamentais para o curso de C. A., analisando a adaptação dos conteúdos desenvolvidos nos cursos presenciais ao modelo EAD, de maneira a cumprir exigências impostas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o Ministério da Educação (MEC).

METEOROLOGIA AERONÁUTICA

A Meteorologia aeronáutica é uma disciplina voltada especificamente às atividades aéreas tendo em vista a economia e a segurança. No Brasil, seu estudo e aplicações são realizados pelo Comando da Aeronáutica. O trabalho desses meteorologistas consiste em fazer observações visuais (quantidade de nuvens, velocidade e direção dos ventos) nos aeroportos, colher dados de estações e radares meteorológicos, divulgar esses dados aos pilotos e interpretar os dados produzindo previsões meteorológicas específicas, para a região do aeródromo e rotas aéreas, muito mais detalhadas que as previsões vistas nos telejornais.

A disciplina de Meteorologia Aeronáutica compõe, portanto, a estrutura curricular do curso de Ciências Aeronáuticas (C.A.) e tem como principal objetivo a transmissão do conhecimento da estrutura atmosférica e seus fenômenos. Esta é uma disciplina teórico-prática ministrada em sala de aula e em laboratório, e visa o conhecimento dos diferentes fenômenos meteorológicos nela organizados que afetam a segurança e a economia das atividades aéreas. A disciplina também analisa a questão da infraestrutura

meteorológica em nível nacional e internacional, bem como a interpretação e avaliação das diferentes informações meteorológicas relativas à formação de pilotos em nível de piloto comercial, piloto de linha aérea e de Voo por Instrumentos - Instrument Flight Rules – IFR (LESTER, 1995).

Quando oferecida na modalidade EAD, tal matéria exige que seu conteúdo seja adaptado, como por exemplo, o uso de vídeos e simuladores simples são utilizados para demonstrar aquilo que seria trabalhado de maneira presencial. Alguns conteúdos específicos como códigos e avisos meteorológicos a exemplo de SIGMET, VOLMET e SIG WX necessitam de uma maior interação, do que simplesmente uma leitura textual.

Atualmente as Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem o curso de Ciências Aeronáuticas não possuem pré-requisitos práticos, como por exemplo, a realização de horas voo. Com isso, a aplicação de determinados conhecimentos indispensáveis para um pretendente à carreira aérea, acaba sendo mitigada.

NAVEGAÇÃO AÉREA

Com o objetivo de conhecer os métodos de navegação aérea, interpretar mapas e cartas aeronáuticas de maneira a localizar-se e deslocar-se em trajetórias pré-estabelecidas e conhecer a operação dos sistemas de radionavegação, a disciplina de Navegação Aérea atualmente, pode ser considerada como a mais importante para o curso (BORDINI, 1986).

A disciplina tem ênfase em conteúdos de navegação aérea que possibilitam desenvolver um voo baseado nos auxílios dos instrumentos de bordo de radionavegação e estudos dos equipamentos de terra, que são empregados como balizadores de rotas e procedimentos aeronáuticos executados pelo piloto na condução de uma aeronave no voo IFR.

Na modalidade presencial, essa disciplina é aplicada em boa parte na sala aula, e outra parte da disciplina é ministrada em laboratório, o qual possui simuladores de voo. Os simuladores são utilizados para verificação da fixação do aprendizado, de maneira que o aluno consiga se localizar no instrumento a bordo. A ANAC se utiliza desse recurso, realizando o aproveitamento de horas em simuladores para abater horas de voo real.

Atualmente os simuladores fazem parte da modalidade EAD e de maneira específica nessa disciplina, é possível observar, de certa forma, uma maior interação a esses dispositivos, onde o tempo e a flexibilidade facilitam a aplicação do exercício quando for mais conveniente, fazendo com que o discente interaja com o sistema e obtenha um melhor aproveitamento.

REGULAMENTO DE TRÁFEGO AÉREO NACIONAL

É uma disciplina teórica que objetiva conhecer e aplicar regras e normas que regem o espaço aéreo brasileiro. Tal conteúdo é de fundamental importância para que os alunos tenham o conhecimento necessário para que não haja nenhuma infração de tráfego aéreo. O estudo das regras do ar e dos serviços de tráfego aéreo aplicados às aeronaves que utilizem o espaço aéreo brasileiro, são desenvolvidos de modo a permitir ao aluno a correlação entre os conteúdos e a sua aplicação prática (Voo Real).

Por ser uma disciplina que não necessita de uma alta interação, a disponibilidade de ilustrações, cartas aeronáuticas, documentos, publicações e formulários aeronáuticos de preenchimento, entre

outros locais de pesquisa como ICA 100-12, ROTARER e RBHA 121 podem ser facilmente colocados à disposição do discente, portanto, quando oferecida na modalidade EAD, acaba sendo muito bem aproveitada (JUNIOR, 2014).

Comparando com as modalidades presencial e à distância, a maior diferença seria no relato de experiências dos docentes referente a alguma situação problema. No que tange aos conteúdos abordados pela disciplina, todos os itens seriam facilmente trabalhados, devido a quantidade de informações disponíveis sobre a mesma.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS DE AERONAVES

A disciplina mais desafiadora para o curso na modalidade EAD é a de Conhecimentos Técnicos de Aeronaves, visto a necessidade de visitas técnicas. Ela objetiva o conhecimento da estrutura e o funcionamento dos sistemas e motores de aeronaves, com ênfase no estudo dos sistemas elétricos, hidráulicos, de controle de voo, trem de pouso, grupo moto propulsor, alimentação de combustível, instrumento de bordo e componentes (ILLMAN, 1991).

A prática aplicada nessa disciplina alavanca o aprendizado e facilita o entendimento do aluno. Para transpor esta questão na modalidade EAD os cursos disponíveis trazem consigo desenhos técnicos para exemplificar o conteúdo. O fato do discente não obter o privilégio da prática faz com que seu desempenho na realização das horas de voo seja deficiente, o que pode prejudicar o entendimento de um possível problema no sistema da aeronave e como consequência, uma demora na tomada de decisão.

A junção das aulas teóricas, com as respectivas horas de voo para a obtenção das habilitações, seria um excelente complemento para o entendimento das disciplinas. As horas de voo, como requisitos para andamento de determinadas disciplinas, incentiva o conhecimento e trabalha as competências apresentadas em sala de aula.

O curso presencial trabalha normalmente com a parte teórica e com visitas técnicas nos centros de manutenções das grandes companhias aéreas e aos laboratórios dispostos nas universidades.

Na modalidade EAD, o aluno pode realizar visitas técnicas, principalmente nos aeroclubes, de preferência naqueles onde em um segundo momento irá realizar suas horas de voo. O aeroclube é considerado o melhor local para visitas técnicas, por sua facilidade de acesso e a simplicidade do mecanismo trabalhado. Grandes centros técnicos ou de manutenções são considerados de acesso mais restritos.

Nada impede que os alunos desenvolvam o mesmo conhecimento em ambas as modalidades de ensino, porém haverá uma dedicação relativamente maior do discente EAD.

TEORIA DE VOO DE BAIXA VELOCIDADE

Entre as disciplinas trabalhadas no presente artigo, a que mais possui números e cálculos a serem realizados é a de Teoria de Voo de Baixa Velocidade. O entendimento de formulas e integrais são essenciais para identificar os princípios básicos da aerodinâmica aplicada em voo, de modo a obter maior segurança e eficiência na operação da aeronave.

Nessa disciplina são analisadas as forças e fluxos aerodinâmicos, momentos e torques gerados, características de estabilidade e desempenho de aeronaves em diversas situações de voo e levando em

consideração um fluxo de ar incompressível (PINTO, 1989).

Por se tratar de uma disciplina onde o cálculo abrange grande parte de seus conteúdos, quando aplicado esse estudo na modalidade EAD, seu entendimento pode ficar brevemente distorcido, requerendo de uma maior interação do aluno com o tutor.

O trabalho com vídeos explicativos é a melhor maneira de exemplificar conteúdos e complementar informações. Se compararmos as duas modalidades, iremos verificar que no modelo presencial existe o professor presencial para esclarecer as dúvidas, e no modelo EAD, fica a cargo do tutor o retorno dessas dúvidas para os professores conteudistas, que realizarão os devidos esclarecimentos com relação às dúvidas expostas pelos alunos.

Observando as modalidades distintas, podemos esclarecer que ambas possuem esclarecimento, porém em momentos diferentes. Na modalidade EAD a disciplina de Teoria de Voo de Baixa Velocidade torna-se mais desafiadora, assim, a maneira como será trabalhada e a disposição dos conteúdos oferecidos podem ser determinantes para o aprendizado. De maneira específica, nessa disciplina, verifica-se, normalmente maior dificuldade a ser superada pelos alunos online, comparado aos que estudam de forma presencial.

As cinco disciplinas analisadas nesta pesquisa foram comparadas em termos de conteúdo e prática baseando-se nas propostas oferecidas por Instituições de Ensino Superior (IES), ambas oferecendo modalidades distintas. Enquanto a teoria pode ser facilmente transportada em termos de conteúdo, seja numa sala de aula como em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), a prática mostra-se um desafio.

Atualmente as IES que oferecem o curso de C.A. precisam avançar no quesito prático, ou seja, estabelecer pré-requisitos. A formação de um graduado em C.A. precisa proporcionar horas de voo e treinamento em aeronaves. Podemos dizer que, o incentivo a práticas dessas horas de voo já é considerado um avanço, porém a sua obrigatoriedade precisa ser regulada.

A modalidade EAD atualmente oferece o mesmo diploma de bacharel que a modalidade presencial, não havendo, portanto, diferenciação. O desafio está em conciliar a prática de aeroclube com os conteúdos proporcionados institucionalmente. Independente da modalidade, agregar teoria e prática é essencial para que o aluno se sinta seguro e confiante de que fez um excelente curso e que exercerá sua profissão com qualidade.

CONCLUSÃO

O potencial do curso de C. A. à distância recai nos seus fatores de atratividade: flexibilidade de horários e acessibilidade, tornando real o sonho daqueles que geograficamente estão impossibilitados de cursá-lo presencialmente. No que tange a aprendizagem online, existem algumas limitações no desenvolvimento de conteúdos, principalmente aqueles em que a parte prática é oferecida no modelo presencial.

É de responsabilidade do aluno a realização das horas de voo. A prática de horas de voo é independente do estudo teórico realizado no ensino superior. Todavia, algumas IES dispõem de parcerias com aeroclubes, para que a prática se torne possível. Como o curso de C. A. tem como foco a formação de piloto, é indispensável que o aluno se esforce para obter o número adequado de horas de voo a fim de conquistar suas licenças e habilitações.

Independente da modalidade escolhida, as horas de voo deverão ser realizadas em um aeroclube. Levando em conta a necessidade de uma dedicação e um maior tempo disponível para essas atividades práticas, a modalidade EAD se mostrar mais adaptável à esta situação, trazendo assim uma vantagem na adaptação aos estudos teóricos.

A presente pesquisa, nesta fase, analisou, em uma abordagem comparativa, os conteúdos de base desenvolvidos nas duas modalidades. Ressalta-se a responsabilidade do desenvolvimento de conteúdos para o curso de C. A. a fim de estabelecer um padrão de aprendizagem que alcance ambas modalidades. Padrão esse, que se reflita, não só no desempenho do profissional ao longo de sua carreira, mas que também influencie a segurança de seus passageiros e tripulantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLEISCHER, S. Processos Flexíveis para a Produção de Materiais Didáticos para a Educação a Distância: Recomendações Pautadas na Perspectiva Interdisciplinar. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- BORDINI, R. Navegação Aérea. Porto Alegre: EVAER, 1986.
- ILLMAN, P. E. The Pilot's Handbook of Aeronautical Knowledge. Blue Ridge Summit: Tab Books, The McGraw-Hill Companies, 1991.
- JUNIOR, P. Regulamento de Tráfego Aéreo. São Paulo: ASA Edições e Artes gráficas. 2014.
- LESTER, P. F. Aviation Weather. Englewood: Jeppesen Sanderson, 1995.
- LITTO, M. F; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. Vol. 1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
- MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- PINTO, L. S. Aerodinâmica e Desempenho de Aeronaves para Pilotos. Porto Alegre: Magister, 1989.
- SCHUELTER, G. Modelo de educação a distância empregando ferramentas e técnicas de gestão do conhecimento. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

AS RELAÇÕES DE PODER NA ESCOLA E OS CONFLITOS EM SALA DE AULA

José Cleudo Matos Cardoso⁸¹

RESUMO

Busca-se com este artigo compreender de que forma os conflitos se constituem no ambiente escolar, procurando entender a relação entre eles, indisciplina e poder na escola. O estudo foi desenvolvido à luz das teorias de Michel Foucault, Antoni Zabala, Silvia Parrat-Dayan, Julio Aquino Gropa. Percebe-se que as relações de poder na escola também estão relacionadas ao surgimento e desenvolvimento dos conflitos no ambiente escolar. Por ser um espaço coletivo, a escola apresenta problemas de comportamento e de indisciplina. E, muitas vezes, para resolver essa situação, usa de métodos punitivos que não são eficientes para mediar o conflito e de uso do poder, às vezes, arbitrário. Muitos aspectos na escola são produzidos conforme as relações de poder, essas, por sua vez, são fundadas em práticas políticas disciplinares numa eterna vigilância. Ainda pela visão dos autores citados, o poder, segundo Foucault, é uma prática, uma luta, é um exercício, é uma disputa. Muitos professores sentem dificuldades para lidarem com diversos tipos de situações conflituosas; por isso eles precisam criar espaços de diálogos e de decisão, principalmente na construção das regras.

PALAVRAS-CHAVE: Poder. Indisciplina. Conflitos.

81 Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Estácio de Sá e Doutorando em Psicologia pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES – Buenos Aires). cleudocardoso@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O conflito é necessário para o crescimento das pessoas que estão envolvidas no processo. Ele é uma ótima oportunidade para se debater sobre valores, regras, participação. É inevitável de acontecer, pois o outro, direta ou indiretamente, fará parte dessa situação. Na escola, é impossível não haver conflitos. Essa problemática é um grande desafio para a educação atual, pois é preciso desenvolver nos professores, nos alunos e nos demais membros da comunidade escolar capacidades e atitudes sociais, relacionais, atitudinais, comunicativas e emocionais, para uma vivência de cooperação, de negociação, de autodeterminação, de autonomia e de valores.

Por ser um espaço coletivo, a escola apresenta muitos conflitos. E, muitas vezes, para resolver essa situação, usa de métodos punitivos que não são eficientes para resolver a situação. Muitas vezes, esses métodos são impostos de maneira autoritária e arbitrária, sem negociação, sem diálogo. Muitos professores apresentam dificuldades em como trabalhar com essa realidade, sentindo-se despreparados para atuar com os desentendimentos e as brigas dos alunos, por exemplo.

Na escola, o poder disciplinar produz saber e é aceito e praticado por todos os membros da instituição escolar numa relação hierárquica. Exercer pressão constante sobre os alunos para que todos deem atenção aos estudos, que façam as tarefas e que respeitem cegamente as normas é parte de um sistema punitivo com função normalizadora. O normal se estabelece como princípio de coerção e com ele o poder de regulamentação. A questão principal é criar um comportamento modelado, padronizado, determinado, concebido conforme o pensamento da estrutura hierárquica da escola em que os alunos deixarão de serem sujeitos ativos para serem sujeitos passivos, ficando numa situação de acriticidade.

Todo esse sistema vigilante e punitivo acaba reforçando uma indisciplina que cada vez mais vai gerar violência, rebeldia ou agressividade ou tornar o aluno em um ser passivo, sem autonomia, contido. Logo, percebe-se que as relações de poder na escola também estão relacionadas ao surgimento e desenvolvimento dos conflitos no ambiente escolar, uma vez que elas são coercitivas. Constatada a transgressão à norma, a penalidade seria uma consequência lógica.

Os alunos praticam a indisciplina porque também são vítimas de graves problemas socioeconômicos, desentendimentos familiares, pela falta e ausência da vivência de valores na família e na sociedade, pelo aumento da violência, da indiferença e da marginalização e exclusão social, por conta do sistema capitalista que produz uma sociedade pragmatista, utilitarista e consumista que prioriza o ter em vez do ser e de um mundo e de uma família que vive sem regras, sem normas, sem valores. O que esperar desses alunos a não ser a reprodução de tais atos vistos e presenciados na mídia, na sociedade, na família e até mesmo na escola? Eles são rebeldes e até incompreensíveis porque também não veem interesse na escola, no conhecimento que podem receber, e com isso transgridem as regras e acabam prejudicando a própria aprendizagem.

Portanto, a gestão de conflitos é uma possibilidade para criar ambientes voltados para a aprendizagem e ao bem-estar da escola, uma vez que a mediação gerará participação, debate, corresponsabilidade, compromisso, respeito, reflexão sobre a prática, permitindo aos alunos lidarem com diversos tipos de situações, tais como: frustrações, reconhecimento dos medos e angústias, gerência de conflitos, trabalho em grupos, reflexão sobre a quebra de normas e de valores.

O PODER NA ESCOLA À LUZ DO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Ainda encontramos presente em muitas escolas a ideia de que a utilização de regras impostas de pedagogias tradicionais resolve o problema na sala de aula. Muitos professores pensam que a disciplina é somente a manutenção da ordem e da obediência às regras, e que uma sala quietinha seria um ambiente sem conflitos; logo, sem problemas. Por outro, há professores que se sentem como donos do saber e que aos alunos apenas cabem ouvi-los. Modelos tradicionais pedagógicos de resolução de conflitos ainda são muito presentes no cotidiano das escolas. Foucault (2001, p. 251) sobre esse assunto diz:

“Estamos na sociedade do professor-juiz, do educador-juiz, do assistente social-juiz; todos fazem reinar a universidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos.”

O poder é imposto sobre as pessoas, sobre os alunos e atua sobre eles, colocando-os na condição de sujeitos, de subordinados. Logo, esse poder não é trocado, é exercido numa relação de força, de imposição. Foucault (2001, p. 134) dizia que “funciona o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.” Dessa maneira, esse mesmo poder vai se tornando legítimo, natural, aceitável, normal dentro da escola que vai disciplinando, vigiando, controlando, punindo, sancionando, porque as técnicas fazem com que os alunos aceitem livremente e impostamente, de uma maneira muito discreta e implícita o poder da punição e de serem punidos.

O poder na escola é algo que ainda precisa ser muito debatido em todos os níveis, pois quando não bem utilizado, transforma-se em repressão e em sufocamento da liberdade dos alunos. Eles precisam participar democraticamente do processo de criação de regras do ambiente escolar e serem ouvidos também em todos os momentos. Dessa forma, é possível sonhar com uma sociedade melhor, com uma escola melhor, que supera completamente o estado de repressão, de submissão, de controle dos corpos. A formação e a educação dos alunos não devem servir apenas para o mercado; mas, principalmente para a cidadania e autonomia deles enquanto sujeitos.

No livro *Vigiar e Punir*, Foucault (2001) usa a figura do Panoptismo, uma espécie de torre central como símbolo de vigilância e de controle. A sala da direção e da coordenação poderiam ser essa torre, pois a partir dela tudo se vê na escola, até os alunos passeando pelos corredores; bem como, visualizar também os professores, uma vez que todos devem ser controlados. A própria forma como a sala é organizada também se insere nesse contexto. O birô do professor é colocado de modo a observar toda a sala, a todos os alunos ao mesmo tempo. Logo, o birô é também é um dispositivo panóptico.

Essa situação de panoptismo acaba exercendo uma pressão muito forte sobre os alunos: eles têm que fazer as tarefas, ficarem calados e atentos, sentados de maneira decente, falar somente o necessário. Tudo isso faz parte de um sistema punitivo com função normalizadora com princípio coercitivo, pois quem não se adequar às normas, estará sujeito à penalização. E, tudo isso, contribui para a diminuição dos conflitos na sala de aula? O panoptismo, para Foucault (2001, p. 166) faz

“[...] com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder que eles mesmos são os portadores.”

A estrutura física do espaço escolar converge para uma vigilância. Foucault (2001), em seu livro *Vigiar e Punir*, faz uma comparação da escola a uma prisão: começa pelo prédio da escola, todo ele é envolvido por muros, a escola tem grades e portões, até as janelas possuem grades. Há sempre um imenso portão ligando à entrada ao interior da escola. Funcionários vigiando, a coordenação passeando pelos corredores, analisando o comportamento de cada aluno e professor. Todas as salas dão para um grande corredor, que também é vigiado.

A escola realmente se parece com uma prisão e essa estrutura colabora para a incidência de conflitos negativos e não contribui para o controle dos alunos ou às vezes levam para a domesticação dos corpos dos alunos. Há horários para entrar e para sair, banheiros fechados, carteiras dispostas em filas voltadas para o professor. Essa estrutura não controla a disciplina da escola, porque se fosse, já teria resolvido o problema da indisciplina há tempos. A neutralização da “periculosidade” do aluno por meio dessas medidas de controle e de punição reforçam negativamente a ideia de conflito na escola, pois essas formas acabam domesticando o aluno, tornando-o em corpo dócil. Sobre isso, Foucault (2001, p. 106) diz

“[...] horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares [...]. E finalmente, o que se procura [...] é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens, uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele, e que se deve deixar funcionar automaticamente nele.”

Foucault (2001) apresenta uma grave consequência do poder exercido na escola na vida do indivíduo: o cidadão passivo, submisso, acrítico, sem reação. Assim, o poder exercido de forma autoritária na escola apenas camufla ou disfarça os reais problemas no cotidiano escolar, colocando assim numa panela de pressão que a qualquer momento estoura em forma de conflitos fortes, de indisciplina e de violência. Logo, o poder exercido na escola impacta na vida social do aluno dentro e fora da escola.

Foucault (2001) nos diz que o sujeito é fabricado e que a escola fabrica determinados tipos de indivíduos dentro da sua ótica moralizante. O poder, segundo Foucault, é uma prática, uma luta, é um exercício, é uma disputa. O poder sempre vai dizer “não” para que assim ele possa ser obedecido. Sem o “não” repressor do poder, ele deixaria de existir. O problema desse “não” é que ele é carregado de autoritarismo e não leva o indivíduo a refletir sobre sua prática. Pelo contrário, é um “não” reforçador negativo que inibe, que aterroriza, que amedronta quem estiver por perto. Desse mesmo jeito, a escola vai formalizando o seu poder, criando uma espécie de “não” que vai fazendo com que o aluno vá ficando com temor diante dos professores e do diretor.

Mas o poder não é sempre negativo. O que se discute é a maneira como ele é imposto e apresentando na escola que não colabora para a superação dos conflitos. Se o poder pode levar o aluno para a repressão, por que ele não pode levar esse mesmo aluno para o seu crescimento e autonomia? Por que a autoridade não pode ser vista como serviço? Sabe-se que o poder possui uma eficácia produtiva, logo o poder poderia ser convergido para esse fim sem tentar reprimir ou controlar alguém.

Quando o aluno participa da elaboração das regras, essas regras são facilmente respeitadas. Dessa forma, quando a regra é quebrada, o aluno deve compreender a sua falta, pois ele ajudou a construir o sistema de normas, não foi algo imposto, e perceber que deve corrigir sua postura. Assim, a reciprocidade e a colaboratividade possibilitam a construção dos valores morais, do respeito ao grupo que pertence.

CONFLITOS E INDISCIPLINA NA ESCOLA

A escola, enquanto instituição que agrega vários tipos de pessoas, sempre teve conflitos. Essa situação vem se tornando mais frequente nos últimos anos, pois percebe que os conflitos ocorridos dentro e fora da sala de aula estão, na sua maioria, ligados a questões disciplinares, comportamentais e de convivência. O conflito é importante para o crescimento das pessoas e, neste caso, dos alunos, pois com ele aprendem a analisar melhor a situação e a compreender o ponto de vista do outro, sem contar que contribui para uma convivência respeitosa, gerando oportunidades de transformação.

O conflito pode ser visto como choque de motivos, de contrariedades e de incompatibilidades com situações antagônicas e perturbadoras. É um processo que está presente na condição humana e se desenvolve no aspecto interacional. Mas o conflito não poder ser visto como algo negativo, ele é positivo quando é levado a sério numa postura de diálogo, de negociação, de compreensão e de crescimento, quando é posto como oportunidade de aprendizagem, de desenvolvimento psicossocial e de mudança.

O conflito é um fenômeno subjetivo que tanto pode ser de nível individual quanto grupal. É uma convergência de forças de sentidos opostos. Muitos pensam que o conflito na escola só acontece na sala de aula. Pelo contrário, acontece também no pátio, na calçada, no treino de educação física, dentre outros. A escola, hoje, precisa saber como mediar esses conflitos em sala de aula, fazendo com que problemas de convivência se tornem em solução de vida coletiva. Não se pode confundir conflito com indisciplina ou com violência, apesar de que as duas últimas fazem parte do contexto da primeira. Conflito, pode-se dizer, que é toda oposição, desacordo ou incompatibilidade que ocorre na convivência. Já a indisciplina são comportamentos indesejáveis como a quebra de normas. E, por último, a violência, é a agressão física, verbal, psicológica.

Há vários tipos de conflitos escolares, como: desavenças, difamações, ameaças, queixas, brigas, tensões entre professores e alunos, palavrões, boatos, insultos, mal-entendidos, dentre outros. Sabe-se que a divergência é natural e frequente, a questão é que precisa ser mediado, conversado, dialogado para que a situação não pareça injusta, favorecendo a um ou a outro, ou que aconteça numa realidade permissiva para a cultura de violência ou omissiva, deixando a lei do mais forte imperar. A escola precisa aprender a resolver e mediar os diversos conflitos existentes, superando tudo isso, reagindo de forma positiva, para que a convivência social seja sadia e madura. Neves (1999, p. 156) diz:

O conflito é visto como algo que é necessário encorajar em termos de surgimento, no pressuposto de que o conflito é algo de benéfico para estimular a inovação e a criatividade dos comportamentos, das atitudes e das cognições.

As principais reclamações dos professores são: falta de limite dos alunos, desinteresse em fazer as atividades, falta de perspectiva de vida, brincadeiras e desatenção na hora da explicação, insultos e xingamentos com os colegas, falta de respeito com os outros, com os professores e funcionários, agressão verbal e, às vezes, física. Isso tudo acaba impactando na socialização e convivência deles, bem como na aprendizagem escolar. Sobre isso Silvia Parrat-Dayana (2015, p. 47) nos diz

“é preciso passar por um novo processo de socialização – caminho que os profissionais da educação não devem trilhar sozinhos, mas com os demais colegas. Nesse sentido, as instituições de ensino, como as conhecemos, precisam se reinventar e se tornar verdadeiramente democráticas, inclusive para resolver os problemas da indisciplina. Uma gestão participativa acredita e investe em

mudanças na sala de aula e no relacionamento entre professores, funcionários e gestores. Afinal, a escola é um espaço que educa também por meio da maneira como ela mesma funciona. Não se pode ensinar cidadania sem respeitar os princípios da democracia.”

Logo, percebe-se que a escola precisa descobrir novas estratégias de enfrentamento aos conflitos e casos de indisciplina. Uma das propostas é o projeto de intervenção e de mediação nos conflitos. Os princípios éticos precisam ser vividos constantemente no ambiente escolar para que os alunos reflitam sobre suas condutas de comportamento e que melhorem nos aspectos humano, social, relacional e cognitivo, numa perspectiva de resolução de conflitos, numa postura educativa com programas curriculares com formação em mediação e com práticas de mediação com prevenção de conflitos, criando assim uma nova cultura relacional na escola.

A escritora Silva Parrat-Dayán (2015) diz que a escola vê o conflito como algo atípico, e sabe-se que não é assim. O conflito é recorrente sempre no interior da sala de aula e fora dela. Onde há comunicação e relacionamento, haverá conflito humano. Há muitos problemas de indisciplina em sala de aula e os professores não podem simplesmente ignorá-los com aplicação de medidas punitivas, muitas delas, autoritárias. Tudo pode se transformar como uma ameaça e isso gera mais conflito ainda. Até a avaliação bimestral é usada como forma de chantagem em troca de disciplina. Silvia Parrat-Dayán (2015, p. 21) ainda diz

“os conflitos em sala de aula caracterizam-se pelo descumprimento de ordens e pela falta de limites, como: falar durante as aulas o tempo todo, não levar material necessário, ficar em pé, interromper o professor, gritar, andar pela sala, jogar papeizinhos nos colegas e no professor, dentre outras atitudes que impedem os docentes de ministrar aulas com mais qualidade.”

A convivência na escola é um grande desafio neste século. Autoritarismo, desrespeito, descontrole emocional, falta de motivação e de interesse, disputas, discussões, injustiças, tudo isso faz parte do cotidiano escolar e está relacionado à indisciplina. A escritora Silvia Parrat-Dayán (2015, p. 16) diz “que a indisciplina é um problema sério, ela não tem forma e segue caminhos diferentes.” A indisciplina gera indisciplina, da mesma maneira que violência gera violência; essa, por sua vez quando produzida dentro da escola é fruto do que acontece na sociedade. A violência social, familiar e midiática contribuem para a violência escolar.

A indisciplina é uma manifestação de um conflito e aparece em todos os níveis de escolaridade. O mal-estar na escola é também fruto do mal-estar na cultura. Assim, a escola é reflexo da sociedade. O que acontece na sociedade é transmitido na escola, e com isso a indisciplina entra nesse contexto. Segundo Aquino (1996, p.118) a indisciplina

Não como indicação de negação ou privação da disciplina, ou no sentido pejorativo que o conceito carrega como desordem, falta de regras e de controle, mas como um fogo que atravessa a calma e faz nascer novos movimentos, diversas imagens invertidas: um atravessamento na forma pela qual as escolas estão socialmente organizadas, passando por toda a normatização imposta pela instituição para dirigir-se a um aluno adulto e autônomo, que pode reconstruir reconhecimentos.

Há muitas aulas desmotivadas, sem um diferencial que chame a atenção do alunado, com isso, eles se sentem enfadados e vão agir de maneira adversa com comportamentos contrários. É preciso criar uma

pedagogia da crítica nos alunos e não uma pedagogia de submissão, de subserviência, de subsidiário. É preciso também tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico, como dizia Julio Aquino Gropa (1996):

A indisciplina escolar não é um fenômeno estático nem um fenômeno abstrato que mantém sempre as mesmas características. A indisciplina nas escolas sempre existiu. Um bom comportamento também não é sinal de disciplina, porque pode indicar uma adaptação aos esquemas escolares. As causas para a indisciplina podem ter origem externa ou interna à escola. As causas externas podem ser vistas na relativa influência dos meios de comunicação, na violência social e também no ambiente familiar. O divórcio, a droga, o desemprego, a pobreza, a moradia inadequada, a ausência de valores, a anomia familiar, a desistência por parte de alguns pais de educar seus filhos, a permissividade sem limites, a violência doméstica e a agressividade de alguns pais com os professores podem estar na raiz do problema. A falta de referências numa sociedade individualista, a perda do sentido de regra e a perda do sentido da obrigação são fatores que podem explicar a indisciplina.

O ato indisciplinado do aluno não é um problema individual, mas apresenta algo sobre as instituições escolares atuais. Portanto, é preciso pensar ou repensar a aula, a relação professor-aluno e os problemas pedagógicos. A indisciplina deve ser considerada uma temática pedagógica, de ser debatida e analisada nos cursos superiores de Pedagogia. A disciplina deve ser um dos efeitos do cotidiano na sala de aula. É na sala de aula que surgem os conflitos e é lá que eles precisam ser resolvidos, para isso é necessário que as regras de convivência sejam explicadas, compartilhadas, vividas, lembradas, internalizadas, transformadas quando necessário.

○ PROFESSOR E SUAS DIFICULDADES DIANTE DOS CONFLITOS

Os professores, na sua maioria, “perdem tempo” pedagógico resolvendo problemas disciplinares na sala, como organizar cadeiras, pedir silêncio e atenção no conteúdo, desligar o celular, dentre outras coisas. Com isso, a aprendizagem fica em segundo plano, bem como a prática de cidadania por meio das regras e valores.

O professor é testado todos os dias: sala de aula superlotada, condições físicas mínimas para um bom desempenho, gestão da sala de aula, manutenção da disciplina, controle emocional seu e dos alunos, dentre outros aspectos. Logo, ele se sente desafiado, e por não ter condições de dar de conta de tudo isso, prefere reproduzir o velho sistema disciplinar. O docente diante da situação acaba tomando medidas extremas como constranger o aluno e colocá-lo para fora de sala. A questão é que o problema não está sendo resolvido dessa maneira, que os alunos estão sendo contidos e não educados. E o pior é que essas mesmas ações irão se repetir. Muitos professores não estão preparados para lidarem diante dos conflitos existentes na sala de aula.

Tradicionalmente, a maneira de se resolver a indisciplina é com a repressão, que não traz os resultados devidos. Mas também não pode deixar o aluno livre para decidir o que quiser. É preciso discutir e construir os valores, tendo senso de cooperação. Os problemas de indisciplina da escola estão relacionados com problemas de moral. Os alunos vivem em sociedade e como tais precisam de regras que promovam a convivência. Sobre esse assunto, Silvia Parrat-Dayan (2015, p. 51) diz:

“toda regra vem acompanhada de uma sanção em caso de transgressão. A sanção pode ser

entendida como uma medida para normalizar e submeter (sujeitar à obediência), para que se respeite a regra ou como tendo uma função educativa e autorizando o diálogo. No primeiro caso, a sanção conduz à subordinação do sujeito. No segundo, aponta a permitir que o aluno encontre seu lugar no grupo. [...] O respeito mútuo é o respeito de convenções entre indivíduos iguais em direitos. Não necessita limite externo nenhum e caracteriza-se por uma relação social de cooperação. [...] O respeito mútuo produz a autonomia. ”

O papel do professor é de apresentar os conceitos de responsabilidade e de justiça. As regras devem ser vistas não como obrigações, somente; mas como direitos. Estabelecer limites não traumatiza ninguém; pelo contrário, ajuda na formação do caráter do indivíduo. Os limites não podem ser entendidos de forma negativa. Eles devem ser entendidos como forma positiva, permitindo que o aluno saiba qual a sua posição no espaço social e o que a faz se sentir segura. E como isso pode acontecer? Formando o aluno para que ele possa compreender que não pode fazer o que quiser na hora que quiser. É necessário discutir as razões dos limites que tem de respeitar, não criando limites gratuitos, desnecessários ou excessivos que ajam contra a liberdade, a criatividade e a própria capacidade do aluno.

Outro aspecto relevante em relação à dificuldade do professor com os conflitos na sala de aula é a sua própria formação precária nesse quesito. Ele deve ser sabedor dos aspectos legais e pedagógicos da sua profissão. A formação continuada dos professores, infelizmente, não aborda esse tipo de temática e de problemática. As semanas pedagógicas esquecem-se de debater sobre indisciplina e conflitos. Parece que há uma apatia ou um despreparo diante desse assunto por parte dos gestores e professores. Os gestores precisam estar mais atentos em relação aos conflitos na escola, proporcionando momentos de debates com os professores na hora do planejamento, ajudando ao professor repensar sobre a sua prática pedagógica.

Para que a indisciplina seja resolvida de forma saudável, um exercício é a democracia, a estimulação do espírito crítico. O professor deve propor perguntas e deixar que os alunos falem. Incitar a dar argumentos, contra-argumentos, formular critérios de argumentação. A solidariedade é outro elemento que o professor pode trabalhar, percebe-se que ela pode favorecer a compreensão pessoal e do grupo. Além disso, os alunos vão perceber que o grupo não é obstáculo para a compreensão e que favorece o enriquecimento pessoal.

A conduta democrática supõe valores como a ética, a criticidade, o debate, o entendimento. Desse jeito, a atitude democrática torna-se hábito no cotidiano escolar.

Para superar também as dificuldades em relação à indisciplina e aos conflitos, é preciso estreitar os laços entre a escola e a comunidade. Os pais também devem fazer o seu papel de educadores, devem se sentir responsáveis pelos seus filhos e serem chamados para discutir e debater sobre os diferentes problemas pertinentes à educação dos alunos, incluindo a indisciplina. Os pais precisam ser formados também, assim como os professores. Percebe-se que as reuniões de pais e mestres são verdadeiros espaços de lamentações, de mostrar os erros dos alunos. Momentos de formação desperdiçados.

Enfrentar um conflito é uma oportunidade de trocar pontos de vista, de argumentar, de propor soluções, de dialogar, de procurar uma solução em comum e construir a autonomia de cada um. Sabe-se que todas as ações não apenas favorecem a aprendizagem, mas também favorecem o desenvolvimento do aluno. Se o professor resolve o conflito em vez de deixar que os alunos o resolvam, está impedindo que elas se construam como pessoas e aprendam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda essa temática a respeito de conflitos e indisciplina precisa fazer parte das discussões pedagógicas dos professores, ser retomadas em todos os momentos de formação e tem que ser debatida constantemente. As relações interpessoais precisam ser compreendidas como um novo tipo de aprendizagem que necessita de estar inclusa nas diversas práticas educativas.

É imprescindível que se discuta sobre conflito e indisciplina no cotidiano da instituição educacional, que as regras sejam revistas nos documentos escolares, que o bom relacionamento baseado no respeito seja prática constante em todos os espaços da escola. É importante ressaltar que a escola não ficará à mercê de quaisquer eventualidades e mudar o tempo todo as suas normas. Ela é regulamentada por regras, assim como qualquer instituição. A questão é o que fazer para que esses alunos criem respeito à autonomia de cada um, cumprindo com as normas que eles mesmos ajudaram a construir. A mediação do professor na gestão de conflitos é de fundamental importância para a resolução do problema, pois ele deve promover no alunado essa capacidade de agir sempre com autonomia, respeitando o próximo.

A partir de uma convivência sadia, a escola vai desempenhando o seu papel de colaborada na cidadania, pois com atitudes éticas e com estratégias de melhoramento, o professor vai estimulando o lado protagonista dos seus alunos. A escola deve prezar pelo convívio entre os alunos por meio de uma relação harmoniosa e amistosa.

Dessa maneira, o professor deve atuar junto aos seus alunos, despertando neles sentimentos de confiança, de autoestima, de solidariedade, de respeito, reflexões que façam com que o alunado sinta-se corresponsável também pelo outro e pela escola, e um caminho para que isso aconteça é a boa estruturação das relações interpessoais, formulando novas ideias, novas regras, provocando novas maneiras de agir e de pensar, contribuindo, dessa maneira, para uma gestão baseada na democracia e na partilha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, J.G.(Org.). Indisciplina na escola – alternativas teóricas e práticas, 4. Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 33ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- NEVES, L. M. W. Educação e política no Brasil de hoje. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época; v.36).
- PARRAT-DAYAN, Sílvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- ZABALA, Antônio. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ASPECTOS METODOLÓGICO E LINGUÍSTICO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO⁸²

Leiliane Aline Rodrigues Vieira ⁸³

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como os docentes lidam com o ensino da língua padrão, suas regras e metodologia em sala de aula. A partir da análise dos planos de ensino de Língua Portuguesa do Ensino Médio em escolas privadas do município de Petrolina – Pe. Os resultados apontaram que o docente preconiza a gramática normativa (com uso ou sem uso) das variações linguística para melhor entendimento da língua materna, quanto a metodologia o ensino é planejado seguindo o modelo tradicional de memorização e evocação das regras gramaticais.

PALAVRAS CHAVES: Plano de ensino. Metodologia. Língua Portuguesa.

82 Trata-se de um recorte da dissertação elaborada para a obtenção de título de mestre pela Universidad de La Empresa, no curso de Mestrado em Educação.

83 Licenciatura em Letras/Português (UESPI). Especialista em Metodologia de Língua Portuguesa (UNINTER). Mestranda em Ciência da Educação (UDE). Email: leilianealine@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O mundo rápido e inovador em que os nossos discentes estão inseridos leva os mesmos a uma inquietação na sala de aula e conseqüentemente a um mau rendimento em algumas disciplinas e a Língua Portuguesa está entre as principais matérias de recusa e dificuldade apresentada na escola. As instituições de ensino muito vêm avançando no processo de busca por aulas melhores, de professores mais dinâmicos e prontos para um público mais ágil e com uma importante ferramenta ao seu dispor: a tecnologia.

A metodologia de ensino escolhida pelos docentes interfere diretamente no processo de aprendizagem dos seus alunos e com isso aproxima ou afasta o estudante da sua língua materna. O processo linguístico e metodológico é de suma importância para o desenvolvimento cognitivo em relação a língua, pois o mesmo mostra o domínio e as particularidades que a mesma possui sem desprestigiar esse ou aquele (POSSENTI, 2010).

Segundo Alkimim (2001, p.53) a partir do século XX a Linguística começa a ter um desenvolvimento significativo dentro da língua viva de um determinado lugar. Nesse momento, os estudos linguísticos passam não só a se interessar pela língua em si, mas pelo seu uso, e com isso surgem diferentes campos de investigação para melhor se entender o funcionamento da nossa língua que se desenvolve nas diferentes disciplinas traçando assim um processo interdisciplinar com ciências como filosofia, sociologia, antropologia, dentre outras.

Com o casamento de todas essas ciências surgiu a Sociolinguística que tem como objeto de estudo a variação da língua, sua dinamicidade, e como seu pai, o americano William Labov que teve seus trabalhos iniciados na década de 1960, esse trouxe importante contribuição para a nossa compreensão da língua como um “fenômeno estreitamente vinculado à vida social dos falantes” (BAGNO, 2011, p.62). Assim entendendo em que momento e lugar social os nossos alunos estarão inseridos e com isso poder ensinar de forma adequada o uso da língua.

Muito se tem falado sobre como a variação linguística deve ser trabalhada em sala de aula e qual o papel e olhar do professor mediante tal “conteúdo” (BAGNO, 2002). O que estamos observando nas últimas décadas, porém, é que todo o ensino linguístico vem sendo resumido em simples paradigmas e estereótipos criados há muito tempo, desenvolvendo até mesmo o que conhecemos como “Preconceito Linguístico”, tão bem exposto nas obras sólidas e pertinentes do referido escritor linguista

Ao realizamos um passeio pelos estudos recentes da Língua Portuguesa, nos aprofundando nas teorias e estudos relacionados à linguística.

Ferdinand Saussure (2006) é considerado o pai da linguística por ter criado um método para explicar as línguas humanas. Nesse sentido faz uma associação entre significante e signo – que será explicado mais detalhadamente no capítulo seguinte – e garante que “a língua é o palco de fenômenos relevantes”, o que revela a importância da linguagem na sociedade, no ato comunicativo e mostra que não há sociedade, sem comunicação. Saussure foi o estudioso que buscou definir o objeto de estudo da linguística, algo que ainda não tinha sido pensado pelos demais estudiosos. Partindo dessa premissa, entende-se que tal ciência não pode ser negligenciada em sala de aula pelos docentes de língua portuguesa.

A partir do século XX, a Linguística começa a ter um desenvolvimento significativo dentro da língua viva de um determinado lugar. Nesse momento, os estudos linguísticos passam não só a se interessar pela língua em si, mas pelo seu uso e, com isso, surgem diferentes campos de investigação para melhor se entender o funcionamento da língua que se desenvolve nas diferentes disciplinas, traçando assim um processo interdisciplinar com ciências como filosofia, sociologia, antropologia, dentre outras. Com o

casamento de todas essas ciências, surgiu a Sociolinguística que tem como objeto de estudo a variação da língua, sua dinamicidade. Seu pai, o americano William Labov, teve seus trabalhos iniciados na década de 1960, trouxe importante contribuição para a compreensão da língua como um “fenômeno estreitamente vinculado à vida social dos falantes” (BAGNO, 2011, p.62).

Partindo da premissa que a língua é dinâmica e viva, começa a preocupação de que forma a língua está sendo transmitida em sala de aula e como os seus falantes estão sendo “convidados” a interpretá-la e a interagir com a mesma – se é que isso acontece – pois se está diante de escolas cujo objetivo é ensinar o português padrão, deixando de lado o interpretar real da língua. Cogitando a possibilidade de que o português padrão é algo muito difícil e que os mesmos devem falar como escrevem, Possenti (2010) diz que as razões pelas quais se aprende ou não têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis.

Pode-se observar no atual âmbito educacional, que existe o “falar correto” e o “falar errado”, pelo simples fato da classe privilegiada socialmente ter domínio sobre as demais e acaba ditando o que seria ou não uma má adequação da linguagem, deixando assim, as variedades que fazem parte do nosso cotidiano completamente de lado, levando o docente a trabalhar a língua, em alguns casos, de forma desigual (em relação às várias vertentes da língua) e, muitas vezes, preconceituosa. O preconceito linguístico é algo totalmente camuflado e tem vigorado nas instituições de ensino, pois em todo o tempo prioriza-se, como já foi dito, o ensino de língua materna voltada para o português padrão.

Com a finalidade de compreender os estudos do tema em cenários nacionais e internacionais, realizamos o apanhado global das publicações recentes a respeito do ensino em sala de aula, quais caminhos que se direcionam as pesquisas e, sobretudo, quais as descobertas recentes relacionadas ao estudo. Entende-se que metodologia da língua portuguesa vem sendo discutida por diversos pesquisadores percorrendo pelo caminho de que uma metodologia eficaz norteia o caminho da educação e proporciona uma aprendizagem de qualidade. Dentre tantos se elegeu nesse momento dois trabalhos dissertativos nacionais devido a importância da revisão de literatura dada pelas autoras e dois com pesquisa no âmbito internacional, pelos objetivos encontrados nesses estudos.

O primeiro estudo trata-se de uma dissertação de mestrado de Gisele Guimarães Belluomimi Leite intitulada “Leitura crítica da metodologia de ensino inserida na proposta curricular de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo (5ª série, 2008/2009)” a autora analisa os cadernos de produção do Estado de São Paulo, onde a secretaria implanta uma nova Proposta Curricular visando o mesmo ensino para todo o estado entendendo que da forma que as instituições estavam agindo cada escola fazia o que “queria” em relação ao ensino.

Leite (2010) desenvolve a sua pesquisa objetivando averiguar a eficiência metodológica da Língua Portuguesa nessa nova Proposta Curricular, fazendo uma análise de como a língua materna será trabalhada nesse âmbito educacional. A autora afirma após conclusão da pesquisa que a parte social e cultural da leitura foi negligenciada, mas que a proposta metodológica da Língua Portuguesa contempla a visão semiótica do texto, da linguagem e da significação, partindo dessa concepção, a autora conclui que a proposta se apresenta realmente como uma mudança positiva para a Educação de São Paulo.

Através da revisão de literatura, Leite constatou que “o professor deve assumir-se como sujeito ativo no seu percurso de ensino e adotar uma posição construtiva diante dessa iniciativa da Secretaria do Estado de São Paulo...” (LEITE, 2010, p. 128).

O segundo trabalho dissertativo eleito trata-se de uma monografia de conclusão de curso (TCC) de pós graduação Lato Sensu de Marcela Ramos da Silva (2014) intitulada “A interface gramática e ensino:

do tradicional ao discurso”, nesse trabalho a autora objetiva mostrar como se dá a prática de ensino da Língua Portuguesa tendo em vista que esta vem sendo trabalhada de maneira tradicional e alheia a realidade linguística existente.

A respectiva autora, vem com a intenção de colaborar para mudanças práticas com relação ao ensino de gramática, e proporcionar meios metodológicos com um olhar investigativo do que seja falar e escrever adequadamente. A autora conclui que o professor não deve utilizar apenas o ensino da gramática como exclusivo e sim fazer outras formas e metodologias para o ensino da Língua Materna. Silva mostra também que se o professor conciliar os conhecimentos internalizados do aluno com as atividades propostas pela gramática normativa, a partir daí haverá uma melhoria no aprendizado.

Dessa forma, a autora enfatiza “um bom ensino visa o desenvolvimento e a multiplicação dos conhecimentos dos alunos, valorizando cada um e colocando-os diante de vários desafios e principalmente reconhecendo seu potencial” (SILVA, 2014, p. 39).

É perceptível o interesse no ensino da língua materna e a influência que alguns tipos de variações como a padrão, por exemplo exerce na vida dos seus estudantes, seja uma influência negativa ou positiva. Corroborando com essa perspectiva Rosa Maria Faneca na sua pesquisa intitulada “Diversidade linguística e cultural nas escolas portuguesas: o papel que os jovens de minorias linguísticas e culturais atribuem à Língua Portuguesa”, mostra como a diversidade linguística em países com o grande acesso de imigrantes, como Portugal, interfere negativamente no processo de aprendizagem desses indivíduos. Para Faneca, a diversidade linguística existente em Portugal tem efeito imediato na prática pedagógica das escolas portuguesas.

A pesquisa de Faneca (2017) focou em escolas situadas em Aveiro e em Coimbra, dividindo a sua pesquisa em três fases com o total de 139 estudantes. A autora visou compreender os reais motivos da dificuldade de aprendizagem em jovens imigrantes, analisando como a sua língua de herança é contemplada e qual a relação desses estudantes com a língua portuguesa. Faneca (2017) desenvolveu sua pesquisa buscando respostas para o fracasso desses jovens imigrantes, apontando as principais dificuldades linguísticas manifestadas pelos mesmos relativo à proficiência do português exigido na escola.

Diante da problemática apresentada, a autora conclui que tal fracasso só poderá ser sanado se a Língua de herança (LH) for respeitada e incluída nas salas de aulas, porém é deixado claro que não será responsabilidade exclusiva do docente, mas que esse terá papel primordial nesse processo já que “todos os professores veiculam saberes linguísticos, sendo cada disciplina o locus de aprendizagem de um saber linguístico especializado” (FANECA, 2017, p. 498).

Assim, para o referido autor, as escolas poderão acolher, socializar e integrar de forma eficaz, cabendo a essas repensar suas ações e “conceptualizar formas de intervenção didática mais inclusiva, mais aberta ao plurilinguismo e às variedades da LP, nomeadamente ao nível da formação de professores” (p. 498). O segundo estudo internacional que serviu de base para essa pesquisa foi o realizado por Maria do Céu Freitas Gomes da Silva de Jesus em sua dissertação de mestrado, intitulada “Estudo de caso: O uso da Língua Portuguesa por jovens provindos de outros países nos domínios privado, público e educativo”, pela sua importante consideração aos aspectos da sociolinguística advindo das escolas portuguesas. O autor retrata como as escolas portuguesas sofreram mudanças com o processo imigratório, mas que mesmo assim não estão conseguindo abordar de maneira clara a LP dentro das escolas, deixando os jovens imigrantes excluídos do ponto de vista sociolinguístico.

Jesus (2012) retrata também que quanto mais a segunda língua se distanciar da língua materna, mais o jovem vai se refugiar dentro da sua língua materna, tornando a língua portuguesa rotulada como

difícil e inacessível. É retratado que os alunos podem até viver dentro de um mesmo contexto, mas que as mais diferentes razões determinarão a sua aprendizagem, para tanto a autora afirma que viver num contexto de imersão não é suficiente para que todos tenham o mesmo grau de exposição a material linguístico rico e variado da segunda língua, e que mais uma vez cabe a escola e ao docente formas de inclusão sociolinguísticas aos estudantes como um todo, mas em especial – nesse momento – àqueles oriundos de outros países e que se refugiam na Europa, mais especificamente em Portugal.

Assim sendo, tanto nos estudos nacionais como internacionais o comportamento do professor é ponto crucial para um bom desempenho dos estudantes em sala de aula e até mesmo fora dela, e é nesse âmbito que se desenvolve o objeto de estudo desse trabalho dissertativo: a metodologia docente perante a língua.

O interesse pelo tema veio pelo fato de que, como educadora, ter percebido que alguns docentes sentem uma grande dificuldade no momento de transmitir para os estudantes as mesmas e velhas nomenclaturas gramaticais – da gramática normativa – retirando da língua a sua dinâmica e capacidade de torna-la viva. E, assim percebe-se que o ensino da Língua Portuguesa se restringe totalmente ao uso da gramática normativa e essa se limita a simplesmente, dizer o que está certo e o que está errado.

Nota-se que a metodologia utilizada pelo professor em sala de aula mostra a forma como o mesmo planeja a sua aula e delimita os conteúdos a serem ministrados. O ensino da Língua Portuguesa vem a muito tempo sendo estigmatizado pela sociedade como uma disciplina de difícil aprendizagem e que ninguém entende as regras gramaticais ensinadas nessa aula.

Portanto, entender o plano de curso como algo flexível e adaptado a realidade docente como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (9394/96), é algo que os docentes se apegam e tentam colocar em prática, porém quando se trata de ministrar aula voltada para a língua materna são as regras gramaticais infinitas e a metodologia padrão que impera, levando o discente a se distanciar do ensino da sua própria língua (BRASIL, 1996).

Dessa forma, compreende-se que só a partir do momento que os planos de curso forem devidamente adaptados para uma nova realidade estudantil e uma nova perspectiva da língua é que o ensino de fato será considerado eficaz e adequado ao falante, sendo necessário, sobretudo, investigar as motivações dos docentes perante o ensino escolhido.

OBJETIVO

Analisar como os docentes lidam com o ensino da língua padrão, suas regras e metodologia buscando identificar os tipos de gramáticas existentes na língua portuguesa e compreender os motivos reais de ensinar português para os nativos da língua.

MÉTODO E COLETA DE DADOS

Para se analisar de forma adequada o método de ensino do docente, elegeu-se o estudo detalhado dos planos de ensino de professores de língua portuguesa (de escolas privadas de grande porte da cidade de Petrolina- PE). Por compreender a importância desses documentos das instituições de ensino, optou-se fazer a análise documental, também chamada por Bardin (1977) de análise de conteúdo.

Portanto, analisar os planos de ensino dentro dessa perspectiva, viabilizará para o conhecimento do planejamento acerca da disciplina de Língua portuguesa e conhecer os procedimentos desenvolvidos

pelos mesmos em sala de aula.

Assim, entende-se que é através da pesquisa que será comprovada a forma de trabalhar e verificar a forma de ensino da língua em questão.

Para a coleta dos dados foram considerados três planos de ensino do primeiro ano do Ensino Médio da disciplina de Língua Portuguesa, por serem considerados como o “princípio de uma nova fase” na vida dos estudantes, fazendo com que os docentes se empenhem de forma mais enfática nessa série, visando (re) apresentar a língua portuguesa nesse novo contexto.

RESULTADOS E ANÁLISES

Os registros retirados dos documentos, foram organizados em categorias (1) percepção sobre as diversas gramáticas existentes na língua materna; (2) metodologia aplicada em sala de aula.

1) Percepção sobre as diversas gramáticas existentes na língua materna

Nos planos de curso analisados, nota-se a imposição de listas e regras gramaticais, o uso de leitura e escrita como processos extraescolares e em atividades extracurriculares, e em algumas situações a parte prática não condiz com a teórica conforme explanados abaixo.

CONTEÚDOS, MODO OPERACIONAL E ATIVIDADES PROPOSTAS

Escola pesquisada	Conteúdo	Modo operacional	Atividades propostas
E1	-Introdução ao estudo da sintaxe * Frase * Período * Oração - Sintaxe do período simples	- Compreender a função da sintaxe nas línguas. - Diferenciar frase, período e oração. - Explicar a diferença entre adjunto adnominal e adjunto adverbial	- Fazer uma relação entre os textos do livro e a sintaxe estudada; - Memorizar as circunstâncias estabelecidas pelos advérbios em estudo.
E2	-Noções de texto/gêneros e funções do texto/ denotação e conotação; - O texto e a gramática; - Regência nominal e verbal	- Identificar os tipos de gêneros textuais; - Identificar as regras de regência nominal e verbal encontradas no texto; - Reconhecer as regras que norteiam o uso adequado das regências.	- Interpretar o texto “A última crônica” de Fernando Sabino – fazer um diálogo das diferenças sociais existentes nesse texto; - Retirar do texto palavras que pedem a regência adequada, tanto nominal quanto verbal;

E3	<ul style="list-style-type: none"> -Texto -Sintaxe * Frase/Oração * Período -Sintaxe do período simples * Termos essenciais * Termos integrantes * Termos acessórios * Tipos de orações subordinadas * Tipos de orações coordenadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a sintaxe como parte integrante da língua culta; - Distinguir o período simples do composto; - Levar os alunos à compreensão das relações semânticas de causa e de consequência estabelecidas em orações adverbiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade de interpretação textual do gênero crônica (situação social); - Classificar as orações como período simples e período composto; - A partir dos períodos compostos propostos pelo professor explicar a relação de sentido existente.
----	---	--	---

Fonte: Própria autora.

Na análise dos planos, pôde-se constatar (E1 e E3) a solicitação de memorização de listas intermináveis de termos acessórios da oração, bem como a solicitação de memorização (também) das circunstâncias expressas pelos advérbios ao estudar as orações subordinadas adverbiais, enquanto a E2, trouxe uma abordagem contextualizada apresentando ao discente textos interessantes e deixando a aprendizagem mais significativa e atraente.

A interpretação textual observada nos três planos foi planejada de forma que o discente pudesse compreender o texto e com isso pudesse relacioná-lo com os fatores sociais em que estão inseridos, e dessa forma voltar para o contexto histórico da língua. Planejando dessa forma, o docente confirma o que Silveira (2005) diz, entendendo que planejar é a previsão do que irá acontecer, é refletir sobre o passado e relacionar com presente, visando ao futuro. Dessa forma, ao planejar aulas como a interpretação textual, o professor objetiva que esse texto possa servir como base para alguma relação com o contexto social (direta ou indiretamente) em que esteja inserido, seja ontem, hoje ou uma projeção para o amanhã.

Para Vasconcelos (1995) o docente precisa ter bastante atenção na hora da elaboração do plano, para que o mesmo propicie o máximo de aproveitamento das oportunidades das atividades propostas e é com esse pensamento que o professor deve elaborar o seu plano de ensino quando o mesmo objetivar incluir a interação com a sua própria língua. Nessa análise, isso foi constatado em situações textuais, na interpretação e em algumas partes das produções, mas não foi visualizado nas aulas de gramática propriamente dita, o que mostra que o docente trabalha apenas a gramática normativa e o pior, de forma descontextualizada.

Assim compreende-se que, ao elaborar um plano de ensino, voltado para a língua portuguesa, o professor precisa estar atento aos diversos âmbitos linguísticos, evitando contemplar apenas as normas que acabem por distanciar o estudante da sua língua materna, e em alguns procedimentos metodológicos presentes nos documentos analisados, foi justamente o que foi presenciado.

2) Metodologia aplicada em sala de aula

Nos planos de ensino analisados encontram-se em comum: o conteúdo – que especifica o que será ministrado naquela aula –; a metodologia – de que forma o conteúdo será trabalhado –; os objetivos (geral

e específico pretendido ao ministrar a aula desse conteúdo e com essa metodologia), os recursos didáticos – o que será utilizado para a realização dessa aula – e a avaliação – de que forma o estudante será avaliado no conteúdo que ele acabou de receber. Para tanto, observou-se em comum a tendência das três escolas enfatizarem o conteúdo que julgam ser cobrado nas provas de vestibulares, evidenciados a seguir:

CONTEÚDOS COM ENFOQUE NO OBJETO DE ENSINO

Escolas Pesquisadas	Conteúdos	Objeto de Ensino
E1	As classes de palavras em frases das atividades propostas.	Objeto de Ensino
E2	Os diversos tipos de sujeito e predicado, colocando a definição de cada um e produzindo uma frase de exemplificação para cada item.	Gramática tradicional.
E3	Os usos da concordância verbal na produção de textos (orais e escritos), respeitando a variação linguística.	O sujeito.

Fonte: Próprio autor.

Nos planos em análise, constata-se o foco no “decorar” listas intermináveis e a tentativa de fazer com que os estudantes abandonem de uma vez por todas a gramática internalizada e acreditem que a única gramática de valor seja aquela normativista imposta pelos bancos escolares, o que não condiz com o que está proposto nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) em relação ao que se ensinar e valorar o processo de ensino/aprendizagem no ambiente escolar em relação à Língua Portuguesa: “O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral” (BRASIL, 1999, p 18).

E ainda acrescenta sobre o objetivo que o professor deve alcançar

(...) O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização de linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino da língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura (BRASIL, 1999. p. 18).

Nos pressupostos teóricos, contidos nesse estudo, verificou-se a concepção dos estudos da língua portuguesa em sala de aula voltados para um ensino eficaz e para o cotidiano do aluno, assim como preconizado nos documentos legisladores do nosso país.

Entretanto, em apenas um plano de ensino, o exposto na E3, é que se encontra o objeto de ensino voltado para o sujeito e não para a gramática tradicional e suas regras.

Assim, contribuir para um ensino adequado da Língua Portuguesa levará o professor a atingir pontos nos estudantes nunca antes imaginados e proporcionará aos seus discentes o real acesso à língua sem nenhum processo de exclusão social por falarem diferentes ou tirarem notas abaixo do esperado por

não compreender regras que, para os mesmos, não possuem significado algum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, interessou-se analisar como os docentes lidam com o ensino da língua padrão e suas regras, realizou-se análise documental em três planos de ensino da primeira série do Ensino Médio da disciplina de Língua Portuguesa, em escolas privadas de Petrolina – Pe. Para isto, buscou-se identificar os tipos de gramáticas existentes na língua portuguesa e compreender os motivos reais de ensinar português para os nativos da língua.

Quanto ao primeiro objetivo, os tipos de gramáticas existentes na língua portuguesa, percebeu-se que os docentes priorizam à gramática normativa, busca trabalhar regras e sequências sintáticas, sem nada contemplar em relação ao mundo do estudante.

E relação ao segundo objetivo, notou-se que o ensino da língua está pautado de forma convencional, onde todos devem memorizar determinadas regras para depois poder proferi-las sem que sejam taxados como indivíduos sem instrução.

Como resultado principal constatou-se que, em meio a tantos aspectos metodológicos que envolvem o ensino da Língua Portuguesa, o docente ainda está preso ao ensino da gramática tradicional e acaba por resumir o ensino da gramática como um todo, a um simples decorar de regras que, muitas vezes, nem as utilizam no seu dia a dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística – Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda, BENTES, Anna Christina (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. V. 1. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BAGNO, Marcos. (Org.). Linguística da norma. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- _____. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: no 9394/96. Brasília, 1996.
- DEMO, Pedro. Educar Pela Pesquisa. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- FANECA, Rosa Maria. Diversidade linguística e cultural nas escolas portuguesas: o papel que os jovens de minorias linguísticas e culturais atribuem à Língua Portuguesa. Pelos mares da língua portuguesa 3. Universidade de Aveiro – Portugal. 2017.
- FREIRE, Paulo. Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire. 3ª. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª. Ed.. São Paulo, Atlas. 2002.
- JESUS, Maria do Céu Freitas Gomes da Silva de. Estudo de caso: O uso da Língua Portuguesa por jovens provindos de outros países nos domínios privado, público e educativo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Português Língua Não-Materna). Universidade Aberta. Portugal. 2012
- KOCH, Ingedore. Parâmetros curriculares nacionais, linguística textual e ensino de línguas. II Encontro Nacional de Ciências da Linguagem Aplicadas ao Ensino, GELNE, João Pessoa, setembro de 2003.
- LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e

Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LEITE, Gisele Guimarães Belluomimi. Leitura crítica da metodologia de ensino inserida na proposta curricular de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo (5ª série, 2008/2009), 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Unoeste, Presidente Prudente – SP, 2010. Disponível em <http://bdt.d.unoeste.br>. Acessado em: 20 set.2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica. O processo de pesquisa. In: MOROZ; GIANFALDONI. O processo de pesquisa: iniciação. Brasília: Liber Livro, 2006.

MATOS, Socorro Lopes; VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa educacional: o prazer de conhecer. 2ª. Ed. rev. atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PERINI, Mário Alberto. Sofrendo a gramática. São Paulo: Ática, 1997.

POSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola? Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo. Cultrix, 2006.

SILVA, Marcela Ramos da. A interface gramática e ensino: do tradicional ao discurso, 2014. Especialização (Interface Teórico-Prática para o Ensino de Língua e Linguística). Guarabira – Paraíba, 2014. Disponível em <http://dspace.bc.uepb.edu.br>. Acessado em: 20 set.2016.

TARDIF, Maruce. Saberes Docentes e Formação Profissional. 12ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática – 14 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

CARACTERÍSTICAS DO PERFIL EMPREENDEDOR DOS GESTORES DO AGRONEGÓCIO QUE ATUAM NA CADEIA PRODUTIVA DO PÊSSEGO NA REGIÃO DE BARBACENA/MG

*Luciano Alves Nascimento⁸⁴
Sergimara Gava do Carmo Batista⁸⁵*

RESUMO

O fenômeno do empreendedorismo, ou a figura do empreendedor, está relacionado com o processo de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço, tornando-se responsável pelo seu próprio desenvolvimento. Existem duas correntes básicas utilizadas para o estudo desta categoria de indivíduos: a corrente dos economistas, associando o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e à busca de oportunidades, e a corrente dos comportamentalistas, que enfatizam a criatividade, a intuição, as atitudes e a motivação. Assim, tomando como objeto de estudo o contexto do agronegócio, o objetivo deste trabalho foi avaliar através do instrumento de pesquisa proposto por McClelland (1972), tomando por base dados, ainda incipientes, obtidos a partir da aplicação de tal instrumento de pesquisa estruturado para prospectar características e identificar o perfil empreendedor de gestores do agronegócio que atuam na cadeia produtiva do pêssego na região de Barbacena/MG. A pesquisa foi organizada em duas fases: a primeira exploratória, com uso de uma abordagem qualitativa, realizando a revisão de literatura e aplicando entrevistas pessoais e questionário estruturado com os gestores, e a segunda fase teve como foco o desenvolvimento da pesquisa de caráter descritivo por meio de um survey (abordagem quantitativa), onde se buscou resposta aos objetivos da pesquisa. Concluiu-se que existe a presença de características do comportamento empreendedor dos gestores da cadeia produtiva de pêssegos na região de Barbacena/MG, destacando a importância das características avaliadas para o sucesso de um empreendimento.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedor; perfil; agronegócio.

84 Doutorando em Ciências Empresariais e Sociais pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES/BuenosAires/Argentina). Possui Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial pela Unidade Estácio de Sá/RJ, Especialização em Administração de Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Lavras, Formação Pedagógica equivalente à licenciatura em Matemática pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC) e graduação em Administração de Empresas pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2002).

85 Possui graduação em Administração pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2014) e especialização em MBA Gestão Financeira e Controladoria pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Minas (2016). Atualmente é Assistente de Serviços Contábeis II da GNP Contabilidade Barbacena LTDA e Aluna do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Minas. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis.

INTRODUÇÃO

O termo “empreendedor”, que associa a pessoa ao ato de empreender e ao campo de estudos que se denomina empreendedorismo, tem amplo sentido, como se poderia esperar de uma ciência nova e interdisciplinar que vem se consolidando através do tempo por meio de diversas pesquisas com diferentes enfoques (MATIAS, 2010). Para Hisrich et al (2009, p. 30), empreendedorismo é o processo de criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e da independência financeira e pessoal.

Neste sentido, “ser empreendedor significa ter capacidade de iniciativa, imaginação fértil para conceber ideias, flexibilidade para adaptá-las, criatividade para transformá-las em uma oportunidade de negócio, motivação para pensar conceptualmente e a capacidade para ver, perceber as mudanças como uma oportunidade” (Leite, 2000).

De acordo com os estudos acerca do conceito de empreendedorismo, abordam a partir da capacidade de inovação, renovação tecnológica, determinando avanços econômicos na concepção de Schumpeter (1934), no nascimento de um negócio para Fillion (1999) e na competência de consagrar as oportunidades e criar as mudanças de acordo com Drucker (1985). Já para McClelland (1972) e Dornelas (2001), os empreendedores são mexidos por características fundamentadas nas suas motivações.

Segundo Fillion (1999), o empreendedor pode ser qualificado sob a perspectiva econômica, apontando resultados a partir da criação de novos empreendimentos, e também como pessoas que percorriam riscos, porque acometiam seu próprio dinheiro nos negócios. Afirmando que as características empreendedoras são determinadas quando se desenvolvem na prática e que há distintas características para diferenciar os tipos de segmentação nas áreas de atuação, e que o conjunto de características do perfil empreendedor não é precedente para afirmar que uma pessoa será ou não bem-sucedida. Esclarece ainda que tais características estejam relacionadas ao período e local onde os indivíduos vivem, e assim, identificando empreendedorismo como um fenômeno temporal e espacial.

Para tanto, “o desenvolvimento do perfil empreendedor é a capacitação do indivíduo para criar, conduzir e programar o processo criativo, elaborar novos planos de vida e de trabalho tornando-se responsável pelo seu próprio desenvolvimento” (SOUZA et al, 2005).

Existem duas correntes que abordam as características do empreendedorismo: os economistas e os comportamentalistas. Conforme Fillion (1999), as correntes economistas iniciaram com Richard Cantillon (1680 - 1734) e Jean Baptiste Say (1767 - 1832), desenvolvendo-se por Joseph A. Schumpeter (1883 – 1950). Já as correntes comportamentalistas se desenvolveram com os estudos de David McClelland.

No contexto do agronegócio, segundo Soares et al (2013), o empreendedorismo também é objeto de discussões, inclusive em enfoques essenciais a empresas de pequeno porte, ou propriedades rurais de pequeno porte, tipicamente propriedades rurais familiares. Essas organizações, muitas delas inseridas no contexto de sistemas agroindustriais e em cadeias produtivas, têm tido desafios importantes em termos de relações mercadológicas e de crescimento e sustentação no cenário contemporâneo.

Não obstante a discussão acerca da importância dos estudos inerentes ao fenômeno do empreendedorismo no meio rural pode-se argumentar que a falta de um conjunto de escalas validadas para a constituição de medidas nas características empreendedoras é um fato e bloqueia a investigação neste campo. Pode-se complementar que embora se perceba a experiência de muitos instrumentos/

escalas voltados à avaliação do perfil empreendedor, examina-se a falta de um desenvolvimento local (contexto brasileiro).

Em se tratando do meio rural, a lacuna supracitada é mais acentuada, sendo que a ausência de estudos neste meio é uma realidade. Sendo assim, na expectativa de colaborar com a discussão acerca desta temática, o objetivo deste artigo é avaliar o instrumento (ou escala) de pesquisa ora proposto, tomando por base dados, ainda incipientes, que serão obtidos a partir da aplicação de tal mecanismo de pesquisa estruturado para prospectar características e identificar o perfil empreendedor de gestores do agronegócio que atuam na cadeia produtiva do pêssego na região de Barbacena/MG, com a finalidade de demonstrar ao poder público da região a importante expectativa de crescimento neste ramo de empreendimento.

REFERENCIAL TEÓRICO PERFIL EMPREENDEDOR

De acordo com Fillion (1999a, p. 19), o empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios. Um empreendedor que continua a instruir-se a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas, onde objetiva-se a inovação, este continuará a desempenhar um papel empreendedor.

A personalidade empreendedora pratica total ou parcialmente as funções de iniciar, coordenar, controlar e estar sempre à procura de maiores mudanças, assumindo riscos que decorrem da natureza dinâmica da sociedade e da sua percepção criada ou mesmo completada durante o tempo. Pelo desejo de assumir responsabilidades e ser independente, motivado pela auto-realização, o empreendedor edifica uma posição clara e positiva em um ambiente de caos e agitações, fazendo aproximar oportunidades importantes para a relevância do empreendimento.

Para Kuratko (1989), o empreendedor é aquele que inova, desenvolve, descobre e reconhece oportunidades, convertendo-as em ideias, acréscimo de valor, esforço, dinheiro e capacidades, assumindo no mercado competitivo o risco inerente.

Drucker (1985) determina o empreendedor como o indivíduo que cria algo novo, diferente, muda ou transforma valores, não diminuindo o seu empreendimento a instituições exclusivamente econômicas.

Os empreendedores são essencialmente inovadores, com capacidade para conviver com riscos e incertezas envolvidas nas decisões. Logo, o espírito empreendedor não é uma característica da personalidade, visto que em determinadas circunstâncias, qualquer indivíduo que necessite tomar uma decisão pode aprender a se comportar de forma empreendedora.

Neste sentido, Silva (2003), aborda que empreendedor é aquele que organiza e dirige um novo negócio ou projeto, assumindo os riscos inerentes a uma nova iniciativa. Assim, a função que lhe é específica é a da capacidade de, com os fatores de produção clássicos – trabalho, terra e capital – produzir bens ou serviços novos ou, pelo menos, procedimentos mais eficazes de produzir e comercializar esses mesmos bens ou serviços.

Leite (2006) esclarece que visualiza o empreendedor como autônomo, que cria a oportunidade, como algo do nada, sendo apaixonado pela sua ideia, correndo riscos calculados. Baron (1998) conceitua-o como à procura de fazer algo diferente para se sentir diferente dos demais e desejar imprimir a sua marca neste mundo. O que faz distinguir o empreendedor, do indivíduo comum é a sua personalidade inovadora. Há empreendedores que fracassam e outros que têm sucesso. Alguns são destruídos pela

ausência ou por deficientes estratégias nos negócios ou ainda pelo stress invencível do seu papel. E quando surge uma crise, uma ruptura tecnológica que requer grandes empreendedores, existe a ameaça constante de que tal figura não apareça. Dá-se então o “vácuo de empreendedorismo” o que resulta em um problema crônico na sociedade moderna.

Em síntese, Collins (2000) esclarece que empreendedor oferece a mais elevada inspiração em todos os momentos de sua vida aos negócios que cria. Faz transformar a desordem do mercado em oportunidades. Uma pessoa determinada a ser empreendedora, porém, terá êxito se procurar entender as dificuldades presentes num desenvolvimento do seu espírito empreendedor. O empreendedor parte do mais fundo de si para provocar essas mudanças, que se promulgam a superfície como êxito. O resultado de qualquer situação é definido previamente pela visão que o determina.

Kets de Vries (2001) acredita que o meio ambiente turbulento; esquivar-se das normas autoritárias dos pais; o sentimento de rejeição; os sentimentos ligados à raiva, hostilidade e culpa; a identificação confusa com a personalidade causadora de dor; bem como o uso de modelos reativos para sentimentos dolorosos, como a culpa, a rebelião e a impulsividade, são os principais elementos constituintes da personalidade empreendedora.

Num campo vasto de definições acerca do empreendedor, pode-se argumentar ainda que “é aquele que faz as coisas acontecerem, pois além de ser capaz de identificar oportunidades de mercado, possui uma aguçada sensibilidade financeira e de negócios, para transformar aquela ideia em um fato econômico em seu benefício. Ele busca tanto atender os desejos dos seus futuros consumidores como satisfazer as suas necessidades de realização profissional” (LEITE, 1998).

Shane e Venkataraman (2000) ressaltam ainda que a exploração de uma oportunidade empreendedora dependa do empreendedor acreditar na possibilidade de lucro, superando o custo da oportunidade e o investimento de capital. Haja vista, essa decisão pode ser influenciada através das diferenças existentes na capacidade de percepção de cada indivíduo, ou seja, vontade para assumir riscos, otimismo, tolerância para ambiguidades. Para Venkataraman e Sarasvathy (2001), uma oportunidade envolve um fim ou propósito e favorecimentos à sua realização. Um ensejo empreendedor consiste na possibilidade de criar futuros produtos manufaturados e envolve, por um lado, a procura e, por outro, a oferta, além de meios para colocá-los juntos.

Dolabela (1999) e Fillion (1999) acreditam que as pessoas empreendedoras possuem alguns traços comuns de personalidade e comportamento que as diferenciam das demais. Onde tais autores consideram que esses profissionais possuem perseverança e tenacidade, usando o fracasso como uma fonte de aprendizado e desenvolvimento, procurando a forte intuição como resultado de um profundo conhecimento do ramo em que atuam.

Para Schumpeter (1934) citado por Miyazaki et. al. (2005), o desenvolvimento econômico está fundamentado em três principais fatores: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. Este empresário inovador é capaz de empreender um novo negócio, mesmo não sendo dono do capital. A capacidade de empreender está incluída às características do indivíduo, aos seus valores e ao modo de pensar e agir.

Conforme estudos realizados, Miyazaki et. al. (2005), acreditam que hoje o empreendedor seja o ‘motor da economia’, um agente de mudanças. Fillion (1999), define empreendedor como a pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. Já Farrel (1993), justifica a importância do empreendedor para a economia, demonstrando que, as corretas causas do crescimento de algumas empresas, é o espírito empreendedor. Dolabela (2002) relata que o empreendedor é um ser social, produto do meio em que

convive. Se uma pessoa vive em um ambiente em que ser empreendedor é visto como algo positivo, então terá motivação para criar o seu próprio negócio.

CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS

Especialmente, no que tange as características empreendedoras, a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional das Nações Unidas), a Management Systems International (MSI) e a McBeer & Company, empresa de consultoria de McClelland, iniciaram em 1982 um projeto para estudos mais abrangentes sobre o comportamento empreendedor e identificaram uma dezena de características comuns aos empreendedores triunfadores. Entre essas características, consta: buscar oportunidades e ter iniciativa; exigir qualidade e eficiência; ser persistente; correr riscos calculados; buscar informações em diversas fontes; estabelecer metas; planejar e monitorar; demonstrar comprometimento; ser persuasivo; desenvolver e manter boas redes de relacionamento (VIDAL; SANTOS FILHO, 2003).

Existem duas correntes que abordam as características do empreendedorismo: os economistas e os comportamentalistas. Conforme Filion (1999), as correntes economistas iniciaram com Richard Cantillon (1680 - 1734) e Jean Baptiste Say (1767 - 1832), desenvolvendo-se por Joseph A. Schumpeter (1883 - 1950). Já as correntes comportamentalistas se desenvolveram com os estudos de David McClelland.

De acordo com estudos realizados por FISCHER, NODARI e FEGER (2008), os economistas identificaram o empreendedorismo inicial como sendo o desenvolvimento econômico relevante, surgindo explicações iniciadas por Cantillon, seguidas por Jean Baptiste Say.

Haja vista, precursor da corrente econômica “Richard Cantillon publicou, em 1755, a obra ‘Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral’ associando o empreendedor a oportunidades de lucro não exploradas e o risco intrínseco a sua exploração. Propõe ainda o desenvolvimento da sociedade em três classes funcionais, empreendedores, proprietários de terra e trabalhadores. Os empreendedores seriam responsáveis mudanças no sistema econômico, posto que assumiriam os riscos necessários”. Deste modo, “o economista clássico francês Say (1803/2002) realiza uma análise mais detalhada do empreendedor atribuindo-lhe um papel particular, na medida em que diferencia função empreendedora e a função capitalista. Além disso, defende o pressuposto que o desenvolvimento econômico é proveniente da criação de novos empreendimentos” (MACÊDO; BOAVA; SILVA, 2011).

Ambos dedicaram atenção considerando os empreendedores como pessoas que aproveitam as oportunidades, buscando a criação de novas empresas e o seu gerenciamento, objetivando o lucro e assumindo riscos, propondo associação à inovação e as mudanças. Mas foi Schumpeter que desenvolveu esta associação do empreendedorismo à inovação diretamente.

Contudo, as principais bases econômicas do empreendedorismo foram contribuídas por Schumpeter (1985), que em sua premissa, baseia-se no sistema econômico de oferta e procura encontrando-se em equilíbrio, onde o empreendedor tende a rompê-lo através da inovação que se fixa na atribuição do motor da economia. “A capacidade do empreendedor de continuar sendo uma força complementar vigorosa na economia atual e do futuro tem sido fortalecida e determinada pela evolução de seu comportamento e pela constante busca de novos conhecimentos. A teoria do desenvolvimento econômico vislumbra o empreendedor como o ser que promove a inovação, sendo essa radical, na medida em que destrói e substitui esquemas de produção operantes. Nesse sentido, surge o conceito de destruição criativa” (SCHUMPETER, 1985).

Deste modo, propõe-se que a inovação é de vital importância para a visão econômica. De acordo com Schumpeter (1985), existem cinco tipos de inovações, sendo:

- 1 - Introdução de um novo bem ou de uma qualidade nova;
- 2 - Introdução de um novo método de produção (não testado) em determinada área e que tenha sido gerado por uma nova descoberta científica;
- 3 - Abertura de um novo mercado, ainda não explorado, independentemente do fato do mercado já existir ou não;
- 4 - Conquista de uma nova fonte de matéria-prima ou de bens semimanufaturados;
- 5 - Aparecimento de uma nova estrutura de organização em determinado setor.

Portanto, “empreendedor é como aquele que promove uma mudança radical destruindo as tecnologias já existentes, é aquele que propõe novidades. Nesse sentido, o empreendedor só existe no momento da inovação, não podendo constituir uma profissão, ao passo que a necessidade de inovar é ditada pelo ambiente externo” (SCHUMPETER, 1985).

Recentemente, o economista Kirzner (1973) desenvolveu uma teoria acerca do empreendedorismo, na qual os empreendedores estimulam a demanda do mercado através da sua persuasão, ou seja, a economia era desbalanceada e a explorava para trazê-la ao processo de equilíbrio. Logo, o empreendedor não é somente aquele que vê e explora oportunidades, mas também o que cria outras oportunidades, além de explorá-las. Deste modo, constata-se que Schumpeter (1985) e Kirzner (1973) definem papéis diferentes ao empreendedor, sendo que para o primeiro a ação empreendedora leva ao desequilíbrio de acordo com a inovação; já o segundo, essa mesma ação é que garante o equilíbrio econômico.

Conforme Filion (1999), os comportamentalistas definem aspectos de atitudes, como a criatividade e a intuição. Entre os comportamentalistas, representados por psicólogos, sociólogos, antropólogos e outros especialistas em comportamento humano, destacam-se Brackaus, McClelland, Lorrain e Dussault. Os dois últimos abordam que os comportamentos podem estabelecer o sucesso do que os traços de personalidade. Para tanto, “a realidade social vivida pela maioria dos pequenos empresários mostra que as competências dos empreendedores não decorrem tão somente dos fatores comportamentais, mas de fatores sociais como a influência da família, experiências profissionais anteriores, ou da própria necessidade de sobreviver. Algumas características refletem questões importantes, como a identificação de que empreendedores são seres sociais, que refletem um fenômeno regional, que existem influências familiares, entre outras”.

Neste sentido, McClelland (1961) retrata o empreendedor a partir de suas características psicológicas. O estudo abordado dessas características, como autônomo e dotado de iniciativa, evoluindo-se através de um processo interativo de tentativa e erro, permitindo traçar o perfil do empreendedor. Para ele, o que constitui como o principal combustível do motor empreendedor é a motivação, que fundamenta em três necessidades básicas:

- Necessidade de realização (superação de limites);
- Necessidade de afiliação (relações emocionais positivas);
- Necessidade de poder (autoridade sobre os outros).

Com isso, “a motivação de realização e características comportamentais são fatores essenciais para o crescimento econômico dos indivíduos, e são a explicação para a aparente indiferença de muitos e a sensibilidade de poucos para oportunidades econômicas do ambiente” (MCCLELLAND, 1961).

As pesquisas realizadas por McClelland (1961) foram, nesse sentido, na tentativa de identificar as motivações do empreendedor, que, numa sociedade com o nível geralmente aumentado de realização, produzirá maiores empresários para um rápido desenvolvimento econômico.

Tal concepção define uma ligação positiva entre a necessidade de realização e a atividade empreendedora examinada. Assim, destaca que as metas colocadas para a realização são passíveis de serem alcançadas.

Uma pesquisa realizada a partir de 1982, conforme abordada anteriormente, em 34 países pela Agência para o Desenvolvimento Internacional das Nações Unidas (USAID), a Management Systems International (MSI) e a McBeer & Company, empresa de consultoria de McClelland (1961), identificou dezenas de características de comportamento empreendedor, abordando que o sucesso empresarial não consiste somente no desenvolvimento de habilidades específicas, bem como ter uma estrutura motivacional diferenciada.

Tal projeto foi agrupado em três categorias de competências pessoais, sendo estas que seguem abaixo, com o intuito de desenvolver ou aprimorar as características que o empreendedor bem sucedido deve possuir:

Quadro 1 - Características comportamentais empreendedoras e comportamentos

CATEGORIA: REALIZAÇÃO
CCE: Busca de oportunidades e iniciativa - Faz as coisas antes de solicitado, ou antes, de forçado pelas circunstâncias; Age para expandir o negócio a novas áreas, produtos ou serviços; Aproveita oportunidades fora do comum para começar um negócio, obter financiamentos, equipamentos, terrenos, local de trabalho ou assistência.
CCE: Correr riscos calculados - Avalia alternativa e calcula riscos deliberadamente; Age para reduzir os riscos ou controlar os resultados; Coloca-se em situações que implicam desafios ou riscos moderados.
CCE: Persistência - Age diante de um obstáculo significativo; Age repetidamente ou muda de estratégia, a fim de enfrentar um desafio ou superar um obstáculo; Faz um sacrifício pessoal ou desenvolve um esforço extraordinário para completar uma tarefa.
CCE: Exigência de qualidade e eficiência - Encontra maneiras de fazer as coisas melhor, mais rápidas ou mais barato; Age de maneira a fazer coisas que satisfazem ou excedem padrões de excelência; Desenvolve ou utiliza procedimentos para assegurar que o trabalho seja terminado a tempo ou que o trabalho atenda a padrões de qualidade previamente combinados.
CCE: Comprometimento - Assume responsabilidade pessoal pelo desempenho necessário ao atingimento de metas e objetivos; Colabora com os empregados ou se coloca no lugar deles, se necessário, para terminar um trabalho; Esmera-se em manter os clientes satisfeitos e coloca em primeiro lugar a boa vontade em longo prazo, acima do lucro em curto prazo.

CATEGORIA: PLANEJAMENTO
CCE: Busca de informações - Dedicar-se pessoalmente a obter informações de clientes, fornecedores e concorrentes; Investiga pessoalmente como fabricar um produto ou fornecer um serviço; Consulta especialista para obter assessoria técnica ou comercial.
CCE: Estabelecimento de metas - Estabelece metas e objetivos que são desafiantes e que têm significado pessoal; Define metas de longo prazo, claras e específicas; Estabelece objetivos mensuráveis e de curto prazo.
CCE: Planejamento e monitoramento sistemáticos - Planeja dividindo tarefas de grande porte em subtarefas com prazos definidos; Constantemente revisa seus planos, levando em conta os resultados obtidos e mudanças circunstanciais; Mantém registros financeiros e utiliza-os para tomar decisões.

CATEGORIA: PODER
CCE: Persuasão e redes de contato - Utiliza estratégias deliberadas para influenciar ou persuadir os outros; Utiliza pessoas-chave como agentes para atingir seus próprios objetivos; Age para desenvolver e manter relações comerciais.
CCE: Independência e autoconfiança - Busca autonomia em relação a normas e controles de outros; Mantém seu ponto de vista mesmo diante da oposição ou de resultados inicialmente desanimadores; Expressa confiança na sua própria capacidade de completar uma tarefa difícil ou de enfrentar um desafio.

Fonte: adaptado pelos autores do SEBRAE/Empretec (McCLELLAND e WINTER, 1971; McCLELLAND, 1972).

Após a análise do trabalho de McClelland (1961), faz-se respeitável proporcionar os estudos do comportamentalista Miner (1998) que descreve a personalidade empreendedora a partir da teoria das necessidades, onde, para ele, existem quatro estilos de empreendedores, sendo:

- 1 - Realizador: dedicam a maior parte de seu tempo ao empreendimento, com hábito de planejar e metas estabelecidas. Atua com iniciativa e compromisso, resolvendo problemas, contornando crises, tentando ser eficiente e eficaz.
- 2 - Super vendedor: sensibilidade em relação às demais pessoas. Priorizam as vendas, por julgá-las elemento essencial para o sucesso de seus negócios. Não possuem muitas habilidades administrativas.
- 3 - Autêntico gerente: assume responsabilidades e alcança sucesso em cargos de liderança nas empresas. São competitivos, decididos e atraídos pelo poder. Geralmente, saem de grandes empresas para iniciar seu empreendimento.
- 4 - Gerador de ideias: inventores natos criam novos produtos, encontram novos nichos, desenvolvem novos processos sempre buscando ganhar a concorrência. Sentem-se fortemente atraídos para o mundo das ideias e costumam assumir riscos. Normalmente, se envolvem em empreendimentos de alta tecnologia.

Miner (1998) afirma que os empreendedores que apresentam os quatro tipos conseguirão maior sucesso em seus cometimentos. Haja vista, caso um empreendedor possua apenas um dos estilos, deverá atuar no ramo que melhor se identifica com sua habilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa foi organizada em duas fases. A primeira fase exploratória faz uso de uma abordagem qualitativa, realizando a revisão de literatura e aplicando entrevistas com os gestores do agronegócio que atuam na cadeia produtiva do pêssego, com vistas a identificar o perfil e as características empreendedoras presentes. A segunda fase teve como foco o desenvolvimento da pesquisa de caráter descritivo por meio de um survey (abordagem quantitativa).

A população-alvo alcançada correspondeu aos gestores da cadeia produtiva do pêssego da região de Barbacena/MG e, adotando taxonomia de Malhotra (2001) quanto à amostragem, destaca-se que a forma de escolha dos respondentes foi à amostra probabilística intencional, sendo composta dos empreendedores que:

- a) possuíam área em produção maior ou igual a 1 ha; b) que tinham esta área plantada há mais de 4 anos; e c) que tinham produtividade média de 20 t/ha ano.

Para realização da pesquisa, foi concretizada a fase exploratória, com o uso de uma abordagem qualitativa, aplicando entrevistas pessoais e questionário estruturado aos gestores. Para a entrevista, abordou-se a identificação do participante, sexo, idade, nível de escolaridade, bem como a escolha e determinantes do negócio. Com relação ao questionário estruturado, foi utilizado o Teste de Perfil Empreendedor – Modelo Teórico de McClelland (1972), com 55 assertivas adaptadas para o estudo em tese, com o propósito de segmentar os respondentes da amostra selecionada, observando os critérios estabelecidos para efetuar as comparações previstas nos objetivos específicos e visando captar a avaliação dos gestores da cadeia produtiva do pêssego da região de Barbacena/MG, quanto aos fatores que impactam o perfil empreendedor predominante neste empreendimento. Tais critérios são: buscar oportunidades e iniciativa; persistência; comprometimento; exigência de qualidade e eficiência; correr riscos calculados; estabelecimento de metas; busca de informações; planejamento e monitoramento sistemático; demonstrar; persuasão e redes de contatos; independência e autoconfiança.

PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta das respostas se deu nas propriedades dos gestores que se enquadraram na amostra delineada, por meio da aplicação de survey (abordagem quantitativa). O período de realização das coletas de dados alcançou os meses de agosto e setembro de 2016.

Para o teste do Perfil Empreendedor adotado por McClelland, cada item segue uma escala de 5 pontos, onde: 1 = nunca; 2 = raras vezes; 3 = algumas vezes; 4 = usualmente e 5 = sempre, no formato de uma escala qualitativa e numérica baseada no modelo de Likert, com respeito a fatores, tais como necessidade, habilidades e valores. É considerado como empreendedor o indivíduo que obtiver, no somatório dos escores de todos os itens, pontuação superior a 15 pontos.

LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA

Uma limitação comum no emprego da survey é que “os entrevistados podem ser incapazes ou relutantes em dar a informação desejada” (MALHOTRA, 2001, P. 179). Complementarmente, Roesch (2005) destaca que pode haver dificuldades de entendimento das perguntas, o que levaria a distorções nas respostas. Easterby-Smith et al (1991) ressaltam que determinadas questões podem ser inviáveis ou gerar respostas insatisfatórias porque, muitas vezes, os respondentes não sabem o porquê de suas ações e julgamentos.

Além das limitações específicas do método de coleta e tratamento de dados, trata-se de uma pesquisa baseada em amostragem do tipo não probabilística, o que inviabiliza propor generalizações. Ademais, o aspecto sinceridade pode pesar no resultado final, visto que a coleta de dados está altamente vinculada à idoneidade da informação prestada pelos respondentes. É possível existir, ainda, diferenças significativas entre quem responde e aqueles que decidem não responder, o chamado viés de não resposta.

ANÁLISE DE DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Com o intuito de colaborar com a discussão acerca das características e do perfil empreendedor, o objetivo deste artigo foi avaliar os dados, ainda incipientes para a região de Barbacena, que foram obtidos a partir da aplicação do instrumento de pesquisa estruturado para prospectar atributos e identificar os

resultados encontrados nos gestores do agronegócio que atuam na cadeia produtiva do pêssego na região de Barbacena/MG.

Acredita-se que, depois de identificados os traços comportamentais que caracterizam os empreendedores que atuam na cadeia produtiva do pêssego na região de Barbacena estarão beneficiando os próprios empreendedores, oferecendo-lhes um quadro de referência acerca de ações por eles desenvolvidas que podem ajudar a caracterizá-los como atores ativos do ato de empreender. Entende-se que isto pode reforçar sua auto-estima e apoiar na formação de um discurso relevante para buscar apoio do poder público ou de outras entidades interessadas em fomentar de alguma forma o empreendedorismo.

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Respeitando os critérios de seleção de respondentes estabelecidos no plano de amostragem, foram selecionados 15 respondentes na região (critério de acessibilidade), onde 9 pesquisas foram preenchidas, cujas classificações, por sexo, faixa etária, estado civil, formação acadêmica, participação de cursos, número de filhos, número de filhos que trabalham na propriedade, tempo de negócio, tamanho da área em produção, produtividade média anual, se recebem incentivos do poder público e como se tornaram gestores desta cadeia produtiva de pêssegos.

Quanto ao sexo e ao estado civil, 100% dos entrevistados se declararam do sexo masculino e, quando perguntados sobre o estado civil, novamente 100%, se declararam casados. A amostra alcançada pela pesquisa neste ramo de negócio sinalizou que não há empreendedores do sexo feminino, pelo menos não no papel de protagonista do empreendimento.

Um ponto que seria interessante considerar é que, antes de os gestores chegarem a este ponto no empreendimento (da produção em seu ápice), iniciaram sozinhos, somente o gestor e a família, sendo que esta cadeia produtiva é marcada por requerer, em geral, um trabalho braçal pesado, sem possível, em função disto, as mulheres não assumirem protagonismo, estando “somente” na “retaguarda” do processo, apoiando os esposos. Há que se destacar que foi possível aferir que esta atuação de retaguarda das mulheres não diminui a importância de sua atuação, como é possível depreender do fato de todos os empreendedores alegarem ser casados. As entrevistas realizadas in loco puderam revelar certa disposição feminina para abraçar iniciativas empreendedoras em outras frentes, por exemplo, no âmbito do turismo criativo ou de experiência.

Quanto à idade, 56% dos pesquisados possuem entre 42 a 51 anos, 33% acima de 51 anos e, 11% possuem 21 a 31 anos. Como percebido, nesta cadeia produtiva a porcentagem para iniciantes na carreira de gestores de pêssegos é muito baixa, o que pode desencadear, futuramente, dificuldades para a continuidade e a sucessão da gestão dos negócios. É possível presumir que o fato de o trabalho a ser feito ser pesado e exigir elevado grau de comprometimento, acabe desestimulando a entrada das novas gerações no negócio.

É possível presumir que, pelo menos no caso dos produtores de Barbacena, se trata de uma cadeia produtiva familiar. Com relação ao número de filhos, 45% dos entrevistados possuem 3 filhos e 33% somente 1 filho. A pesquisa ainda apresenta que 50% dos gestores que possuem 3 filhos, 50% contam com apoio de algum dos filhos, trabalhando na propriedade e, dentre os gestores com 1 filho, apenas 25% contam com a participação do filho no negócio.

A falta de perspectiva e incentivos e, talvez, a falta de disposição para dar continuidade aos negócios da família, fazem com que os filhos dos gestores procurem oportunidades fora do âmbito familiar. Esta falta

de perspectiva pode ser deduzida através de resultados de pesquisas realizadas pelo IBGE, onde, no ano 2000, o Brasil contava com 6.134.639 de jovens no campo, o que representava 18% do total do número de pessoas residentes no meio rural. Porém, o último censo, o de 2010, registrou 5.493.845 de pessoas nas mesmas localidades e na mesma faixa etária, entre 15 e 24 anos, o equivalente a 16% da população total de jovens do país. A ausência de políticas públicas eficientes para esta cadeia produtiva como, por exemplo, projetos para o desenvolvimento da juventude rural, medidas para capacitação profissional, criação de linhas de crédito específicas ao campo e para aquisição de terras e equipamentos, poderiam envolver os jovens agricultores à cadeia produtiva familiar novamente.

Em se tratando de escolaridade, 56% dos gestores entrevistados possuem ensino básico 1º ciclo completo (antigo primário – 1ª a 4ª série, atualmente, 1º ao 5º ano), sendo que 11% possuem ensino fundamental completo (até a antiga 8ª série, atualmente, 6º ao 9º ano), 22% possuem ensino médio completo e 11% possuem ensino médio incompleto.

Também foi indagado aos gestores acerca de participação em cursos de qualificação. Do total de pesquisados, 67% afirmaram participar dos referidos cursos. Existe uma confusão em relação a esses cursos, pois, em sua maioria, são cursos livres, não representando, necessariamente, melhoria do nível de escolaridade dos entrevistados. De uma forma geral, se eles ingressassem em cursos regulares (técnicos ou de graduação), poderia haver certa melhora no nível de perspectivas formuladas em relação ao futuro e mesmo em relação ao estímulo para os filhos permanecerem no negócio, mas para isso, políticas públicas deveriam ser formuladas para incentivar este ramo de atuação. Os dados levantados demonstram um público com baixa escolaridade e, talvez, aptidão para formações livres ou cursos técnicos, pois, considerando as idades envolvidas, é de se imaginar disposição reduzida para formações de nível superior tradicionais. Outra alternativa, possivelmente viável seria o ensino superior de nível tecnológico.

Para a questão de como se tornaram gestores desta cadeia produtiva, 34% já trabalhavam no ramo como empregados e, posteriormente, abriram o seu próprio negócio como gestores na cadeia produtiva de pêssegos. Outros 22% assumiram o negócio da família. Já outros 22% trabalhavam em outro ramo e mudaram para este setor, abrindo seu próprio empreendimento. Finalmente, para os outros 22%, foi aberta uma sociedade entre irmãos, criando o empreendimento. Observa-se que a postura recente dos gestores para dar início ao empreendimento está relacionada aos traços de personalidade presentes neles, ou seja, a forma que os fez iniciar a cadeia produtiva de pêssegos está intimamente pautada ao comportamento, a liderança e a iniciativa arrojada.

O comportamento advindo do meio em que nasceram e foram criados, possibilitou aos gestores um talento e esforço incalculável para o desempenho empreendedor, onde, inspirados e estimulados por uma liderança familiar, possivelmente capacitada ou mesmo nata, poderiam futuramente incentivá-los a continuar o negócio da família de forma benéfica e eficaz para uma cadeia produtiva conhecida e que é movida pelo prazer naquilo que se faz.

No que se refere ao tempo de existência do negócio, 23% possuem de 6 a 10 anos, 22% de 26 a 30 anos e mais de 30 anos. De forma complementar, os gestores desta cadeia produtiva podem ser considerados experientes neste tipo de empreendimento, o que os faz se preocupar com a não entrada de jovens gestores para este ramo de atividade, gerando sérios riscos futuros para a continuidade dos negócios. No que se refere ao tamanho da propriedade dos pesquisados, constatou-se que 34% possuem de 1 a 5 hectares, 33% de 11 a 20 hectares, 22% de 6 a 11 hectares e, 11% para mais de 20 hectares. Com relação à produtividade média anual, 56% produzem de 10 a 100 toneladas, 22% de 101 a 200 toneladas e, 11% produzem de 201 a 300 a mais toneladas. Segundo dados do IBGE (2014), no Brasil há 19.199 hectares

de produção de pêssego, sendo que Minas Gerais conta com 927 hectares. O sul do estado mineiro é responsável por 605 hectares e a cidade de Barbacena possui 235 hectares plantados. Conforme a pesquisa divulgada pelo IBGE, a amostra de gestores analisados neste artigo representa números característicos tanto em hectares plantados, quanto em toneladas de produção, o que pode levá-los a ser considerados como produtores de maior escala, seja pela área plantada ou mesmo pela produtividade dos pêssegos.

Perguntou-se aos gestores se recebiam incentivos do poder público e, 100% dos entrevistados afirmaram que não. Desta forma, é percebida a falta de estímulo nesta cadeia produtiva, o viés da ausência de entrada de novos gestores para este ramo em questão. Existe a ausência de incentivo no que se refere a políticas públicas para beneficiar os gestores desta região, podendo ser de uma forma geral, na facilidade de venda de seus produtos, que, atualmente demonstra certa resistência no valor a ser pago aos produtores, bem abaixo do esperado para suprir todas as despesas de plantio e colheita. Quando abordados, via entrevista, sobre os tipos de iniciativas que desejariam ver sendo implementadas pelo poder público ou por outras entidades, citaram, feiras, treinamentos de curta duração, ações de valorização junto à comunidade, parcerias diversas para estimular acesso a novos mercados ou desenvolvimento de novos produtos e serviços a partir da cultura do pêssego.

Quanto aos resultados apresentados no Quadro 2, abaixo, pode-se observar que de acordo com a média de escores de atributos do modelo teórico de referência, conforme detectados através da aplicação do teste de McClelland junto aos gestores da cadeia produtiva do pêssego na região de Barbacena/MG, constatou-se uma pontuação acima de 15 pontos, revelando a ocorrência de traços que caracterizam o perfil empreendedor. Conforme o modelo teórico pesquisado, para ser atestado que um indivíduo é considerado empreendedor, os resultados do teste precisam atingir uma pontuação média superior a 15 pontos nos variados atributos do modelo teórico que fundamenta o teste.

Quadro 2: Resultados da aplicação do teste de McClelland

	Características do Comportamento Empreendedor	Média	Máximo	Mínimo	Mediana
1	Busca de Oportunidades e Iniciativa	24,78	29,00	21,00	25,00
2	Persistência	26,33	29,00	21,00	27,00
3	Comprometimento	21,89	25,00	19,00	22,00
4	Exigência de Qualidade e Eficiência	24,56	29,00	19,00	25,00
5	Correr Riscos Calculados	16,89	21,00	11,00	17,00
6	Estabelecimento de Metas	25,00	26,00	23,00	25,00
7	Busca de Informações	21,44	24,00	20,00	21,00
8	Planejamento e Monitoramento Sistemáticos	21,78	25,00	17,00	23,00
9	Persuasão e Rede de Contatos	16,56	22,00	13,00	15,00
10	Independência e Autoconfiança	17,56	21,00	15,00	17,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para melhor compreender os comportamentos manifestados pela amostra pesquisada, foram reagrupadas as 10 Características do Comportamento Empreendedor (CCEs) como demonstra no Quadro 3, aos três conjuntos propostos por McClelland (1961), quais sejam, conjunto de realização,

conjunto de planejamento e conjunto de poder (Carneiro, 2008).

Características do Comportamento Empreendedor		
Conjunto de Realização	Conjunto de Planejamento	Conjunto de Poder
Média do Conjunto - 22,89	Média do Conjunto - 22,74	Média do Conjunto - 17,06
Máximo 29,00 e Mínimo 11,00	Máximo 26,00 e Mínimo 17,00	Máximo 22,00 e Mínimo 13,00
Mediana - 25,00	Mediana - 23,00	Mediana - 16,00
Busca de Oportunidades e Iniciativa	Estabelecimento de Metas	Persuasão e Rede de Contatos
Persistência	Busca de Informação	
Comprometimento	Conjunto de Planejamento	Independência e Autoconfiança
Exigência de Qualidade e Eficiência	Planejamento e Monitoramento Sistemáticos	
Correr Riscos Calculados		

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se, de acordo com os valores dos escores identificados através da aplicação dos questionários junto aos participantes, uma pontuação individual, em sua maioria, acima de 21,68 pontos em pelo menos seis das 10 características de comportamento empreendedor (CCE) mapeadas pelo questionário, o que indica um escore médio importante no que tange a atuação empreendedora, preconizada nos estudos de McClelland.

No geral, verificam-se nas características de Persistência e Estabelecimento de Metas, as pontuações médias mais altas. As características estão no conjunto de realização e planejamento, o que demonstra um comportamento marcante nessa frente de ação diante das metas estabelecidas voltadas ao pensamento sobre o futuro do empreendimento. É assegurado o cuidado no levantamento e na análise das informações, antes de qualquer decisão a tomar, visando construir conhecimento aprimorado necessário para a viabilização do negócio ou de decisões e iniciativas que promovam o desenvolvimento dos negócios.

Com relação à característica de Comprometimento, o resultado apresentado no quadro 2, revela um escore médio igualmente importante, onde são identificados traços marcantes e decisivos para o exercício da atividade empreendedora, principalmente no que diz respeito à garantia da qualidade dos produtos e serviços prestados. Aliás, em se tratando de qualidade, este tipo de cadeia produtiva demonstra, em sua essência, um predicado importante para conseguir o mercado consumidor, ou seja, o comprometimento dos gestores é voltado a alcançar os patamares mais elevados de qualidade do pêssego para obter melhores resultados na comercialização do produto final.

Em patamares inferiores, mas, ainda muito expressivos, em torno de 21 a 25 pontos, ficam as

pontuações dos fatores “Busca de Informações”, “Planejamento e Monitoramento Sistemáticos”, “Busca de oportunidade e Iniciativa”, “Comprometimento”, “Exigência de Qualidade e Eficiência”. Sinalizando, ainda assim, grande presença enquanto traços da personalidade dos gestores da cadeia produtiva do pêssego da região de Barbacena. No quadro geral de análise dos dados desta pesquisa, esses traços da personalidade dos empreendedores revelam um nível bastante desenvolvido de proficiência no campo ou conjunto de características de “Realização”, denotando grande capacidade de levar projetos ou iniciativas a termo, bem como, no conjunto de características de “Planejamento”, enfatizando a preocupação em buscar informações e construir conhecimentos necessários ao melhor suporte possível para o processo de tomada de decisão em favor do negócio.

Outros fatores apresentaram escores médios de pontuação na faixa de 16 a 18 pontos, quais sejam “Correr Riscos Calculados”, “Persuasão e Rede de Contatos” e “Independência e Autoconfiança” que, também, tiveram escores médios de pontuação entre 16 a 18 pontos, apesar de estarem acima do patamar mínimo previsto pelo modelo, que é 15 pontos, podem dar força ao argumento dos gestores de que, para eles, falta estímulo do poder público, pois, para tais gestores, esses fatores são aqueles em que as desejadas iniciativas que deveriam ser realizadas pelo poder público (ou outras entidades) poderiam apoiá-los no sentido de criar situações em que fosse fomentadora de auto-estima (poderia gerar convicção mais forte de sentimento de independência e autoconfiança), de novas parcerias (passíveis de serem construídas em eventos, tais como feiras, exposições etc.) e estímulo a correr riscos calculados (treinamentos e/ou parcerias de transferência de conhecimento que poderiam trazer novas perspectivas de negócio, como apoio ao negócio principal que é o cultivo do pêssego). Este último conjunto de atributos do modelo de McClelland corresponde aos atributos do conjunto denominado “Poder” que, em síntese, corresponderia ao grupo de atributos da “personalidade” empreendedora que congrega traços ligados à capacidade de influenciar o meio em que ocorre a ação empreendedora, gerando novas oportunidades e desenvolvimento. Ao que parece, via dados levantados pela pesquisa, trata-se do grupo de características que precisa ser aprimorada pelos empreendedores para potencializar os resultados de sua atuação. Neste sentido, parcerias com instituições públicas (ou privadas de renome nacional) poderiam ser catalisadoras do desenvolvimento e expansão de novas ações empreendedoras, gerando riqueza e renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo identificar o perfil empreendedor dos gestores da cadeia produtiva de pêssegos da região de Barbacena/MG, com base no perfil estipulado por McClelland e para isso, compreendeu 9 gestores de acordo com a amostra analisada, onde foram aplicados entrevistas pessoais e questionário estruturado.

Pode-se concluir que todos os participantes do artigo são casados e do sexo masculino, e que, possuem, em sua maioria, idade entre 42 a 51 anos. Trata-se de um grupo com escolaridade relativamente limitada (mais da metade dos gestores entrevistados possuem ensino básico completo - antigo primário – 1ª a 4ª série). Quanto aos dados obtidos a partir do instrumento de pesquisa adaptado (Modelo Teórico de McClelland), observaram-se características de Persistência e Estabelecimento de Metas superiores aos demais atributos avaliados.

Apesar dos esforços compreendidos na construção e validação dos objetivos ora propostos pelo artigo, há que se reconhecerem suas limitações e que o mesmo demanda melhorias, aprofundamento da pesquisa e ajustes. Neste sentido, propõem-se estudos que discutam o futuro das cadeias produtivas de

pêssegos nesta região, onde possa contribuir para a formulação de políticas públicas que ensejem o estímulo à formação de pessoal capaz de agir de forma empreendedora, ajudando a fomentar o desenvolvimento local e regional, na medida em que o empreendedor tenha suas ações reverberando em vários outros contextos geográficos, extrapolando o local de sua residência. Os resultados encontrados serviram como balizadores para futuras capacitações para desenvolver e/ou potencializar as características encontradas.

Como recomendação, portanto, fica a proposta de que o referido artigo seja testado em outros contextos rurais desta região, sofrendo, naturalmente, adaptações pertinentes aos mesmos ou ainda, avaliar o grau de empreendedorismo da cadeia produtiva de pêssegos através de outras variáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARON, R.A. Cognitive mechanisms in entrepreneurship: Why and when entrepreneurs think differently than other people. *Journal of Business Venturing*, 13, 275-269, 1998.
- CARNEIRO, P. D. P., Metodologia fuzzy aplicada para previsão do comportamento empreendedor. Faculdade Ibmec, Rio de Janeiro: 2008, p. 36.
- COLLINS, James C & Porras, Jerry I, Built to last: successful habits of visionary companies 3.ed. London: Random House Business, 2000.
- DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura, 1999.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- DOLABELA, F. C. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 13. São Paulo: Cultura, 2002.
- DRUKER, Peter F. "Innovation and Entrepreneurship; practice and principles. New York: Harper Row, 1985.
- EASTERBY-SMITH, Thorpe; LOWE, Lowe M. R. Management Research: An Introduction. London: Sage, 1991.
- FARREL, L. C. Entrepreneurship: fundamentos das organizações empreendedoras. São Paulo: Atlas, 1993.
- FILION, L J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. São Paulo: Revista de Administração – FEA/USP, vol. 34, n. 2. 1999.
- FISCHER, Augusto; NODARI, Tânia Maria dos Santos; FEGER, José Elmar. Empreendedorismo: algumas reflexões quanto às características. *Race, Unoesc*, v. 7, n. 1, p. 39-52, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/viewFile/378/122>. Acesso em: 28/08/2015.
- HISRICH, Robert D., PETERS, Michael P., SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- KETS DE VRIES, M. Rebeldes criativos com causa. In: BIRLEY, S.; MUZYKA, D. Dominando os desafios do empreendedor. São Paulo: Makron Books, 2001.
- KIRZNER, I. M. Competition and entrepreneurship. Chicago. University of Chicago Press, 1973.
- KURATKO, Donald F., Hodgetts, Richard M. "Entrepreneurship: A Contemporary Approach", The Dryden Press, 1989.
- LEITE, R. C. De executivo a empresário: como realizar o seu ideal de segurança e independência. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LEITE, E. O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas. Recife: Bagaço, 2000.

- LEITE, Emanuel. “Empreendedorismo, Inovação e Incubação de Empresas”: Lei de Inovação, Edição Bagaço, 2006.
- MACÊDO, Fernanda Maria Felício; BOAVA, Diego Luiz Teixeira; SILVA, Amanda Fontes. Empreendedorismo e Inovação: Estudo sobre as abordagens econômica e comportamental no empreendedorismo. Universidade Federal de Ouro Preto, 2011. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/597.pdf>. Acesso em: 28/08/2015.
- MATIAS, Márcia Athayde. Relação entre características empreendedoras e múltiplas inteligências: um estudo com contadores de Belo Horizonte - MG. São Paulo, 2010.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3 ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.
- MCCLELLAND, D. The achieving society. New York: VanNostrand, 1961.
- MCCLELLAND, D. C., & WINTER, D. J. Motivating economic achievement. New York: Free Press, 1971.
- MCCLELLAND, D. C. A sociedade competitiva: realização & progresso social. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.
- MINER, J. B. Os quatro caminhos para o sucesso empresarial: como acertar o alvo no mundo dos negócios. São Paulo: Ed Futura, 1998.
- MIYAZAKI, Juliane et. al. Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná. Gestão das Unidades Artesanais do Edital CNPq 032 2004 do Ministério da Ciência e Tecnologia, vinculado a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIOESTE e ao NUPEACE. 2005. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/11.pdf>. Acesso em: 28/07/2015.
- ROESCH, S. M. A. Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SCHUMPETER, J.A. “The Theory of Economic Development”, : Harvard University Press, 1934.
- SCHUMPETER, J. A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SEBRAE. Manual de operacionalização do projeto Empretec. Brasília. DF. 2001.
- SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. The promise of entrepreneurship as a field of research Academy of Management. The Academy of Management Review, New York, v. 25, n. 1, p. 217-226, Jan. 2000.
- SILVA, Fábio Gerales. Empreendedorismo. Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, Lisboa, 2003.
- SOARES, Júlio Cesar Valandro. A identificação de características empreendedoras em produtores rurais: proposição de uma escala. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.6, n.3, p. 377-394, set./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/viewFile/2021/1998>. Acesso em: 20/ 07/2015.
- SOUZA, E. C. L. de; LOPEZ JÚNIOR, G. S. Atitude Empreendedora em Proprietários-Gerentes de Pequenas Empresas. Construção de um Instrumento de Medida – IMAE. ENANPAD - ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. Anais... Brasília, DF: [s.n.], 2005.
- VENKATARAMAN, S.; SARASVATHY, S. D. Strategy and Entrepreneurship: outlines of an Untold Story. Darden Business School, 2001.

VIDAL, F. A. B.; SANTOS FILHO, J. L. Comportamento empreendedor do gerente-proprietário influenciando na vantagem competitiva de uma empresa varejista de médio porte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. Anais... Atibaia: ANPAD, 2003.

LEGÍSTICA PARA APRIMORAR AS LEIS BRASILEIRAS

*Luís Fernando Pires Machado*⁸⁶

RESUMO

O presente artigo foi construído pela experiência do autor no campo da legística e da necessidade de erradicar as piores leis brasileiras no envolvimento do cidadão pelo controle social. Ao se constatar o enorme descuido em inflar o ordenamento jurídico, o legislador se vê na obrigatoriedade em evitar o aumento do colapso jurídico. Por meio da vontade legislativa, os órgãos legislativos devem tomar uma posição para aprimorar as leis tão ruins de nosso país, por isso, urge movimentos para a adoção de uma política pública de regulação das normas jurídicas para evitar a má produção legislativa.

PALAVRAS-CHAVE: Legística. Legislador. Políticas públicas de regulação. Normas jurídicas.

⁸⁶ Posdoctor Derecho penal y garantías constitucionales. Doctor en Ciências jurídicas y sociales. Doutor Honoris Causa em gestão pública. Professor invitado en los programas doctoral y posdoctoral da UMSA. Professor do Instituto Legislativo Brasileiro. Professor do Instituto de Educação Superior Latinoamericano. Autor do livro *Noções Elementares de Legística*, premiado no concurso Talentos do Senado, em 2016.

INTRODUÇÃO

São colocadas para a sociedade leis, e mais leis, sem qualquer critério de forma e conteúdo. Não há esmero para a sua confecção. Verifica-se uma inobservância dos padrões aplicados aos princípios da legística pelo legislador, a quem deveria ter a legitimação para construí-las. No entanto, criou-se uma cultura do positivismo exagerado pelo enorme volume de leis defectivas, artificiais, injustas, anacrônicas, bizarras e inócuas que são despejadas ao legislado, de qualquer maneira e com muitos defeitos de estrutura e conteúdo, o que vem causa insegurança jurídica de toda ordem, judicializando o processo legislativo nas Casas de Leis e nos demais órgãos deliberativos das normas em geral, como os poderes executivo e judiciário, além dos conselhos deliberativos, em todas as esferas de governo.

Permissivamente, a legística torna-se importante tanto para o legislador quanto para o legislado. Surgida na União Europeia justamente para corrigir distorções de conteúdo e forma e anular as confusões textuais das leis nos países europeus. De um ramo da ciência da legislação uníssona com a ciência jurídica, por estreitamento, a legística quando bem entendida pelos legisladores que a aplicam e a assimilam, cuida da preparação endoprocedimental do texto normativo até a gestão das normas jurídicas, ou seja, do surgimento da ideia até sua concretude.

De per si, a legística *res ipsa loquitur*⁸⁷ não se volta apenas para o aspecto formal redacional, mas também para a adequada aplicação e cumprimento dos objetivos e metas a serem perseguidos e que preexistiam quando de sua confecção das leis, com o seu teor no campo temático concernente ao alcance de seus resultados esperados pelo legislador. É no texto e contexto que a legística pretende se alargar para melhoria da qualidade das leis.

Se, para a construção das leis há processos definidores em manuais de redação oficial e regimentos internos das Casas de Leis, há o pressuposto de que as normas jurídicas tenham seu esmero em qualidade quando passam a vigor. Mas nem sempre isso acontece. Resta claro que a fixação de diretrizes para a redação legislativa é importante para os legisladores deliberarem opinando pela boa técnica legislativa, porque senão, de pouco valeria, caso aquelas diretrizes não fossem acompanhadas de balizamento na feitura das normas jurídicas de modo mais consistente e influenciador na concretização das políticas públicas de regulação normativa visando garantir aplicação das leis e sua performance, em termos de preenchimento do alcance de seus objetivos e impactos na sociedade brasileira.

Não havendo critério, as normas jurídicas disponibilizadas para o povo carecem de metodologia para avaliação dos impactos produzidos, de forma opaca. Tudo porque não há métodos de gestão e controle do desempenho da lei que venha a aferir o seu alcance. Também não é essa a principal preocupação do legislador.

Sem os devidos instrumentos capazes de avaliar os objetivos e os rumos de mais leis lançadas, a Comunidade Europeia adotou o “programa legislar melhor⁸⁸” com a missão de obter melhores resultados, ao decidir tornar o processo legislativo participativo na definição de políticas públicas e em prestar mais atenção ao que pensam os cidadãos. Legislar melhor implica tomar decisões com base em dados concretos e de uma forma transparente, associando os cidadãos e as partes interessadas (por exemplo, empresas, administrações públicas e investigadores) ao longo de todo o processo. Naturalmente, a Comunidade Europeia se engaja em torno da legística naquele cenário pela dimensão de matriz substancial que regula

87 o que fala por si mesmo”, ou literalmente “a própria coisa em si”

88 Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/law-making-process/planning-and-proposing-law/better-regulation-why-and-how_pt. Acessado em 10.03.2018, às 11h 49 min.

os impactos sociais das normas jurídicas, de forma a qualificá-las, com respeito aos anseios dos cidadãos.

O COLAPSO DAS LEIS

Vivenciamos uma estupenda crise das leis e não se vê iniciativa para sanear-las. Afora a incerteza dos efeitos e resultados, o verdadeiro colapso normativo se apresenta num estado caótico que se encontram as leis brasileiras. Num país de dimensão continental, somadas as leis federais, estaduais, distritais e municipais, beiramos mais de 14 milhões de normas jurídicas. Sequer há atualização das normas jurídicas, ainda mais que as normas infraconstitucionais e legais não se parametrizam. Uma total inobservância do princípio da simetria constitucional. E, olha que a Constituição Federal, que nem atingiu seus 30 anos, já foi modificada 99 vezes, afora as Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais e demais normas reflexas.

Sequer há um tom de indignação sobre a avalanche de leis despejadas para os brasileiros, pois ainda que as normas sejam de caráter abstrato, genérico, de observância obrigatória e institucionalmente reconhecida, é lamentável o desperdício de recursos humanos e o dinheiro público gasto para o universo de mais de 14 milhões de normas de caráter cogente. Não se sabe o custo real pago pelos cofres públicos para colocar uma lei em vigência. Não se tem como mensurar o estrago causado por uma lei vigente há décadas, e depois de muito tempo, é tornada inconstitucional.

São questões que a sociedade tão passiva como destinatária, realmente não procura instigar sobre a reflexão dos efeitos causados pelas leis que deposita confiança pelo voto a seus representantes legisladores. Uma vez legitimados pelo povo, os fazedores das leis deveriam adotar normas jurídicas coerentes, levando-se em conta a equidade e a efetividade do sistema jurídico-legal do país. Mas não funciona assim, porque não há comprometimento e nem vontade política. Não se faz uma política pública de regulação dos marcos jurídicos.

Infundáveis leis, normas, decretos, portarias, regulamentos, a cada dia⁸⁹, o que torna quase impossível manter um banco de dados atualizado das normas legais, ainda mais se tentar avaliar seus efeitos. Muitas são imprecisas, inócuas, ruins e eivadas de erros crassos, sem correspondência à legística formal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 95, de 1998 (LC 95). São leis sobrepostas, sem a devida compilação, revogadas, sem o registro formal na norma revogadora, inconstitucionais, sem que haja a retirada do ordenamento jurídico.

A confusão estabelecida não consegue recepção pela legitimetria que tem seu espaço voltado à abordagem quantitativa das leis, e que agrega o processo informatizado para atender à formatação estrutural por meio de regras próprias da LC 95, muito menos pela legitimática que auxilia a legislação com ferramentas específicas no acompanhamento e apoio ao processo de construção das normas jurídicas, nas Casas de Leis.

IRRESOLUTIVIDADE DAS NORMAS

Pelos cantos do Brasil há uma cultura de que qualquer um legisla. Serve de alerta pela falta de critério e observância na feitura das leis, o que ocasiona essa crise das leis. É próprio de a Academia dotar ensino da cultura da segurança jurídica em normas escritas, na máxima do “vale o que está escrito”. E,

89 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/08/brasil-editou-535-normas-por-dia-des-de-constituicao-de-88-revela-estudo.htm>. Acessado em 09.03.2018, às 16h54min.

não passa de uma pseudo-segurança, porque não se procura alcançar uma normatização legal desejada.

Por essa cultura jurídica arcaica, o país vai na contramão dos países europeus. A Comunidade Europeia se preocupa em avaliar o impacto previsto e real das leis em todas as fases do processo legislativo e de tomada de decisão. Há comitês que procedem a uma planificação das normas jurídicas vigentes por análises exaustivas sob o crivo de uma avaliação dos resultados das demais normas cogentes, ainda quando da apresentação de propostas da nova legislação, evitando as piores leis.

Não bastasse o legislador positivo com a propriedade obtida nas eleições para legislar nas Casas de Leis, o Brasil se submete aos legisladores indiretos e atípicos funcionalmente, citam-se os chefes do Executivo que estatuem por medidas provisórias e adotam privilégios de votação nas Casas Legislativas, órgãos deliberativos, no caso dos Conselhos Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Conselho da Defesa Nacional, Conselho da República, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e, tantos outros, sem contar os das esferas estadual, distrital e municipal que tratam das políticas públicas de saúde, educação, segurança e assistência social. Com o poder de deliberação, tanto o Executivo como os Conselhos vez ou outra são questionados perante o Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade das resoluções. Destacam-se ainda, os legisladores negativos dos tribunais judiciários por desfazerem as leis julgando as ações diretas de inconstitucionalidade, declarando, portanto, as leis inconstitucionais. Com efeito, somente o Supremo Tribunal Federal ao analisar a inconstitucionalidade das leis, constatou-se que, em cada três pedidos para análise de constitucionalidade, duas leis foram tornadas inconstitucionais no ano de 2016⁹⁰.

O desmazelo é evidente na feitura das leis pelas ideias legislativas e semnexo. E isso pode ser percebido pelo legislador que não tem e nunca teve a preocupação de avaliar os impactos delas decorrentes, tampouco ouvir seus destinatários. Nossas leis são ruins e, de pouca ou nenhuma efetividade para a democracia, justamente por não atender as necessidades do povo. São leis direcionadas a determinados segmentos para favorecimento de lobistas ao privilegiar grupos seletos. São leis arbitrárias, inconvenientes, inoportunas e draconianas que acabam sendo desrespeitadas. Sem aprofundar o tema, há outros exemplos. Quanto mais se aplicam sanções legais e proibitivas, mais há desrespeito, a exemplo das condutas ilegais e não observadas pelas pessoas como as de ultrapassagem de veículos pelo acostamento, criminalização ambiental, sonegação fiscal, anticorrupção, e assim vai. O brasileiro parece cometer crimes e infrações, sem ao menos se preocupar com o aspecto punitivo das normas. E, isso é mal.

Tudo pela logicidade de que há um controle das normas jurídicas por se encontrarem submetidas seja aos paralelismos normativos e às simetrias determinados em outras normas jurídicas, seja aos padrões de desempenho fixados pelas diretrizes de legística. Só que se uma norma jurídica violar um parâmetro jurídico a que se encontre sujeita será julgada inválida pelos tribunais, com fundamento em inconstitucionalidade ou ilegalidade, já na circunstância de inobservar uma diretriz de Legística, ela não será afetada por nenhum valor jurídico negativo, podendo apenas ser estimada como de deficiente qualidade por instâncias de avaliação legislativa que possam ser constituídas.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES – VONTADE LEGISLATIVA

Da necessidade premente em solucionar a crise das leis brasileiras, pode-se abarcar a convergência doutrinária no sentido de atribuir à legística a importância devida, crucial para uma legislação melhor, se

90 Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-mai-29/cada-tres-leis-duas-foram-julgadas-inconstitucionais-2016>. Acessado em 10.03.2018, às 11h 12min.

bem avaliado o impacto legislativo, por isso, deve-se estabelecer uma abrangência maior de sua utilização pelos elaboradores das leis, derivada da ampliação e sofisticação da metódica legislativa, por meio de técnicas destinadas a assegurar a melhoria da qualidade não apenas do texto da lei, mas também do seu próprio objetivo prescritivo.

Aliado ao requinte do processo legislativo das Casas de Leis e das deliberações dos demais órgãos com o poder de legislar, a legística insere-se num sistema de ação integrado por uma modelagem de processo que compreende métodos e técnicas de gestão do conteúdo normativo que visa assegurar que a concepção da lei proposta venha atender aos reclamos da sociedade com a tendência de preencher os requisitos de qualidade, validade e alcance adequado e com eficiência. Dessa forma, os objetivos operacionais poderão ser perseguidos e acompanhados pelo legislador, pela sociedade e órgãos de controle de observação da lei e dos impactos decorrentes de sua promulgação.

Assim, uma lei bem construída e concebida quanto aos seus objetivos operacionais pode enfermar as normas redigidas sem observância da técnica legislativa. Uma redação pobre, incoerente e obscura, além de trazer insegurança jurídica prejudica a sua compreensão pelos operadores do direito, a tal ponto que a distorção do seu sentido em sede de interpretação e aplicação conduza a que os seus efeitos passem longe dos objetivos pretendidos pelo legislador, ao não legislar de forma coerente e responsável.

São aspectos levantados nestas indagações e que se indaga: por que o legislador brasileiro não consegue dispor das melhores leis e desperdiçam tempo em colocar leis de qualquer jeito? Ora, primeiro que o legislador ao estatuir sobre normas precisa de uma preparação e qualificação que a poucos são conferidas. Ou, recorre-se a assessorias jurídicas para auxílio da colocação das ideias em proposição legislativa. Com o pleno conhecimento dos possíveis efeitos contidos nas proposições legislativas e estudos de impacto social, deve o legislador maximizar em alcance impacto positivo e evitar encargos desnecessários e burocracia inútil para os cidadãos, empresas e autoridades públicas.

Também não se deve olvidar que o legislador pode se perder na confecção das normas, em face de um campo interdisciplinar que só domina parcialmente e que o impede por suas ideias, ou a atuar no processo legislativo como um generalista, ou a especializar-se neste domínio do conhecimento, ou, ainda, a requerer a colaboração de especialistas de outros domínios complementares do saber jurídico. Exige-se que o legislador tenha domínio de áreas que nem conheça, por isso, chamado de metaprofissional.

A vontade legislativa para uma legislação aprimorada consiste, portanto, em basear-se em dados concretos na elaboração da legislação pretendida. Certamente, que cabe ao legislador, ainda antes de propor um novo texto legislativo, justificar com a devida avaliação de impacto em pormenor a experiência do passado, examinar os estudos existentes sobre a matéria e organizar consultas públicas acerca das possíveis repercussões.

De forma prudente, o legislador deve alçar meios e identificar se sua ação legislativa insere-se no seu campo de competência e se insere no âmbito das políticas públicas de simplificação reordenadora das leis.

De outra sorte, a legística assumindo o papel para uma legislação aprimorada se deve pelo momento genético da política normativa que preside à concepção de um novo ato legislativo e na apreciação do desempenho de uma norma legal em vigor, tendo em vista a emissão de um juízo de avaliação sobre a necessidade da sua subsistência, alteração ou revogação.

POLÍTICA PÚBLICA DE REGULAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

A adoção de uma política pública de regulação pelo poder público propiciaria a simplificação do sistema jurídico brasileiro em sua base legislativa. Possível solução para o legislador pátrio é partir para a consolidação e buscar unificar a legislação de acordo com sua temática em uma única lei. Dessa forma, haveria a supressão de dispositivos conflitantes, repetitivos e desatualizados. Iniciativa legislativa para sanar esse impasse tem sido tentada pelo Congresso Nacional, mas não se consegue firmar.

Vamos ao caso da consolidação das leis. Há 26 projetos de consolidação de leis apresentados e que carecem de apreciação em uma comissão mista⁹¹. São leis que extravasam e se contradizem, leis que não fazem mais sentido, leis revogadas e leis com dispositivos vetados. De iniciativa louvável, a comissão, no entanto, até o momento, nada de concreto produziu.

Visto que a simplificação das normas legais abrange procedimentos de compilação, consolidação, codificação, indexação e informação legislativa, não se admite que haja desconsideração em sua formatação. Tão necessários os textos normativos compilados, consolidados e indexados para evitar a confusão legal neste emaranhado de leis brasileiras.

A inércia legislativa não é diferente nos entes federados, por isso, os legisladores poderiam optar na realização das tarefas positivas de legística e o respectivo controle a especialistas, órgãos e consultorias especializados que operem na órbita de um circuito predefinido com modelagem voltada à instituição, ou que prefiram, destinar essas competências a setores legislativos competentes e a comissões parlamentares.

Resta claro que os atores envolvidos na regulação das normas devem amparar na legística ao implicar a existência de um sistema de órgãos, procedimentos e atos que devem integrar o controle das ações legislativas para alfin organizar a gestão de qualidade do processo legislativo junto dos órgãos de poder soberano competentes para legislar.

Ferramentas de controle com emissão de relatórios e com banco de dados das proposições e normas jurídicas são disponibilizadas e prontas para adotar a política pública de regulação das normas jurídicas. É o caso do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), *software open-source*⁹², instalado em Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, com excelente desempenho a custo zero para os conveniados do programa Interlegis do Senado Federal⁹³. Composto de diversos módulos, o SAPL sistematiza, organiza e compila as normas jurídicas, além de acompanhar as sessões de votação da Casa de Leis.

Impende ressaltar as ações isoladas que permitem corrigir as distorções da legislação municipal em busca da parametrização das legislações federal e estadual. Por experiência própria, o autor colabora com o programa Interlegis, do Senado Federal, na sensibilização dos legisladores municipais na ministração de palestra sobre a importância da atualização das leis orgânicas e dos regimentos internos pelas oficinas de revisão e adequação das leis orgânicas municipais⁹⁴.

Nos treinamentos procura-se sensibilizar os legisladores e os servidores das Câmaras Municipais

91 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/grupos-de-trabalho/54a-legislatura/gtcl/projetos-de-consolidacao-na-camara-dos-deputados>. Acessado em 10.03.2018, às 16 h 19 min.

92 Ferramenta amigável que atende aos requisitos da lei de acesso às informações públicas, com a participação do cidadão, em audiências públicas. Por ser um código aberto, fica disponibilizado para as Casas Legislativas conveniadas com o Programa Interlegis do Senado Federal, de forma gratuita.

93 Disponível em: <https://colab.interlegis.leg.br/wiki/ProjetoSapl>. Acessado em 10.03.2017, às 07h 27min. O autor colabora no projeto SAPL, desde 2008, ministrando Oficinas e atualizando os manuais de treinamento

94 O autor do artigo é colaborador do Programa Interlegis do Senado Federal responsável para ministrar treinamento nas Oficinas de Marcos Jurídicos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul Acre e Rondônia.

e Assembleias Legislativas que a legislação vigente deve sempre se atualizar com o escopo constitucional e jurisprudencial. Essa comunicação legislativa seja erga omnes ou singulorum omnes das leis hierárquicas faz da legística aplicada ao caso concreto dispor de melhor compreensão e identificação da norma jurídica com a adoção de técnicas de redação e sistematização interna dos textos das normas legais, destinadas a assegurar a sua correção gramatical, pelos princípios legísticos da clareza, certeza, precisão, parcimônia, coerência interna e facilitação interpretativa.

Meritoriamente, a gestão legislativa parece dar um passo da gestão da qualidade e eficiência das leis em Criciúma e, claramente, a legística assume um modelo de “governance” ao propor-se desenhar a arquitetura do *modus operandi* dos instrumentos metódicos e técnicos da legística no processo legiferante. À primeira vista, poder-se-ia dizer que se trata de uma ação que poderia figurar, adjetivamente, como reduto de uma comissão parlamentar. Contudo, o fato de implicar uma estrutura funcional e integrada de gestão naquela Casa Legislativa que calibra e ordena, numa lógica de conjunto, a legística formal e material e que depende, em boa parte, de fatores condicionantes de ordem externa, como o caso do sistema de governo e do modelo constitucional de repartição de competências legislativas, justifica que se afigure como um domínio autônomo da legística, instrumental que se sugere nas demais Casas de Leis e órgãos competentes para legislar.

A opção por um ou outro paradigma organizativo e funcional depende, frequentemente, de fatores específicos como o sistema político de governo, a localização do epicentro institucional da produção legal, a cultura política de decisão e o perfil e qualidade da administração pública. Assim, a Câmara Municipal de Criciúma, no estado de Santa Catarina adotou o Departamento de Legística, com as competências definidas, em seu Regimento Interno⁹⁵, nos arts. 123 e 145, conforme:

“Art. 123. As proposições constituirão em:

§ 2º Todas as proposições originadas do Poder Legislativo deverão ter anuência do Departamento de Legística, no que tange à documentação e técnica redacional, antes de serem protocolizadas na Secretaria Geral da Câmara.

Art. 145. Os projetos de iniciativa da população terão a denominação de “Projeto Popular”.

§ 3º O “Projeto Popular” será recebido pelo Presidente da Câmara e, de plano, encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que em conjunto com o Departamento de Legística verificarão se o projeto preenche todas as exigências legais.”

Mormente a legística ter sido criada para fixar diretrizes no aperfeiçoamento da redação dos atos legislativos, por isso mesmo deriva da técnica legislativa de elaboração (*drafting*) das normas jurídicas, em seu aspecto da formalização interna dos dispositivos e cláusulas, de forma encadeada e articulada. Ainda que amoldasse na formatação interna na articulação dos dispositivos e cláusulas, a legística se alargou no campo da construção das leis por se envolver no conteúdo material. Com efeito, ao primar pela colocação das normas no ordenamento jurídico apenas na sua forma sem considerar a substância em contexto, houve a surgência de um *gap* devido à despreocupação do conteúdo no bojo das matérias legislativas, sem ao menos o legislador avaliar as normas quanto à sua qualidade, alcance e impacto social favorável ou não. Um zelo que deveria ser seguido pelos legisladores visando aprimorar as leis. No entanto, a ausência de critérios e procedimentos da legística interfere para a construção de um mau produto legislativo.

O legislador pátrio deve conferir, no mínimo, uma eficácia puramente programática, com a faculdade para legitimar a competência do controle social na feitura das leis, antes mesmo de posta

⁹⁵ Disponível em: <http://www.camaracriciúma.sc.gov.br/documento/resolucao-no-11-2014-22191>. Acessado em 10.03.2018, às 17h 07 min.

em vigor, sem esgotar a oportunidade de audiências públicas e sessões temáticas. Considerado como metaprofissional, o legislador não abarca todas as áreas do conhecimento para estatuir. Suas limitações devem ser consideradas, mas não induzidas ao bel-prazer de grupos de interesse e lobistas.

Outra providência para o aprimoramento e melhoria das leis é o papel desempenhado pelos órgãos legiferantes na esquiva de produzirem normas eivadas de vício de inconstitucionalidade. A produção não deve ser quantitativa inchando percentuais de produção legislativa, mas o alcance de normas com qualidade com foco na simetria constitucional e nas leis reforçadas passíveis de transformar a sua natureza técnica e eficácia predominantemente programática que corresponda a uma realidade jurídico-normativa com valor supra-ordenador, com a adoção de uma política pública de regulação das normas jurídicas.

CONCLUSÃO

Deveras que as regras de legística não assumem, por si só a essência, a substância e a compleição das coisas. Tendo nascido a partir do desenvolvimento de uma ciência social aplicada, tem por finalidade o aprimoramento e melhoria da qualidade das leis. Fato que as diretrizes de legística tomam para si os critérios metódicos e regras técnicas redacionais dos textos normativos. Ainda assim, a legística transita na ciência da administração por aproximação funcional multidisciplinar e, ainda recorre ao auxílio de outras áreas do conhecimento, tais como o direito, a ciência política, a economia, a linguística, a sociologia, a psicologia social e a informática.

Particularmente, ao direito, não basta que uma norma seja válida, mas também que seja cabalmente apreendida e se encontre em condições para produzir, de forma adequada, os efeitos jurídicos a que se propôs. Assim, o princípio da segurança jurídica marca os objetivos centrais da legística, cujos critérios metódicos intentam assegurar clareza, coerência interna e sistematicidade na redação dos atos legislativos, bem como de cognoscibilidade do direito produzido.

Aprimorar as leis brasileiras é um desafio a ser conquistado pela sociedade. Movimentos como os observatórios das leis tornam-se instrumentos de controle social poderoso. Sugere-se que nas Academias os observatórios tomem espaço como nas Faculdades de Belém. Deveras que os princípios da igualdade e proporcionalidade devem condicionar o conteúdo das leis na qualidade de parâmetros constitucionais de controle social, não é menos verdade que, no plano da legística, também os métodos da análise de impacto e consulta pública devem visam, em sede de controle endoprocedimental das Casas de Leis, testar a observância destes critérios estruturantes por parte do conteúdo da lei. Isto porque uma norma legal infundada e discriminatória na distribuição de vantagens e desvantagens pelos destinatários, desequilibrada na relação entre custos e benefícios, arbitrária na forma como preenche o interesse público e sacrifica interesses dos particulares, e desnecessária em face da existência de alternativas mais adequadas, é seguramente um mau produto legislativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERGARIA, Bruno. História do direito: evolução das leis, fatos e pensamentos. São Paulo: Atlas, 2011.
- ALMEIDA, Marta Tavares de. A contribuição da legística para uma política de legislação: concepção, métodos e técnica. Cadernos Ciência da Legislação, nº 47, Lisboa, 2007.
- BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e

- a construção de um novo modelo. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Hermenêutica e interpretação constitucional*. 3ª Ed. São Paulo: Celso Bastos, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BOBERG, José Lázaro. *Lei ordinária e seu processo legislativo*. Curitiba: Juruá Editora, 2002.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *A Constituição e o Supremo*. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/>
- CANOTILHO, José Gomes. *Direito Constitucional e teoria da constituição*. Coimbra: Almedina, 1988.
- COSSIO, Carlos. *Teoria de La Verdad Jurídica*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1954.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25ª Ed. São Paulo: Graal, 2012.
- GAUCHET, Marcel. *A democracia contra ela mesma*. São Paulo: Radical livros, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Ética do discurso*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- HAROCHE, Claudine. *Faire Dire, Vouloir Dire*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. França: Presses Universitaires de Lille, 1984.
- HESPANHA, Benedito. *Princípios constitucionais e atividade jurídico administrativa*. São Paulo: Revista de Direito Público, 2000.
- HOBBS, Thomas. *Diálogo entre um filósofo e um jurista*. São Paulo: Landy, 2004.
- MACHADO, Luís Fernando P. *O legislador municipal: teoria e prática: legislatura 2017-2020*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Natal: Jovens Escribas, 2017.
- _____, Luís Fernando P. *Noções elementares de legística*. 2º Ed. Belém: FABEL, 2016.
- _____, Luís Fernando P et all. *Manual técnico de treinamento do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL)*. 4ª Ed. Brasília: SEEP, 2015.
- _____, Luís Fernando P. *Legística para re(construir) as leis – modernizar e sistematizar o conteúdo das normas*. In *Revista Ensino/Faculdade de Belém*. V.3, n.1, jan-jun (2014). Belém: Faculdade de Belém, 2014.
- _____, Luís Fernando P. *Redação legislativa: a prática do legislador municipal*. Projeto Intercâmaras. Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Goiânia: Escola do Legislativo, 2013.
- _____, Luís Fernando P. *Redação e técnica legislativa. Conteúdo para o ambiente Saberes para educação a distância*. Brasília: Instituto Legislativo Brasileiro, 2010-2017. Disponível em www.saberes.senado.leg.br
- _____, Luís Fernando P. *Legística aplicada às medidas provisórias*. Brasília: Biblioteca virtual do Senado Federal, 2009. Disponível em www.lexml.gov.br
- _____, Luís Fernando P. *Elaboração de proposições legislativas*. Brasília: SEEP, Senado Federal, 2008.
- MARINHO, Josaphat. *Sistemas jurídicos, processo legislativo e técnica legislativa*. In *Poder Legislativo – Do Projeto ao Processo – Edição comemorativa dos 15 anos da Constituição de 1988/Senado Federal*, SEEP, 2003.
- MENEGUIN, Fernando B. Meneguín e SILVA, Rafael Silveira (orgs). *Avaliação de impacto legislativo: cenários e perspectivas para sua aplicação / Eduardo S. S. Vieira ... [et al.] ; – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017*.
- MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MORAIS, Carlos Blanco de. *Manual de legística: critérios científicos e técnicos para legislar melhor*.

Lisboa: Verbo, 2008.

_____, Carlos Blanco de. Leis reforçadas as leis reforçadas pelo procedimento no âmbito dos critérios estruturantes das relações entre actos legislativos. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. Legimetria: uma proposta e dois exercícios experimentais.

RADAELLI, Claudio and Fabrizio De Francesco. Regulatory Quality in Europe Concepts, measures and policy processes. Manchester: Manchester University Press, 2007.

SARMENTO, Daniel (org). Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio de supremacia do interesse público. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2005.

SILVA, José Afonso da. Princípios do processo de formação das leis no Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964

SINCLAIR, Barbara. Unorthodox lawmaking: new legislative process in the U.S. Congress. 3ª Ed. Washington: CQ Press, 2007.

SOARES, Fabiana de Menezes, BARROS, Louise Menegaz, FARAJ, Natália de Assis. Legimática: A tecnologia da informação aplicada à qualidade da produção legislativa. Brasília: Revista Senatus, v. 6, nº 2, p. 18-32, out. 2008.

_____, Fabiana de Menezes. Legística e desenvolvimento: a qualidade da lei no quadro de otimização de uma melhor legislação. Belo Horizonte: Cadernos da Escola do Legislativo, v. 9, nº 14, p. 7-34, jan/dez. 2007.

SOUZA, Carlos Fernando M de. A legística e a redação das leis. Artigo publicado no Correio Brasiliense, Brasília: 12/02/2007, p. 8 (Direito e Justiça).

AS CONCEPÇÕES DE CIÊNCIA POR PIERRE BOURDIEU E SUAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Luiz Fernandes da Costa⁹⁶

RESUMO

Era o fim da década de 1950 quando os governos dos Estados Unidos da América, Inglaterra e França patrocinaram algumas pesquisas da educação, em busca de solução para a massificação do ensino no continente europeu. Com o alvorecer dos anos de 1960 a França passa por uma crise profunda sobre a concepção escolar, na qual se comprova a distância entre as práticas e as políticas educacionais francesas, que culminam com a desvalorização dos certificados dos cursos. É a partir desse cenário que Bourdieu propõe uma interpretação diferente da educação. Ele classifica que o que ocorre com as camadas dominadas, através dos conteúdos, programas, métodos de trabalho e avaliação, entre outras, é violência simbólica. O pesquisador compara a partilha desigual escolar com a partilha financeira, que como tal se perpetua no capitalismo. Esclarece que apesar da escola tratar a todos como iguais, mesmas aulas, mesmas avaliações, mesmas regras de conduta e, por fim, as mesmas chances, ela não é neutra. Na educação o referido capital se acumula sobretudo na forma de conhecimentos aprendidos, livros, diplomas, etc. Fruto dessa reflexão surge o capital cultural. Suas críticas instigam aos professores e órgãos do governo revisarem a oferta de educação. Bourdieu se constitui uma voz a serviço da educação, apesar de sua teoria ter limitações quanto a aplicação. Este artigo tem por objetivo conhecer e verificar efeitos da Teoria Bourdieusiana na educação brasileira, e para tal alcance foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica.

PALAVRAS – CHAVE: Bourdieu. Concepções. Educação.

96 Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e doutorando em Epistemologia e História das Ciências pela Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF). Professor Adjunto da Faculdade Machado de Assis (FAMA). E-mail: luiz.fernandes2008@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu nasceu em 01 de agosto de 1930 em Deguin, França. Por ser uma cidade agrícola, distante dos centros acadêmicos, ele se estabelece em Paris, com intuito de realizar seus estudos, e procura adequar-se aos costumes dos parisienses. Seus poucos recursos não o impedem de alcançar o seu objetivo. Foi aluno do influente colégio Louis-le-Grande, que à época atendia o nível secundário e superior de educação. Apesar das dificuldades oriundas de sua formação, graduou-se em 1954 em Filosofia. No decurso de 1955-1958, o filósofo foi convocado para a guerra na Argélia, e lá teve a oportunidade de lecionar na Faculdade de Letras de Argel. Nesse período produziu trabalhos sobre relações sociais, aproveitando o ensejo de que as sociedades tradicionais estavam em fase de transformação. Com esse estudo, inaugura sua contribuição para a Sociologia e constata a necessidade de rever o papel da educação. O momento clama por mudanças a começar pela reconceituação do que é educação. Razão pela qual dedica especial atenção à análise do sistema de ensino francês, comparando-o com outros sistemas educacionais. A partir de suas conjecturas, pode observar que havia uma distância entre a realidade escolar e as propostas públicas nas ações educativas. Sua investigação em busca de solução dos problemas da educação consagram-no como uma das figuras mais eminentes do século XX.

Era o fim da década de 1950 quando os governos Estados Unidos da América, Inglaterra e França patrocinaram algumas pesquisas quantitativas da educação, em busca de solução para a massificação do ensino no continente europeu, que são (Aritmética – Inglaterra, Relatório Coleman – EUA e Estudos do INED⁹⁷ – França). Em primeira instância os dados das pesquisas foram utilizados para caracterizar os alunos. E depois para compreender que o desempenho escolar não se relacionava diretamente com os dons individuais dos alunos, mas com os aspectos sociais deles, tais como: origem social, sexo, moradia, etnia, entre outros aspectos.

Nos anos de 1960, a França passa por uma crise profunda sobre a concepção do que é escola, o que ganha relevância a partir da comprovação da distância entre a prática protagonizada e o modelo preconizado pelas políticas educacionais francesa. A questão que se coloca dá conta de que é preciso reinterpretar o papel dos sistemas de ensino, assunto de crucial importância para a década, e que ficou caracterizada pela expansão de ensinos secundário e universitário. Apesar das pesquisas em curso, a massificação trouxe resultados inesperados e culminou com a geração pós-guerra, que passou a ocupar ramos de atividades mais amplos que os setores tradicionais, antes ocupados pelas elites escolarizadas. Ao mesmo tempo que isso ocorria os certificados escolares eram desvalorizados.

A época já como sociólogo Bourdieu ratificou que a gênese do problema estava na educação, e a partir de então reconheceu a crise do paradigma escolar, se propondo a pensar na questão, que consistiu no delineamento de um modelo singular. De forma que ao observar a forte relação entre o desempenho escolar e a origem social dos alunos, percebe a disjunção com o paradigma funcionalista⁹⁸. A partir dessa evidência foi possível ao pesquisador obter os elementos de sustentação da nova teoria. Seguindo nessa direção considera que os condicionamentos materiais e simbólicos operam sobre nós (sociedade e indivíduos) numa complexa conexão de interdependência. E de posse dessa configuração estabelece como premissa que a posição social ou poder não está diretamente ligado a quantidade de dinheiro que acumulamos, ou mesmo do desfrute de um prestígio por conta da escolaridade, ou qualquer outra

97 Ined - Institut national d'études démographiques

98 Tem por base teórica o positivismo. Sua constituição exclui as explicações metafísicas e sociológicas, ao passo que valoriza pesquisas administrativas e empiristas. <https://pt.slideshare.net/20bauhaus/aula-3-paradigma-funcionalista>

particularidade, mas na articulação de sentidos que esses aspectos assumem em cada momento histórico.

No pensamento de Bourdieu o indivíduo é um sujeito ativo não transcendental, é criativo, mas conformado com as estruturas sociais do qual também é parte determinante. E em se tratando de educação procurou demonstrar que existe uma relação entre a cultura e as desigualdades escolares.

Ocorre que a gênese de sua teoria segue na contramão da percepção educacional vigente e passa a interpretar a igualdade de oportunidades, justiça social e meritocracia como reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Nessa direção propõe uma conceituação diferente da instituição escolar e da educação como um todo. Cabe observar que a época a educação se processava por meio do ensino público, com igualdade de oportunidades para todos, o que nessa perspectiva configura a escola como uma instituição neutra. Em contrapartida Bourdieu vislumbra um novo olhar ao considerar que a educação oferecida perdera a função que lhe fora outorgada, que era a de cumprir o papel de transformação e democratização. Na visão do cientista acontece o contrário, apesar de crer que a escola é uma das principais instituições, enfatiza que é por meio dela que se mantêm e se legitimam os privilégios sociais. Ele sintetiza sua opinião ao esclarecer que o que a instituição escolar representa e exige dos alunos se restringe basicamente aos gostos, as crenças, as posturas e os valores da classe dominante, e dissimuladamente como cultura universal (NOGUEIRA, 2002). Por fim justifica sua crença a partir da organização do Estado. Para ele a sociedade ocidental capitalista é hierarquizada, com divisão de poderes, organizada, mas muito desigual.

Suas concepções colocam em xeque o modelo de educação vigente. O que o leva a arquitetar um novo paradigma que rompe com as concepções de então, e que segundo (SETTON, 2002) “não advém de cálculos e planejamentos, são antes, produtos da relação entre *habitus*⁹⁹ e as pressões e estímulos de uma conjuntura”.

Habitus é um dos conceitos da Teoria de Bourdieu, cuja definição tem a pretensão de desfazer os antagonismos primários presentes no cabedal científico e no senso comum, e que induz a pensar na ação humana de forma dual. O que nos permite entender *habitus* como “sistema de disposições para a ação”. Trata-se de uma concepção mediadora entre a estrutura e o agente no qual se busca incorporar a liberdade em sentido amplo e o determinismo presente nas ações. Nesse aspecto Bourdieu (2002b) reforça o caráter histórico desse conceito como “...produto da história, o *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, e portanto história em conformidade com os esquemas engendrados por essa mesma história” (BORDIEU, 2000b, p.178)

A despeito disso o investigador vê esse sistema como muito sólido e considera que por mais que se democratize o acesso ao ensino público, mesmo assim a escola não romperá com a correlação entre as desigualdades sociais, principalmente na apropriação da cultura. Por isso reitera que a escola desenvolve seu trabalho de forma velada, valorizando e exigindo dos alunos determinadas qualidades que não são distribuídas igualmente entre as classes. Em suas pesquisas (BOURDIEU, 1992, p.52) classifica tal ação como violência simbólica sobre as camadas dominadas. E nessa esteira de pensamento chama a atenção para o fato de que o maior efeito dessa violência não é a perda da cultura familiar, mas sim a inculcação de uma nova cultura que não tem haver com a realidade e experiências vividas por esses alunos, como explica:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que sob as aparências da equidade formal sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente

99 *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>

reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdade de 'dons' ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em 'distinção de qualidade', e legitima a transmissão da herança cultural (BOURDIEU, 1999, p.58)

O autor classifica essas desigualdades no cotidiano escolar como violência simbólica. Segundo afirma, ocorre através dos conteúdos, programas, métodos de trabalho e avaliação, relações pedagógicas, práticas linguísticas e temáticas abordadas. Afirma que esses procedimentos se mostram eficazes, propiciando a adesão das classes dominadas através da cultura imposta pelas classes dominantes. Como reitera o cientista:

Para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p.53)

E nesse afã o pesquisador questiona sobre a partilha desigual, que como tal se perpetua no capitalismo. De forma que nesse modelo a estrutura social é concebida como (hierarquizada, poder, privilégio), determinada pelas relações simbólicas(status), culturais (escolarização), matérias/econômicas (salário, rendimento) entre os indivíduos (SETTON, 2002). A partir dessas considerações ele cria outras dimensões para o conceito de CAPITAL. Bourdieu esclarece que capital cultural corresponde à uma rede de relações interpessoais, que cada um constrói, com os benefícios ou malefícios que pode gerar na competição entre os grupos humanos.

Mas quando o capital cultural utilizado refere-se ao campo, ele pondera que serve para designar nichos da atividade humana nos quais se desenvolvem lutas para alcance do poder simbólico, com produção e confirmação de significados. Já os indivíduos atuam de acordo com o capital acumulado, que pode ser social, cultural, econômico ou simbólico. O capital cultural se apresenta em três formas vitais.

a) estado incorporado – apresenta-se sob a forma de preceitos duráveis na estrutura do próprio homem. É ele que transforma o ter em ser. A transferência desse capital demanda tempo, e não tem haver com títulos de nobreza, nem tampouco com dinheiro, mas se obtém totalmente na forma dissimulada e inconsciente, como considera Bourdieu, para quem “ não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular; depaupera e morre com seu portador, com suas capacidades biológicas, sua memória, etc”. (BOURDIEU, 1998, p.75).
b) O estado objetivado – é representado pelos bens culturais tais como: livros, dicionários, quadros, ferramentas e máquinas. Segundo o cientista o capital cultural na forma incorporada é:

E nesse estado o capital cultural objetivado apresenta-se com todas as aparências de um universo autônomo e coerente que, apesar de ser o produto da ação histórica, tem suas próprias leis, transcendentais às vontades individuais, e que permanece irreduzível, por isso mesmo àquilo que cada agente ou mesmo o conjunto de agentes pode se apropriar. (BOURDIEU, 1998, p.78)

Mas quando se trata do capital social há que se considerar que só existe

(...) e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto às lutas que se travam no campo da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado (BOURDIEU, 1998, p.78)

c) Por fim define o estado institucionalizado como um tipo de forma de objetivação, que é colocado a parte, por conferir ao capital cultural propriedades plenamente originais, como relata que

Ao conferir ao capital cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados e, até mesmo, sua 'permuta (substituindo-os uns pelos outros na sucessão); permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital e o capital econômico, garantindo o valor em dinheiro de determinado capital escolar (BOURDIEU, 1998, p.79)

Em sua capacidade criadora e inventiva Bourdieu teoriza o capital científico a partir do capital simbólico. Para tal concepção retoma a estrutura social, as relações simbólicas, materiais e econômicas entre indivíduos. Para ele existem duas espécies de capital científico, a saber: um temporal, político e institucionalizado (ligado a obtenção e funções em instituições acadêmicas), e o outro é um capital de prestígio social e científico, mais específico. Em decorrência dessa estrutura o capital científico é classificado como capital simbólico, a partir das relações de conhecimento e reconhecimento dentro do campo. Historicamente o conceito de campo afirma que:

[...] à medida que as sociedades se tornam maiores, e com uma divisão social do trabalho mais complexa, certos domínios de atividade se relativamente autônomos. No interior desses setores ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009, p.31)

Por fim o capital econômico é concebido sob a forma dos diferentes fatores de produção (indústrias, terras, trabalho) que se segue de bens econômicos (patrimônio, posses materiais, dinheiro) cuja acumulação é classificada como investimento econômico. É fato que famílias que dispõem de capital econômico elevado proporcione aos filhos o melhor, em termo de educação, que é o capital cultural.

A TEORIA BOURDIEUSIANA E A ESCOLA

A Teoria Bourdieusiana é utilizada para analisar fatos sociais com vistas a conceber melhor padrão de escolarização. E ao tecer a discussão teórica no campo da Sociologia, o cientista se esforça para evitar tanto o objetivismo¹⁰⁰ quanto o subjetivismo¹⁰¹ no exame minucioso dos fenômenos educacionais. Sua análise leva-o a negar veementemente o caráter autônomo do indivíduo. E nessa linha de reflexão fica evidente a herança da bagagem social pelo sujeito, que inclui de certo modo, componentes objetivos que estão fora dele, a partir do processo de socialização, nas relações de afetividade e aprendizagem, que nos torna agentes humanos com características de um grupo de pertença nos costumes e nas ações. Ocorre que as estruturas sociais que influenciam o comportamento do indivíduo tem sua gênese na família. É nela que o indivíduo incorpora um conjunto de preceitos que caracteriza as ações dessa célula mater e é classificado pelo pesquisador com habitus familiar ou de pertencimento.

100 O conhecimento objetivo é, para o senso comum, um conhecimento preciso, indubitável. Como tal contém uma verdade não questionável.

101 O subjetivo, no senso comum, é referenciado como alguma coisa que não é muito precisa. Algo que está indefinido ou que pertence ao mundo das ideias, que não pode ser comprovado. Algo que não se fundamenta no mundo real, que não é conhecimento científico. <https://globalherit.hypotheses.org/4012>

Nas relações familiares, nas formas de convivência social como grupos de amigos e vizinhança, associações comunitárias e religiosas bem como nos sistemas escolares ocorrem as relações que se combinam de diferentes maneiras para a preparação dos membros da sociedade em que estão inseridas, contribuindo assim para a existência dessa sociedade ao longo do tempo. (PRAXEDES 2015, p.14)

E quando diz respeito a educação, o sociólogo esclarece que apesar da escola tratar a todos como iguais, mesmas aulas, mesmas avaliações, mesmas regras de conduta e, por fim as mesmas chances, não é neutra, porque na prática as oportunidades são desiguais. Para ele alguns estariam em condição desfavoráveis em relação aos outros, para atenderem as determinações da escola. Ao destacar a cultura escolar como cultura dissimulada, o pesquisador abre espaço para uma análise mais crítica dos métodos pedagógicos, da avaliação escolar, dos conteúdos curriculares, enfim, do próprio currículo, que são escolhidos em função das classes dominantes em seus conhecimentos e valores.

É provável por um efeito de inércia cultural quem continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom natural. (BOURDIEU, 1998, p.41)

Após tecer essas considerações, Bourdieu classifica os alunos que chegam à escola segundo algumas categorias, a saber: classes populares, classes médias (ou pequena burguesia) e pelas elites (MARTINS NOGUEIRA; NOGUEIRA,2002).

- As classes populares, pobres em capital cultural e econômico teria uma dedicação moderada no sistema de ensino. Essas consideram as chances de ser bem sucedida, bem reduzidas diante das dificuldades econômicas, sociais e culturais indispensáveis a um bom desempenho escolar. E por ser um investimento a longo prazo e de retorno demorado, face as necessidades, contribui para a evasão de muitos alunos que preferem o mercado de trabalho à escola.
- Já as classes médias, investiriam pesado na educação dos filhos. Um número significativo desses responsáveis (pais/parentes) tiveram trajetória ascendente a partir da certificação escolar. Por isso depositariam confiança na qualidade de escolarização de seus filhos.
- Por fim as elites econômicas que investiriam pesadamente na escola, mas de forma mais despreocupada que as outras classes. O sucesso escolar já faz parte da trajetória e a família não demanda grande esforço de mobilização. A elite não entra na disputa de ascensão social. Ela Já exerce o domínio com naturalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na França a reinterpretação da escola ocorre a partir de 1960 quando a geração pós-guerra chega ao mercado de trabalho e constata o baixo retorno social e econômico de seus certificados. No caso brasileiro essa expansão ocorre a partir da década de 1990 após o Brasil assumir, como bússola, a orientação advinda da Conferência Mundial de Jomtien, Tailândia, sobre Educação para Todos, cujo objetivo era estabelecer compromissos mundiais que pudessem garantir a todos os indivíduos os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna. Mas a universalização de atendimento não pode ser confundida

com tratamento homogêneo. Por isso o sociólogo adverte que não podemos partir da concepção de alunos homogêneos, já que têm capitais sociais e habitus diferentes. Se a escola não partir desse pressuposto jamais será democrática. Por isso Bourdieu (1998, p.53) considera que em se “tratando todos os educandos, por mais diferentes que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura”. Para resolver essa questão o sociólogo apresenta o que e nomeia como “Pedagogia Racional Universal”, como esclarece:

Uma Pedagogia racional e universal, que partindo do zero e não considerando como dado o que apenas alguns herdaram, se obrigaria a tudo em favor de todos e se organizaria metodicamente em referência ao fim explícito de dar a todos os meios de adquirir aquilo que não é dado sob aparência do dom natural, senão as crianças de classes privilegiadas”. (BOURDIEU, 1998, p.53).

Essa Pedagogia embora colabore com a auto-avaliação, preparação das aulas e contextualização, vem de encontro aos critérios que o educador carrega como avaliação justa. Por outro lado corre-se o risco do aluno não avançar nos conhecimentos, ficando sempre atrasado em relação aos alunos da rede privada. Contudo não é uma questão genérica, já que há alunos que podem ser considerados como portadores de baixo capital cultural e apresentam bom rendimento escolar. Portanto por essa teoria o quesito “avaliação” carece de mais estudos assim como de uma metodologia de trabalho que leve a resultados satisfatórios.

Já a escola pública em busca da inserção de alunos, com vistas a universalização, vem “nivelando os conhecimentos por baixo”. É o que se percebe com o avanço dos alunos nas séries, sem domínio dos pré-requisitos básicos. Mas segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB – 2015) o quadro está mudando com melhor domínio dos alunos em Língua Portuguesa entre 2013 e 2015. O mesmo se dá em Matemática, com evolução nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. Apesar do progresso as classes mais abastadas já abandonaram há muito a escola pública, de maneira que a desigualdade está mais acentuada. E o que tem ocorrido com parte dos alunos que cursam toda a educação básica na rede pública e que contam com 50% das vagas públicas nas universidades federais e estaduais brasileiras, merece atenção. Os ingressantes (recém aprovados) recebem bolsas de estudos de apoio a aprendizagem. Ocorre que parte deles, por falta de pré-requisitos, evadem dos cursos universitários. Por outro lado muitos cursos ocupam o horário integral, o que impede que esses alunos trabalhem. Contrário a isso, a classe média, que tem melhor capital econômico, procura colégios de boa reputação da rede particular para preparação sólida da educação básica de seus filhos, busca acompanhar de perto os rendimentos e vê nesses estabelecimentos de ensino a oportunidade de ascensão, tal como eles tiveram.

Outra medida criada pelo governo brasileiro diz respeito as cotas, que procura corrigir as desigualdades a qual a raça negra esteve até a pouco tempo submetida. Tal medida tem colaborado para melhorar o índice de atendimento a essa classe. Contudo muito tem que ser feito para uma efetiva justiça social. Mas já permite antever a influência bourdieusiana no nosso sistema educacional.

A partir da assertiva de Bourdieu de que a escola não é uma instituição neutra, cabe ao professor como formador de opinião, que domina os conteúdos, atuar contra a perpetuação da hegemonia cultural ditada, orientada pela classe dominante. Trata-se de uma ação de grande relevância para o alcance da democracia.

Por fim na Teoria Bourdieusiana encontramos uma contribuição primorosa que nos permite refletir sobre as possíveis mudanças nas instituições de ensino, assim como, combater a legitimação da violência simbólica. Essas mudanças clamam por revisão das políticas públicas e formação de professores, em sintonia com as necessidades educativas atuais. Portanto é uma teoria profícua para reflexão. Suas críticas instigam aos professores e órgãos do governo revisarem a oferta de educação. Bourdieu se constitui

uma voz a serviço da educação. No entanto, como toda teoria, tem suas limitações quanto a aplicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. Estruturas, habitus e prática. In: _____. Esboço de uma teoria prática. Tradução Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta, 2002b.
- _____. Pierre Bourdieu- entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2002a. (Coleção Pensamento Contemporâneo)
- _____. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2.ed. 1982.
- _____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 39-64. (Publicado originalmente em francês, 1966).
- _____. O ponto de vista do autor: algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: BOURDIEU, Pierre. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia de Letras, 1992, p.52
- _____. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- _____. Fieldwork in philosophy. In: _____. Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990a. p.15-48.
- _____. O mercado linguístico. In: ORTIZ, R. (Org.). Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. Bourdieu & a educação. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NOGUEIRA, C. M. M, NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Educ. Soc.[online]. 2002, vol.23, n.78, pp.15-35. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.
- PRAXEDES, W. A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- SETTON, M. G. J., (2002). Família escola e mídia: um campo com novas configurações. Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP, v 28, no 1, jan.-jun. 2002, p.107-116
<https://pt.slideshare.net/20bauhaus/aula-3-paradigma-funcionalista>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>. Acesso em 20 de dezembro de 2017.
<https://globalherit.hypotheses.org/4012>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.
<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/inep-apresenta-resultados-da-prova-brasil-2015>, acesso em 05 de janeiro de 2018.

INFERENCIAS ANTROPOLÓGICAS EN LA OBRA DE VICTOR FRANKL: EN BÚSQUEDA DE SENTIDO UN PSICÓLOGO EN EL CAMPO DE CONCENTRACIÓN

Niquélen Bianca Miller França¹⁰²

RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo lograr la descripción de las inferencias antropológicas en la obra de Victor Frankl con el título El hombre en busca de sentido. En la cual, Frankl cuenta las experiencias vividas como prisionero en el campo de concentración, y cómo a través de ellos fue capaz de extraer una base teórica para su tesis denominada Logoterapia, siendo la tercera escuela de psicoterapia orientada a la búsqueda del sentido que se focaliza en lo espiritual; , apela a la facultad de los delitos. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa, de carácter bibliográfico, que utilizó como base de datos el libro en busca de sentido de vida y otras obras, revistas, artículos y periódicos de Lilacs, Scielo y de la biblioteca virtual. Este trabajo fue escrito en tres partes relacionadas y interconectados, sobre la experiencia de Frankl como sobreviviente del holocausto, un breve resumen sobre Logoterapia y las deducciones de los autores de antropología.

PALABRAS-CLAVES: Logoterapia. Sentido de la vida; Antropología.

¹⁰² Doutorada em Psicologia Social com enfoque de pesquisa na Logoterapia a Luz de Victor Frankl pela Universidad John Kennedy, Mestre em Psicologia, Coordenadora de Enfermagem-DAS no Município de Duque de Caxias-RJ e Professora na UNIESP.

INTRODUÇÃO

El psiquiatra austríaco Viktor E. Frankl (* 1905 - † 1997) el fundador de la Logoterapia, conocido significado psicoterapia de la vida, la presentación con carácter fenomenológico, el objetivo de explorar el sentido existencial de la persona y su dimensión espiritual. Frankl fue prisionero durante tres años en los campos de concentración de Theresienstadt, Auschwitz, Kaufering und Türkenheim en medio de los desastres de la Segunda Guerra Mundial, de 1942 al 27 de abril de 1945, sin perder el sentido de su existencia en la cara del dolor, sufrimiento y muerte.

El psiquiatra Viktor E. Frankl recita la palabra Logoterapia por primera vez en una universidad en 1926, pero la calificación del análisis existencial se produjo a partir de 1933.

Según Fizzotti (2000) la teoría logoterapia fue construido durante tres fases: la fase inicial se llevó a cabo en la obra de acosnhamento Frankl en los centros de prevención del suicidio durante la década de 1926; la segunda se centra principalmente en el desarrollo de la teoría de la logoterapia guiada susbsidios los teóricos de filósofos como Max Scheler, Karls Jaspers, Martin Heidegger, Ludwig Binswanger y Martin Buber y Logoterapia fue autenticado por su fundador por su experiencia en los campos de concentración; Tercera etapa establecido por la metodología terapéutica descrita en los libros en el período posterior a la guerra.

Sin embargo, a la Logoterapia fue considerado por Wolfgang Soucek (1948) como la tercera escuela de Viena de la psicoterapia, siendo precedido por el psicoanálisis y la psicología individual, y se reconoce como un acercamiento a la psicoterapia la asociación más antigua de la Psicología, la Asociación Americana de Psicología (APA). Con la premisa el elemento espiritual dentro de un enfoque existencialista y fenomenológico de hombre importante en la búsqueda del verdadero significado de su vida.

EN LA PRIMERA PARTE DEL LIBRO

Viktor Frankl describe la entrega de los prisioneros en el campo de concentración de someterse a la selección entre los enfermos y los discapacitados y saludable, y la primera será dirigida al crematorio o las cámaras de gas, y el segundo para los alojamientos que tenían capacidad para 200 personas, que en realidad albergaban alrededor de 1000 los seres humanos de forma inhumana. Dejando sólo el prisionero con su existencia desnuda en una situación límite de contención.

Viktor Frankl (2016) explica la frase “Ir al hilo”, comúnmente utilizado en el campo, fue el método elegido por el prisionero a cosechar la vida misma, tocando la valla electrificada, era natural pensar en el suicidio, a veces antes de que la situación límite dolor y sufrimiento. Sin embargo, los autores narra que hicieron un pacto interno no intentar el suicidio, y dijo que no tenía sentido de quitarse la vida, pero mantienen la tendencia natural a preservar su vida.

Gotthold Ephraim Lessing (* 1729 - † 1781) dramaturgo alemán fue quien describió la frase “que no pierde la cabeza en ciertas cosas es porque no se dirigen a perder”, como antes una situación anormal un estado anormal de la mente es aceptable como una reacción natural y normal psicológica em un campo de concentración Frankl (2016).

EN LA SEGUNDA PARTE DEL LIBRO

Victor Frankl presenta los conceptos fundamentales de la Logoterapia, “logos” es una palabra griega que significa “orden”, que se centra en el significado de la existencia humana, así como la fuerza motriz de los seres humanos a encontrar un sentido a su vida. Una terapia que rompe el egocentrismo con la eliminación de mecanismos de atención retroalimentadores neurosis, enfocándose hacia la existencia.

El autor describe también sobre la vida en el campo, la apatía y insensibilidad emocional presentada por los presos, incluso del propio, un sentido de la muerte interior, un anhelo que duele y desgarrar el alma. Sin embargo, después de unas semanas en un campo de concentración seres humanos, muestran una falta de sensibilidad a los hechos, es decir, crear escudo mental y espiritual para trascender el contexto utilizando la libertad interior del pensamiento. Frankl (2016, pp. 112-113) concluye que:

Sabemos que el ser humano como tal vez ninguna generación humana ante nosotros. ¿Qué es entonces un ser humano? Es el ser que siempre decide lo que es; Es el ser que inventó las cámaras de gas, sino también ese ser que entró en las cámaras de gas en posición vertical, con una oración en los labios.

En este sentido, la descripción de Frankl confirma la antropología filosófica de enfoque existencialista los siguientes autores:

Martin Heidegger (* 1889 - † 1976) filósofo alemán de gran importancia en el enfoque fenomenológico en el siglo XX, fue alumno de Edmund Husserl teórico, filósofo y fundador de la fenomenología. Los primeros escritos de Heidegger al tratar de analizar lo que significa ser humano, y cómo se puede vivir una vida auténtica, sirvieron como inspiración para los siguientes filósofos: Sartre, Levinas, Gadamar, Hannah Arendt y el físico Werner Heisenberg y contribuye al nacimiento existencialismo. Heidegger considera la cuestión de la existencia humana como fundamental para la filosofía, especialmente en la rama filosófica de la ontología (de los Ontos griegas, “ser”) mostró el carácter de la existencia (Dasein) en la fenomenología, en un intento de entender el significado de ser un hombre. Por lo tanto, autodenominado hermenéutica fenomenología de la ontología fundamental, que es una reflexión sobre el sentido de globalidad de su ser, es decir, la metafísica de la existencia, haciendo un contrapunto a la tradición teológica que considera estar como un mero elemento con características divinas. Por lo tanto, este ser existencial se define por su sentido de la temporalidad en el espacio para el despliegue de su acción en el presente Martin Heidegger (2009).

En el libro *Ser y tiempo*, Heidegger dice que si queremos saber si existe algo, debemos examinar la cuestión desde el punto de vista de esos seres para quienes ser un objeto. Por otra parte, Heidegger se centra en que si queremos explorar las preguntas sobre el ser, tenemos que empezar por nosotros mismos, pensando en lo que significa para nosotros, la existencia en el mundo. Para cuando el autor se pregunta sobre el sentido de ser, tenido en cuenta las ideas no abstractos, pero algo muy directo e inmediato. Heidegger hace una distinción filosófica entre la existencia auténtica y no auténtica y dice que pasamos la mayor parte de su tiempo haciendo tareas sin fin que nos hace olvidar la muerte y no vivir con autenticidad. Sin embargo, cuando nos damos cuenta de nuestra finitud, comenzamos una comprensión más auténtica de lo que significa existir en el mundo. Heidegger la muerte no es un evento, sino un fenómeno que se entiende existencialmente.

Filósofo Jean Paul Charles Aymard Sartre (* 1905- † 1980), escritor y crítico francés, que se inspiró en la obra de Martin Heidegger, llegando a ser conocido como un representante del existencialismo. Para

Sartre seres humanos no son creados de acuerdo con un plan predeterminado, sino que existen para un propósito en el mundo.

Kim et al., (2016, pp.270-271) describe que “Sartre dice que existe en primer lugar, el hombre, resulta, surge en el mundo y luego define descubrir su esencia.” ¿Por qué Dios no puede establecer propósito de la vida, el hombre en su vida que encuentra y determina su vida.

La filosofía de Sartre es guiado por la idea de que la existencia precede a la esencia, un hecho que influyó en las cuestiones políticas e inspiró a los jóvenes a desafiar a las autoridades en el poder en Francia en la década de 1950, y también ayudó a la caída del gobierno conservador en 1968 en el mismo país. Para el pensamiento de la libertad con la responsabilidad de los actos sugiere al hombre un estilo de vida libre de estándares predeterminados, y podemos optar por ejercer un estricto control sobre nuestro comportamiento en el mundo. Las ideas liberales de Sartre influyeron en los escritos de su colega y compañero filósofo Simone de Beauvoir (* 1908- † 1986), así como todo el contexto cultural francesa.

Sin embargo, Frankl no está de acuerdo con la noción de libertad en Jean Paul Sartre, afirmando que, en opinión de Sartre, que el hombre arquitecto su vida con libertad y responsabilidad, de hombre a hombre, sin una conversión “Dios” sin elementos de la metafísica, especialmente la rama central llamada ontología, todo está dirigido a nada. En este sentido, es clara la posición Frankl a la conclusión de que una imagen adecuada del hombre nunca se jugará tan bien en la propia imagen, ignorando las realidades metafísicas, lo que permite la especificación hombre como objeto de investigación. Por lo tanto, la Logoterapia de Frankl incluye elementos metafísicos en su antropología - explica Lukas (2002, p. 18).

De acuerdo con el contexto de la perspectiva fenomenológica, es relevante para la descripción de la contribución de Martin Mordechai Buber (* 1878 † 1965) a la antropología filosófica existencial contemporánea y Logoterapia. Buber se inspiró en la tradición oriental y la mística judía. Introdujo el pensamiento dialógico y la relación interpersonal yo-tú en este momento, debido a que en la psicoterapia encuentro entre dos personas que no sucede por casualidad, es decir, ambos son los participantes en el proceso de clarificación de cada situación única Buber (2010).

La idea de “diálogo” en el diálogo de Buber (1982) Punto de yo-tú a la trascendencia del hombre en el momento de la oración, es decir, en los momentos de silencio y encuentro personal, donde las palabras son pronunciadas por el corazón y dirigidas a su Dios.

Max Ferdinand Scheler (* 1874 - † 1928) filósofo alemán, reconocido por su trabajo en el enfoque de la fenomenología, la ética, la antropología filosófica y la filosofía de los valores. Scheler describe al hombre como un ser espiritual y existencial, capaz de reconfigurar su realidad como espíritu. Es un acto puro de este espíritu que existe en que se lleva a cabo, y la persona se encuentra el significado de la voluntad como un elemento de guía y organizador de los actos espirituales.

Max Scheler introdujo la idea de que el amor crea una conexión del conocimiento empírico al conocimiento científico en su trabajo descrito en 1923 con el título Amor y Conocimiento. Es de destacar que el punto de partida para Scheler eran los estudios del filósofo Blaise Pascal francés del siglo XVII, que puso de relieve la existencia de la diferencia entre la lógica del corazón y el intelecto. Kim et al. (2016).

Karl Theodor Jaspers (* 1883- † 1969) fue un filósofo, un psiquiatra y profesor de la Universidad de Heidelberg en Alemania desde 1937 hasta 1945, pero fue removido de su función académica por los nazis. Su principal obra fue escrito en tres volúmenes que contienen sus principios fundamentales, la filosofía se llama en tres volúmenes (1932), que es una lucha personal, y otros libros como, Orientación Filosófica Mundial, la existencia de la explicación, la metafísica, la razón y la existencia, la fe filosófica.

El autor presenta un enfoque existencialista que sugiere una filosofía guiada los dilemas individuales

en la cara de los intentos de comprender la verdad, mediante el esfuerzo personal. Jasper estaba influenciado por las obras de los siguientes filósofos: Soren Kierkegaard (1800), que se centra en la filosofía como una cuestión de la lucha del individuo con la verdad; Friederich Nietzsche (1880), que establece que “Dios ha muerto”, que no hay verdades absolutas y que deberíamos reflexionar sobre los valores; Martin Heidegger (1920), que describe la existencia humana como una cuestión fundamental de la filosofía Kim et al. (2016).

Establecimiento de una conexión Logoterapia con Karl Jaspers cree que está en el corazón de la cuestión fundamental de la esencia y la existencia, Jaspers dice que estar en su existencia es limitada y que el creador es la esencia misma, creando así una paradoja entre la existencia y esencia. Se hace un análisis del propio ser, en cuatro dimensiones: ser-ahí (Dasein), la conciencia, el espíritu y la existencia.

Por lo tanto, el ser-en-situación, Jasper dice: trascender la situación es verdadera existencia; es el punto de apoyo de la existencia, el problema de ser está inextricablemente ligado a la verdad; la existencia tiene lugar en la soledad del individuo, ¿cómo se llama la masa be-sin-existencia; cualquier reivindicación certeza absoluta es un no-verdad; y la conciencia humana me dice que soy limitado, pero no dice que el límite.

Además, Jasper afirma que el hombre, aparte de todos los otros seres que tienen una dimensión espiritual que es la parte humana capaz de defenderse de toda condición psíquica, natural, determinado por instintos e impulsos. Así que este hombre, a diferencia de los animales y la capacidad de procesamiento de plástico es capaz de sobrevivir a situaciones extremas de la muerte, el dolor y la culpa. Como, por ejemplo, algunos prisioneros del campo de concentración de trascienden experimentado situaciones, lograr el conocimiento de su existencia auténtica. De acuerdo con Oro et al. (2001, p.64).

En este camino de ir consolidándose, la existencia empírica choca con las situaciones límite (muerte, azar, sufrimiento, culpa). Límite significa barrera, pero también apunta a la conciencia todavía oscura de detrás el límite, de que la vida no se reduce a soportar situaciones y a formalizarlas intelectualmente. Sin embargo, el hombre tiene la opción de resistirse a la revelación de lo que hay detrás del límite, o bien puede despertar en la plena experiencia de la situación, a la conciencia de su posibilidad cuanto existencia.

Jasper retrata al hombre como un ser inacabado, pero poseedor de un poder de plástico y transformaciones infinitas de cara a situaciones extremas (muerte, la desgracia, sufrimiento y muerte). Dado que cada situación de los límites, la muerte de un misterio indescifrable para la comprensión humana.

EN LA TERCERA PARTE

Frankl describe sobre la persona antes de su libertad y posibles decepciones en volver a sus orígenes. Por lo tanto, sólo con el paso del tiempo estas personas van a aprender de nuevo a sentir la sensación de alegría en una situación favorable, así como recuperar el sentido ético de la verdad, la justicia y la injusticia a las personas y los hechos.

De una forma u otra, para cada uno de los liberados llegará el día en que, mirando en retrospectiva la experiencia del campo de concentración, tendrán una sensación extraña. Ya no puede entender cómo fue capaz de soportar todo lo que se le exige. Y si hubo un tiempo en su vida donde su libertad parecía un hermoso sueño, la experiencia sufrida en el campo de concentración parecerá una mera pesadilla. Esta experiencia en libertad, sin embargo, está coronado por la maravillosa sensación de que nada más que temer en este mundo después de todo eso sufrió- menos que su Dios (Frankl, 2016, p.119).

Es en este contexto que la teoría de Frankl corrobora la idea de Max Scheler en el eudemonismo,

la eudaimonia griega, como doctrina de la felicidad como el objetivo de la vida. Sin embargo, el placer o la felicidad no son requisitos para la acción moral y ético, pero, en general, lo que el hombre quiere es placer, sino un sentido a su existencia en la vida, en última instancia, la vida se ven como sin sentido. Si el placer era el sentido de la vida, la vida misma no tendría ningún sentido.

De acuerdo con Frankl (2003) la cuestión esencial de la teoría de la Logoterapia punto de vista antropológico es el autotranscendencia de la existencia humana sobre la base de tres pilares, la libertad de elección, la voluntad de sentido y el significado de la vida. Por lo tanto, la base teórica y práctica de la Logoterapia tiene la función esencial para curar el alma humana, en un intento de conducir al hombre a recuperar el sentido de su vida, a través de la libertad de pensamiento, trascendiendo la neurosis y el nihilismo de la vida contemporánea.

Según Víctor Frankl una voluntad de sentido se puede comparar con el principio del placer del psicoanálisis freudiano, y contrasta con la voluntad de poder, puesto de manifiesto por la psicología de Adler con el uso del término “buscar de la superioridad”

La búsqueda individual de significado es la principal motivación en su vida, y no una “racionalización secundaria” de los impulsos instintivos. Este sentido es único y específico, ya que necesita y sólo puede ser ejercida por esa persona en particular. Sólo este sentido es de importancia que va a satisfacer su propia voluntad de sentido (Frankl, 2016, pp. 124-125).

El noodinámica refiere a la dinámica existencial como en un campo polarizado de tensión, porque el ser humano no tiene que permanecer en la homeostasis (equilibrio) constantemente, pero siendo el primero de todos en la búsqueda de un objetivo vislumbrar el sentido de su vida. Según el autor de la salud mental de la persona que se basa en un grado requerido de la tensión entre lo que era alcanzable o debería haber logrado. Por lo tanto Frankl (2013) corrobora las palabras de Nietzsche (2010) “que tiene que vivir de soportes casi cualquier cómo”.

Por lo tanto Frankl confirma que el hombre es un agente de su destino es la auto-determinación, poseía un carácter trascendental, y no alguien que no tiene libertad, un sujeto modula las condiciones ambientales, definidos por el autor como “pandeterminismo”. Debido a que el ser humano es capaz de descubrir el verdadero significado de su existencia y para resistir las limitaciones.

De acuerdo con la declaración de la dirección de la vida Logoterapia siempre cambia, pero nunca deja de existir, se puede encontrar en tres formas diferentes: 1. Creación de un trabajo o realizar un acto; 2- experimentar algo o encontrarse con alguien; 3 por la actitud que tomamos en relación con el inevitable sufrimiento.

Otro tema clave es la Logoterapia como técnica llamada la intención paradójica lucha contra la ansiedad anticipatoria porque las personas neuróticas, en general, tienen ansiedad anticipatoria, generando el doble hecho del miedo y la intención excesiva que sea imposible lograr lo que quiere.

Por lo tanto, el paciente sometido a la técnica de Logoterapia, que consiste en un cambio de la actitud del paciente, ya que su miedo es reemplazado por un deseo paradójico, como el ejemplo citado por Frankl, un paciente después de algunas sesiones cortas, atención y la intención del paciente excesiva, orientado a su capacidad para experimentar el orgasmo, con el tiempo “derrefletadas” y su atención se enfocó a la pareja, y entonces el orgasmo llegó espontáneamente (Franklin, 2016, p. 147).

LA TERCERA PARTE DEL LIBRO EN EL ÚLTIMO CAPÍTULO FRANKL SE CENTRA EN EL OPTIMISMO TRÁGICO O “TRÍADA TRÁGICA” EN RELACIÓN CON LA EXISTENCIA HUMANA: EL DOLOR, LA CULPA Y LA MUERTE

El autor describe la pregunta “¿Cómo es posible decir sí a la vida, a pesar de todo esto? Por lo tanto, lo que importa es hacer lo mejor de cada situación teniendo en cuenta el potencial humano, que siempre permite: 1- transformar el sufrimiento de una conquista y un logro humano; 2 Extracto de la culpa la oportunidad de cambiarse a sí mismo para mejor; 3 a la fugacidad de la vida un incentivo para que las acciones responsables (Frankl, 2016, p.161).

Por lo que la Logoterapia creado por Victor Frankl transmite el mensaje de esperanza y optimismo, que muestra la capacidad que tiene el hombre para trascender las difíciles condiciones que impusieron su existencia, lo que permite un cambio de sí mismo y del mundo. Sin embargo, el autor defiende la psicoterapia reumanização y afirma en desguruficação de Logoterapia, con un gasto de interés para la enseñanza de los espíritus independientes, críticos, reflexivos, holísticos e innovadores, libres del nihilismo contemporáneo.

En este sentido, la Logoterapia de Frankl confirma la reflexión antropológica del médico Pedro Lain Entralgo (* 1908- † 200), autor de La espera y La Esperanza (1962), que pone de manifiesto la esperanza como una forma auténtica de la existencia humana. Lain Entralgo retoma los temas de la moral kantiana de que la existencia se revela en su imprevisibilidad, el hombre tiene que esperar con confianza, esperanza o sin desesperación con la fe en una fuerza universal.

Hay tres activos que aspira a la esperanza: seguir viviendo, la estancia en sí mismo y estar más en una situación futura.

- a) seguir viviendo: por algo bueno, de la naturaleza de Dios.
- b) a permanecer en sí mismo, incluso cuando se enfrentan a una situación que no podemos esperar para mantener la confianza y despreocupada del hecho.
- c) sea más: cualquier acto de relación directa o indirecta con mi vocación me hace a mí mismo; es más hombre sin limitaciones y llenar de esperanza el creador de realizar algo genuino por el bien común. Este hombre es que espera a creer en la naturaleza de la energía más alta que mantiene la esperanza. Esta eco-declaración de la promesa del apóstol Pablo (1 Cor 15,28) sea todo en todos.

También de acuerdo Lain Entralgo (1962), los principales recursos para adquirir la esperanza son:

LA CONSIDERACIÓN DE LA VIDA COMO EVIDENCIA

El dolor, el sufrimiento y la otra señal de vida como uno de los instrumentos para buscar el significado de la vida, son reales combustible para el desarrollo del pensamiento positivo, paciencia y una oportunidad única para la reorganización interna y externa de cada ser humano.

Otra dimensión de la esperanza, especialmente adecuado para el momento en que se enfrenta a la enfermedad, es la paciencia. Lain Entralgo (1964) señala que la paciencia, que tan esencialmente pertenece a la esperanza, tanto que se expresa en la conducta que hace que la conexión entre el futuro y el presente. La esperanza y la paciencia están en relación recíproca continua. Que esperan mucho, mucho pueden sufrir sin amargura.

LA PRÁCTICA DEL SACRIFICIO

El sacrificio de América sacrificium, o literalmente sagrado oficio, también se conoce como oblación, el ofrecimiento o la oferta. El avivamiento es imposible sin la mortificación. Para aquellos que están en la espera de la condición enferma es la única fuente de esperanza es el renacimiento.

La creación de ejercicio

El sufrimiento causado por el dolor y el sacrificio sigue siendo, siempre, la esperanza y nos lleva a la constante ejercicio de las creaciones mentales para el desarrollo del ser humano en su trascendencia.

La meditación sobre la muerte

La actitud de reflexionar sobre el significado de nuestros sacrificios y creaciones en la cara de nuestra propia muerte sería un contrapunto si no fuera por la esperanza y la confianza en un poder superior, que ayuda en la comprensión y la trascendencia de las pruebas de la vida.

Como se dijo Lain Entralgo (1984), la renuncia es la apropiación de fracaso, la aceptación decir: esto no puede ser otra cosa que un mero soportar los inevitables nada. La palabra española conllevarlo, esa propiedad, la incorporación positiva de fracaso en su vida personal, como una oportunidad para reorganizar. Así entendido, no es más que una actitud activa y positiva hacia lo inevitable.

METODOLOGIA

Para la elaboración del artículo se adoptó la metodología de una investigación de naturaleza cualitativa, de carácter bibliográfico, que utilizó como base de datos el libro en busca de sentido de vida y otras obras, revistas, artículos y periódicos de Lilacs, Scielo y de la biblioteca virtual.

Para una coherencia y comprensión del artículo, se organizó el contenido de la siguiente forma: Introducción; Primera parte del libro Viktor Frankl describe la entrega de los prisioneros en el campo de concentración de someterse a la selección entre los enfermos y los discapacitados y saludables; La segunda parte del libro presenta los conceptos fundamentales de la Logoterapia, la existencia humana y el sentido de su vida; Tercera parte del libro Frankl descripción del optimismo trágico a “tríada trágica” el dolor, la culpa y la muerte; Metodología y consideraciones finales

CONSIDERACIONES FINALES

La esperanza impide la renuncia al tratamiento, ya que siempre puede haber una nueva oportunidad terapéutica, bem como o ser humano não perde o sentido de vida, apenas muda de sentido.

Sin embargo, como reencontrar el sentido en un mundo contemporáneo impregnado de obras con futilidades y cosas efímeras, donde banalizar la vida puede ser una actitud común del hombre corrompido por el sistema, un seguidor de órdenes para la realización del trabajo, incapaz de reflexionar ante los hechos y practicar acción para la preservación de la institución.

Frankl contesta que en muchas ocasiones el sentido de ciertas situaciones de nuestra vida sólo o en grupos podremos alcanzar a través de algún fracaso y sufrimiento, porque ante las frustraciones permite

al hombre descubrir la fuerza oculta en su noético.

De esta forma, la Logoterapia transmite el mensaje de esperanza y optimismo, mostrando la capacidad del hombre de trascender las difíciles condiciones impuestas a su existencia, permitiendo un cambio de sí mismo, convirtiéndose en un espíritu independiente, crítico, responsable ante la propia vida y de otros seres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buber, M. (1982). *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva.
- Buber, M. (2010). *Eu e Tu*. São Paulo, SP: Centauro.
- Entralgo, P. Laín (1962). *La espera y la esperanza*. Alianza, Madrid: revista de occidente. Recuperado em <https://books.google.com.br/>
- Entralgo, P. Laín (1964). *La relación Médico-Enfermo, Historia y teoria*. Revista de Occidente: Madrid. Recuperado em <http://www.cervantesvirtual.com/>
- Entralgo, P. Laín (1984). *Antropología Médica para Clínicos*. Barcelona: Salvat Editores.
- Fizzotti, E. (2000). *Invito Allá lettura degli scritti Del Giovane Frankl*. Em: V.
- E. Frankl (Ed). *Le radici della logoterapia: Scritti giovanili, 1923 – 1942*, pp. 5-15. Roma: Libreria Ateneo Salesiano.
- Frankl, Viktor E. (2011). *A vontade de sentidos: fundamentos e aplicações da logoterapia*. São Paulo: Paulus.
- Frankl, V. E. & Lapide, P. (2013). *A busca de Deus e questionamentos sobre o sentido*. Petrópolis: Vozes.
- Frankl, Viktor E. (2016). *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. 39ª ed. – São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes.
- LUKAS, E. (2000). *Prevenção Psicológica: a prevenção de crises e a proteção do mundo interior do ponto de vista da logoterapia*. Tradução de Helga Hinkenickel Reinhold. Petrópolis: Vozes.
- Nietzsche, F. (2010). *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia de bolso.
- Heidegger, M. (2009). *Ser e Tempo*. Petrópolis, São Paulo: Vozes.
- Kim, D. & et al. (2016). *O livro da Filosofia*. São Paulo: Globo Livros.
- Oro, O.R. & et al. (2001). *Psicología Preventiva y de la Salud*. Argentina: Fundación Argentina de Logoterapia “Victor Frankl”.
- Scheler, F. M. (2003). *A posição do homem do cosmos*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Soucek, W. (1948). *Die Existenzanalyse Frankls, die dritte Richtung der Wiener psychotherapeutischen Schule*. *Deutsche Medizinische Wochenschrift*, 73, 594 – 613.

O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE TEMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA SINGULARIDADE DO SUJEITO

Osni Pavão dos Anjos¹⁰³

RESUMO

O tempo é vivido na cultura atual na dinâmica da aceleração e por isso mesmo encontra-se atrelado à pressa, união própria das culturas capitalistas. O sintoma dessa precipitação provoca a transmutação do Sujeito do Inconsciente para um Sujeito que não é mais senhor de si mesmo, tornando-se ele também um objeto, isto é, um dejetivo que pode ser descartado a qualquer momento estendendo-se esse fato também aos laços sociais. A vida segue sem sentido, dando saltos, obedecendo ao cronometro que devora o Sujeito. A noção de tempo lógico em Psicanálise produz um saber e esse contribui para resgatar a singularidade do Sujeito.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Inconsciente. Sujeito. Singularidade.

¹⁰³ Licenciatura em Filosofia e Letras-português. Bacharelado em Teologia. Pós-graduação em Psicanálise. Mestrando em Psicanálise pela Universidade John Kennedy. E-mail: osnydosanjos@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O paradigma de percepção do tempo marca o início de uma nova era para humanidade, potencializando a ideia de apontá-lo como uma das raízes do sintoma de aceleração temporal na modernidade. A cultura da pressa está baseada pelo modelo capitalista segundo o qual deve-se produzir mais e em tempo reduzido ao máximo e, como consequência imediata, deve-se também consumir mais e em menos tempo, criando-se desse modo a necessidade e esta, ordenando a demanda. O impacto disso perpassa todas as áreas da vida, cujo efeito marca uma nova peculiaridade na compreensão do Sujeito em sua relação com as coisas e as pessoas onde tudo passa a ser regido pela dinâmica da aceleração.

O avanço das ciências naturais, as descobertas matemáticas e científicas, o modo de perceber o mundo passou a ter como tom fundamental a racionalidade lógico matemática. A obsessão pela exatidão referente aos procedimentos que tocam o Sujeito, marca a primazia da razão tecnocientífica. Segundo VAZ, “a racionalidade lógico-matemática é, pois, o polo em torno do qual se unificam as racionalidades que formam o *globus intellectualis* da razão moderna” (2012, p.66).

As descobertas dessas novas possibilidades fizeram da cultura moderna um lugar de apelo pela busca da felicidade plena sem limites espaciais e temporais. Essa procura, na lógica do capitalismo, que promete tudo poder experimentar, sem limites, em qualquer momento e lugar, aniquila o Sujeito. Imbriano afirma que “o discurso do capitalismo confecciona uma cultura que faz desaparecer o homem em sua singularidade” (2010, p. 111).

Para FREUD, na Obra *O mal estar da Civilização*, “(...) os seres humanos empregam falsos padrões de avaliação; poder, êxito e riqueza é o que pretendem para si e o que admiram nos outros, menosprezando os verdadeiros valores de vida” (2017, p. 65).

Em Freud, as próprias exigências da vida civilizada seriam responsáveis pelo mal-estar que assola o Sujeito na sociedade, pois há um desprezo pelos verdadeiros valores e um assujeitamento ao discurso vigente. A contradição com as reais aspirações pessoais choca-se com os da cultura que, por um lado, prometem uma plena felicidade, mas por outro, proíbem e regulam, gerando perturbações oriundas das exigências pulsionais de satisfação.

De um lado a busca pela felicidade que é genuína no homem, por outro, a proposta da cultura para alcançá-la. Isso soa incompatível, pois há limites de várias ordens que não permitem a realização plena dos desejos que choca-se com o princípio da realidade que impõe restrições para sua realização.

O preço a ser pago pela segurança e felicidade é uma parcela da liberdade e com ela a transmutação do Sujeito do Inconsciente para um Sujeito assujeitado, tornando-se ele também um objeto, isto é um dejetivo que, por isso mesmo, pode ser descartado a qualquer momento.

Demanda-se questionar neste artigo se a Psicanálise, com o advento de um de seus conceitos fundamentais, o Inconsciente, entendido como atemporal, pode contribuir para restituição da subjetividade do Sujeito atual? Existe evolução no conceito de tempo na história do conhecimento?

A noção de tempo lógico desenvolvida por Lacan, em contraponto com a noção de tempo cronológico, tem algo a dizer sobre modo como o Sujeito vive suas relações com mundo? Se essa dialética produz novos sentidos, podem contribuir para restituir lugar ao Sujeito?

O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE TEMPO

Provavelmente podemos tomar muitas fronteiras para fixar o instante em que o homem se constitui como tal, um desses marcos é aquele no qual ele passa a tomar consciência de sua finitude, ou seja, da própria morte. Saber sobre a ameaça constante do próprio aniquilamento foi um dado fundamental para organizar o mundo. Há verdade na máxima escritural: “há um tempo para nascer e um tempo para morrer”(ECLESIASTES, p. 1074), dado importante para nortear a vida.

A noção mais ampla de tempo largamente aceita na antiguidade, é a do tempo como “ordem mensurável do movimento”, ou seja, os antigos concebiam como indicadores do tempo os períodos planetários e a alternância das estações, os movimentos cósmicos que, a partir de sua constância, reproduziam na natureza a “imutabilidade do ser eterno” (ABBAGNANO, 2000, p. 945).

Todavia, na Grécia antiga, 750 a 650 a.C., por exemplo, as noções de tempo advieram da relação do homem com as divindades. A primeira representação dos antigos gregos foi a noção de tempo cronológico, representado pelo deus-Cronos.

Segundo a Teogonia de Hesíodo e também a Biblioteca de Apolodoro, após emergir do Caos, Gaia, a Terra, gerou espontaneamente Uranos, o Céu, as Montanhas e Pontos, o Mar. Quando se uniram, Gaia e Uranos geraram os Titãs, os Ciclopes e os Hecatonquiros. Temerário pelo aspecto violento da sua prole, Uranos encerrava os filhos nas entranhas da Terra tão logo eles nasciam, num lugar distante da “Terra como a Terra do Céu”, chamado Tártaro, e a sua descendência não mais podia vir à luz. Oprimida pelo peso dos filhos presos em seu seio e sufocada por Uranos que, tão grande quanto a Terra, a envolvia em toda sua extensão, Gaia planejou um atentado contra o deus-Céu.

Então Gaia, afligida “(...)”, convence os Titãs que ataquem o pai e fornece a Cronos uma foice de aço. Eles todos, exceto Oceano, o atacam; Cronos cortou os testículos do pai e os jogou no mar (...). E depois de destronarem Uranos, [os Titãs] fizeram voltar do Tártaro os seus irmãos [os Ciclopes e Hecatonquiros] e entregaram o governo a Cronos (APOLODORO, Biblioteca. L. I, 1.4. In: GONÇALVES E VIEIRA, 2002, p. 04-05).

Gaia e Uranos, nos períodos arcaico e clássico, correspondem às divindades da vida e da morte. Emergindo do Caos, Gaia surge ex-nihilo como a primeira manifestação da ordem cósmica. Concebe Uranos por geração espontânea, o Céu no qual habitam os deuses, aquele que é ao mesmo tempo o seu filho e o seu consorte. Os dois realizam a primeira hierogamia, isto é, união sagrada entre os princípios masculino e feminino (BRANDÃO, 1996, p. 185).

Unidos, Uranos e Gaia vivem na intimidade e fecundidade, mas Uranos não permite que os filhos gerados saiam à luz. Durante este tempo, o Céu e a Terra misturam-se, o que põe em risco a ordem e ameaça que as coisas voltem ao Caos. Esta é a fase da cosmogonia: o momento da excitação descontrolada das forças criadoras representadas por Uranos. Como primeira divindade do cosmo ordenado, Gaia precisa interferir, implorando aos Titãs para que um deles castre Uranos, interrompendo as gerações sucessivas e desenfreadas e separando novamente o Céu e a Terra.

A mitologia grega dá a perceber este período como um tempo mítico, ou seja, pode-se chamá-lo de um tempo anterior ao tempo, o período da cosmogonia, justamente o momento em que uma realidade passou a existir.

Ao mesmo tempo em que a fertilidade de Uranos inicia as gerações, também é percebida como uma potência destrutiva que precisa ser controlada e interrompida. Esta é a função de Cronos, agente da vontade de Gaia e carrasco de Uranos. Ao castrar o pai, Cronos separa Céu e Terra, dissipando a ameaça

de retorno ao caos inicial (BRANDÃO, 1996, p. 199).

Para VERNANT, “Cronos torna-se simultaneamente, o depositador e o filho caçula que substituirá o pai Uranos. Esta sucessão põe fim ao que aqui se chamou tempo mítico, o momento primordial das origens e inaugura a soberania de Cronos, o nascimento do tempo” (2000, p. 23). O ato de Cronos inaugurou o tempo, “desbloqueou o universo, criou o espaço, engendrou um mundo diferenciado, organizado” (2000, p. 28).

Durante o período em que o mundo estava sob o domínio de Cronos, os Titãs, seus irmãos e irmãs filhos do Céu e da Terra, que eram os primeiros dentre os deuses, habitaram o Céu luminoso acima do monte Ótris e, imitando a primeira hierogamia de Uranos e Gaia, geraram uma prole numerosa, divindades que presidiam a todas as coisas. Mas por sua vez, Cronos também procedeu a empresas impiedosas em seu governo, enviando de volta ao Tártaro os Ciclopes e Hecatonquiros e devorando os próprios filhos ao nascimento, para evitar que algum deles lhe tomasse o poder.

Para evitar isso, “[Cronos] os amarrou e os encerrou novamente no Tártaro [os Ciclopes e Hecatonquiros], e se casou com sua irmã Rhéa. Como Gaia e Uranos haviam vaticinado que seria deposto por um de seus filhos, devorava a sua prole ao nascer. Engoliu primeiro Héstia, a primogênita, logo Deméter e Hera, e após elas Aidoneu e Posêidon” (APOLODORO, Biblioteca. L. I, 1.5. In: GONÇALVES E VIEIRA, 2002, p. 07).

A história segue seu curso e Cronos, que devora seus filhos, também será deposto por um deles: Zeus que, com ajuda da Mãe, será salvo da devora.

Primeiro Rhéa, mulher de Cronos o salvou substituindo o filho recém-nascido pela pedra que envolveu em seus cueiros, que Cronos engoliu sem perceber a troca. Depois Gaia o escondeu em uma caverna, sob os cuidados das ninfas Adastréa e Ida, que o alimentaram com o leite da cabra Almatéia, com a vigilância constante e a proteção dos guerreiros Curetes, que brandiam suas armas quando a criança chorava para que Cronos não pudesse escutá-la.

Mas quem assegura a sua vitória sobre Cronos é Métis, divindade astuciosa que mais tarde se converte em um atributo do próprio Zeus: “Quando Zeus se tornou adulto, pediu ajuda a Métis, filha de Oceano, que com uma beberagem obrigou Cronos a vomitar primeiro a pedra e depois os filhos que havia devorado; Zeus, auxiliado por eles, guerreou contra Cronos e os Titãs”. (APOLODORO, Biblioteca. L. I, 2.1. In: GONÇALVES E VIEIRA, 2002, p. 08).

Inaugura-se, assim, um outro conceito de tempo, o tempo cronológico, como o tempo que devora os filhos ao nascer e, para que essa empreitada não chegue a termo, os filhos necessitam correr contra esse tempo que os quer devorar. O olhar para cultura atual faz perceber que o cronômetro ainda dita as regras e que o homem continua sendo devorado, de certo modo, pelo Cronos.

Observa-se então a passagem de um tempo mítico, natural e eterno, para um tempo humano e finito. É a ascensão de Zeus que põe fim ao período de tranquilidade e abundância. Tomando para si o trono, o “pai dos deuses e dos homens” inaugura uma nova temporalidade, pois Zeus se fará próximo dos homens.

Na tradição judaico-cristã o tempo chamado de beatífico corresponde à estadia de Adão e Eva no Jardim do Éden, imediatamente posterior à criação e anterior à expulsão do Paraíso, enquanto na mitologia grega este período é representado pelo mito da Idade de Ouro, época em que Cronos era o governante do Céu e da Terra.

Deve-se ressaltar que o mesmo Cronos que na Teogonia é um governante tirânico e despótico que devora sua descendência, é apresentado por Hesíodo em Os

Trabalhos e os Dias como o soberano do período áureo e beatífico em que os deuses e homens comungavam os mesmos espaços: “Primeiro de ouro a raça dos homens mortais criaram os imortais, que mantêm olímpicas moradas. Eram do tempo de Cronos, quando no céu este reinava; como deuses viviam, tendo despreocupado coração (HESÍODO, p. 109-112. In: GONÇALVES E VIEIRA, 2002, p. 10).

Entre o tempo mítico das origens e o tempo histórico humano, os homens não conheciam nascimento e nem morte, tanto na literatura grega quanto no mito judaico-cristão. Quando do conhecimento da iminência da morte inaugura-se o tempo humano.

A certeza da morte trouxe consigo uma noção de tempo, pois entre o nascer e o morrer, situa-se o tempo, ou um espaço de tempo que conduz à pergunta: o que fazer e o que ser nesse meio tempo? Note-se que a questão é permeada pelo Ethos, ou seja, conduz para possibilidades de escolhas a serem realizadas e que podem garantir ou não a felicidade.

Para GONÇALVES E VIEIRA, “A humanidade não conhece o tempo a partir dos sentidos, mas pode perceber que ele decorre, e por isso consegue compreendê-lo como a segunda dimensão da realidade vivida” (2010, p. 02). Desse modo, o tempo pode ser percebido, todavia não pode ser definido com a mesma facilidade, uma vez que tem-se dele uma noção abstrata e limitada, mas mesmo assim, a percepção não é passiva, ela conduz para ação.

A pergunta sobre “o que ser/fazer nesse meio de tempo?” é bastante importante, pois a observação do ritmo natural da vida como os dias, as noites, as estações, o nascer e o morrer, apontam para uma percepção do tempo que passa e isso de alguma forma dá cadência à vida, e porque não dizer, conduz a uma Ética já demarcando o seu lugar, pois há uma íntima dependência entre a natureza e vida do homem, “tal intimidade revela que o homem, quando cria as suas leis, deve prestar atenção àquilo que acontece na natureza” (VALLE, In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 6).

Platão, em 428 a.C. na República, relata o famoso Mito da Caverna no qual pode-se encontrar estabelecidos os fundamentos de sua Metafísica: o homem gasta seu tempo com as sombras das coisas projetadas nas paredes da caverna contentando-se com elas, todavia, a verdade da realidade está fora desse espaço temporal. Segundo VALLE, “Se existe a verdadeira realidade, também existe uma realidade de aparências; numa está a verdade, noutra o erro, o engano” (2009, p. 6). Para Platão, a verdade não é concebida como uma posse, mas como uma busca constante e eis o que se deve fazer entre o nascer o morrer, deve-se dedicar ao exercício contínuo da busca da verdade.

Já em Aristóteles (384-322 a.C.), a Ética do tempo do homem, expressa em suas Obras *Ética a Nicômaco* e *Ética*, está em função de sua vida em sociedade, já que para os gregos, a concepção de homem se dá na perspectiva do cidadão, e não do indivíduo. Desse modo, no pensamento aristotélico, “a felicidade consiste numa atividade da alma segundo a virtude” (REALE, 1994, p. 412).

Para CUNHA, isso significa que o ser humano alcança a felicidade quando, tomado pelas paixões e sentimentos que lhe são próprios, consegue agir segundo o critério do justo meio, ou seja, a virtude está no meio, e isso “é necessário para desenvolver e adquirir as virtudes que constituem o conteúdo da felicidade” (2009, p. 30).

Enquanto realiza sua experiência no tempo, o homem se pergunta pelo sentido e pela finalidade de tudo, é “um ser que não apenas vive, mas que pergunta pelo sentido de tudo e, portanto, pelo sentido de sua vida, pela razão de ser de suas ações” (OLIVEIRA, 2001, p. 05).

Portanto, se em Platão o sentido está na busca pela verdade, em Aristóteles, está na busca pelo Bem, e o bem é aquilo a que todas as coisas tendem e se alcança pela Ética da mediania, isto é, alcançar a justa

medida e agir em conformidade com ela, quer dizer, “atingir os bens meios significa adquirir certas virtudes que, conseqüentemente, nos levam a atingir os bens fins, a saber, a felicidade” (CUNHA, In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 30).

Em Aristóteles há uma condição Ética intrinsecamente ligada à política, segundo a qual o cidadão pode viver bem e ser feliz, mas em sociedade essa posição é a única forma de alcançar a felicidade. Pode-se pensar hoje: por que a harmonia entre cidadão e Estado desaparece quando da busca pela felicidade? Segundo CUNHA, ao tomarmos como referência a teoria aristotélica, diríamos que provavelmente “por causa da dicotomia entre a esfera política e os anseios do cidadão” (In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 31).

Para Aristóteles, a virtude está em agir segundo o meio-termo, mas conforme a reta razão, pois isso conduz à justiça e esta é considerada a virtude completa. Segundo o comentário de RAMOS à Obra Ética a Nicômaco de Aristóteles, “a justiça (...) é uma espécie de síntese de todas as virtudes, uma vez que sua característica essencial retrata o ideal moral do justo – meio comum a todas as virtudes” (2005, p. 34). Assim, em Aristóteles o tempo do homem deve ser vivido na busca do Bem através da prática das virtudes.

Em 354, Santo Agostinho inspirado em Platão, verteu em linguagem religiosa e cristã as principais ideias platônicas. Pode-se reler nos textos agostinianos os dualismos representados entre o mundo inteligível e o sensível, o ser e o não-ser, o corpo e a alma, o bem e o mal, o espírito e a matéria.

Nas palavras de AGOSTINHO, “fiz da vossa criação uma única e imensa massa, diferenciada em diversas espécies de corpos; uns, corpos verdadeiros; outros, espíritos que eu imaginava sob a figura de corpos” (1999, p. 176).

À semelhança da alegoria da caverna, de Platão, Agostinho traz o êxtase da contemplação da verdade, por isso “sua filosofia conduz a um mundo espiritual-intelectual que torna a tarefa filosófica mais do que uma atividade racional, mas uma dialética, um caminho para a verdade que implica a busca” (ISKANDAR E OLIVEIRA. In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 45).

Refletindo sobre o ser do homem enquanto sua passagem no tempo pelo mundo da existência, Agostinho considera a filosofia como uma atividade teórica pela busca da felicidade, porém a felicidade plena só poderá ser alcançada pela fé, como via de acesso à verdade que está em Deus e é Deus: “estava arraigada no meu coração a fé (...). Se bem que me achasse ainda informe e flutuando (...), contudo, o meu espírito não abandonava a fé, antes cada vez mais se abraça a ela” (AGOSTINHO, 1999, p. 176).

Além da fé que corresponde à relação com a divindade, o homem convive com outros homens, por isso, o desdobramento desta fé se dá na relação com o outro numa convivência pacífica através do amor. “O amor é o fundamento da ética agostiniana, porque ela representa a virtude que garante a obediência à ordenação divina presente no mundo” (ISKANDAR E OLIVEIRA. In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 46). E mais, esse amor se estende à relação com as coisas de modo que ter fé também implica amar a Deus, o próximo e usar equilibradamente as coisas materiais.

Para Agostinho, os padrões éticos da vida estão intimamente ligados à fé em Deus e tudo deve ser realizado a partir desta decisão. Note-se que no século quarto, inaugurado o mundo cristão-ocidental, a noção de tempo está ainda atrelada a concepção de Deus que tudo rege e governa: “devemos utilizar (uti) os bens materiais, na medida em que nos alimentam na caminhada rumo à suprema felicidade que está em Deus e qual devemos gozar (frui) plenamente” (ISKANDAR E OLIVEIRA. In: SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA, 2009, p. 46).

Esse conceito sofrerá uma grande mudança no século XIII com a ruptura entre a Teologia e a

Filosofia, período em que passou-se de uma cultura Teocêntrica, Deus no centro, na qual tudo estava posto como verdade, “como elemento subordinado à primazia do ser”(VAZ, 2012, p. 159), para um cultura Antropocêntrica, o homem no centro, na qual, segundo o mesmo autor, adentrou-se a “uma imanentização dos termos da relação de transcendência” (p. 16).

Essa mudança radical trouxe novas direções e incumbiu ao sujeito desde então a arcar com o fardo de construtor do próprio saber e do próprio sentido em suas relações com o corpo, com o mundo externo e com os outros. Essa mudança conceitual da Idade Média pode ser apontada como uma das raízes daquilo que chamamos Modernidade.

A CONCEPÇÃO DE TEMPO EM PSICANÁLISE

Freud (1856-1939), com a descoberta do Inconsciente, conceito fundamental em Psicanálise, apresenta ao longo de sua Obra várias tópicas sobre o que se pode entender por Inconsciente. Uma delas é a concepção de Inconsciente considerando-o como atemporal. Mas qual é a referência de tempo aí implicada? Pode-se encontrar vestígios de tempo no inconsciente?

Essa noção é uma grande reviravolta na concepção de tempo. Pois até então se poderia falar em linearidade temporal e isso era suficiente para explicar muita coisa. Agora, com essa noção de atemporalidade adentra-se num campo novo em que nem Deus nem o sujeito estão no controle, mas que há um “fora de si” que também produz experiências.

Em verdade, a referência do Inconsciente como atemporal é a um “fora do tempo”, ou seja, fora de qualquer possibilidade de inscrição temporal, daí o Inconsciente ser absolutamente sem tempo cronológico e capaz de fazer o sujeito reviver dores e sofrimentos reprimidos como se fossem reais no momento presente.

Nas palavras de FREUD: “os processos do sistema Ics. são intemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Cs.” (2017, p.192).

GONDAR afirma que a proposta de Freud é diferente da ideia de síntese, pois o aparelho psíquico não possui uma unidade ou qualquer função de síntese, ele é desmembrado em várias instâncias, com funcionamento distintos. A percepção é desvinculada da memória, o Inconsciente é irredutível à consciência e a descontinuidade permanece o dado básico.

“O discurso consciente é frequentemente interrompido por lacunas, através das quais o inconsciente se manifesta. Manifestações estas que são de uma continuidade ainda mais radical, já que o inconsciente irrompe de modo súbito e imprevisível. (...) Por este motivo ela não será um tema ao qual Freud conceda um especial interesse; ele não cria uma teoria da consciência em sua obra, mas uma teoria do inconsciente; é relativamente a este que a consciência deverá ser definida” (GONDAR, 1995, p. 39).

O conceito de tempo é elaborado a partir de descontinuidades que se tornam um somatório de instantes sucessivos encadeados logicamente. Por isso em Psicanálise se trabalha não com a noção de tempo cronológico, mas com a concepção de tempo lógico, conceito melhor desenvolvido em Lacan.

A primeira teorização de Lacan sobre o tempo lógico apareceu nos “Escritos” em 1945 com o título O Tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. A abordagem de Lacan para essa teoria foi trazida com a apresentação de um sofisma que consiste em um teste proposto pelo diretor de um presídio a três prisioneiros, em troca da liberdade a quem primeiro conseguisse adivinhar a resposta e, assim, deveria sair pela porta, contanto que pudessem explicar os motivos lógicos que os levaram ao resultado.

Eis o teste: havia cinco discos, três brancos e dois pretos e três destes iriam ser fixados nas costas dos prisioneiros, sem que pudessem saber a cor. Eles não poderiam se comunicar entre si, apenas podiam se olhar.

Havia três respostas possíveis aos prisioneiros:

1. se A vê dois discos pretos, ele deduz que o seu é branco e sai;
2. se A vê um disco preto e um branco, fará o seguinte raciocínio: "se eu fosse C (que é branco) e visse dois pretos A e B, eu sairia". Como C não sai, deduzo que sou branco e saio eu;
3. se A vê dois brancos, raciocina da seguinte forma: se eu for preto, B e C estão vendo, cada qual, um branco e um preto. Cada um deles se diz: se sou preto o outro é branco (B ou C) vê dois pretos. Deduzem, então, que são brancos e saem. Mas, como não agem assim, eu, A, deduzo que sou branco.

Aconteceu que o terceiro raciocínio foi utilizado pelos três, que saíram ao mesmo tempo em busca da liberdade prometida. O que ocorreu? Qual a dificuldade? Que leitura fez Lacan desse sofisma?

O que se destaca nesta situação é que o movimento dos outros dois coloca em dúvida a própria cor de cada um. Cada sujeito intui que os outros estão partindo justamente porque ele seria preto. Mas o fato de todos os três pararem juntos, precipita o terceiro tempo o "momento de concluir". Eles foram tomados pela mesma dúvida, o que exclui definitivamente a possibilidade de que um dos três portem o disco preto. Esta segunda hesitação só é possível na presença de três brancos, e os três saem juntos com a mesma conclusão.

A leitura analítica deste sofisma mostra que se trata de um apelo ao sujeito convocado a dizer quem ele é, mas ele não sabe quem é porque essa cor colocada as suas costas não dependeu de sua escolha. No primeiro momento, instante de ver, ele vê tudo que está fora de si, vê os outros, mas não sabe quem é. No segundo momento, instante compreender, realiza uma construção: acredita poder dizer quem é, mas não tem convicção e hesita e volta a olhar os outros e, sua hesitação, se articula com a deles. No terceiro tempo, criam coragem para se posicionar e passam da hesitação ao tempo de conclusão, embora sem garantias e de forma provisória.

Esses movimentos, LACAN defende que resultam do fato do sujeito ser finito, sexuado, incompleto, isto é, ser um ser de falta e, assim, como não tem todos os sexos, também no sofisma proposto não carregam todas as cores e deve se responsabilizar e se arriscar por sua parte, afirmar sua condição de liberdade. Então, "o sujeito lógico aí não é outro senão a forma pessoal do sujeito do conhecimento (...), o julgamento que conclui o sofisma só pode ser efetuado pelo sujeito que formou sua asserção sobre si, e não pode sem reserva lhe ser imputado por qualquer outro" (2011, p. 80).

É necessário observar que o tempo de concluir não está atrelado ao final de uma análise, mas aos tempos que permitem ao analisante fazer retificações ou, como diz Lacan, aprender a lidar com seu sintoma ou fazer dele algo melhor atravessando a opacidade de sua fantasia fundamental.

Também não diz respeito à duração do tempo das sessões, longas ou curtas, mas ao tempo da constituição da subjetividade, da instituição do Sujeito do Inconsciente. Tempo lógico é sinônimo de tempo subjetivo, cuja lógica é a do Inconsciente.

A noção de tempo lógico desenvolvida por Lacan, em contraponto com a noção de tempo cronológico, tem algo a dizer sobre o modo como o Sujeito vive suas relações com mundo, pois essa dialética produz novos sentidos e contribui para restituir lugar ao Sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor a ideia de que há um tempo para a reflexão, a reformulação e a resignificação e que não é cronológico, mas lógico, apresenta-se um contrapondo totalmente contrário à lógica capitalista da pressa.

Para formulação de uma nova hipótese faz-se necessário um tempo lógico que significa dar tempo ao outro para elaborar seu caminho de subjetivação. Em LACAN, “O tempo de compreender pode reduzir-se ao instante do olhar, mas esse olhar, em seu instante, pode incluir todo tempo necessário para compreender” (LACAN, 2011, p. 205).

Portanto, a proposta de uma análise sobre o pensamento atual em torno do tópico da vivência acelerada do tempo presente, partindo de uma evolução do conceito até a noção psicanalítica de tempo, assinala que a causa profunda e verdadeira do ritmo frenético da cultura atual é a perda do sentido e a perda de unidade, provocada pela primazia de uma atividade cega, instrumental, meramente produtiva e capitalista que se encontra desvinculada de toda reflexão e contemplação teórica, que tão somente busca rendimentos econômicos.

Desse modo, o fato de não se produzir uma mudança de perspectiva de uma vida ativista para uma vida reflexiva, dos sujeitos continuarem vivendo desorientados em suas vidas desconexas a cada instante, acabam por chegar uma vida ex-nihilo, sem sentido. É necessário, portanto, dar tempo ao pensamento, deixar que o mundo se apresente tal como é, ou seja, demorar-se com os sabores da vida, dar uma duração aos acontecimentos, deixar acontecer o tempo do olhar, do compreender e depois concluir.

O imperativo tempo que encontra-se reduzido à noção de cronômetro traz à baila o discurso psicanalítico. Acredita-se que é preciso fazer surgir algo da singularidade do Sujeito que barre uma identificação universalizante, coletiva e absoluta e, ao mesmo tempo, que se respeite o tempo de cada um, o tempo que cada sujeito necessita para construir e reconstruir suas hipóteses e assim não se deixar devorar e aniquilar de forma radical pelo tempo do Outro.

PÁGINA DA INTERNET CONSULTADA

GONÇALVES, Ana. VIEIRA Ivan. Uranos, Cronos e Zeus: a mitologia grega e suas distintas percepções do tempo. In: http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2010_02_01.pdf - acesso em 06/02/2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CONSULTADAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
AGOSTINHO. Confissões. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
BRANDÃO, Junito de Souza. Mitologia Grega. Volume I. Petrópolis: Vozes, 1996.
ECLESIASTES. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2013.
FREUD, S. Lo Inconciente. En J. Strachey (Ed.) y J.L Etcheverry y L. Wolfson (Trads.). Sigmund Freud Obras completas (Vol. 14, pp. 153-207). Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2017.
FREUD, S. El Malestar En La Cultura. En J. Strachey (Ed.) y J.L Etcheverry y L. Wolfson (Trads.). Sigmund Freud Obras completas (Vol. 21, pp. 57-65). Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2017.

- GONDAR, Josaida de Oliveria. Os tempos de Freud. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- IMBRIANO, A. H. La Odisea del Siglo XXI. Efectos de la Globalización. (2a ed). Buenos Aires: Letra Viva, 2010.
- LACAN, Jacques. Escritos. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo. Desafios éticos da globalização. São Paulo: Paulinas, 2001.
- RAMOS, César Augusto. Aristóteles e a Ética das Virtudes. In: Temas de Ética. Inês Lacerda de Araújo. Curitiba: Champagnat, 2005.
- REALE, Giovanni. História da Filosofia Antiga. Vol. II. São Paulo: Loyola, 1994.
- SGANZERLA, FALABRETTI E BOCCA. Ética em Movimento. São Paulo: Paulus, 2009.
- VAZ, H. C. L. Escritos de Filosofia VII: Raízes da Modernidade (2a ed). São Paulo: Loyola, 2012.
- VERNANT, Jean Pierre. Mito e pensamento entre os gregos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Sabrina Coelho Freire ¹⁰⁴
Thereza Juliana Frota de Moura ¹⁰⁵

RESUMO

O estudo parte do destaque de pontos importantes acerca da organização internacional do trabalho e sua atuação no mundo globalizado. Tendo como ponto de partida que o Direito do Trabalho é um direito fundamental e que está intimamente ligado aos Direitos Humanos, se pode mesmo afirmar que a proteção dos direitos do trabalhador na esfera internacional antecedeu a positivação dos Direitos Humanos. O processo de internacionalização dos Direitos Humanos é realidade, e o surgimento do direito internacional dos Direitos Humanos muito corrobora com esta ideia. Portanto, torna-se necessário o estudo da Organização Internacional do Trabalho quanto à sua estrutura, seus objetivos e princípios. É nesse cenário que entra a Convenção Internacional nº 158 da OIT e sua importância para a garantia da continuidade de emprego e proteção ao trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Internacional Público. Tratados Internacionais. Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 158.

104 Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA) – Buenos Aires/AR, Pós Graduada pela Faculdade Entre Rios Piauí (FAERPI). Advogada. Endereço eletrônico: sabrinafreire.adv@gmail.com

105 Doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA) – Buenos Aires/AR, pós –graduada em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) – Fortaleza/CE, Bacharel em Direito pela Estácio de Sá/FIC – Fortaleza/CE e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Advogada, Secretária- Geral da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará. Endereço eletrônico: therezajuliana@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo do Direito Internacional e, por via de consequência, dos tratados internacionais ocupa, na atualidade, posição de destaque, tendo em vista o fenômeno da globalização. Os avanços da tecnologia, do comércio e das comunicações levaram à interdependência dos Estados a níveis inéditos, o que aumentou a disposição destes para aceitarem normas internacionais envolvendo um grande contingente de questões de interesse comum, dispostas usualmente em tratados que se assemelham aos contratos dos sistemas jurídicos nacionais.

Alçados à condição de principal fonte do Direito Internacional Público, os tratados internacionais constituem, atualmente, o mais importante instrumento da cooperação em Relações Internacionais, não só pela sua multiplicidade, mas, também, porque, frequentemente, regulamentam as matérias mais relevantes. Ademais, sua influência se estende a, praticamente, todos os ramos do Direito, vez que dispõem sobre os mais diversos assuntos.

O Brasil, hoje já participante do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e assediado por outros grandes conglomerados comerciais, vê-se compelido a participar das grandes decisões mundiais, atuando, por esse mesmo motivo, cada vez mais na realização de novos tratados e convenções, bem como assumindo, na mesma proporção, o compromisso de ratificá-los, para que possam adquirir, assim, força coercitiva dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Por sua relevância nesse cenário, o tema, sem dúvida alguma, merece reflexões por parte dos operadores do direito, não só no que diz respeito às consequências que essa série de acontecimentos irá gerar no ordenamento neste país, mas, sobretudo, pelas interferências que daí advirão em torno dos direitos e garantias expressas na Constituição.

É nesse cenário que o princípio *pacta sunt servanda*¹⁰⁶, norteador das relações internacionais, ganha mais destaque, já que essas normas internacionais exigem mais segurança para se estabelecerem e os interesses políticos, econômicos e culturais dos Estados envolvidos buscam a continuidade das relações e um respeito aos pactos internacionais.

Essas negociações e a necessidade da segurança internacional fazem com que a soberania do Estado signatário do tratado seja limitada, fazendo com que o controle de constitucionalidade dessas normas seja realizado tendo em vista o conflito da norma constitucional não com uma simples norma internacional infraconstitucional, mas sim com uma norma que o Brasil se obrigou internacionalmente a respeitar, advindo inúmeras consequências.

Ao entrarem no contexto jurídico brasileiro, essas normas internacionais podem ser consideradas leis ordinárias ou emendas constitucionais quando versarem sobre direitos humanos e forem aprovadas no Congresso Nacional na forma qualificada prevista no parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Essa diferenciação hierárquica faz com que elas tenham tratamento distinto quando passarem pelo controle de constitucionalidade. Porém essa obrigação assumida perante os outros Estados não pode ser absoluta, não sendo possível a inserção de norma internacional que fira a sua Constituição. Ocorre, então, uma limitação ao *treatymakingpower*¹⁰⁷.

Há uma importante rol de direitos trabalhistas que são essencialmente direitos humanos, oriundos de alguns instrumentos internacionais como a Declaração Americana dos Direitos do Homem (1948), Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Pacto de Direitos Cívicos e Políticos (1966),

106 *Pacta sunt servanda* é o princípio segundo o qual o que foi pactuado deve ser cumprido, sendo um modelo de norma fundada no consentimento.

107 *Treaty Making Power*, traduzido livremente, que dizer poder de fazer tratados.

Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), Protocolo de São Salvador (1988), Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Cívicas, as Cartas Sociais Europeias (1961 e 1988) e a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (1981), dos quais podemos mencionar: liberdade de trabalho; direito ao trabalho; proteção contra o desemprego; proibição da discriminação em matéria de emprego e ocupação; igualdade de remuneração por trabalho de igual valor; direito a condições justas, equitativas e satisfatórias do trabalho, ou seja a jornada máxima de trabalho, o descanso semanal remunerado, o descanso remunerado durante feriados e as férias periódicas pagas; direito a remuneração mínima; direito à informação e à consulta nos procedimentos de despedimento coletivo; - direito à tutela dos créditos em caso de insolvência de seus empregadores; - liberdade sindical; - direito à proteção dos representantes dos trabalhadores e às facilidades para o exercício de suas funções; - negociação coletiva; - direito de greve; - direito à seguridade social, proteção as gestantes e aos menores, dentre outros.

O Direito do Trabalho pós neoliberal deve ter como escopo a reestruturação do Direito Social, que tem como base os direitos trabalhistas que, eminentemente são direitos humanos, específicos ou inespecíficos e, que de sobre maneira estão supra ordenados pelas normas internacionais e pela Constituição Federal, devendo ser respeitados em tempos de globalização entendendo que todos os direitos humanos trabalhistas devem possuir o mesmo substrato e a mesma justificação jurídica.

Daí decorre a importância de se verificar como são tratadas quando relativas às matérias trabalhistas e especificamente a Convenção nº 158 da OIT.

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A CONVENÇÃO INTERNACIONAL Nº 158

Não seria possível falar sobre as convenções internacionais relativas ao Direito do Trabalho e especificamente a de nº 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sem discorrer sobre o Direito do Trabalho Internacional e a referida organização. Assim, antes de qualquer relato sobre referida convenção, cumpre informar que o Direito do Trabalho Internacional é disciplina eminentemente ligada aos Direitos Humanos, de modo que, analisando a disciplina sob o aspecto histórico, percebe-se o contínuo progredir no que tange à proteção dos direitos fundamentais do trabalhador. Tal evolução, com efeito, apesar de não ter se operado de forma uniforme em todo o mundo, vem ocorrendo incontestavelmente.

Segundo Carelli (2010) ainda em fins do século XIX as nações já atentavam para a necessidade de afirmação dos direitos do trabalhador. A própria criação da OIT ocorreu no ano de 1919, muito antes mesmo da criação da Organização das Nações Unidas - ONU ou da elaboração das grandes Declarações de Direitos Humanos do século XX. Nesse passo, se pode mesmo afirmar que a proteção dos direitos do trabalhador na esfera internacional antecedeu a positivação dos Direitos Humanos.

No pós Segunda Grande Guerra, a humanidade conheceu um salto tecnológico sem precedentes e um desenvolvimento econômico igualmente comparável. Também foi criada a ONU, com o objetivo de coordenar uma comunidade internacional de Estados cada vez mais complexa. A OIT passou a integrar a ONU e os direitos humanos tornaram-se, nessa sociedade, legítimo tema de relevância internacional, não mais se restringindo à competência doméstica de cada nação.

Com a globalização, as convenções e recomendações da OIT ganharam mais força, porquanto a internacionalização dos direitos humanos levou ao reconhecimento de direitos universais dos trabalhadores, de modo que muitas das convenções e recomendações da OIT passaram a ter valor cogente na prática, no

sentido de que os Estados devem respeitar tais direitos, sob pena de perderem o respeito da comunidade internacional.

O processo de internacionalização dos Direitos Humanos é realidade, e o surgimento do direito internacional dos Direitos Humanos muito corrobora com esta ideia.

A OIT tem como objetivo de promover a Justiça Social. É o único órgão das Nações Unidas com estrutura tripartite, onde representantes de trabalhadores, empregadores e o governo possuem iguais direitos e prerrogativas.

A OIT é estruturada em três órgãos com atribuições específicas: O Conselho de Administração, a Conferência Internacional do Trabalho e a Repartição Internacional do Trabalho (RIT). O Conselho de Administração é o órgão gestor da entidade, reunindo-se três vezes por ano na cidade de Genebra, na Suíça. A Conferência Internacional do Trabalho é um fórum que se reúne anualmente para discutir temas diversos do trabalho; adotar e revisar normas internacionais do trabalho e aprovar as políticas gerais e o programa de trabalho e orçamento da OIT, financiado por seus Estados-Membros. Já a Repartição Internacional do Trabalho é órgão técnico-administrativo da OIT, exercendo sua autoridade por um Diretor Geral eleito pelo Conselho de Administração. Entre as funções da RIT, estão a elaboração de estudos e pareceres e a assessoria na aplicação das convenções e recomendações.

Assim, a finalidade da OIT é resumidamente assegurar uma paz mundial duradoura, que somente poder-se-á alcançar com justiça social. Por isso mesmo à OIT foi assegurada ampla competência para cuidar de questões que visem o alcance da justiça social. Com essa intenção foi consagrado o entendimento de que a paz, muito além de ser a mera ausência de guerras, tem a ver com o estabelecimento entre os Estados de condições para o desenvolvimento do ser humano em seus mais amplos aspectos, especialmente com a busca por erradicar a opressão econômica e a ausência de oportunidades profissionais, que geram as mais graves violações aos direitos fundamentais.

Dessa forma, para garantir que os direitos humanos, mais especificamente os sociais, se tornem efetivos e eficazes, faz-se necessária sua internacionalização. Para garantir que esse fenômeno ocorra a OIT estabeleceu alguns princípios fundamentais que devem ser observados e respeitados.

Segundo Merísio (2010, p. 360):

A constituição da OIT reconhece como princípios fundamentais do Direito Internacional do Trabalho a liberdade de associação (incorporado nos incisos XVII e XXI do artigo 5º no artigo 8º da CR), o reconhecimento das convenções e acordos coletivos do trabalho (art. 7º, XXVI e XLVII, c, CF), a efetiva abolição do trabalho infantil, em especial o degradante (artigos 6º, incisos XVIII e XXXIII do artigo 7º) e a eliminação da discriminação no emprego (art. 7º, XXX – XXXIV, CR).

Assim, cabe à OIT, através de tratados internacionais, convenções e recomendações, tentar garantir os direitos básicos no trabalho nos países membros. Vale salientar também que os pactos firmados no âmbito dessa organização tem natureza de tratados de direitos humanos, e como já abordado anteriormente, precisam passar por todo um trâmite diferenciado para que seja incorporado ao ordenamento jurídico pátrio. Esses pactos tratam o Direito do Trabalho como conjunto de direitos fundamentais, a partir da ideia de que os direitos fundamentais no trabalho são princípios decorrentes da dignidade de pessoa humana.

A importância desse tratamento diferenciado é destacada por Carelli (2010, p. 375):

A importância da elevação ao nível constitucional desses tratados é de relevância impar, pois impede o legislador pátrio de, por meio de leis ordinárias, restringir a aplicação de direitos humanos no trabalho reconhecidos por normas internacionais, garantindo a dignidade da pessoa humana trabalhadora, tão maltratada nesses tempos neoliberais e de individualismo exacerbado, quando nos esquecemos de que somos todos seres humanos e nessa condição merecemos ser tratados.

Entende-se, então, que os direitos fundamentais no âmbito trabalhista são os valores que os trabalhadores necessitam no relacionamento com o Estado e nas relações de trabalho, para uma existência digna ou qualitativa, mediante as garantias assecuratórias da integridade física, intelectual e moral, da cidadania, liberdade, igualdade, solidariedade e justiça.

Conforme Belmonte (2010) é nesse cenário que entra a Convenção nº 158 da OIT e sua importância para a garantia da continuidade de emprego e proteção ao trabalhador que será abordado no próximo tópico.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL Nº 158 DA OIT

A OIT aprovou em 1982 a Convenção Internacional nº 158, que trata do término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. Essa convenção é considerada de suma importância no cenário trabalhista já que impõe limites ao término da relação de emprego por iniciativa do empregador, restringido a despedida sumária, por denúncia vazia, ou seja, por ausência de motivação.

No seu art. 4º referida convenção dispõe que:

Não se dará término à relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço (BRASIL, 2013b).

Dessa forma, restaria proibida a dispensa imotivada do empregado. As causas que seriam consideradas como justificativas para a dispensa seriam divididas em: a) por motivo de capacidade, b) comportamento, ou c) necessidade da empresa, estabelecimento ou serviço. Se tal artigo fosse respeitado à justificativa seria requisito essencial para a despedida, sendo ônus do empregador.

A própria Constituição Federal já protege certos tipos de trabalhadores das dispensas injustificadas, como a gestante, o dirigente sindical, os titulares e suplentes da representação dos trabalhadores nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA). O mesmo ocorre com a legislação infraconstitucional, seja por recepção ou por meio de normas editadas posteriormente, inclui a proteção diferenciada de emprego para os titulares da representação dos trabalhadores no Conselho Nacional da Previdência Social, no Conselho Curador do FGTS e nas Comissões de Conciliação Prévia, além dos acidentados do trabalho, do dirigente eleito para cargo de direção de cooperativa dos empregados vinculados a uma determinada empresa e do servidor público no período eleitoral. A jurisprudência também garante o emprego do trabalhador no período pré-aposentadoria. Além de convenções coletivas e julgados dos tribunais superiores que exigem a justificativa para dispensa pelo empregador.

Como a Constituição silenciou a respeito dos demais trabalhadores, tem-se como possível a despedida sem justa causa desde que fosse paga a indenização compensatória dos 40% do valor do FGTS.

O impacto negativo que essa situação causa no campo econômico é importante, já que, faz com

que haja uma grande rotatividade de mão-de-obra, fazendo com que sejam pagos salários cada vez mais baixos aos trabalhadores.

Ocorre, então, a colisão entre os princípios da livre iniciativa e restrições ao poder de despedir. Após, utilizar-se dos critérios de resolução de colisão de direitos, conclui-se que o princípio da livre iniciativa, encontrado na Constituição, autoriza ao empregador realizar os empreendimentos que julgar adequado para a sobrevivência de seu negócio, mas deve observar a função social da propriedade e do contrato de trabalho, incluindo as limitações ao poder de despedir, decorrentes dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Assim, tem-se que o poder de despedir não impede a livre iniciativa, apenas adéqua-a, em atendimento à função social da propriedade e do contrato de trabalho, por meio da exigência de motivação, aos direitos fundamentais à valorização do trabalho, da justiça social e da proteção ao despedimento arbitrário ou sem justa causa. O principal papel a ser cumprido pelo direito do trabalho nos tempos presentes, portanto, é o de evitar o desemprego desmedido e despropositado, que apenas serve para incrementar a utilização de contratos que desconsideram os seus fins sociais e geram insegurança na sociedade.

Sob esta perspectiva, é crucial que se passe a considerar que a dispensa imotivada de trabalhadores não foi recepcionada pela atual Constituição Federal, visto que esta conferiu, no inciso I, do seu artigo 7º., aos empregados a garantia da “proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos” (BRASIL, 1988).

Da previsão constitucional não se pode entender que a proibição de dispensa arbitrária ou sem justa causa dependa de lei complementar para ter eficácia jurídica, pois que o preceito não suscita qualquer dúvida de que a proteção contra dispensa arbitrária ou sem justa causa trata-se de uma garantia constitucional dos trabalhadores. Está-se, diante, inegavelmente, de uma norma de eficácia plena. A complementação necessária a esta norma diz respeito aos efeitos do descumprimento da garantia constitucional.

Mesmo que assim não fosse, é evidente que a inércia do legislador infraconstitucional (já contumaz no descumprimento do comando constitucional) não pode negar efeitos concretos a um preceito posto na Constituição para corroborar o princípio fundamental da República da proteção da dignidade humana (inciso III, do artigo 1º), especialmente quando a dispensa de empregados se configure como abuso de direito, o que, facilmente, se vislumbra quando um empregado é dispensado, sem qualquer motivação, estando ele acometido de problemas de saúde provenientes de doenças profissionais, ou, simplesmente, quando a dispensa é utilizada para permitir a contratação de outro trabalhador, para exercer a mesma função com menor salário, ou vinculado a contratos precários ou a falsas cooperativas. Ou seja, quanto o pretense direito potestativo de rescisão contratual se utiliza para simplesmente diminuir a condição social do trabalhador, ao contrário do que promete todo o aparato constitucional.

Mas, mesmo mirando-se a questão neste aspecto, a proteção contra dispensa arbitrária tem plena vigência.

O inciso I, do art. 7º, em questão, faz menção, é verdade, à indenização como forma de concretizar a garantia constitucional e o artigo 10, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estipulou a indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, para valer enquanto não votada a Lei Complementar, mencionada no inciso I, do art. 7º. No entanto, há de se reconhecer que a Constituição ao proibir a dispensa arbitrária acabou por criar uma espécie qualificada de dispensa.

Desse modo, a dispensa que não for fundada em justa causa, nos termos do art. 482, da CLT, terá que, necessariamente, ser embasada em algum motivo, sob pena de ser considerada arbitrária. A indenização prevista no inciso I, do art. 10, do ADCT, diz respeito, portanto, à dispensa sem justa causa,

que não se considere arbitrária, visto que esta última está proibida, dando margem não à indenização em questão, mas à restituição das coisas ao estado anterior, quer dizer, à reintegração do trabalhador ao emprego, ou, não sendo isto possível ou recomendável, a uma indenização compensatória.

Lembre-se, a propósito, que o art. 7º., I, mesmo tratando da indenização não exclui a pertinência da aplicação de “outros direitos”, como forma de tornar eficaz a garantia.

Assim, aplicados os preceitos constitucionais e legais, sob o âmbito individual, passam a existir quatro tipos de dispensa: a) a imotivada (que ora se equipara à dispensa arbitrária); b) a motivada (mas, sem justa causa); c) a com justa causa (art. 482, da CLT); e d) a discriminatória (prevista na Lei n. 9.029/95);

A dispensa imotivada equipara-se à dispensa arbitrária e é proibida constitucionalmente.

A dispensa motivada (ou sem justa causa) dá ensejo ao recebimento pelo empregado de uma indenização equivalente a 40% sobre o FGTS.

A dispensa com justa causa, devidamente comprovada, nos termos do art. 482, da CLT, provoca a cessação do vínculo sem direito a indenização.

A dispensa discriminatória vem expressa quanto à definição e aos seus efeitos na Lei n. 9029/95, dando ensejo à reintegração ou indenização compensatória.

A dispensa que não for por justa causa ou não se embasar em motivo suficiente, como dito, considerar-se-á arbitrária e, portanto, não está autorizada ao empregador. Quanto aos efeitos não se pode entender que à dispensa arbitrária aplica-se a indenização de 40% do FGTS, pois que isto equivaleria a dizer que dispensa sem justa causa e dispensa arbitrária são a mesma coisa, e, evidentemente, não são. A dispensa sem justa causa não tem base em uma causa considerada “justa” pela lei (art. 482, CLT), mas deve possuir uma causa (um motivo), sob pena de ser considerada arbitrária.

De acordo com Belmonte (2010) a convenção nº 158 da OIT, com a mesma motivação do legislador constitucional, impõe limites ao poder de despedir do empregador, prevendo o pagamento de indenização compensatória, impondo aos empregadores maior responsabilidade na hora de contratar e no adimplemento de suas obrigações contratuais, com tratamento digno nas despedidas e investimento na capacitação de mão-de-obra. A polêmica em torno dessa convenção existe em razão de a mesma ter sido ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 68, de 1992, e posteriormente ter sido denunciada.

É o que explica Maior (2004):

No caso do Brasil, de todo modo, os termos da Convenção 158, ainda que com imperfeições de tradução, foram tornados públicos pelo Decreto n. 1.855, de 11 de abril de 1996.

Todos os trâmites de validade, portanto, foram cumpridos com relação à Convenção 158, da OIT: a Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, mediante Decreto Legislativo n. 68, de 16 de setembro de 1992; o depósito da carta de ratificação foi efetuado na RIT (da OIT), em 05 de janeiro de 1995 e o Decreto de promulgação n. 1.855, foi publicado em 11 de abril de 1996.

Doze meses após o depósito da ratificação, a Convenção entra em vigência no ordenamento interno. Assim, vigente a Convenção 158 da OIT no Brasil desde 06 de janeiro de 1996. E, mesmo que considerada a necessidade de sua publicação no âmbito interno, esta exigência se cumpriu com a publicação do Decreto n. 1.855, em 11 de abril de 1996.

Nos doze meses decorrentes entre o depósito e a sua entrada em vigor, a Convenção pode ser alvo de denúncia, isto é, ser obstada a sua vigência no ordenamento interno. Não sendo assim, a Convenção somente pode ser alvo de denúncia após dez anos do início de sua vigência, e mesmo assim durante os 12 meses subsequentes a cada decênio.

No entanto, o Poder Executivo, mediante o Decreto n. 2.100, de 20 de dezembro de 1996,

publicado em 23 de dezembro de 1996, acatando a interpretação que se tornou predominante à época no sentido da inaplicabilidade da Convenção no ordenamento nacional, tornou pública a denúncia da Convenção, realizada pelo Governo, em carta enviada à OIT, em 20 de novembro de 1996, explicitando que a Convenção 158 deixaria de ter vigência em nosso ordenamento, a partir de 20 de novembro de 1997.

A denúncia em si não causaria polêmica, já que é possível que qualquer Estado que tenha ratificado uma convenção venha a denunciá-la. O problema está em como essa denúncia ocorreu. Senão veja que diz Belmonte (2010, p. 387-388), corroborando com o dito acima:

O depósito da carta de ratificação da Convenção foi efetuado na RIT (da OIT) em 05 de janeiro de 1995, entrando assim em vigor doze meses após, ou seja, 05 de janeiro de 1996, como noticiado em 11 de abril de 1996, por meio do Decreto nº 1855, de 10 de abril de 1996, que a promulgou, da lavra do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ocorre que o Poder Executivo, por meio do Decreto nº 2100, de 20 de dezembro de 1996, publicado em 23 de dezembro do mesmo ano, resolveu denunciar aquela convenção, com fundamento na sua inaplicabilidade no ordenamento nacional, explicitando que deixaria de vigor no ordenamento pátrio a partir de 20 de novembro de 1997.

Ocorre que, a referida convenção só poderia ser alvo de denúncia nos doze meses situados entre o depósito e a sua entrada em vigor. A não observância desse intervalo tornou a denúncia ineficaz para os efeitos pretendidos. Outro motivo determinante para que essa denúncia fosse “anulável” seria o vício de que o Presidente da República não poderia ter denunciado, mediante decreto, um tratado internacional aprovado pelo Congresso Nacional, extrapolando os limites de sua competência.

Belmonte (2010) ressalta que como consequência essa mesma convenção será novamente encaminhada ao Congresso Nacional para apreciação mediante projeto de decreto legislativo e deliberação, por maioria simples, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, trazendo também a de nº 151, que estabelece a negociação coletiva no serviço público.

Assim, resta patente que não obstante todo o esforço internacional de garantir a que as dispensas sejam sempre motivada ainda está sem eficácia plena o que determina a Convenção nº 158, fazendo predominar o princípio da livre iniciativa em detrimento dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Quando se pensa em abordar o estudo do Direito Internacional do Trabalho e dos tratados internacionais relativos à essa matéria inseridos no ordenamento jurídico brasileiro, tem-se que partir da análise da sociedade internacional. Pode-se afirmar que qualquer agrupamento de indivíduos se regras claras de convivência, sem expressa disposição do que é permitido ou proibido, e sem uma força legalmente constituída e aceita pela maioria para fazer valer tais preceitos, tenderá ao caos.

Dessa situação, constata-se que a omissão na sociedade internacional é dominante. Historicamente, em regra, os Estados não se dispõem a solucionar os problemas de outros Estados enquanto não for possível beneficiar-se de alguma maneira com a situação. Todavia, ao contrário do que ocorre em um Estado, internacionalmente não há nenhum órgão supra estatal supremo a quem se poderia culpar e cobrar solução para os problemas como aqueles.

Ao contrário de antes, hoje, a omissão não é mais uma estratégia eficaz, seja pela crescente cobrança

da garantia aos direitos humanos ou, mais realisticamente, porque não se pode mais ignorar o fato de o mundo estar integrado de uma maneira tal, que problemas locais produzem efeitos globais.

Destarte, entende-se que os tratados internacionais continuarão sendo elementos chave na regulação das relações jurídicas na sociedade internacional, seja entre Estados, seja entre qualquer outro sujeito de direito internacional publico.

Durante sua incorporação no ordenamento jurídico interno brasileiro, o tratado internacional já tem passado por controles prévios de sua constitucionalidade durante todo o processo executivo – legislativo, porem eles podem estar ainda eivados de vícios, que podem ser considerados graves e que devem ser analisados e, se for o caso, eliminados, utilizando-se os recursos dispostos na Constituição Federal que possibilitam o controle de constitucionalidade dessas regras internacionais.

No Brasil, existia a tendência em situar as normas internacionais no mesmo plano hierárquico que as normas infraconstitucionais. No entanto, há atualmente, um entendimento mais moderno de que existem no Brasil: o regime jurídico comum, para os tratados internacionais em geral, cujo status hierárquico é igual ao das leis ordinárias; e o regime jurídico especial e próprio dos tratados em matéria de direitos humanos, cujo status hierárquico é equiparado ao de normas constitucionais.

É nesse contexto que o estudo da Convenção nº158 da OIT e seus reflexos no contexto brasileiro relativa à proteção dos trabalhadores contra as dispensas imotivadas é um assunto de fundamental importância. A denúncia da referida convenção revelou-se ineficaz. Uma, porque somente poderia ter sido alvo de denúncia durante o período de 12 meses situado entre o depósito e a sua entrada em vigor. Duas, porque, se o Congresso Nacional tem a legitimidade para ratificar os tratados internacionais, a denúncia também estaria condicionada ao referendo daquela casa, estando o Presidente da república impedido de fazê-lo. Assim, a denúncia torna-se ineficaz.

Dessa forma, a exigência de motivação para dispensa para a concretização da proteção à despedida arbitrária ou sem justa causa, é a interpretação necessária ao implemento direto do comando da Constituição Federal nas relações provadas de trabalho subordinado, não se justificando, constitucionalmente, a dispensa por denuncia vazia de motivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELMONTE, Alexandre Agra. Os direitos fundamentais juslaborais e a convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho. In: GOMES, Fábio Rodrigues (Coord.). Direito Constitucional do trabalho: o que há de novo? Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. p. 367-375.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 45 de 8 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92,93,95,98,99,102,103,104,105,107,109,111,112,114,115 ,125, 126, 127, 128, 129,134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providencias. Vade Mecum. 2. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Site MRE, Brasília, DF, 1969. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/dai/dtrat.htm>. Acesso em: 3 mar. 2018.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso de Habeas Corpus Recurso de Habeas Corpus 19975 do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul, Brasília, DF, 9 de maio de 2006.Relator: Ministro Teori Albino

- Zavaski. Site STJ, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=200502114587&pv=010000000000&tp=51>>. Acesso em: 17 jun. 2008a.
- _____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso de Habeas Corpus 18799 do Tribunal de Justiça do Rio Grande Sul, Brasília, DF, 9 de maio de 2006. Relator: Ministro José Delgado. Site STJ, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br/webstj/processo/Justica/detalhe.asp?numreg=200502114587&pv=010000000000&tp=51>>. Acesso em: 17 jun. 2008b.
- CARELLI, Rodrigo de Lacerda. A constituição e as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho. In: GOMES, Fábio Rodrigues (Coord.). Direito Constitucional do trabalho: O que há de novo? Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. p. 367-375.
- GUERRA, Sidney. Direitos humanos na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.
- MAIOR, Jorge Luiz Souto. Convenção 158 da OIT. Dispositivo que veda a dispensa arbitrária é auto-aplicável. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 475, 25out.2004. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/5820>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- _____. A Convenção 158 da OIT e a perda de emprego. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI72255,71043z+Convencao+158+da+OIT+e+a+perda+do+emprego>> Acesso em: 28 fev 2018.
- MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. Vol. 1.
- MELLO, Roberta Dantas de. O papel da Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho frente ao fenômeno da constitucionalização do direito do trabalho brasileiro. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2252, 31 ago. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13407>>. Acesso em: 24 fev 2018.
- MERÍSIO, Patrick Maia. A incorporação das normas jurídicas internacionais trabalhistas no ordenamento jurídico brasileiro. In: GOMES, Fábio Rodrigues (Coord.). Direito Constitucional do trabalho: o que há de novo? Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. p. 357-366.
- PEREIRA, Bruno Yepes. Curso de direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. 10. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- REZEK, J. F. Direito internacional público: curso elementar. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- VIEGAS, Carlos Alberto Carmo. Convenção 158 da OIT- Breves considerações sobre sua aplicabilidade e consequências. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7936>. Acesso em: 3 mar 2018.

UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR

*Sérgio Rodrigues de Souza*¹⁰⁸

RESUMO

O presente artigo visa comunicar dados obtidos sobre a co-relação entre gravidez na adolescência e evasão escolar. Para a realização da investigação adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa empírica e um estudo exploratório seguindo a linha teórica das representações sociais. Para obter informações quantitativas e qualitativas, possibilitando a análise do objeto de estudo, foi realizado um levantamento através da investigação de campo, aplicando questionário estruturado como instrumento de coleta de dados. Os questionários foram aplicados às gestantes com idades entre 10 e 20 anos, com o propósito de identificar características comuns e de pensamentos, que possibilitassem traçar um perfil básico da gravidez na adolescência, corroborar ou refutar a hipótese acerca de sua influência na evasão escolar, quantificar o índice evasivo e descobrir as causas que a provocam. Os resultados alcançados no estudo balizaram ajustes sociológicos no ambiente de convivência das adolescentes gestantes, bem como necessidade de mudanças nas formas de se pensar a adolescência e a escola como meio de vivências sociais e psicológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência, Gravidez na Adolescência, Evasão Escolar, Educação Empreendedora.

108 Sérgio Rodrigues de Souza
Licenciado en Pedagogía y Sociología.
Aspirante de Pós-Doctorado en la Universidad Argentina John Fitzgerald Kennedy – AR. Sergiorodrigues52@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é problema recorrente na atualidade, porque a jovem que ainda é, em muitos casos, uma simples criança crescida, agora como mãe, vê-se de um momento para outro na iminência de recorrer a um trabalho, cuidar de um filho e abandonar seus estudos, ainda incompletos. Esta é uma situação que influencia diretamente na evasão escolar, um paradoxo do sistema educacional, que convive com índices preocupantes de evasão escolar que muitas vezes estão ligados a questões de ordem social.

A adolescência é um período de turbulências que afetam, não apenas aos adolescentes, mas também aos pais e educadores. Neste período de transição, encontra-se, por vezes muito vulnerável, para não dizer volúvel e este sentimento de incerteza a leva, por vezes, a agarrar-se a qualquer sombra de afeto e representação paterna, o que termina em abusos por parte dos adultos contra a jovem criança. Outras buscam este caminho como forma de fugir da condição que o lar, muitas vezes oferece. Há, ainda, aquelas que engravidam para, assim, sentirem-se realizadas como mulheres e/ou independentes.

A gravidez na adolescência afeta sobremaneira a vida das adolescentes pelo fato de, de uma hora para outra, vêem-se entregues a uma obrigação de cuidar de uma nova vida, quando não encontram-se preparadas para assumirem nem mesmo a própria. Em meio a toda esta situação, há a necessidade de elaborar políticas educacionais empreendedoras que visem solucionar este problema e para tanto, estimular esforços em todos os sentidos para uma educação empreendedora trabalhada dentro dos espaços educacionais. Este processo ajudaria na educação e prevenção da gravidez precoce e transformaria o ambiente escolar em um espaço interativo para a manutenção e orientação das adolescentes.

A necessidade de elaborar tal investigação justifica-se pela falta de um elemento norteador que comprove, empiricamente, a correlação entre a gravidez na adolescência e o abandono da escola pela aluna gestante. Trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho quantitativo e qualitativo, obedecendo aos preceitos de representação social. Tem por objetivos analisar as causas que levam jovens meninas a contraírem gravidez precocemente e por qual (is) motivo(s) abandonam a escola.

Por fim, procura tecer uma reflexão entre uma educação com preceitos empreendedores com vistas a que possa alcançar uma redução significativa no contingente de meninas adolescentes que contraem gravidez e para que haja uma menor evasão destas do ambiente educacional, porque uma vez que abandonem os meios educacionais formais a probabilidade de um retorno aos bancos escolares é muito pequena. Em contraponto, com as exigências da vida moderna sobre todas as famílias, a mãe acaba tendo que lançar mão deste fato para cuidar, materialmente e afetivamente de seu rebento.

APROXIMAÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período de mudanças físicas e psicológicas acompanhadas pela alteração das emoções, alterações biológicas e todas essas mudanças podem ser reforçadas e algumas explicadas através da interação com o ambiente em que vive o adolescente. As mudanças biológicas, do ponto de vista cultural, é a “transformação do estado não reprodutivo ao reprodutivo” (SCHLEGEL & BARRY, 1991 apud BUENO, 2002, p.34), ou seja, na adolescência esse amadurecimento do sistema reprodutivo provoca mudanças características e também impõe limites para cada sexo.

Nesta perspectiva é que surge a sexualidade na adolescência, acompanhada das alterações hormonais, dos fatores culturais caracterizando-se como um período que merece total atenção, tantos dos

pais, professores, mestres e também por parte dos próprios adolescentes, considerando que esta transição entre a fase adolescente para a fase adulta é uma fase de descobertas, de novas experiências o que pode trazer problemas futuros para esses jovens (BUENO, 2002).

A adolescência possui diferentes configurações, pois, muitas vezes depende da classe social em que o adolescente está inserido. Nas classes altas da sociedade o adolescente se encontra em uma fase de transição, mas é uma transição de novas descobertas para eles, sem muitos prejuízos, entretanto os das classes menos favorecidas passam por uma fase de transição também, mas é uma fase onde as responsabilidades começam a surgir, tais como: cuidar de seus irmãos mais novos, ajudar a família na situação econômico-financeira entre outras responsabilidades que não deveria ser desses adolescentes (BUENO, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente circunscreve a adolescência como um período da vida que vai de 12 aos 18 anos de idade, já a Organização Mundial da Saúde diz que a adolescência vai dos 10 aos 19 anos. Caracteriza-se como um período de mudança, seja dos 10 ou 12 anos de idade em diante ela continua sendo uma época de mudanças físicas e psicológicas e que são acompanhadas, principalmente, pelas alterações das emoções (ABERASTURY & KNOBEL, 1988).

A adolescência se configura como o período de transição entre a infância e a idade adulta, esta fase da vida se constitui como um período de transformações sejam elas físicas, psíquicas e, principalmente sociais na vida de um adolescente. “Não há definição clara para seu ponto de início ou fim. Geralmente, a adolescência se inicia na puberdade, ou seja, através do processo que leva à maturidade sexual. Assim, considera-se puberdade, o período que ocorre a menarca (1ª menstruação) nas meninas e da 1ª ejaculação nos meninos, entendendo, desta maneira, que já exista a capacidade de reprodução” (SOUZA & SOUZA, 2015, p.17; BECKER, 1994, p.56) de maneira que

Falar em adolescência implica, de certo modo, em uma referência ao biológico. Mas parece-nos que na experiência atual, refere-se, sobretudo, ao campo dos sentidos dessa experiência contemporânea, de certo modo de subjetivar-se. A adolescência é percebida como uma cena crucial na construção das narrativas pessoais e da sociedade. Naturaliza-se a adolescência como um período essencial para o crescimento do indivíduo e para o desenvolvimento da sociedade na medida em que os jovens constituem focos de mudanças (SOUZA & SOUZA, 2015, p.14).

Nas pesquisas analisadas entre as adolescentes do município de Mutum (MG) pode ser notado que a vida não é mais a mesma depois da gravidez, pois, muitas passam por dificuldades e muitas vezes nem consegue criar seu próprio filho. Com isso pode-se verificar que os problemas decorridos pela gravidez são gigantescos e prejudiciais a vida de qualquer pessoa em fase de transição, da fase da infância para a adolescência ou até mesmo da adolescência para a fase adulta. Como ficou evidenciado na investigação, a maioria das meninas são de classe baixa.

Na fase de busca, procura enfrentamento, desestruturação e discussões com os pais, o adolescente passa a dar grande importância ao grupo de amigos e muitas vezes se identifica com as experiências pelas quais seus amigos estão passando. É muito comum, nestes grupos, o surgimento de namoros e experiências sexuais. A sexualidade é imperativa na adolescência, os sentimentos são vividos com enorme intensidade e o jovem, ainda imaturo, não sabe como lidar com ela. Os estudos e as orientações sexuais são de extrema importância para o amadurecimento de um adolescente (BUENO, 2002).

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A gravidez na adolescência tem se tornado um problema de saúde pública e também social o que exige a intervenção dos poderes públicos na elaboração de políticas sociais efetivas e eficazes para atender a este contingente social.

A gravidez precoce é uma das ocorrências mais preocupantes relacionadas à sexualidade da adolescência. No Brasil, a cada ano, cerca de 20% das crianças que nascem são filhas de adolescentes, número que representa três vezes mais garotas com menos de 15 anos grávidas em relação ao que ocorria que na década de 1970 do século passado (BRASIL, 2006). A grande maioria dessas adolescentes não tem condições financeiras nem emocionais para assumir a maternidade e, por causa da repressão familiar, muitas delas fogem de casa e quase todas abandonam os estudos e como consequência de tal ato desmedido destas jovens mães é quase sempre cair nas mãos de algum cafetão e se chafurdar na lama da exploração servil pela prostituição.

A Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde, de 1996, mostrou um dado alarmante; 14% das adolescentes já tinham pelo menos um filho e as jovens mais pobres apresentavam fecundidade dez vezes maior quando comparada com as adolescentes de classe média e classe média - alta. Entre as garotas grávidas atendidas pelo SUS no período de 1993 a 1998, houve aumento de 31% dos casos de meninas grávidas entre 10 e 14 anos. Nesses cinco anos, 50 mil adolescentes foram parar nos hospitais públicos devido a complicações de abortos clandestinos. Quase três mil na faixa dos 10 a 14 anos de idade.

A gravidez na adolescência engloba vários riscos, dentre todos o que marca o desenvolvimento corporal e mental, ainda incompleto, o fato de que geralmente o pai do futuro filho ou é um homem casado que não pode assumir a ambos ou um delinqüente juvenil que não tem nem emprego fixo nem condições financeiras nem psicológicas de dar suporte à mãe. Disto tudo, sobra uma mãe desnutrida, sem estrutura física e mental vivendo junto as suas famílias espremendo-se em barracos, tendo que sair todos para trabalhar e quando não muito a futura mãe adolescente se vê obrigada a suportar os olhares acusadores dos outros membros da família porque tornou-se um peso para todos. Ela que poderia sair junto para buscar algum recurso fica em casa por causa de sua condição e ainda deve ser alimentada pelos demais. No livro *Gravidez na Adolescência*, de Monteiro et al. (2011), o perfil psicossocial proposto pelo autor informa que, em 70% dos casos estudados, a mãe da adolescente também foi mãe na adolescência.

Gravidez na adolescência tem sido apontada como um “problema social”. Ter filho antes dos 19 anos, décadas atrás, não se constituía assunto de ordem pública. É um assunto polêmico e que ocorre com muita frequência em todo o Brasil, principalmente nas classes mais inferiores. A gravidez nessas circunstâncias gera diversos problemas sociais, físicos e psicológicos. Já que quando ocorre muito precocemente, o adolescente não encontra-se preparado para essa nova fase em sua vida e acaba se perdendo dentro de um novo mundo, o mundo “adulto”.

Do ponto de vista das expectativas sociais que recaem sobre essa etapa vital, prevê-se que, idealmente ao menos, o investimento maior esteja alocado na carreira escolar, entendida como pré-requisito para uma inserção no mercado de trabalho em melhores condições. Essa passagem possibilitaria a emancipação do jovem frente à sua família de origem, permitindo, simultaneamente, a constituição de sua própria casa e família (HEILBORN, SALEM, ROHDEN e BRANDÃO, 2002, p.22).

A falta de informação nem sempre é o que falta para esses adolescentes, muitas vezes o que ocorre é a falta de interesse e perspectiva sobre o tal assunto, sobre os malefícios trazidos pela atividade sexual precoce. Apenas querem desfrutar do que é prazeroso sem medir as conseqüências advindas de tal experimentação o que se torna perigoso. Em muitos casos, a gravidez das adolescentes é tida como problema pelas famílias, ancorando, a princípio, esse julgamento nas próprias experiências prévias e com outras adolescentes de suas famílias (SILVA e TONETE, 2006, p.04).

Segundo Dias e Teixeira (2010) dois comportamentos precisam existir para que ocorra a gravidez na adolescência: a atividade sexual do jovem e a falta de medidas contraceptivas adequadas. É fato que a utilização de métodos contraceptivos não ocorre de modo eficaz na adolescência, embora muitos adolescentes conheçam os contraceptivos mais comuns, como a camisinha e a pílula anticoncepcional. Uma das razões que poderia justificar esse comportamento seria a imaturidade psicoemocional, característica da adolescência. E devido a esta imaturidade que ocorre muitas gravidezes na adolescência, pois os adolescentes não estão preocupados em se cuidar e sim experimentar daquilo que é novo para eles (SAITO, RUZANY e SERRA, 2015).

Ligar a gravidez na adolescência à evasão escolar sem um parâmetro de base socioeconômico é um tanto perigoso porque distancia o problema da realidade já vivida pela adolescente. Quando a criança evade da escola é pela falta de perspectiva que esta oferece em relação à vida futura que já não possui um fator de seguridade. Se a escola continua com seu discurso moralizante e motivador utilizando exemplos de sucessos fora do alcance dos alunos menos favorecidos nada mais faz que afastar tais crianças do mundo real e forçar sua aproximação do fantasioso mundo do sexo livre onde o prazer é imediato.

Quando a criança está na escola e engravida é natural que venha a evadir do ambiente escolar porque os olhares de acusação são pesados demais para alguém que acreditava ser imune a tudo o que considerava perigoso. Aliado a isto, geralmente, o pai da criança desaparece, destruindo, com tal atitude, todo o castelo de sonhos que a menina-adolescente construiu.

O papel da escola é promover uma educação que permita evitar tais situações e se falha neste aspecto que, ao menos, possa garantir um suporte psicológico para que a adolescente tenha o seu projeto de vida o menos afetado possível pela condição em que encontra-se. Para que tal seja efetivado há que trabalhar o aspecto grupal e o individual cada um a seu modo e tempo sob cuidados de especialistas.

Em políticas públicas, as recompensas caracterizam-se em atendimento eficiente e eficaz ao público-alvo (CRESPO e GUROVITZ, 2002). Portanto, tomando como base a fala destes autores, tem-se que criar ações educativas empreendedoras tendo como alvo o público adolescente e como objetivo tecer uma educação sexual saudável leva a compreensão de que este é um trabalho que deve ser realizado em conjunto com outras instâncias e em parcerias com outras esferas administrativas do poder público, tais como os serviços de atendimento clínico-médico, assistência social, vara da infância e juventude, ONG's e iniciativa privada. Portanto, está-se a falar em uma ação estratégica em rede.

FORMAÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

É fato que existe uma co-relação entre formação sócio-educativa e gravidez na adolescência. Dados do Sistema Único de Saúde (SUS – 2000) revelam que a maioria das adolescentes que deram à luz pertenciam às classes populares e ainda com o agravante de terem baixa escolaridade.

Na concepção de Dadoorian (2003)

Uma família pertencente às classes populares brasileiras tende a educar os filhos com vistas à obtenção de empregos para ajudar no orçamento familiar. O casamento é algo que pode ocorrer precocemente, sendo acompanhado, muitas vezes, de vários filhos. Uma família da classe média, por sua vez, já prioriza a atividade intelectual dos seus jovens. O casamento é, geralmente, adiado para após o término dos estudos. (p.85)

Mas aqui não está-se a falar de casamentos ou uniões estáveis em que o sistema moralista brasileiro não vê como problema se a mulher tenha ou não idade para contrair uma concepção. O critério de valor utilizado nesta pesquisa é se a menina estava apta para receber um feto em seu corpo, o que não está de acordo com a natureza biológica humana.

Geralmente, nas famílias de classe baixa ocorre a existência de muitos filhos e os pais têm de sair muito cedo para trabalharem e retornarem muito tarde ficando os filhos muito dispersos e vulneráveis à maldade de algumas pessoas sem escrúpulos e respeito. Muitos indivíduos aproximam-se das meninas ofertando presentes ou mesmo servindo de apoio e as relações acabam acontecendo entre ambos e elas, na maior das vezes, sem conhecimento de métodos contraceptivos terminam por engravidar.

Não se pode ater todo o peso social da gravidez na adolescência à ignorância educacional ou à pobreza, mas estas duas situações são fortes contribuintes para impedir que o problema seja reduzido a níveis menos drásticos como tem sido relatado ao redor do mundo e em especial nos países periféricos, com recorte mais profundo, ainda, na América Latina.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA, UM MECANISMO DE PREVENÇÃO

A educação tem um papel preponderante como mecanismo de prevenção aos males sociais que insistem em atacar as classes mais vulneráveis, como as crianças e os adolescentes. Ações empreendedoras podem e devem ser dirigidas ao público educacional adolescente por meio de uma educação feita com vistas a atender às necessidades intrínsecas e extrínsecas inerentes aos objetos de trabalho, no caso as adolescentes, em especial aquelas que encontram-se em condições de vulnerabilidade e quando as ações profiláticas já falharam, àquelas que encontram-se em estado de gravidez.

Empreender significa colocar em desenvolvimento e/ou execução algo muito difícil, porém, não impossível de ser realizado. Segundo Hisrich (2014) empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.

O trabalho de prevenção à gravidez na adolescência tem ficado a cargo exclusivo da Educação Sexual, porém, esta tem se mostrado incipiente e pueril em suas ações educativas, uma vez que fica presa no terreno do moralismo.

Como agente de peso, tem-se a Educação Empreendedora que traz em seu escopo a missão de transformar os indivíduos em sujeitos ativos, conferindo-lhes uma visão de futuro e uma perspectiva de vida. Não basta dar camisinha a todos os adolescentes como se isto fosse capaz de solucionar algum problema. O preservativo não trará nenhuma esperança de emprego ou realização de sonhos a estas crianças. Faz-se necessário algo mais tangível, factível, possível.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento desta pesquisa, considerando os objetivos propostos e o tema em questão, realizou-se uma investigação de natureza quantitativa e qualitativa, considerando que a mesma foi composta por uma entrevista, montada em questionário estruturado usando Escala Likert¹⁰⁹.

A análise dos dados coletados foi feita utilizando tabelas tendo como recurso o aplicativo Microsoft EXCEL. Cada tabela é discutida exaustivamente, a fim de explicar as situações e apresentar conclusões sólidas.

A fim de chegar a resultados claros e concisos sobre o tema proposto foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa, analítica, de representação social a qual visa atender de modo pleno as precisões do pesquisador, obedecendo aos critérios técnicos científicos. A Teoria das Representações Sociais, preconizada pelo psicólogo social Serge Moscovici, está principalmente relacionada com o estudo das simbologias sociais a nível tanto de macro como de micro análise, ou seja, o estudo das trocas simbólicas infinitamente desenvolvidas em nossos ambientes sociais; de nossas relações interpessoais, e de como isto influencia na construção do conhecimento compartilhado, da cultura. As representações sociais têm como uma de suas finalidades tornar familiar algo não-familiar, isto é, uma alternativa de classificação, categorização e nomeação de novos acontecimentos e ideias, com a quais não tínhamos contato anteriormente, possibilitando, assim, a compreensão e manipulação destes a partir de ideias, valores e teorias já preexistentes e internalizadas por nós e amplamente aceitas pela sociedade.

As representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso, enriquecido e transformado. Depois de uma série de ajustamentos, o que estava longe, parece ao alcance de nossa mão; o que era abstrato torna-se concreto e quase normal (...) as imagens e ideias com as quais nós compreendemos o não-usual apenas trazem-nos de volta ao que nós já conhecíamos e com o qual já estávamos familiarizados (MOSCOVICI, 2003, p.58).

Na concepção de Norbert Elias

Estudar os aspectos de uma figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade impõe à investigação algumas limitações óbvias. Mas também tem suas vantagens. O uso de uma pequena comunidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável — microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal — um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala (ELIAS, 2000, p.20).

109 A escala Likert ou escala de Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Fonte:

http://www.professores.uff.br/luciane/images/stories/Arquivos/doc_turismo/quest_escalas_cap1.pdf. Acesso em 20/04/2014.

Os sujeitos entrevistados foram abordados e convidados individualmente, sendo os contatos realizados de forma verbal. A entrevista foi realizada, pessoalmente, no local de atendimento clínico às gestantes, as quais estavam acompanhadas de suas mães e/ou responsáveis. A pesquisa buscou atender aos princípios da ética e da isonomia. Foram aplicados questionados estruturados contendo questões de múltiplas escolhas a 100 (cem) adolescentes em condições de gestação.

Os dados coletados desta maneira contribuem para que se possa ter melhor êxito na análise, pois, eles descrevem e explicitam os aspectos interrogados de uma forma mais espontânea, levando em consideração o tempo, o local, como também as causalidades presentes que proporcionam explicações mais coerentes. O questionário estruturado contendo as questões aplicadas encontra-se nos apêndices.

O estudo foi desenvolvido na cidade de Mutum – MG (Brasil). O município de Mutum localiza-se na região do Rio Doce do Estado de Minas Gerais e pertence à microrregião homogênea Vertente Ocidental do Caparaó. Possui uma área de 1.256,08 km². Sua população informada segundo dados do censo 2010 é de 26.661 habitantes. A sede do município encontra-se a 240 metros de altitude e tem sua posição determinada pelas coordenadas 19°49'01" Latitude Sul e 41°26'18" Longitude Oeste. O município possui 6 (seis) distritos: Sede, Ocidente, Roseiral (que tem seu cartório constituído em 28 de agosto de 1892), Centenário, Humaitá e Imbiruçu; 4 (quatro) povoados: Santa Rita, Santa Maria, Santa Efigênia, Lajinha do Mutum e 54 comunidades. Possui IDH de 0,712 e uma unidade prisional de detenção provisória, com delegado titular, escrivão e agentes de investigação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados tem o objetivo de esclarecer pontos que continuam obscuros e aprofundar naqueles que parecem óbvios a fim de chegar-se a um entendimento acerca do objeto investigado. A discussão dos resultados permite ao pesquisador expor as bases de seu pensamento, provocar e ampliar o pensamento científico, permitindo que alcance um público mais amplo, uma vez que a pesquisa tem caráter de representação social.

Ao todo foram entrevistadas 100 (cem) adolescentes em estado gestacional que variava do 2º mês ao 8º mês; destas, 86 questionários foram passíveis de análise e interpretação. Foram abordadas individualmente durante suas consultas nos postos de saúde do Sistema Único de Saúde, do município de Mutum – MG. As respostas foram dadas de maneira factual, coletadas em um único momento.

A idade das entrevistadas variou de 11 anos (mais jovem) até 20 anos (a mais velha), uma vez que considerou-se para fins deste estudo os conceitos de adolescência utilizados pela Organização Mundial de Saúde¹¹⁰, conforme apresenta a tabela 1. A idade média das adolescentes entrevistadas é 17 (dezessete) anos, coincidentemente, a idade em que foram encontradas o maior número de ocorrências de gravidezes, por ocasião deste trabalho.

A validação do questionário deu-se por meio de análises de pedagogos, com formação técnica e experiência na área de atendimento a adolescentes em condições de vulnerabilidade, especialistas em nível de mestrado e doutorado e por um Bacharel em Ciências Jurídicas, com especialização em nível doutoral.

110 Para a WHS, a adolescência é o período que compreende a idade de 10 (dez) a 20 (vinte) anos de idade. (Nota do autor)

Tabela 1: Idade das gestantes entrevistadas

Idade das gestantes entrevistadas		
	%	Frequência
11 anos	1.2	1
12 anos	-	-
13 anos	3.5	3
14 anos	5.8	5
15 anos	8.1	7
16 anos	18.6	16
17 anos	25.6	22
18 anos	16.3	14
19 anos	9.3	8
20 anos	11.6	10

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

Quanto ao universo do número de adolescentes abordados, este fato explica-se pela característica da pesquisa que é de representação social e a quantidade, embora relevante do ponto de vista de validação científica, não interfere na análise e nas conclusões por tratar-se de um estudo de caráter epistemológico, ou seja, o objetivo é conhecer qual a real influência da ocorrência da gravidez na adolescência e a evasão escolar. Até o momento muito se fala, pouco se faz e não tem-se um dado correlativo matemático.

Tabela 2: condição civil

Condição civil das gestantes entrevistadas		
	%	Frequência
Solteira	59.3	51
Casada	30.2	26
Amasiada	10.5	09

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

Do grupo entrevistado quase 60% são solteiras, o que não deixa margens para qualquer espanto, dadas as mudanças estruturais nas expectativas de vida e condições sociais. As mulheres, na atualidade, tendem a casarem-se mais tarde. Mas, o que despertou a atenção no estudo é que mais de 30% declararam-se casadas e 10,5% declararam viver em regime marital (vide tabela 2). Durante a investigação houve depoimentos de adolescentes com idade de 15 (quinze) anos que relataram

já estarem em regime de concubinato há 4 (quatro) anos, ou seja, desde os onze anos de idade já assumiu uma vida, não somente uma vida sexual como, também, uma vida conjugal.

Tabela 3: Com quem residem

Com quem residem		
	%	Frequência
Pais	29	25
Tios	2.3	2
Avós	10.5	9
Só com a mãe	5.8	5
Só com o pai	3.5	3
Outros	48.8	42

Fonte: Elaborada pelo aitor, 2016.

Um fato que desperta a atenção é que, como mostra a tabela 2 é que 3,71% das entrevistadas não convivem com famílias nucleares tradicionais (pai e mãe). Como é apresentado, 48,8% vivem com o que denominou-se de “outros”, i.e., namorados, amigos, lares, abrigos. Contrariando as expectativas e a credence popular, apenas 5,8% vivem, somente, com a mãe. Estes dados mostram que a estrutura familiar é ainda um poderoso elixir na prevenção contra a gravidez na adolescência.

Quanto ao quesito renda salarial familiar, 80,2% delas vivem em condições de pobreza relativa, uma vez que apresentam-se com renda mensal entre 1 (um) e 2 (dois) salários mínimos (gráfico 4) para um conjunto familiar de 3 (três) a 6 (seis) pessoas (com um média alcançada pelo estudo de 3,67).

A renda per capita brasileira é de 291,00 R\$ a 441,00 R\$ (classe média baixa), segundo dados do IBGE (2011), e ao ter em conta o valor do salário mínimo, dividido para o número de pessoas relatado, tem-se que a média por pessoa fica aquém deste valor.

Não se prescinde que “o conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população” (CRESPO & GUROVITZ, 2002, p.04), o que foi realizado aqui, considerando que, nesta família, haverá em tempo, reativamente curto, um novo membro.

Tabela 4: RENDA SALARIAL FAMILIAR

RENDA SALARIAL FAMILIAR		
	%	Frequência
Até 1 sm	32.5	28
Até 2 sm	47.7	41
Até 3 sm	16.3	14
Até 4 sm	3.5	3
Média (1.91 SM)	100	86

Fonte: Elaborada pelo aitor, 2016.

Este quesito de contingente de pessoas por lar interfere, severamente, na distribuição da renda total. E tais situações são agravantes no quesito evasão escolar, porque a adolescente vê-se na iminência de ajudar com as economias da casa. Com sua condição de gestante, ao nascer o filho tem-se a “obrigação” de buscar uma ocupação a fim de poder oferecer o mínimo de conforto necessário ao filho e cuidar de suas necessidades mais básicas.

Quando interrogadas se exercem algum tipo de atividade remunerada, 72% delas responderam que não (conforme tabela 4), ou seja, considerando, ainda que quase a metade delas não vivem sob a tutela de seus pais, são dependentes, em muitos casos, da bondade e da misericórdia alheias, levando em conta que a condição monetária das famílias encontra-se abaixo da média.

Tabela 5: Exerce função remunerada

Exerce função remunerada		
	%	Frequência
Sim	28	24
Não	72	62

Fonte: Elaborada pelo aitor, 2016.

Quanto ao quesito escolaridade, o que desperta a atenção é que 11,6% são semianalfabetas, como mostra a tabela 6. Dada a faixa de maior concentração de idade, em que ocorre a gravidez, de acordo com este estudo, é ainda incoerente que quase 50% não tenha concluído o ensino fundamental. Isto só corrobora a ideia de que o abandono escolar provocado pela gravidez é alto e é um problema que necessita da atenção das autoridades públicas (escolares e não escolares).

TABELA 6: Grau de escolaridade

Grau de escolaridade		
	%	Frequência
Analfabeto	-	-
Lê e escreve	11.6	10
Fundamental incompleto	21	18
Fundamental completo	15.1	13
Ensino Médio Incompleto	34.9	30
Ensino Médio Completo	17.4	15

Fonte: Elaborada pelo aitor, 2016.

Quando interrogadas sobre o número de gestações, 78% delas responderam ser a primeira, enquanto 18,6% responderam ser a segunda. Houve casos, durante a investigação em que adolescentes com idade inferior a 20 (vinte) anos de idade já tinham 5 (cinco) gestações. E quando questionadas se já tiveram algum aborto, 14% delas responderam que sim. Estas questões acerca da ocorrência de abortos voluntários ou não, pode estar ligado a aspectos emocionais da jovem, estrutura orgânico-corporal, entre outros fatores.

TABELA 7: Número de gestações

Número de gestações		
	%	Frequência
1 (uma)	78	67
2 (duas)	18.6	16
3 (três)	2.3	2
+ de 3 (Mais de três)	1.1	1

Fonte: Elaborada pelo aitor, 2016.

Quanto ao quesito planejamento familiar 90,7% das entrevistadas declararam que não fizeram. Este item é relevante porque muitas declararam-se casadas ou em uniões estáveis, o que justificaria uma elaboração de um plano de ação sobre a sua futura condição. Mas, o que geralmente acontece são situações fortuitas, em que os filhos acontecem, são meros acidentes de percurso e depois pesos para os pais.

Do grupo entrevistado, 50% abandonou os estudos por causa da condição gestante. Isto deixa evidente que as situações novas para esta adolescente a levam a não ter mais paciência para aguardar as oportunidades advindas pela educação aparecerem, porque o que vem a seguir tem exigências mais prementes e não pode esperar.

Dos motivos elencados para o abandono escolar, um dos principais motivos foi a necessidade de cuidar do bebê (46,5%), o que não foi especificado, mas agrega-se a questão de trabalhar para prover o sustento mínimo para atender às suas exigências. Apenas 4,6% declarou com veemência que o motivo era o de buscar alguma atividade remunerada para tratar do filho. Mas, o que mais chama a atenção é que 34,9% respondeu que abandonou os estudos por causa de vergonha das colegas e 14% por vergonha da condição de gestante.

TABELA 8: Abandonou os estudos por qual motivo

Motivo	%	Frequência
Vergonha das colegas	34.9	15
Vergonha dos professores	-	-
Vergonha da condição de gestante	14	6
Necessidade de cuidar do filho	46.5	20
Necessidade trabalhar	4.6	2

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

Quando questionado ao grupo que ainda continua a frequentar a escola se, pretende abandonar os estudos por causa da condição de gestante, 76,7% responderam que sim e as causas são sempre as mesmas, sem diferenças estatísticas consideráveis, sendo que mais de 44% delas, responderam que é para cuidar do filho; já 11,6% foi enfática que é para buscar trabalho remunerado para cuidar do bebê e 32,5% declararam que é por vergonha das colegas (Conforme mostra a tabela 9 e 10, respectivamente).

Tabela 9: PRETENDE ABANDONAR OS ESTUDOS POR CAUSA DA GRAVIDEZ
PRETENDE ABANDONAR OS ESTUDOS POR CAUSA DA GRAVIDEZ

PRETENDE ABANDONAR OS ESTUDOS POR CAUSA DA GRAVIDEZ		
	%	Frequência
Sim	76.7	33
Não	23.3	10

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

O que chama a atenção é que em nenhum caso foi declarado terem vergonha dos professores, o que deixa a hipótese de que a escola e estes oferecem algum apoio humanístico a esta jovem, porém, ignora o que realmente acontece e por vezes, não tem sabido interpretar a condição de isolamento da gestante adolescente, que encontra-se no ambiente educacional.

Tabela 10: Por qual motivo pretendem abandonar os estudos?

Motivo		
	%	Frequência
Pressão da Família	2.3	1
Vergonha das colegas	32.5	14
Vergonha dos professores	-	-
Vergonha da condição de gestante	9.3	4
Necessidade de cuidar do filho	44.2	19
Necessidade trabalhar para sustentar o filho	11.6	5

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

Quando questionadas se pretendem retomar seus estudos acadêmicos formais, quase a metade respondeu que não (conforme tabela 11). Este dado comprova os danos causados pela gravidez precoce, direta e indiretamente sobre a perspectiva educacional das gestantes.

**TABELA 11: PRETENDE RETOMAR OS ESTUDOS
PRETENDE RETOMAR OS ESTUDOS APÓS A GESTAÇÃO**

PRETENDE RETOMAR OS ESTUDOS APÓS A GESTAÇÃO		
	%	Frequência
Sim	51.1	22
Não	48.9	21

Fonte: Elaborada pelo autor, 2016.

As conclusões a que se pode chegar é que as condições econômicas exercem um peso considerável sobre a evasão escolar de adolescentes em condições de gestação, mas a vergonha social das colegas contribui em mais de um terço desta decisão. Portanto, a escola deve criar mecanismos para trabalhar a psique do grupo, como forma de aceitação desta criança/adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência caracteriza-se como um período bastante complexo, tanto para quem o vive de fato quanto para quem acompanha o desenvolvimento dos adolescentes. Não bastasse a luta contra a natureza ainda existe a questão do risco de gravidez neste período. A gravidez na adolescência é um mal que tem afetado o rendimento e a continuidade dos estudos de inúmeras adolescentes em todo o país. Coloca em situação de marginalização aquela que poderia sonhar em ter um futuro com mais seguridade garantido por uma formação acadêmica, o que se não é impedida é retardada e/ou preterida para um momento indeterminado em sua história de vida pessoal.

O estudo apresentado evidenciou que das adolescentes que engravidam 50% delas abandonam a escola quase que imediatamente após tal confirmação do estado gestativo. Outro grupo de 38,85% deixaram em evidência a pretensão de fazê-lo. Tais dados colocam em evidência a necessidade de uma intervenção escolar por meio de ações empreendedoras que possibilitem minimizar estas atitudes, uma vez que já mostrou-se ineficaz em prevenir a gravidez precoce da adolescente. O estudo mostrou, ainda, que as mais afetadas são jovens de classe baixa, o que colabora na evasão escolar por não terem suas famílias como sustentar o filho e nem com quem deixar a criança.

Mostrou, ainda que a idade que apresentou os maiores percentuais de gravidez foram as adolescentes que tinham 17 anos, o que corrobora a necessidade de empenho de tratamento mais dedicado a alunas nesta faixa etária.

Ficou comprovado o fato que mais força as adolescentes grávidas a abandonarem seus estudos o fato de estarem com vergonha de suas colegas por causa de sua condição. Fica aberto precedente de necessidade de novos estudos realizados com mais profundidade acerca dos motivos que levam a esta ação por parte das colegas de rechaço por suas antes amigas porque a vergonha não nasce pelo simples fato de estarem grávidas, mas por uma ação sentida, diretamente, em comparação com suas situações de antes e depois da gestação.

Assim, a Educação Empreendedora tem um amplo campo de trabalho que pode ir desde a

educação sexual destas adolescentes para que evitem condutas sexuais desviantes e que tenham seguridade em seus atos até um suporte para aquelas que, por ventura venham a contrair gravidez precoce de modo que estes índices de evasão do espaço escolar por jovens em tais condições possam ser reduzidos e minimizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. (1988) *Adolescência Normal – Uma Abordagem Psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BECKER, D. (1994) *O que é adolescência*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2006) *Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens*. Brasília.
- BUENO, G. da M. (2002) *Variáveis de risco para a gravidez na adolescência*. Dissertação de Mestrado. São Paulo.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. (2002) *A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas - RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez.
- DADOORIAN, D. (2003) *Gravidez na Adolescência: Um Novo Olhar*. *Psicologia Ciência E Profissão*, 21 (3), 84-91.
- DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. (2010) *Gravidez na Adolescência: Um Olhar Sobre Um Fenômeno Complexo*. *Paideia*, jan.-abr., Vol. 20, Nº. 45, 123-131.
- ELIAS, N. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tania; ROHDEN, Fabíola; BRANDÃO, Elaine. *Aproximações Antropológicas Sobre Gravidez na Adolescência*. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 8, n.17, p.13-45, junho de 2002.
- HISRICH, R. D. (2014) *Empreendedorismo*. 9ª Ed. Nova York: Mcgraw Hill, 2014.
- MONTEIRO, C. F. S. (2011) *Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- MOSCOVICI, S. (2003) *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes.
- SAITO, M. I.; RUZANY, M. H.; SERRA, A. S. L. (2015) *Laboratório de Inovações: experiências exitosas em Saúde de Adolescentes e Jovens*. *Adolescência e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 12, supl. 1, p. 8-13, mar.
- SILVA, L.; TONETE, V. L. P. (2006) *A Gravidez na Adolescência Sob a Perspectiva dos Familiares: Compartilhando Projetos de Vida e Cuidado*. *Rev. Latino-am. de Enfermagem*, março-abril; 14(2):199-206.
- SOUZA, L. O. de; SOUZA, S. R. de. (2015) *Educação Sexual na Adolescência*. Vitória: JRPRINT Ltda.

NEGOCIAÇÃO: UMA SÍNTESE DA VISÃO DOS ESPECIALISTAS

Valdir Amado da Silva¹¹¹

RESUMO

O gestor de conflitos hoje possui diversas ferramentas a seu dispor, para abordá-los, dependendo da natureza do problema, seja interno ou externo. O presente artigo pretende situar, no ambiente empresarial, uma dessas ferramentas mais usuais, a Negociação. Partiremos do tema Necessidades Humanas, objeto de estudo de Abraham Maslow, e daremos um panorama geral sobre o processo de negociação, os perfis profissionais e psicológicos dos negociadores, uma análise do papeis de gênero em negociação, a ética aplicada a negociações, uma pincelada rápida sobre Mediação e Arbitragem e finalizaremos com as negociações em contextos culturais diferentes.

Parte do material desenvolvido neste artigo foi utilizado no MBA Gestão Estratégica de Negócios, organizado pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, de São Paulo – Capital.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Humanos; Resolução de Conflitos pela Negociação.

¹¹¹ Doutorando em Psicologia Social, pela UK na Argentina. Mestre em Administração (FACECA), Bacharel em Comunicações (FAAP) e em Administração (USP), Professor desde 1991 e aposentado como servidor público.

INTRODUÇÃO

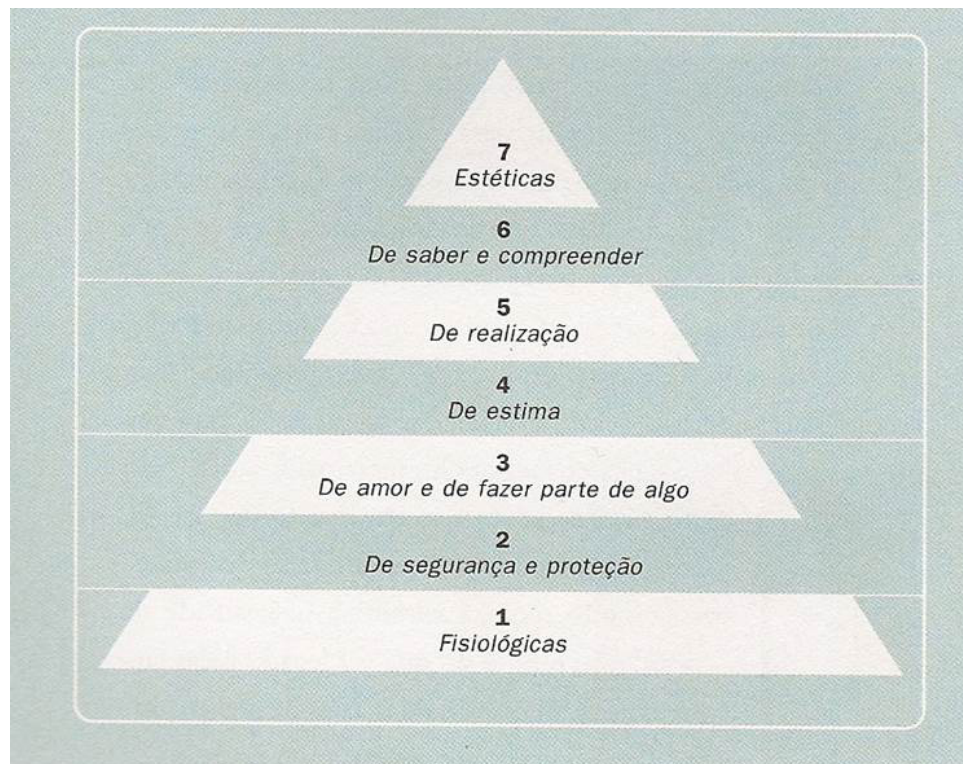
“Conflitos são naturais, e, em muitos casos, necessários. São o motor que impulsiona as mudanças. Sem eles, tudo continuaria da mesma forma, nada mudaria, o que não é bom. No entanto, muitos conflitos são desnecessários e destroem valores, causando prejuízos para as organizações e para as pessoas que nelas trabalham” (BURBRIDGE, A. e BURBRIDGE, M., 2012, p. 23). Mas, todo conflito pode ser encarado por uma negociação bem estruturada.

AS NECESSIDADES HUMANAS

As necessidades e a satisfação delas constituem o denominador comum das negociações. E os objetivos são os resultados que buscamos para satisfazer nossas necessidades. Se não houver nenhuma necessidade a ser satisfeita, não há motivo para negociar. Assim, para que uma negociação ocorra, é preciso saber que necessidades motivam seus próprios objetivos e quais motivam a outra parte.

Temos então um processo de troca. Se você necessita de algo oferecido pela outra parte e vice-versa, haverá negociação.

O Dr. Abraham Maslow, especialista já falecido, descreveu sete grupos de necessidades que influenciam o comportamento humano. A pirâmide a seguir mostra essas necessidades, de modo hierárquico.



Primeiro devemos satisfazer as necessidades fisiológicas e por último as estéticas.

NECESSIDADES FISIOLÓGICAS

Dizem respeito à satisfação de impulsos biológicos (fome, sede, sono e sexo). Um negociador habilidoso deixará preparado um ambiente adequado (cafezinho, banheiros limpos e confortáveis e horário destinado às refeições).

NECESSIDADES DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO

Grande parte das negociações comerciais se preocupa com essas necessidades, tais como proteção pessoal, segurança no trabalho e estabilidade financeira. Constituem uma poderosa fonte de motivação, devendo ser satisfeitas para a outra parte numa negociação.

NECESSIDADES DE AMOR E DE FAZER PARTE DE ALGO

Aparecem bem forte em nossas negociações íntimas, mas também é importante na vida profissional. Um funcionário que se identifica com a empresa em que trabalha estará mais motivado, produtivo e propenso a permanecer no emprego. Numa negociação devemos nos opor a qualquer iniciativa que exclua outras partes da discussão, tanto psicológica como fisicamente.

NECESSIDADES DE ESTIMA

Dizem respeito ao que pensamos de nós mesmos e ao que achamos que os outros pensam de nós. Essas necessidades se expressam na busca de reputação, prestígio, status ou autoridade. Numa negociação, devemos considerar todas as opiniões e não desprezar a autoridade de ninguém.

NECESSIDADES DE REALIZAÇÃO

É importante que a pessoa sinta que está se desenvolvendo rumo a seu completo potencial, em todos os setores da vida. Quando essa necessidade não é satisfeita, a pessoa pode se sentir entediada, frustrada e desmotivada.

NECESSIDADES DE SABER E COMPREENSÃO

É difícil negociar sem compreender como a negociação se encaixa na estratégia geral da empresa.

NECESSIDADES ESTÉTICAS

Pode parecer futilidade, mas beleza é fundamental na vida das pessoas. Um ambiente agradável ajuda no processo de negociação.

TODOS SOMOS NEGOCIADORES

Você é um negociador, querendo ou não. Negociar é encontrar soluções para quaisquer desencontros e conflitos; portanto, tudo pode ser negociado. Exemplos no seguinte quadro, elaborado por CAMARGO, S. H. C. R. V. de e MARTINS, T. M. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012):

Poderes envolvidos	Tipos de negociação
Família	Separação ou divórcio; revisão de pensão e guarda dos filhos; adoção; conflitos entre pais e adolescentes.
Empresas e instituições	Prevenção e/ou resolução de conflitos intra e interempresariais ou institucionais, bem como entre empresas/instituições e seus clientes e fornecedores.
Cível	Situações patrimoniais, como acidente de automóvel (indenização); locação ou retomada de imóveis, obras e revisão de aluguéis; dissolução de sociedade; sucessão; inventários e partilhas; perdas e danos.
Comercial	Títulos de crédito; frete, seguro e entrega de mercadorias; comércio interno e internacional; Mercosul.
Trabalhista	Dissídios coletivos, férias, salários e questões entre empregado e empregador.
Meio ambiente	Diálogo com órgãos públicos, comunitários e judiciais; negociação de questões diversas que envolvam a manutenção ou a melhoria da convivência.
Política	Âmbitos nacional e internacional: articulação e negociação de interesses e de convivência; em uma época na qual a globalização traz maior necessidade de negociação de diferenças, a mediação vem ampliando cada vez mais suas áreas de atuação.

Fonte: Disponível em: <<http://www.beckhauser.adv.br/exemplos.htm>>. Acesso em: 2005.

NEGOCIADORES BEM-SUCEDIDOS

WANDERLEY, J. A. (1998) discrimina as seguintes características para esses:

- são capazes de obter resultados dentro da margem a que se propõem.
- sabem que o importante não é o que fazem, mas sim as respostas que recebem por aquilo que fazem.
- consciente ou inconscientemente, desenvolvem seu poder pessoal e sabem como utilizá-lo com propriedade e oportunidade.
- são flexíveis e sabem como causar estados mentais positivos.
- têm uma grande necessidade de realização e empregam sua energia corretamente, nos pontos que efetivamente são pertinentes e significativos.
- são pacientes e determinados.
- correm riscos de forma adequada.
- sabem determinar objetivos e fazer escolhas apropriadas.
- sabem diferenciar o essencial do acidental.
- podem conviver com situações de ambiguidade, conflito, insegurança e stress.
- conhecem o processo de negociação.
- são capazes de refletir e de agir de acordo com cada situação específica.
- nem sempre obtêm o melhor resultado, mas não fazem um acordo do qual venham a se arrepender.

POSTURAS BÁSICAS DE NEGOCIAÇÃO

WANDERLEY, J. A (1998) discorre sobre as seguintes:

Competitiva (ganha/perde)

- o importante é levar vantagem em tudo.
- somente os interesses próprios é que contam; o outro lado que trate de cuidar dos seus.
- o mundo é dos mais espertos.
- a negociação é um campo de batalha no qual os mais aptos vencem.
- quem tem pena do coitado fica no lugar dele.
- o que vale é, sobretudo, o curto prazo, pois a longo prazo estaremos todos mortos.
- não é importante estabelecer vínculos positivos ou duradouros com o outro negociador.
- o segredo é a alma do negócio; informações falsas fazem parte do negócio.
- vale tudo; o importante é não ser pego.

Colaborativa (ganha/ganha)

- querem que os interesses mútuos sejam atendidos.
- um bom negócio deve atender os interesses de todos os negociadores envolvidos.

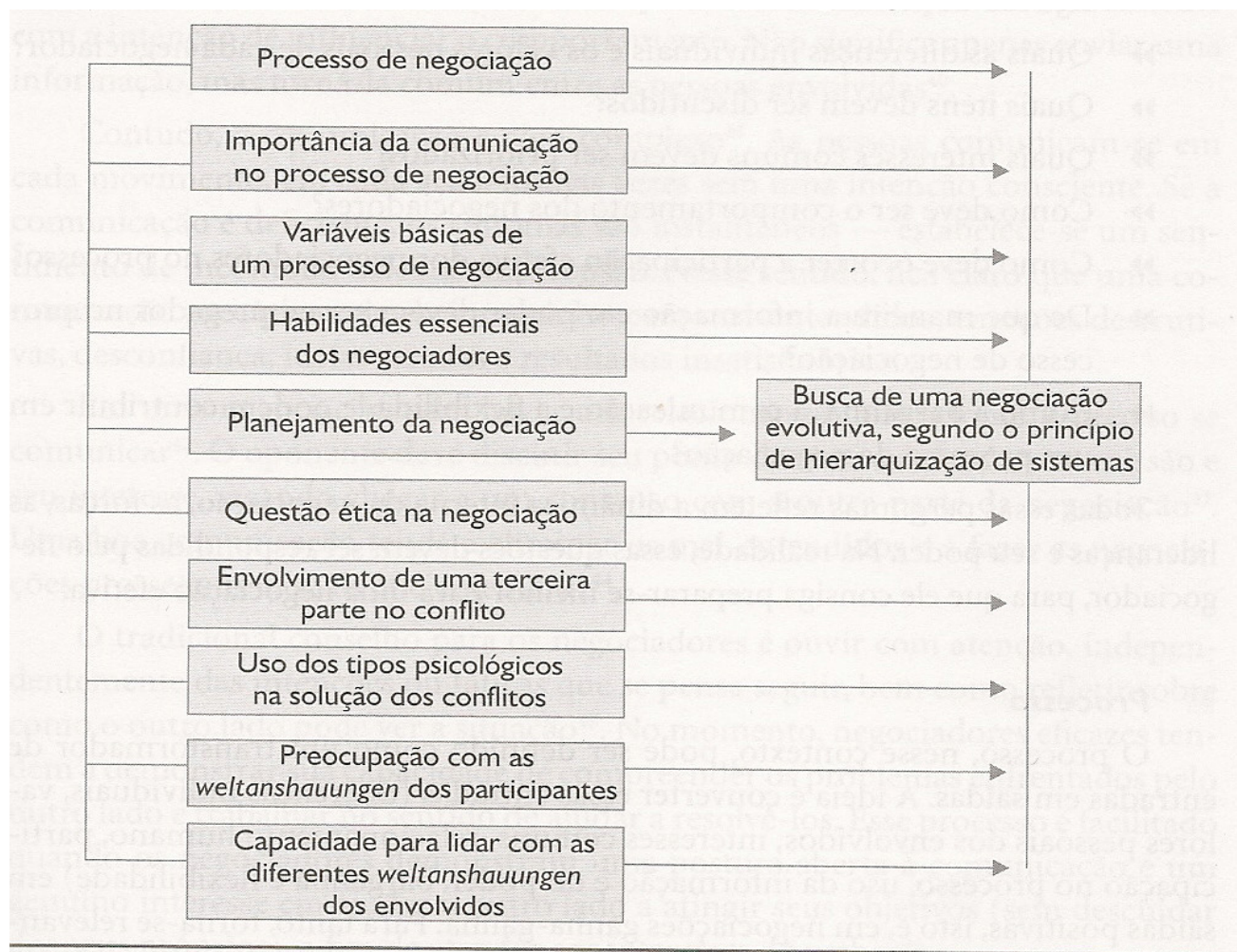
- o problema do outro é de todos e deve ser identificado e solucionado no processo de negociação.
- o curto prazo é importante, mas não se pode abandonar as perspectivas de médio e longo prazos.
- além do objeto da negociação, deve-se dedicar igual atenção ao relacionamento entre as partes.
- para que haja um bom acordo, é necessário que ambas as partes estejam verdadeiramente comprometidas com a sua implementação.

Perde/perde

Quando o negociador não se importa em perder, desde que o outro também perca.

DESENVOLVIMENTO DA NEGOCIAÇÃO

NIELSEN, F. A. G. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012), propõe a seguinte abordagem sistêmica da negociação:



LINHAS GERAIS DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

CAVALCANTI, M. F. (em MARTINELLI, D. P. , NIELSEN, F. A. G. e MARTINS, (org.), 2012) descrevem as seguintes:

a) Entradas

- Diferenças individuais: características pessoais dos negociadores, isto é, modo de lidar com o problema, forma de se portar perante a questão a ser negociada, maneira de se vestir, velocidade da fala.
- Valores pessoais: cultura, forma de criação, questões éticas do negociador.
- Interesses comuns: são os interesses semelhantes dos negociadores.
- Relacionamento humano: sempre presente na negociação, pois apenas por meio do relacionamento entre os negociadores é que ela será realizada.
- Participação no processo: a preparação das partes envolvidas na negociação para iniciar o processo e o empenho efetivo nas reuniões.
- Uso da informação e do poder: em conjunto com o fator tempo, são consideradas variáveis essenciais ao processo de negociação. A informação é o conhecimento prévio das partes e de seus interesses antes de iniciada a negociação; o poder pode favorecer todos os negociadores ou apenas alguns; o tempo pode ser usado como instrumento de pressão e de poder por parte do negociador.
- Comunicação bilateral: é a base para o desenvolvimento do relacionamento humano durante a negociação, podendo ser verbal ou não.
- Barganha: a busca de opções de ganhos mútuos.
- Flexibilidade: revisão de prazos, ideias, percepções e interesses ao longo da negociação, podendo mudar totalmente o seu resultado.

b) Saídas

- Conquista de pessoas: criar confiança, amizade e ajuda mútua entre as partes, abrindo espaço para um novo processo de negociação bem-sucedido.
- Concessões: devem se originar de todos os lados, pois, visando à obtenção de ganhos mútuos, uma parte cede a certos argumentos, no sentido de cooperar.
- Persuasão: uma parte deve persuadir a outra a cooperar e a se concentrar nos interesses reais do processo.
- Satisfação das necessidades: ocorre quando os negociadores saem com suas necessidades atendidas após a negociação.
- Decisão conjunta: as partes decidem qual objeto será negociado, surgindo um sentimento de cumplicidade e comprometimento acerca do acordo efetuado.
- Acordo: formação de um contrato ou elaboração de um acordo verbal, após a conclusão do processo de negociação.
- Solução do conflito: identificar as causas do conflito e buscar a cooperação da outra parte.

- Benefícios do conflito: melhora no relacionamento entre os negociadores, abrindo alternativas, possibilitando ganhos mútuos e o entendimento.

AS VARIÁVEIS BÁSICAS DA NEGOCIAÇÃO

MONTEIRO, F. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012) considera as seguintes variáveis:

São as seguintes: poder, tempo e informação.

Podemos conceituar poder como a capacidade de forçar alguém a fazer algo que alguém, de outra maneira, não faria. Para ser exercido na negociação, existem seis tarefas que o negociador deve dominar:

- reconhecer a discrepância do poder.
- modificar os desequilíbrios do poder.
- reconhecer o risco pelo uso do poder.
- evitar o uso de argumentos baseados no poder.
- evitar a manipulação.
- usar ferramentas lógicas.

Devemos examinar como a variável tempo afeta o processo de negociação. Deve ser ponto de apoio para projetar o negócio e a consequente satisfação dos envolvidos, além de permitir que se conclua que é limitado, mas que pode ser controlado.

É possível discutir-se a duração de uma negociação, bem como os efeitos obtidos de um acordo. Pode-se usar o tempo para retardar o processo de negociação, de modo estratégico.

Observações importantes sobre o tempo:

- como a maior parte das concessões e dos acordos ocorrerá no fim do prazo, ou depois dele, é interessante ser paciente.
- em uma negociação litigiosa, a melhor estratégia é não revelar o limite de tempo para a outra parte.
- o outro lado, ainda que pareça calmo, sempre tem um prazo-limite.
- ações precipitadas devem ser tomadas somente quando a vantagem for garantida.

No processo de negociação, a informação é a questão central, pois pode abrir a porta do sucesso e afetar a avaliação da realidade e as decisões tomadas.

A troca de informações serve como razão para cada lado modificar sua posição, se necessário, e, eventualmente, aceitar um acordo.

Cada uma das partes envolvidas em um processo de negociação tentará obter informações sobre a outra parte, por meio de fontes diretas e indiretas: Internet, jornais, revistas, telefones, etc.

AS HABILIDADES ESSENCIAIS DOS NEGOCIADORES

ROSSI, R. M. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012), trata esse tema da seguinte forma:

Podemos resumi-las em:

- concentrar-se nas ideias.
- discutir as proposições.
- proporcionar alternativas à outra parte.
- ter objetividade no equacionamento dos problemas.
- apresentar propostas concretas.
- saber falar e ouvir.
- colocar-se no lugar da outra parte.
- ter consciência de que se negocia o tempo todo.
- saber interpretar o comportamento humano e as reações das pessoas.
- separar os relacionamentos pessoais dos interesses.
- evitar estruturar um relacionamento em função de um acordo.

E evitar ações consideradas prejudiciais:

- não fornecer, com muita facilidade, concessões à outra parte.
- não se comprometer com a outra parte logo no início da negociação.
- nunca demonstrar triunfo.
- não ir sozinho a negociações complexas ou muito extensas.
- não ser ganancioso.
- não apresentar decisões muito rapidamente.

Outra questão interessante se refere aos bloqueios psicológicos à negociação, presentes no negociador, e que podem prejudicar a capacidade de obter um bom acordo:

- necessidade de ser simpático (fugindo do conflito, o negociador pode aceitar condições menos favoráveis).
- necessidade de ser aceito e aprovado (pretender ser considerado uma boa pessoa pode induzir o negociador a recusar grandes quantias em uma negociação).
- temor de confrontação, conflito ou desarmonia (pode induzir o negociador a realizar concessões apressadas).
- sentimento de culpa por defender seus próprios interesses (o negociador pode pensar que está trapaceando ou exigindo demais; a outra parte pode se aproveitar dessa situação).
- temor de ser enganado (impede que outras pessoas negociem honestamente com ele).
- ser intimidado por pessoas dominadoras (sentir-se inferiorizado pode reduzir as chances de sucesso do negociador).
- falta de autoconfiança (pode induzir o negociador a fazer concessões em demasia).
- dificuldade para pensar sob pressão (possibilidade de cometer erros de julgamento).
- perspectiva de remorso do negociador (a insegurança quanto às decisões tomar pode minar o trabalho futuro do negociador).
- temor de perder prestígio perante o chefe ou os colegas (poderá tornar o negociador mais agressivo do que havia planejado).

HABILIDADES EMOCIONAIS

Numa negociação, particularmente numa disputa acirrada, os sentimentos podem ser mais importantes do que as palavras. As emoções podem levar rapidamente a negociação a um impasse ou ao fim.

Antes de mais nada, devemos reconhecer e entender as emoções, de todas as partes envolvidas. E durante a negociação elas precisam ser explicitadas. A transformação dos sentimentos num foco explícito de negociação não apenas sublinhará a gravidade do problema, como também tornará as negociações menos reativas e mais proativas. Recomenda-se permitir que todos desabafem e se evite explosões emocionais.

Com base nos estudos de Daniel Goleman, além da inteligência intelectual medida pelo QI, as pessoas precisam desenvolver a sua Inteligência Emocional que consiste, basicamente, nas seguintes habilidades:

- Autoconsciência
- Controle de Emoções
- Automotivação
- Relacionar-se bem
- Ser Mentor Emocional

PERFIS PSICOLÓGICOS DOS NEGOCIADORES

Antes de tudo, os negociadores são pessoas. Eles têm emoções, valores profundamente enraizados e diferentes antecedentes e pontos de vista, e são imprevisíveis.

Todo negociador quer chegar a um acordo que satisfaça seus interesses substantivos. Além disso, o negociador também tem interesses em seu relacionamento com o outro lado.

Ao negociar, é fácil esquecer que se deve lidar não apenas com os problemas pessoais dos outros, mas também com os do próprio negociador. Há técnicas a serem utilizadas para suavizar esses problemas.

Quando duas pessoas discutem ou o fazem a respeito de um objeto – a sua posse – ou a respeito de um agente – por exemplo, alegar que o outro foi culpado por causar um acidente de automóvel. Em última instância, o conflito não está na realidade objetiva, e sim na mente das pessoas.

Inicialmente, o negociador deve se colocar no lugar do outro. Cada lado de uma negociação pode ver apenas os méritos de sua situação e apenas as falhas do outro lado.

Não se pode deduzir as intenções do outro a partir de nossos próprios medos. Também é importante evitar ainda culpar o outro por nossos problemas. Colocado sob ataque, o outro lado torna-se defensivo e resiste ao que o negociador tem a dizer.

Uma das formas de lidar com percepções diferentes consiste em explicitá-las e discuti-las com o outro lado.

Sugere-se que o negociador manifeste interesse pela problemática do outro lado. E encare as pautas mais difíceis da negociação em primeiro lugar.

Vários estudos sustentam a ideia de que existem quatro estilos básicos de negociador, sendo cada um deles resultado de uma combinação de dois do total de quatro impulsos, que, segundo a teoria das personalidades, controlam as ações dos indivíduos.

Esses impulsos seriam os seguintes:

- Controle
- Desconsideração
- Deferência
- Confiança

E esses impulsos motivaram a criação de diversos modelos de negociação. A seguir, expomos alguns desses modelos sobre negociadores, de acordo com a descrição feita por SPINELLI, P. B. e TAMASHIRO, H. R. da S. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012):

MODELO DE JUNG

Estilo	Características	Táticas usadas na negociação
Restritivo	Não cooperativo. Age de acordo com seus interesses.	Coerção, medo e ameaça.
Ardiloso	Cuidadoso. Acredita que o contato entre os negociadores deve ser evitado.	Abstenção, adiamento e atraso.
Amigável	Simpático. Acredita no relacionamento de confiança.	Cordialidade e paciência.
Confrontador	Cooperativo e questionador. Busca a equidade e o acordo global de acordo com as circunstâncias dadas.	Tática híbrida entre a colaboração e o confronto.

Fonte: Adaptado de MARTINELLI, D. P.; ALMEIDA, A. P. *Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo*. São Paulo: Atlas, 1998.

CLASSIFICAÇÃO DE GOTTSCHALK

Estilo	Pontos fortes do negociador	Pontos fracos do negociador
Duro	Estabelece posições firmes e claras. Não se intimida diante do conflito. Aceita assumir riscos	Não ouve as necessidades dos outros. Diz como as coisas devem ser feitas.
Caloroso	Mostra-se um bom ouvinte. Procura compreender os valores e os objetivos da outra parte.	Desilude-se e desaponta-se facilmente. Por ser muito dependente dos outros, não proporciona visão de oposição.

<i>Dos números</i>	<i>Tem bom conhecimento dos fatos.</i>	<i>Normalmente, é frio com os outros, não analisa os demais pontos de vista, não toma decisões rápidas e perde-se nos detalhes.</i>
<i>Negociador</i>	<i>Busca maneiras de viabilizar as atividades, evitando ofender. É adaptativo, flexível, imaginativo e utiliza todos os fatos e argumentos disponíveis.</i>	<i>Assume tarefas que não são suas, não se prende demais em nada. Frequentemente mantém uma posição rígida. Pode parecer artificial e pouco sincero.</i>

QUATRO ESTILOS LIFO (LIFE ORIENTATION) – BERGAMINI

Estilo	Pontos fortes	Pontos fracos
Dá e apoia	Assume seu sucesso e seus problemas de forma honesta, sincera e dedicada.	Em situações de pressão, é perfeccionista pelo excesso de preocupação. É incapaz de dizer não e, às vezes, deixa-se invadir em sua privacidade.
Toma e controla	Aberto às inovações, toma decisões rapidamente, respondendo de maneira muito eficaz às situações de pressão.	Em situações difíceis, força sua tendência diretiva de chefia, tornando-se coercitivo. Esquece de pedir a opinião dos outros, passando por cima com frequência.
Mantém e conserva	Norteia-se por coisas concretas e apoia suas decisões naquilo que pode comprovar.	Em situações de queda de desempenho, mostra-se frio e ausente.
Adapta e negocia	Comanda seus subordinados com entusiasmo e respeita o espírito de equipe. Possui elevado senso de humor.	Em situações difíceis, pode tornar-se indelicado e perder o senso da própria identidade por não apresentar opiniões firmes.

ESTILOS MISTOS DE NEGOCIAÇÃO

Estilo de negociador	Características
Racional/catalisador	<p>Centrado em ideias.</p> <p>Preocupado em orientar-se para os objetivos estabelecidos.</p> <p>Quer discutir a filosofia das questões colocadas.</p> <p>Quer levantar e discutir ideias.</p> <p>Quer colocar fatos como elemento de convicção.</p>

Sociável/apoiador	Centrado no esforço em equipe. Motivado para relacionamentos. Deseja estabelecer previamente laços afetivos. Confraternizador.
Metódico/analítico	Centrado no processo de discussão. Atento para os regulamentos, a legislação específica, os métodos de discussão, a tradição, os usos e os costumes. Pouco flexível às mudanças. Quer observância estrita das regras do jogo.
Decidido/controlador	Centrado na solução mais rápida possível. Não perde tempo com detalhes. Ataca os pontos sensíveis da questão, esperando solucioná-la prontamente.

HOMENS E MULHERES NA NEGOCIAÇÃO

Nada é mais prejudicial do que a ansiedade em uma mesa de negociação. É de extrema importância o conhecimento da influência dos aspectos emocionais em uma negociação. Homens e mulheres têm atitudes emocionais diferentes no processo, veja as principais diferenças no comportamento durante uma negociação:

HOMENS	MULHERES
Angustiam-se quando percebem que estão a ponto de perder um bom acordo.	Se tiverem de partir para o confronto, ficam aflitas porque valorizam relacionamentos de longo prazo.
São mais competitivos e presos aos aspectos formais e visíveis envolvidos em uma negociação.	Conseguem identificar no gestual do interlocutor se ele está mais receptivo ou não a uma proposta.
Ficam aflitas quando surpreendidos por algo que não estava em seu script. Nessa hora, tendem a ficar mais agressivos ou evasivos.	A ansiedade toma conta delas quando percebem que os sinais do interlocutor são descontraídos ou se percebem que ele está jogando para obter vantagem.

Algumas orientações sobre negociações entre homens e mulheres:

<p>Mulher Negociando com Homem:</p> <p>Não subestimar o interlocutor; Não se subestimar. Não adotar comportamentos “femininos” (charme, busca de proteção). Não adotar comportamentos “masculinos” (rudeza, agressividade).</p>	<p>Homem Negociando com Homem:</p> <p>Controlar a agressividade e o impulso de competir. Buscar o resultado – Ganha x Ganha.</p>
<p>Mulher Negociando com Mulher:</p> <p>Não subestimar ou menosprezar a interlocutora; Não acreditar no mito de que mulher compete com mulher ou não confia em mulher. Aproveitar a identidade com profissionalismo.</p>	<p>Homem Negociando com Mulher:</p> <p>Não menosprezar a interlocutora; Não adotar comportamentos “masculinos” para intimidar ou seduzir; Manter os protocolos do cavalheirismo; Agir como profissional e ver a mulher como profissional.</p>

NEGOCIAÇÕES NO BRASIL

<p>RIO DE JANEIRO</p>	<p>Extroversão e informalidade Os cariocas têm grande capacidade de adaptação. A informalidade excessiva, no entanto, pode soar como falta de compromisso com resultados e pouca capacidade de organizar ideias, especialmente diante de pessoas mais assertivas.</p>
<p>BELO HORIZONTE</p>	<p>Calma e desconfiança Tranquilos e prudentes na hora de fechar um acordo, negociadores de Belo Horizonte também costumam ser bons de barganha. A desconfiança e o silêncio, porém, podem deixar a outra parte insegura, receosa de revelar informações importantes.</p>
<p>CURITIBA</p>	<p>Conservadorismo e frieza Os curitibanos são objetivos e focados no fechamento do negócio. Às vezes assumem uma postura muito formal, o que pode dificultar uma conversa mais aberta. Saiba respeitar o espaço pessoal.</p>

PORTO ALEGRE	Altivez e franqueza Os gaúchos são objetivos e gostam das coisas ditas de forma direta, sem rodeios ou divagações. O xis da questão é que o orgulho e um certo excesso de autoestima os deixa com fama de parciais e pedantes.
SÃO PAULO	Orgulho e ousadia O negociador paulistano é organizado, objetivo e trabalha por resultados. Pode parecer frio e sistemático. Usar um tom mais conciliador ajuda a diminuir as barreiras e até a acelerar o desfecho do negócio.
RECIFE	Criatividade e disponibilidade Os recifenses sempre usam sua criatividade para encontrar soluções que evitem o confronto direto. São também muito prestativos. É importante, no entanto, ser firme na defesa de suas propostas.

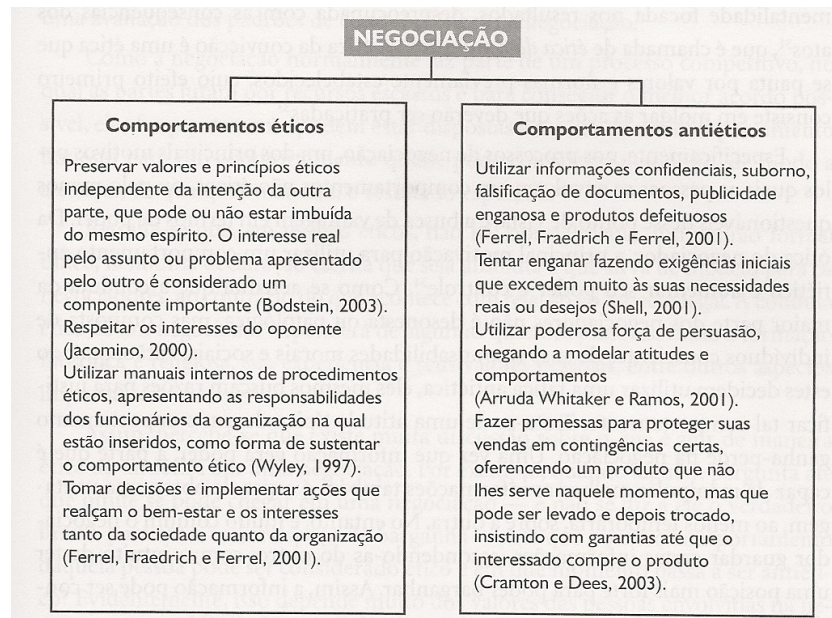
○ TERMO MACNA

Essa expressão aparece em algumas publicações que tratam do assunto Negociação Empresarial. Nada mais é que a “melhor alternativa em caso de não acordo”. Ela é inspirada nos estudos de Harvard e é considerada um elemento de grande importância, pois determina quando o negociador deve retirar-se do processo.

Conforme os especialistas Fischer, Ury e Patton, as pessoas negociam para produzir algo melhor do que seria possível obter sem negociar. A expressão aparece ainda como MAANA (Melhor Alternativa à Negociação de um Acordo), tradução de The Best Alternative To a Negotiated Agreement).

A ÉTICA NAS NEGOCIAÇÕES

Conforme CAMARGO, S. H. C. R. V. de e MARTINS, T. M. (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012), no que concerne ao assunto negociação, podemos resumir no quadro seguinte os comportamentos éticos e antiéticos que ocorrem.



Os especialistas sugerem algumas técnicas para contra-atacar as táticas antiéticas:

1. Cuidado com as Transações: quando o preço se torna a questão prioritária e as perspectivas para futuras negociações forem limitadas, existe um grande risco de ocorrerem problemas éticos. O ideal é ficar alerta sempre que os interesses envolvidos forem prioritários e as relações não.
2. Confie nos relacionamentos sempre que possível: tente conseguir recomendações, referências e apresentações que demonstrem ao outro lado que o relacionamento é importante para você.
3. Investigue exaustivamente: fique alerta quanto à probabilidade de fraude na negociação. A investigação o ajudará a adquirir informação para saber se a história do outro lado faz sentido, mas não espere que a outra parte acabe admitindo voluntariamente que esteja agindo antieticamente.
4. Seja assertivo e persistente: quando as outras pessoas estão agindo antieticamente, é responsabilidade sua insistir na justiça.
5. Mantenha seus próprios padrões – não se nivele aos deles: você precisa manter a sua ficha limpa para preservar o seu autorrespeito e evitar adquirir a reputação de negociador desonesto. E, assim que começar a agir antieticamente, você perde o direito de protestar pela conduta das outras pessoas.

ENVOLVIMENTO DE UMA TERCEIRA PARTE NO CONFLITO

Numa negociação, as partes podem optar por chamar uma terceira pessoa, imparcial, não envolvida no processo. Razões: a situação está insustentável, há grande desconfiança, o conflito entre as partes parece maior que a possibilidade de acordo, diminuição de custos, acelerar o acordo e até mesmo não comprometer negociações futuras.

Dois processos são utilizados: Mediação e Arbitragem. A Mediação é uma intervenção pacífica de acerto de conflitos para produzir um acordo, sendo a solução sugerida e não imposta às partes interessadas. A Arbitragem, por sua vez, é um processo de julgamento com veredicto de um árbitro, a partir das necessidades das partes. As decisões do árbitro podem ser obrigatórias ou voluntárias, de acordo com as regras previamente estabelecidas pelas partes.

Comparemos a seguir os principais aspectos das formas utilizadas, no Brasil, para a resolução de conflitos, conforme demonstrado por PAULA, V. A. F. de (em MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.), 2012):

	Mediação	Arbitragem	Negociação	Poder Judiciário
Decisão	Partes	Árbitro	Partes	Juiz
Procedimentos	Partes, com auxílio do mediador	Regras de procedimento definidas pelo órgão/Câmara	Partes	Ordenamento jurídico
Vantagens	Relacionamento; possibilidade de recurso à arbitragem e ao Poder Judiciário	Tempo; estabilidade da decisão; segurança da decisão	Relacionamento (<i>a priori</i>)	Segurança do ordenamento jurídico; possibilidade de recurso a instâncias superiores
Desvantagens	Tempo e custos variáveis; recurso a outras formas de solução	Relacionamento; possibilidade de insatisfação com o resultado	Tempo e custos variáveis; possibilidade de recurso a outras formas de solução do conflito (relacionamento)	Tempo; custo; insatisfação com a decisão do juiz

NEGOCIAÇÕES EM CONTEXTOS CULTURAIS DIFERENTES

Ao se preparar para a negociação com pessoas de culturas diferentes, procure descobrir as respostas para as seguintes perguntas:

- Quais são os costumes e comportamentos sociais da outra cultura, incluindo saudações adequadas, presentes e brindes, ou atitudes em relação aos horários?
- Que gestos ou outras formas de comportamento não-verbal poderiam ser vistos como ofensivos ou mal-educados pela outra parte?
- Quanto tempo deveria ser gasto com a socialização, antes de começar a negociação? Na Índia, por exemplo, conversar sobre os amigos e a família é um fator importante para se estabelecer um relacionamento de negócios.

- De que modo as atitudes em relação à negociação variam das que vigoram na sua cultura? Para os sauditas, por exemplo, evitar a humilhação é muito importante, e você deve estar preparado para fazer uma concessão quanto a algum item para não se arriscar a humilhar um interlocutor saudita.

- A vivência religiosa da outra parte pode afetar a reunião? Por exemplo: em diversos países islâmicos não se faz negócios às sextas-feiras, dia sagrado para os muçulmanos.

Algumas características específicas de negociadores de diversas nacionalidades, conforme descrição de BURBRIDGE, R. M., COSTA, S. de F., LIMA, J. G. de H., MOURÃO, A., N. S. F. e MANFREDI, D. (2012):

Negociando com japoneses: negociam em equipe e são mestres na hora de negociar com um só profissional falando. Usam bem a pressão de tempo e silêncio, podendo se manter sem falar durante algum tempo. Valorizam mais o relacionamento do que o acordo escrito.

Negociando com árabes: gostam de negociar e costumam usar de forma efetiva emoção e táticas de persuasão, como ultimatoss e chantagem emocional. São muito hospitaleiros e gostam de relacionamento de amizade, como também podem ser vingativos quando sentem que estão sendo tratados de uma forma incorreta. Alguns se sentem desconfortáveis negociando com mulheres.

Negociando com norte-americanos: são objetivos e focados nos resultados de curto prazo. Se forem de empresa global, precisam seguir regras da empresa e voltar com tudo feito por escrito. Facilmente aceitam propostas que atendam os parâmetros deles, mesmo que sejam piores do que alguma opção mais criativa que exige flexibilidade e confiança no outro lado.

Negociando com ganeses: se a negociação ocorrer na área governamental, é provável que se converse com alguém da cultura Ewe. Se o assunto for comercial, é bem possível que a pessoa no outro lado da mesa seja uma mulher, pois o comércio em Gana é tradicionalmente dominado por mulheres.

Negociando com nórdicos em geral: os seus e-mails podem demorar a ser respondidos ou simplesmente ignorados. Eles gostam de contato pessoal, como conhecer o nome dos familiares de ambos os lados, o que gostam e não gostam. Portanto, buscam conhecer primeiro a pessoa e construir um relacionamento sólido, antes dos negócios.

Negociando com argentinos: evitar os preconceitos mútuos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo não foi esgotar o tema, mas retratar de modo sintético as formulações desenvolvidas por especialistas sobre Negociação, visando torná-la uma ferramenta eficaz. Neste momento, mesmo, professores de diversas universidades no mundo e consultores buscam novas orientações a respeito. No Brasil, prevê-se uma tendência em se aplicar mais frequentemente técnicas de Mediação e Arbitragem, liberando o Poder Judiciário para fins mais nobres.

Espero, porém, que o material exposto neste texto seja útil em cursos de Graduação e Pós-Graduação no âmbito, principalmente, das Ciências Sociais Aplicadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURBRIDGE, M. et al. Gestão de Negociação: como conseguir o que se quer sem ceder o que não se deve. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BURBRIDGE, A. e BURBRIDGE, M. Gestão de Conflitos: desafio do mundo corporativo. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

- ANDRADE, G. M. de et al. *Negociação e Administração de Conflitos*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- CAMARGO, S. H. C. R. V. de e MARTINELLI, D. P. (org.). *Negociação Empresarial: estudos de casos brasileiros*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- DONALDSON, M. C. *Negociação para Leigos: dicas reais para ter mais sucesso nas negociações empresariais e pessoais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Altabooks, 2012.
- FILARDI, F. e MURAD, E. *Negociação Empresarial*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FISHER, R., PATTON, B. e URY, W. *Como Chegar ao Sim: a negociação de acordos sem concessões*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- FOX, E. A. *Mais do Que Chegar ao Sim*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- GUIRADO, F. *Treinamento de Negociação: desenvolvendo a competência para negociar*. 1. ed. Brasília: SENAC, 2013.
- HINDLE, T. *Como Conduzir Negociações*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 1998.
- MARTINELLI, D. P., MARTINS, T. M. e NIELSEN, F. A. G. (org.). *Negociação: conceitos e aplicações práticas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- MATOS, F. G. de. *Negociação e Conflito*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- NIERENBERG, J. e ROSS, I. S. *Os Segredos da Negociação: guia passo a passo para desenvolver sua habilidade de negociar*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2003.
- SHELL, G. R. *Negociar é Preciso: estratégias de negociação para pessoas de bom senso*. 3. ed. São Paulo: Negócios, 2001.
- URY, W. *Negocie para Vencer: instrumentos práticos e criativos para chegar ao sim*. 1. ed. São Paulo: HSM, 2013.
- URY, W. *O Poder do Não Positivo: como dizer não e ainda chegar ao sim*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
- WANDERLEY, J. A. *Negociação Total: encontrando soluções, vendendo resistências, obtendo resultados*. 18. ed. São Paulo: Gente, 2013.
- WHEELER, M. *A Arte da Negociação: como improvisar acordos em um mundo caótico*. 1. ed. São Paulo: Texto, 2014.

HANSENÍASE: QUEDA NA FRONTEIRA DA SEGREGAÇÃO: O IMPACTO DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE MANAUS-AM

*Wenderson Wagner Garcia de Matos*¹¹²

*Ivonne Canseco Canales*¹¹³

*Meiriane Ferreira Souza*¹¹⁴

*Maria Cristina Abreu*¹¹⁵

*Ricardo Bezerra de Freitas*¹¹⁶

RESUMO

No Brasil o número de casos novos de hanseníase vem diminuindo ao longo dos últimos anos, mas o país ainda é o segundo no ranking mundial. Este estudo consta de notas transcendentais sobre a hanseníase através da percepção de alguns ex-pacientes, moradores de um leprosário, que hoje é conhecido Bairro Colônia Antônio Aleixo de Manaus e de profissionais de saúde que hoje atuam na Estratégia Saúde da Família daquela localidade. Os relatos mostram o impacto que o Programa Mais Médicos causou de forma positiva na realidade dos portadores de hanseníase.

PALAVRAS-CHAVE: Hanseníase. Segregação social. Vínculo. Política de saúde.

112 Enfermeiro. Doutorando pela Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES) Argentina/BA. Referência Descentralizada do Programa Mais Médicos (MS). wenderson.g.matos@gmail.com

113 Enfermeira. Mestranda pela Fundação de Medicina Tropical (FMT) Manaus-AM. Docente do Curso de Medicina da UniNilton Lins. Manaus/AM. Referência Descentralizada do Programa Mais Médicos (MS). ivonnecanalles2023@gmail.com

114 Enfermeira. Sanitarista. (Fiocruz/AM). Referência Descentralizada do Programa Mais Médicos (MS)

115 Enfermeira. Esp. Saúde Coletiva Referência Centralizada do Programa Mais Médicos (MS).

116 Enfermeiro. Esp. Planejamento e Orçamento Público em Saúde (Fiocruz/AM). Docente do Curso de Medicina da UniNilton Lins

INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma doença crônica, infectocontagiosa, cujo agente etiológico é o *Mycobacterium leprae*. Sua magnitude e o seu alto poder incapacitante mantêm a doença como um problema de saúde pública. O Brasil registrou no ano de 2014 31.064 casos novos de hanseníase, o que corresponde a um coeficiente de detecção geral de 15,32/100 mil hab., esse índice é considerado muito alto. Nesse mesmo ano, 21.554 casos novos ocorreram na população negra (preta e parda), e 8.105 nas populações branca e indígena. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram os maiores coeficientes de detecção geral de casos novos de hanseníase, com mais de 30 casos novos/100 mil hab. Na população negra, os níveis são ainda mais elevados, chegando a 38,5/100 mil hab. no Norte e 41,1/100 mil hab.¹

Em 2016, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), 143 países reportaram 214.783 casos novos de hanseníase, o que representa uma taxa de detecção de 2,9 casos por 100 mil habitantes. No Brasil, no mesmo ano, foram notificados 25.218 casos novos, perfazendo uma taxa de detecção de 12,2/100 mil hab. Esses parâmetros classificam o país como de alta carga para a doença, sendo o segundo com o maior número de casos novos registrados no mundo.

Quando fazemos uma comparação, entre os períodos, 2014 e 2016, observamos uma queda no número de casos novos notificados, mesmo assim, a hanseníase se mantém como um problema de saúde pública decorrente de sua magnitude e seu alto poder incapacitante. Podemos afirmar que o preconceito, a discriminação e a falta de acesso aos serviços de saúde ainda são os principais fatores que influenciam para esses altos índices da doença, segundo documento divulgado pelo Escritório do Alto Comissariado da United Nations Human Rights.^{3,4}

A hanseníase é uma doença milenar conhecida inicialmente como lepra, com grande estigma e ainda marcada no imaginário popular como contagiosa e grave, o que reforça o preconceito, discriminação e a exclusão social. *Mycobacterium leprae*, assim é conhecido o bacilo, em meados do século 6 a.C já havia referências da temida doença de pele.

“Quando um homem tiver na pele da sua carne inchação, ou pústula, ou mancha lustrosa, e esta se tornar na sua pele como praga de lepra, então será levado a Arão o sacerdote, ou a um de seus filhos, os sacerdotes”⁵

Conhecida como o mal de Lázaro, essa enfermidade era associada ao pecado, por falta de conhecimento a hanseníase era confundida com outras doenças de pele venéreas. Daí o preconceito com os portadores. No Velho Testamento, o rei Uzziah foi punido por Deus com a doença, por ter realizado uma cerimônia exclusiva aos sacerdotes. Mesmo sendo rei, teve que ir morar numa casa isolada e não foi enterrado no cemitério dos soberanos. Já no Novo Testamento, é marcante o episódio em que Cristo “limpa” um leproso. ⁶

A lepra era identificada pelo sacerdote da época, onde seus procedimentos eram descritos em Levíticos 8:10. O ritual de purificação era conforme a gravidade da doença, nomeada por imunda quando havia contaminação e limpa quando tratamento não era necessário.

“e o sacerdote examinará a praga na pele da carne. Se o pêlo na praga se tiver tornado branco, e a praga parecer mais profunda que a pele, é praga de lepra; o sacerdote, verificando isto, o declarará imundo” ⁷

Na idade média aqueles que permaneciam nas cidades, não podiam entrar em igrejas, além de usarem matracas ou sinos para anunciarem a sua presença, os doentes vestiam roupas especiais e faziam uso de luvas. Para pedir esmolas, usavam sacolas amarradas na ponta de varas longas, justamente para não

houvesse contato com as pessoas sãs.⁸

A bactéria causadora da moléstia foi identificada pelo norueguês Armauer Hansen, em 1873, desde então as crenças de que a doença era hereditária, fruto do pecado ou castigo divino foram descartadas. Porém, a prenoção perdurava, e o afastamento grupal dos acometidos foi até mesmo reforçado pela teoria de que, o enclausuramento dos doentes era o caminho para o desaparecimento do mal.

No Brasil, em meados do século XX o isolamento dos enfermos em leprosários era obrigatório, estes tinham seus pertences queimados, uma estratégia que visava mais o afastamento dos portadores de hanseníase do que um tratamento verdadeiramente efetivo. Somente no ano de 1962 a internação compulsória destes doentes deixou de ser obrigatória.

Somente em 1981 com o avanço das pesquisas onde comprovaram que a hanseníase não era uma doença tão contagiosa quanto se imaginava, também foram desenvolvidas poliquimioterapias que a OMS passou a recomendar, e que erradicou a doença em muitos países desenvolvidos.

A gratuidade do tratamento foi disponibilizada no mundo todo a partir de 1995 inclusive no Brasil, e o termo lepra e seus derivados foram proibidos de serem utilizados em documento oficiais com a tentativa de reduzir o estigma em torno da doença.

De acordo com números oficiais da OMS, foram detectados em 2012, 232.857 casos novos da doença.

Em 2013 foram notificados 215.656; em 2014 213.899. No entanto, nos últimos cinco anos, foram detectados novos casos da doença em 24 países nas Américas, dos quais 94% foram localizados em território brasileiro.

Em 2014 o Brasil detectou 31.064 casos novos de hanseníase, que corresponde um coeficiente de detecção geral de 15,32/100 hab., considerado muito alto. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam os maiores coeficientes de detecção geral de casos novos de hanseníase. No Amazonas em 2017, registrou-se mais de 400 casos, desses, 39% estão concentrados na capital Manaus.

A hanseníase tem cura, hoje o tratamento é realizado em nível primário de atenção da saúde, e é gratuito, acompanhado por uma equipe multidisciplinar, capacitados e treinados, que atuam através nas Unidade Básicas de Saúde (UBS). O tratamento da hanseníase é via oral, constituído pela associação de dois ou três medicamentos e é denominado poliquimioterapia (PQT) estabelecido e padronizado pela Organização Mundial de Saúde. ⁹

O Programa Saúde da Família (PSF), foi implantado no Brasil pelo Ministério da Saúde em 1994, através da Portaria Nº 64810, de 28 de março de 2006. É conhecido hoje como “Estratégia de Saúde da Família” (ESF), por não se tratar mais apenas de um “programa”. Tem como um dos seus fundamentos possibilitar o acesso universal e contínuo a serviços de saúde de qualidade, reafirmando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS): universalização, igualdade, descentralização, integralidade e participação da comunidade.

Em 2011 a Portaria GM Nº 2.488/201111 revogou a portaria GM Nº 648/2006 e demais disposições em contrário ao estabelecer a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica e aprovar a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), para a Estratégia Saúde da Família e para o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Em 21 de Setembro de 2017, o Ministério da Saúde publica a Portaria Nº 2.43612, que estabelece a revisão da Política Nacional de Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação no modelo assistencial, essas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um numero definidos de pessoas, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação,

reabilitação de doenças e de agravos mais frequentes e na manutenção da saúde desta comunidade.

Diante de varias características para o processo de trabalho das equipes imposta pela Portaria Nº 2.488/2011, a mais relevante para a avaliação deste estudo é a de realização tanto da atenção domiciliar destinada a usuários que possuam problemas de saúde controlados/compensados compartilhamento do cuidado com as equipes de atenção domiciliar.

Este artigo apresenta adversidades de pessoas que tiveram hanseníase, em especial a um relato de caso de um idoso de 78 anos A.R.S, que foi tirado do seio familiar aos 10 anos de idade de um município do interior do Amazonas e enviado para o leprosário na capital Manaus como medida profilática e terapêutica, na década de 50.

METODOLOGIA

Os dados foram coletados através de relato oral de um ex-paciente sequelado de hanseníase e da equipe Estratégia Saúde da Família da UBS Lago do Aleixo na Zona Leste de Manaus. Apesar da autorização da entrevista e de possíveis publicações, o nome do entrevistado (ex-paciente) foi preservado, optando por citar somente as iniciais seu nome (A.R.S). A partir de uma seleção de sujeitos de critérios intencionais, tornou suficiente para a exploração dos aspectos relacionados ao objeto de estudo.

A pesquisa foi realizada no Bairro Colônia Antônio Aleixo (antigo leprosário) na Zona Leste, localizado a 32 km do centro de Manaus. O leprosário, assim era chamado o Bairro Antônio Aleixo, abrigou de forma restrita por mais de três décadas somente portadores de hanseníase. Com o passar dos anos, parentes dos portadores da doença começaram a viver também no mesmo local. 13

Apesar de estar próximo ao centro da capital, essa localidade é considerada ainda uma área de risco e de difícil acesso, pois é uma região que sofre com as cheias e a vazante dos rios ano a ano, além de ser um local que já foi considerado um asilo para os portadores da hanseníase. Todos esses fatores contribuíram de forma negativa a fixação de profissionais da saúde, principalmente a fixação de médico nas Unidades de Saúde da Família.

Para a escolha do entrevistado, utilizamos os seguintes critérios: maior de dezoito anos, ser ou não ex-paciente de hanseníase, maior tempo de permanência residindo na localidade, ter tempo para a realização da entrevista, querer participar da pesquisa, autorizar a publicação dos depoimentos.

SEGREGAÇÃO E DEPOIMENTOS

Em 1949, mesmo ano em que foi promulgada a Lei Nº 61014 de 13 de janeiro, que determinava a segregação compulsória, em 1968 essa Lei foi revogada pela Lei Nº 5.511 de 15 de Outubro. O Senhor A.R.S aos 10 anos de idade na época diagnosticado com hanseníase, até então morador do município de Benjamin Constant, interior do Amazonas, teve que mudar para a Colônia. A separação da família, a segregação compulsória bem como os serviços de saúde, constituiu uma violência sem precedentes.

Eis aqui o relato da história de vida contado pelo mesmo A.R.S de 78 anos, o mesmo chegou na Colônia Antônio Aleixo ainda muito jovem, tinha apenas 10 anos. Levava uma vida aparentemente “normal” como toda criança com seus familiares e amigos na cidade de Benjamin Constant, de uma hora para outra o mesmo teve que se afastar de seus familiares, foi bruscamente retirado de seu lar, e se deparar como outra realidade jamais vista antes, enclausurado literalmente num asilo que por sinal para agravar mais ainda a situação do mesmo e de seus familiares, ficava em outra cidade.

Sem parentes e sem amigos, e principalmente sem nenhum tipo de assistência social e psicológica, para o sofrimento que se transformaria sua vida a partir daquele momento, pois ainda o mesmo não poderia receber visitas.

Durante a visita na casa do Sr. A.R.S, tivemos o privilégio de conversarmos por mais de 3 horas, todo esse tempo o mesmo se mostrou disposto a relatar tudo o que viveu, desde o descobrimento de sua doença, todo o seu sofrimento e principalmente como superou o preconceito da sociedade, mais o que mas doeu em seu coração, foi quando o mesmo descobriu que o preconceito vinha de sua própria família. No momento de nossa conversa, o que mais me comoveu foi ver a ternura em seu olhar, que apesar de todo o sofrimento passado, conseguiu superar sua dor.

Para a sociologia o termo segregação¹⁵, é definida como separar, isolar, em virtude de diversos fatores.

...agente vivia em um mar de incertezas, separado da família, com a rejeição da sociedade. Na verdade a rejeição começava na família e depois a sociedade, agente vivia uma vida muito... (nesse momento A.R.S se emociona e chora)

...antes teve período aqui na Colônia que agente vivia tipo um “deposito” de hansenianos, inventavam tratamento, programas mais nunca dava certo, começava bem, mais com um tempo...

A saúde não era um direito de todos, as assistências médicas era um privilégio apenas dos trabalhadores com carteira assinada e seus dependentes. “O “restante da população ficava excluída desses serviços, eram atendidos como” indigentes”, lembram? 16

...agente não tinha um tratamento “especial”, quando recebíamos uma visita de um médico éramos tratados como estranho, olhada como uma pessoa de outro mundo.

Em 1978 a Colônia foi desativa, a partir desse momento, parentes dos pacientes passaram a morar na mesma localidade, amenizando o sofrimento dos que lá viviam. Pois a insatisfação ainda perdurava, o local não tinha infraestrutura adequada, saúde escolas nem pensar.

...agora, depois da desativação da colônia as coisas “começou” a melhorar foi progredindo foi progredindo...Mas que a coisa melhorou “mermo” na nossa classe aqui foi onde entrou o Programa Mais médicos na Colônia...

Com o objetivo de diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias do Brasil, fortalecer a prestação de serviços na atenção primária à saúde e dentre outras necessidades, a Presidência da República através da LEI 12.871 de 22 de Outubro de 2013, institui o Programa Mais médicos. No primeiro momento houve certa resistência por parte de alguns setores da sociedade e de algumas entidades, por se tratar de médicos estrangeiros.

Na medida em que os resultados do programa vinham surtindo efeitos na rotina das pessoas, todas as dúvidas e questionamentos foram caindo por terra, conseqüentemente observaram a necessidade de “Mais Médicos” para a uma assistência de qualidade e principalmente a expansão do atendimento na Atenção Primária a Saúde (APS).

...com a entrada da Dra Mayra Garcia foi uma coisa muito importante “pra gente”, porque só a

“Alegria” que ela trazia “pra gente” era maravilhoso por maior que séria fosse a nossa doença...

Segundo AURELIO dicionário, o significado de humanização; Humanizar; inspirar humanidade a., Adoçar; suavizar; civilizar. Torna-se humano; compadecer-se. 23

A humanização é descrita, no campo da saúde, como uma aposta ético-estético-política. É uma aposta ética porque envolve a atitude de usuários, gestores e profissionais de saúde comprometidos e co-responsáveis. É estética porque se refere ao processo de produção da saúde e de subjetividades autônomas e protagonistas. E é política porque está associada à organização social e institucional das práticas de atenção e gestão na rede do SUS. 24

Uma das vertentes do Programa Mais Médicos, é a garantia do atendimento contínuo as pessoas que não tinham sequer um atendimento nas periferias das cidades, nos municípios e principalmente nas regiões isoladas e de difícil acesso. Nessas localidades a falta de médico sempre foi acentuada, em muitas delas não havia sequer um médico.

**...colocava a mão no nosso ombro, abraçava nós, e aquilo ia ... (A.R.S mais uma vez fica emocionado) ...
...além de ser uma médica ela era “bem humana” tratava nós com amor.**

Veja como uma simples visita, uma conversa, um abraço pode mudar o dia de um ser humano, na maioria das vezes essas atitudes é muito mais importante que uma prescrição e uma medicação.

Em continuidade a nossa conversa, faço uma pergunta ao entrevistado: e como era o atendimento antes da Dra Mayra Garcia?

...risos, rapaz, só se eu fosse lá no posto de saúde tentar conseguir uma ficha pra falar como médico e outra, não tinha preferencia.

...teve uma vez que eu estava bem doente e pedi para a minha esposa ir até ao “posto” pegar a minha medicação, quando chegou à vez dela de falar com o médico sobre a minha situação, o médico olhou pra ela e perguntou: O Sr é seu A.R.S? minha esposa não teve tempo pra explicar e mandou ela se retira da sala.

...o senhor ta vendo as minhas condições? Tenho problema nas minhas pernas e nos meus braços, nunca tinha recebido uma visita de um médico na minha casa, só tinha atendimento se eu fosse até “lá”

O Sr A.R.S levanta seus braços, com marcas e sequelas da hanseníase e diz:

...Agradeço a Deus por intermédio do Programa Mais Médicos hoje “nós tem privilegio” ...risos o medico vem na minha casa agora.

Pela primeira vez na historia no Brasil, essas áreas tais como: Distritos Sanitários Especiais indígenas (DSEI), áreas ribeirinhas e nas unidades de saúde fluvial, contam hoje com uma equipe completa de saúde com médico. É muito regozijam-te ver a população que é atendida aprovando de forma suprema o

Programa Mais Médicos, pessoas como o Sr A.R.S, que hoje se sente cuidado, examinado e mais que isso, respeitado.

...eu até fiz uma poesia para ela, fiz uma “quadrinha” que saiu até no livro do Antônio Lima

...então dediquei a ela merecia, merecia não merece. Ela tem uma dedicação muito especial no trabalho dela.

...então fiz assim: Para a Doutora Mayra Garcia que trabalha com exatidão, aqui vai do paciente, poeta e amigo um abraço e um aperto de mão. Por quer além de uma profissional competente, tem também um bom coração... (nesse momento todos nós ficamos bastante emocionados).

...fiz outros trechos também, mais não consigo lembrar nesse momento.

O profissional que adere ao Programa Mais Médicos tem um período de três anos de permanência, podendo ter esse período renovado por mais três anos, exceto profissionais da Cooperação entre Brasil, OPAS e Cuba. Foi o caso da Dra Mayra Garcia, médica cubana que cumpriu com o seu tempo de missão de maneira extraordinária. Não sei se podemos utilizar esse termo para a médica, pois ela apenas realizou o seu papel de maneira simplória e humilde e acima de tudo humana.

...também quero agradecer uma pessoa muito importante, um “super diretor” Dr Venâncio, diretor da unidade Lago do Aleixo, que junto com a Dra Mayra Garcia fizeram um excelente trabalho.

...agradecer o Dr Allan De Lon que também é muito bom foi ele quem ficou no lugar da Dra Mayra, ele nem mem conhecia e já chegou aqui na minha casa me abraçando...(risos)

...isso ai foi uma raiz que a Dra Mayra deixou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hanseníase é um problema de saúde pública mundial que vem afligindo as pessoas por séculos, isso ficou bem registrado ao longo da história, podemos destacar que além de causar marcas físicas decorrente das mutilações oriundas da doença, que tem um alto poder incapacitante, ela também causa marcas profundas na mente e alma das pessoas que sofrem e/ou sofreram com a segregação decorrente do preconceito e da discriminação, por parte da sociedade, que ainda vê a doença como algo excludente.

O Programa Mais Médicos trouxe o contato, olho no olho, o toque e a sensibilidade de profissionais que tem como premissa uma ferramenta de inclusão social através de uma conduta e uma abordagem humanística, tentando reduzir os vazios assistenciais decorrentes da falta de acesso principalmente aos pacientes tão comuns antes da implantação do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico –Hanseníase. V.49, n.4, 2018.

G1 AMAZONAS. Amazonas registra mais de 400 novos casos de hanseníase. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/amazonas-registra-mais-de-400-novos-casos-de-hanseniose.html>> Acesso em: 29 janeiro 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Indicadores de vigilância em saúde descritos segundo raça e cor. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/fevereiro/17/Indicadores-de-Vigilancia-em-Saude-descritos-segundo-ra--a-cor.pdf>>. Acesso em 01 fevereiro 2017.

FUNDAÇÃO PRO-HANSEN. Hanseníase: uma doença milenar que ameaça novas gerações. Disponível em: <<http://www.prohansen.org/preconceitoediscriminacao>>. Acesso em 30 janeiro de 2017.

BÍBLIA. A.T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

CAVALLERE, I. Hanseníase: esclarecer para erradicar. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1183&sid=8>>. Acesso em 01 fevereiro 2017.

REDE HUMANIZA SUS. O SUS... ontem e hoje...! Acesso em: <<http://redehumanizasus.net/6804-o-susontem-e-hoje/>>. Acesso em: 02 fevereiro 2017.

Guia Para Como Problema de Saúde Pública – Edição 1 2000

BRASIL. Portaria 648/2006 MS. PORTARIA No 648, DE 28 DE MARÇO DE 2006 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

BRASIL. Portaria 2.488/2011 MS PORTARIA N° 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011 Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

12) Portaria 2.436/2017 MS PORTARIA No 2.436, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017

Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

<https://coloniaantonioaleixo.wordpress.com/1-historico-do-bairro/>

Lei N. 610 de 13 de Janeiro de 1949

<https://www.coladaweb.com/sociologia/segregacao-e-exclusao-social>

BERTOLOZZI, Maria Rita and GRECO, Rosângela Maria. As políticas de saúde no Brasil: reconstrução histórica e perspectivas atuais. Rev. esc. enferm. USP [online]. 1996,16)

Martins, P.V.. Hanseníase, exclusão e preconceito: Histórias de vida de mulheres em Santa Catarina. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2009/Jul). [Citado em 16/02/2018]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/hanseniose-exclusao-e-preconceito-historias-de-vida-de-mulheres-em-santa-catarina/4058?id=4058>

SILVA, R.C.C. et al. Estigma e preconceito: realidade de portadores de hanseníase em unidades prisionais. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, vol. 6, núm. 2, 2014.

BRASIL. Medida Provisória 621 de 08 de Julho de 2013.

BRASIL. Lei 12.871 de 22 de Outubro de 2013

Mais Médicos: Mais Saúde para os Brasileiros – Brasília 2015 Mais Médicos Por Araquém Alcântara – Ed Terra Brasil

<https://dicionariodoaurelio.com/humanizar>

<http://penesus.fiocruz.br/humanizao>

SOUZACS. Liga de Combate à Hanseníase “Luiz Marino Bechelli”. Inserção de um Projeto Acadêmico na Comunidade. Uma ação de educação em saúde. [on line] 2003 sept 15. Disponível em < URL: http://www.saudebrasilnet.com.br/premio_2002_arquivo/trabalho67.asp>[2003sept15]